

Afonso d'Escragnoille Taunay

A Guerra dos Bárbaros

Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria



**Banco do
Nordeste**



FN
FUNDAÇÃO
VINGT-UM ROSADO

COLEÇÃO **MM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Homenagem a

Nivaldo Ferreira da Silva
João Faustino Ferreira Neto
Erich Gemeinder

A GUERRA DOS BÁRBAROS

Comentário a esta edição

A historiografia brasileira nos presenteia com obras que refletem a respeito de temas considerados nacionais, regionais e locais. Algumas até que refletem temáticas que englobam essa tríade.

Ao versar sobre um determinado tema o autor é levado a se apropriar de variados conceitos, os quais são próprios da região ou de um período histórico. Devido a esta especificidade, certos conceitos tornam-se transitórios e a compreensão dos mesmos remete o leitor à sua historicidade.

Iniciamos esta apresentação à nova edição da obra *A Guerra dos Bárbaros* de autoria de Affonso E. Taunay refletindo a respeito do título. O conceito “bárbaro” que faz parte do título desta obra tem sua origem na antiguidade, é uma caracterização criada pelos romanos, considerados assim povos não civilizados. O autor ao se apropriar desta conceituação para identificar os nativos faz uma transposição conceitual e, mais, estabelece em suas narrativas uma separação entre os civilizados (o europeu, português o colonizador) e os não civilizados (os nativos, índios, habitantes da região Nordeste).

Na historiografia mais recente esta caracterização tem sido atualizada devido às pesquisas contribuírem para uma melhor compreensão do passado. Como também a ampliação dos “campos da história” no que se refere ao reconhecimento de que muitos e variados sujeitos contribuem para as transformações soci-

ais e a historiografia mais recentemente tem feito o registro destas efetivas participações.

Com referência a esta obra o leitor deve atentar para o período histórico da sua escrita (década de 1930). Isto lhe imprime um estilo na escrita e a conceituação histórica dos fatos e dos sujeitos determinada pela escola historiográfica majoritária, atuante durante aquela década.

A concepção de história desta obra foi gestada no eurocentrismo. Os europeus, na condição de colonizadores, ocupam lugar de destaque nas narrativas do autor que atribui a outros atores, como: Os jesuítas, os bandeirantes, etc, uma participação complementar na tarefa da colonização das terras do Rio Grande do Norte. Mas, as narrativas de Taunay registram também as conquistas pelos portugueses das terras das capitanias da Bahia, do Piauí, do Ceará e do Maranhão, que ocorreu após a consolidação da colonização na área litorânea do Nordeste brasileiro com o desenvolvimento da economia açucareira. Os relatos dessas conquistas são recheados de aventuras, principalmente devido aos interesses dos portugueses afetarem frontalmente os interesses dos índios e provocarem conflitos que culminaram numa guerra geral por todo o Nordeste brasileiro.

Quando a guerra de conquista destruiu com a organização dos nativos e, logicamente, a sua condição de combate, a colonização portuguesa estava consolidada através das fazendas de gado e das vilas que durante o século XVIII afirmaram o povoamento das Capitanias que nos referimos anteriormente. O autor faz referência ao “estabelecimento da paz”. O entendimento é

que nem os índios nem os negros aquilombados impediriam doravante a realização do projeto de colonização dos portugueses. Na concepção do autor, o colonizador português é quem reúne as condições para desenvolver o Brasil.

Emanuel Pereira Braz

Professor-mestre em Ciências Sociais
da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

A GUERRA DOS BÁRBAROS

2º Prêmio do Concurso de História
do Departamento Municipal de Cultura em 1935

Prefácio

Em suas linhas gerais se conhece o que foi a longa e dura luta de que resultou, por parte dos civilizados, a apropriação das terras do Nordeste brasileiro.

Os pormenores de tal pugna é que ainda não estão assaz esclarecidos. Esteia-se a narrativa dos nossos historiadores nas sumárias indicações desta e aquela fonte. Até hoje muito pouco tem sido aproveitado dos elementos fragmentários, divulgados por autores de história regional como sejam Studart, Borges de Barros, Vicente de Lemos, Maximiano Machado, Antonio J. de Mello, etc., contingentes por vezes valiosíssimos. E há ainda imenso o que a eles acrescentar proveniente dos aceros documentais.

Parte já se publicou, como a contribuição dos Documentos Históricos a preciosa série encetada por ordem de Washington Luis e hoje notavelmente volumosa.

Subsiste ainda, porém, enorme cópia de papéis, refertos de particularidades importantes, documentos inéditos existentes sobretudo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo de Marinha e Ultramar hoje Arquivo Colonial, de Lisboa, Arquivo do Estado da Bahia.

O que o presente trabalho procuramos compendiar foi a codificação de todo este material disperso, impresso e manuscrito.

Deixaram alguns autores em destaque, entre eles Basílio de Magalhães, aliás em sucinto relato, o que foi a obras do bandeirantismo paulista na redução dos índios do Nordeste e do Maranhão.

O que esta monografia visa é salientar em suas justas proporções o que representa a atuação dos grandes cabos de tropa sertanistas, o papel preponderante na Guerra dos Bárbaros, de Mathias Cardoso de Almeida no Rio Grande do Norte e no Ceará, Domingos Jorge Velho na Parahyba e no Rio Grande do Norte, Manuel Álvares de Moraes Navarro, no Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas, João Amaro Maciel Parente, no Ceará, Francisco Dias de Siqueira, no Maranhão.

Restringimo-nos apenas à Guerra dos Bárbaros, a campanha que se arrastou durante mais de vinte anos com soluções de continuidade, maiores e menores. Como complemento ao estudo desta fase notabilíssima do bandeirantismo paulista, acrescentamos uns capítulos historiando os sucessos das campanhas do Maranhão, até hoje tão obscuras e onde assume notável importância o ainda muito mal conhecido Francisco Dias de Siqueira, o Apuçá.

Figuras de menores proporções, mas, ainda assim, notáveis são as de diversas calções de couro, agora mais iluminadas mercê da documentação desvendada, como sejam Antonio Gonçalves Figueira, João Pires de Brito, Antonio Cubas, João Raposo Bocarro, André Furtado de Mendonça, e outros sertanistas de S. Paulo, oficiais dos grandes cabos de conquista acima nomeados.

Não incluímos em nosso estudo a história da expugnação de Palmares que, por si só, pode dar uma monografia muito mais extensa do que a presente memória.

S. Paulo, 30 de janeiro de 1936.

Affonso de E. Taunay
(Da Academia Brasileira de Letras)

Preâmbulo

De todas as zonas do Brasil onde os autoctonos repeliram, longa e bravamente, os assaltos dos conquistadores, nenhuma apresenta tão grande resistencia à invasão quanto o Nordeste.

Os selvícolas, ali localizados só seriam definitivamente dominados e domados depois que a atnação das bandeiras paulistas ali se fizesse sentir com a maior energia. E trouxesse com o peso de suas armas o triunfo definitivo da dominação lusitana.

Ao encetar a colonização pernambucana tivera Duarte Coelho rudes campanhas contra os caetés para os despossar da fimbria litorânea.

À ferocidade antropofágica destes índios se prende a narrativa de suplicio do primeiro bispo do Brasil e seus companheiros, nos baxíos de Dom Rodrigo, como de sobra é sabido.

Pouco pormenorizados são os episódios desta luta penosa cujo principal feito d'armas vem talvez a ser o assalto de Igua-rassú em 1548, a que assistiu Hans Staden.

A longa e penosíssima conquista da Paraíba, Frei Vicente do Salvador relata-a com minúcias. Duraram longos anos as operações de guerra, de 1574 a 1586.

E uma série de nomes familiares, aos que conhecem os nossos fastos logo acode aos lábios como os de Iniguassu', Piragiba, Tabira, Leritiba, Tibery, Frutuoso Barbosa, Martins Leitão, Diogo Flores Valdez, Francisco de Castejon, Simão Rodrigues Cardoso, etc.

Dos meados para o fim do século XVIII o alargamento da área apossada pelos brancos iria trazer uma campanha extensa de dezenas de anos onde as operações de guerra se realizaram sobretudo na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, centro da maior resistência dos autoctonos dispostos a defender, palmo a palmo a terra de seus pais.

Muito mais duradoura seria a resistência dessa confederação dos Janduins do que a sua similar do Sul a dos Tamoios ou a sequeneia das campanhas contra os paiguás no Sul de Mato Grosso.

E compreende-se: a coligação tamoia abrangia tribus da costa muito mais fáceis de serem batidas que as das nações nordestinas, defendidas pela distância do litoral e a agura das suas terras escassas de águas.

A atitude defensiva e contra-atacate, dos autoctonos do Nordeste se propagou além das fronteiras que hoje encerram os estados que vão do S. Francisco à Ibiapaba; provocou a reação dos bravios “guerens” baianos afinal dominados pelas bandeiras de Estevam Riveiro Bayão Parente, Braz Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente, em 1671.

Mas esse período de história do bandeirantismo escapa ao nosso escopo atual.

Dominados os selvagens da Baía pelos cabos de tropa paulistas e dizimados irrompeu em quasi todo o Nordeste brasileiro, largo movimento de reação violenta de todos os grupos indígenas contra a conquista branca.

Triunfantes, as bandeiras paulistas e as expedições baianas já talavam llivremente, de 1673 em diante, a margem pernambuco

bucana do S. Francisco. Domingos Jorge Velho desde 1663 acampado no centro do Piauí acompanhava o avanço dos prepostos de Francisco Dias de Ávila e seu irmão Bernardo Pereira Gago, o famoso Domingos Afonso Sertão, e seu irmão muito menos conhecido Julião Afonso Serra.

Novos e formidáveis revezes haviam experimentado os tapuias batidos sobretudo pelas forças de Domingos Rodrigues de Carvalho.

A margem direita do S. Francisco ficara expurgada de bárbaros por assim deizer. E os brancos transpondo o grande rio rechassavam cada vez mais, para o norte, os valorosos selvícolas daquela vasta região que tanto trabalho dera.

Ao interior do Nordeste habitavam as tribus tapuias, designadas sob a denominação genérica de Cariris que em três ou quatro centenas de milhares de quilômetros quadrados quiçá hoje pertencentes à Baía, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, da barranca esquerda do São Francisco à margem direita do Parnaíba.

Segundo o erudito paraibano Irineu Joffily Cariris era o nome genérico de todos estes índios nordestinos.

Já o holandês Herkman falando da Paraíba referira-se aos cariris, como a uma raça numerosa, dividida em diversas nações: Cariris propriamente ditos cujo rei se chamava *Kerioukeiou*; *Cariryvasys* cujo monarca era Karú-Potó; Cariryjous e Tarairys e Janduy vinha a ser o soberano de uma parte destes índios e Cara-cará o de outra. Habitavam eles uma região alta muito fria,

a Borborema por vezes a pouco mais de uma centena de quilômetros do litoral.

A penetração da conquista branca na Paraíba foi realizada muito lentamente devido à resistência dos selvagens.

Até o terceiro quartel do século XVIII os currais, as fazendas em terrenos de gados quando muito se distanciaram da costa uns oitenta quilômetros atingindo o Pilar, à margem do Paraíba, Araçagi e Iataipú.

É desconhecida a origem, a etimologia da palavra *cariry* ou *kiriry*. Não passa de conjectura o que sobre ella disse Batista Caetano.

Os índios do planalto da Borborema foram mais tarde chamados pelos portugueses *Carirys-velhos*, talvez por conhecidos e catequizados antes dos *Carirys-novos*, habitantes em território do Ceará. Compreendiam várias tribus, das quais a dos *Sucurús* passava por ser das mais avultadas.

Ocupavam os sucurús todo o território hoje chamado Alagoa do Monteiro, S. João do Cariri até Teixeira, e a serra de Oroba em Cimbres, Pernambuco. O centro dos seus domínios era o rio *Sucurú*.

Aos Cariris propriamente ditos, também chamavam: Bultrins como se lê em velhos documentos de terras.

Ocupavam terrenos hoje em Campina Grande principalmente na serra do Bodopitá até a dos Cariris.

Os Ariús, os Aréas e Pegas eram ribeirinhos dos Pinháras Sabugí e alto Piranhas.

Os Icos, cearenses também viviam na Paraíba no vale do rio do Peixe. Pensa Joffily que Piancó fosse talvez o nome da tribo habitante da ribeira deste nome.

Localizaram-se os paiacús e talvez caicós, na fronteira com o Rio Grande do Norte, desde a serra de Cuilé, até o Apodi. Os Paiacús possivelmente confinavam com o Ceará.

Supõe que os Cariris designados pelos nomes de seus morubixabas ou reis-Janduí e Caracarás – habitavam entre os rios Curimatá e Trairí; e é talvez do nome desse segundo rio que se derivasse o de Traririon que lemos em Herckman.

Havia ainda os Canindés cujo territorio hoje é indeterminado.

Convém em todo o caso lembrar que às designações de todos os índios muita cousa corresponde de conjectural.

Documentos há que se referem aos *tapuyos Pegas* cuja resistência aos bandeirantes foi aturada e a palavra não é carirí nem tupí parecendo mais portuguesa.

Ignora Joffily cuja erudição é tão segura se se trataria de tribo distinta, ou se o nome foi dado pelos portugueses às nações que se levantaram contra o domínio branco além das fraldas ocidentais da Borborema. Pombal principiou como aldeia de índios Pegas e desta tribo se formou outra aldeia no Rio Grande do Norte.

Pensa o douto autor que tanto conhecia as cousas de sua terra que o exame de toponímia paraibana é excelente guia para a delimitação da fronteira, entre os índios de língua geral e os cariris.

Páo, Brusurá, Cayraré, Bodopitá, Puxinana, Bodocongó, Quixeré, Quixody, etc., são nomes cariris, segundo se depreende da gramática do padre Mamiani.

É verdade que surge desconcertamente um ou outro topônimo de língua tupi, como Catunité, pico da serra de Bodocongó. Mas a palavra poderia ter variado de pronúncia, ser e corruptela de um vocabulo cariri.

Os indígenas da Paraiba, afirma Joffily, viviam na idade da pedra polida; os tupis eram pescadores, os cariris viviam de caça que era abundantíssima, nas imensas matas dos brejos e serras, nos vastos taboleiros e várzeas dos sertões.

Os documentos de sua indústria, os machados de sílex, as peças de cerâmica, os tecidos são uma prova de que suas habilidades industriais já haviam passado o período dos primeiros rudimentos.

Os Cariris população meã de indivíduos robustos de côr acobreada, nariz grosso, rosto redondo e cabeça chata forneceu este tipo da maioria atual dos sertanejos da Paraíba, Rio Grande e Ceará.

O cabelo tinham-no preto, grosso e áspero, pendense sobre o pescoço; mas para diante curto, não passando das orelhas. Andavam nus, menos nas ocasiões festivas ou quando em guerra. Aí se revestiam de penas geralmente de araras, e outros psitacideos.

Como religião professavam uma espécie de culto ao espírito do mal; e de que eram sacerdotes *pagés* ou *caraybas*, tidos em grande veneração. Muito obedientes se mostravam nos chefes, cujo distintivo estava no cabelo, cortado em coroa e nas unhas compridas dos polegares, costumes deles provativos.

Muito velozes no correr veneiam, segundo se diz, um cavalo a galope. Armados habitualmente de arcos e setas usavam ainda espécie de espada de madeira rija, de dous gumes, azagains, ma-

chados de pedra de compridos cabos. Não trepidavam em afrontar a ira dos mais possantes touros e rezes alçadas, matando-as.

Afirma Herckman que suas mulheres eram de rosto muito bonito e que as crianças entre eles nasciam tão precoces e vivazes que começavam a andar quando tinham nove ou dez semanas apenas! Nesta idade os pais as lançavam à água para aprenderem a nadar, exercício que todos faziam com perfeição.

Atingiam geralmente muito avançado idade. A 150, 160 até 200 anos! Não podendo mais andar, eram carregados em redes. Reinava entre eles o maior respeito aos anciãos.

Parece que o escritor mais antigo que trata dos Índios Cariris, pelo sue nome, é Fernão Cardim no *Tratado dos Índios do Brasil*, escrito em 1584.

Muitas notícias sobre os Cariris encontram-se no século XVII, nos escritos de Herckman e Rouloux Baro. Jacob Raabi, com eles conviveu bastante e sobre eles escreveu como se evidencia de um extrato de Maregraf. Por volta de 1650 o jesuíta João de Barros aldeou alguns dos mais próximos da Baía; os carmelitas francezes aldearam ou

Referindo-se aos cariris lembrou Capistrano de Abreu: que Martins em seus *Beiträge* localizou-os entre o Rio S. Francisco e o Curú ou Acaracú no Ceará.

Depois de a seu respeito dizer muita cousa acertada enganou-se dando os Cariris embrenhados em serras e só indo ao litoral com o que forçados, asserção inexata. Nega que usassem de massas nas guerras, como depõe Elias Herckman, que com eles largamente vivem. E isto não é verdade.

Colocou Martins os Carirís no grupo Guck, o que aliás denegou Batista Caetano.

Provou vem den Steinen peremptoriamente que os Caráibas nada tinham de comum com os Tupis como pensavam d'Orbigny, Martins e Batista Caetano.

Reconheceu-se outro grupo, a que se deu o nome de *Nu-Aruak*. Latham já em 1850 o presentira.

“A constituição do grupo Nu-Aruak, afirma Capistrano, dissolve o grupo Gueh ou Côco de Martins, e ergueu-se por tanto, a questão dos Carirís”.

O ilustre explorador confessa que não a resolveu, mau grado os enormes esforços para a eluciação deste caso entrincado.

Documentos alguns deles já conhecidos de Martius, continua Capistrano, se não esclarecem o caso do grupo dos Carirís, ministram pormenores valiosos.

Vinham da parte do Norte como abona o testemunho seguro do catecismo de Frei Bernardo de Nantes.

“Dividiam-se em dois grupos principais: Dzabuena e Kipea, aqueles habitantes do rio S. Francisco e daí por diante até o Ceará, talvez até o litoral de Piauí, si, como parece provável, pertenciam a eles os Tremembés, de que tanto nos falam os cronistas do Maranhão estes habitantes da Baía os primeiros vulgarmente chamdos Carirís, os segundos Kirirís.

Ocupavam o litoral da Baía antes que a ele chegassem os Tupiniquins, como Batista Caetano parece ter vislumbrado ao explicar a palavra *Quirimure*, topônimo, antigo de Todos os Santos, antes do descobrimento.

Afirma Gagliel Soares de Souza aliás que a Baía era povoada por Tapuias, quando chegaram os Tupiniquins que os enxotaram para o hinterland.

Os Tupinambás por sua vez repeliram os Tupiniquis ou Tupinaés. “Um dos galhos dos Tupinambás, apertado entre os Tupiniquins e os Tapuias, transpoz o rio S. Francisco e ficou se chamando Amoipiras. Ora, sabendo-se, que os Amoipiras habitavam no S. Francisco entre as fronteiras da Baía e Pernambuco, estendendo-se até o Piauí e procurando se saber quais eram os Tapuias que habitavam nesta secção, vemos que eram os Cariris ou antes Kiriris, como os chamavam na Baía. Nada o prova melhor do que as aldeias fundadas depois de 1650 pelo padre João de Barros, que foram as de Canabrava, Saco dos Morcêgos, Natuba e Jurú, como diz Hervas (catalogo de las lenguas, Madrid 1800, I, p. 153)”.

Parece certo que ao norte da Baía deu-se o mesmo. No litoral da Paraíba a descrição de Elias Herckman mostra como os cariris surgem a cada instante no litoral; afirma ter sido costume deles descerem todo o ano à costa na estação do cajú, de Novembro a Janeiro.

No litoral do Ceará com certeza ainda existiam ao descobrir-se o Brasil. Gabriel Soares em 1587 dá como limites entre os Tapuias e os Potiguares o rio Jaguaribe. Os Tremembés eram provavelmente Cariris.

Deles diz Martins que não apreciavam o litoral o que é falso. Nele ficaram enquanto aí se poderam sustentar.

Além do arco e flecha, empregavam uma arma de arremetimento descrita pelo *Diálogo das Grandezas do Brasil*.

Diz aquele, que a estes índios não chama Carirís, mas simplesmente Tapuias: “a sua flecha é o seu verdadeiro arado e enxada, a qual também não usa juntamente com o arco como faz o demais gentio, porque com ella tomada sobre mão, com a encaixarem em uns canudos que no dedo trazem, fazem tiros tão certos e com tanta força que causa espanto, de modo que quase nunca se lhe vae a caça a que lançam a flecha por esta via”.

E o autor batavo afirma:

“Usam também do areo e setas e geralmente de azagaia, com que podem fazer muito damno entre os seus inimigos, porquanto lançam-nos com muito acerto. Para isto servem-se de madeiras leves, que em comprimento fazem iguaes à metade das azagaia; abrem em dias madeiras um rego onde collocam as azagaia e as atiram com tal velocidade que não encontrando nem um osso atravessam o corpo de um homem nú. Usam ainda de pequenos machados de mão com uns cabos compridos, com arma contra seus inimigos”.

Martins contestando o *Diálogo das grandezas do Brasil*; attribuiu aos tapuia agricultura adeantada o que parece não ser exato.

“Estes Tapuias vivem no sertão e não tem aldeias nem casas ordenadas para viverem nellas e nem mesmo plantam mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos de mel que colhem das arvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça que tomam em grande abundancia pela flecha se sustentam e para isto guardam esta ordem; vão todos juntamente em cabilda assentar seus ranchos na parte que melhor parece, alevantando para isso algumas choupanas de pouca importancia

e dahi vão buscar o mel e caça por roda, por distancia de duas ou tres leguas. E enquanto acham esta comedia, não desamparam o sitio, mas tanto que ella lhes vae faltando logo se mudam para outra parte, aonde fazem o mesmo; e desta maneira vão continuando com sua vivenda sempre no campo, com mudar sitios, sem se cansarem em lavrar e cultivar a terra”.

Herckman categoricamente afiança, “Levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres”.

A estes testemunhos opõe Capistrano restrições. Os Cariris deviam ter alguma agricultura, inferior à dos Tupís; suas redes eram de algodão e o fumo ocupava lugar importante em suas observações culturais tão importantes que Badzé era ao mesmo tempo o nome de herva e de um dos seus deuses.

Provavelmente quem se aproxima da verdade é Gabriel Soares que a propósito dos Maracás, diz parecem pertencer ao grupo cariri. “São estes Tapuias muito folgazões e não trabalham nas roças como os Tupinambás nem plantam mandioca, nem comem sinão legumes, que as mulheres plantam, e grangeam em terras sem mato grande e que poem o fogo para fazerem suas sementeiras; os homens ocupam-se em caçar a que são muito afeiçoados”.

Pintavam-se os cariris de urneú e genipapo, usavam batoques no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas.

“Tinham redes e sabiam nadar o que os destaca absolutamente do grupo Gé. No parto, as mulheres eram sujeitas a um jejum violento, o que os destaca dos Tupis. Andavam nus, mas os homens serviam-se de um atilho e as mulheres de folhas de árvores”.

Em 1918 novamente escrevia Capistrano sobre os Cariris:

“Primeiros habitantes da grande extensão do littoral onde ainda os portugueses os encontraram em parte do Maranhão e do Ceará, e à esquerda do Baixo S. Francisco, alhures repellidos para o sertão antes da chegada de europeus.

Começaram pelo menos no Paraguassú e chegaram talvez ao Itapicurú no Maranhão. Parecem de todo extintos e não ter tido representantes fora do Brasil (Prolegomenos ao livro 1, 10 de Frei V. do Salvador).

De todos estes tapúias que tanto trabalho deram às armas dos lusos brasileiros os mais célebres de todas talvez hajam sido os janduíns ou jandoís tão repetidamente citados pelos cronistas como terríveis e ferozes adversários dos conquistadores. Ocuparam sobretudo a faixa de terra limitada pelo Assú e o Jaguaribe até a parte central de Pernambuco”.

E Pedro Carrilho segundo um manuscrito contemporâneo divulgado por Vicente Lemos relatava quanto estes índios sobretudo os da tribo dos janduíns eram fortes, belicosos e antropófagos.

Resistentes e robustos eram admiráveis corredores e nadadores, insensíveis às intempéries, capazes de enormes jornadas a carregar grandes cargas; mostravam-se inimigos realmente temerosos.

E como se desfigurassem por meio de gilvazes e tatuagens seu aspecto horrendo incutia verdadeiro terror, aos vizinhos brancos.

A estes terríveis índios eram os paulistas chamados a bater para que cessassem a opressão dos povos das capitanias do Nordeste a cada passo espavoridos com as correrias de tão cruéis e temíveis vizinhos.

CAPÍTULO I

PRÓDROMOS DA “GUERRA DOS BÁRBAROS”

No Arquivo de Marinha e Ultramar um documento do maior relevo se encontra para a história das lutas contra os índios do Nordeste – E’ a “carta de Sua Magestade acerca dos Bárbaros da Capitania e Certão da Paraíba e guerra que se pretende fazer-lhes.” Expedida de Lisboa e a nove de janeiro de 1662, pela rainha D. Luiza de Gusmão, regente em nome de seu filho D. Afonso VI, ao Governador Geral do Brasil Francisco Barreto, traz importantes novidades para o estudo do nosso escopo.

O capitão mór da Paraíba Matias de Albuquerque Maranhão (1661-1663) escrevera à Regente contando-lhe “como os Índios Bárbaros Janduís residentes no districto e certão da capitania estavam rebellados e declarados inimigos”.

Haviam matado diversos colonos do Rio Grande do Norte e cada vez mais ameaçadores se mostravam.

“Tem causado tanto receio, diz a Carta Regia, que os brancos tratão de fazer casas fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos que aquelles Bárbaros costumão dar”.

As causas motivadoras destas agressões provinham de violências sofridas pelos índios. Queixavam-se de João Fernando Vieira sob cujo governo na Paraíba (1655-1657) haviam sido muito mal tratados. A ferros tinha Vieira mandado por dois fi-

lhos do maioral janduí mais presitigioso. E logo depois prendera quatro outros tapuias e os remetera a Lisboa enviando-os ao Rei.

Espalhava-se a notícia de que pretendia proceder do mesmo modo com muitos dos principaes caciques. Dahí o alvoroço dos índios.

Á vista da gravidade da situação que lhe era exposta entendeu a Rainha fazer com que tão rudes adversários “se extinguissem de uma vez”.

Vários tópicos do documento régio são o reconhecimento do valor dos tapuias-nordestinos: valorosos como eram, fácil seria se convertessem em “outros novos Araucanes como os das Índias de Castella”.

Dispondo de farta cavallhada e discípulos dos holandeses mais perigosos se tornavam ainda.

Pensou Matias em atacá-los pelo lado de leste. Seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, capitão-mór do Ceará (1660-1663) os agrediria da parte do norte. Tinha “sob sua obediencia outras nações de bárbaros contrarios aos janduins. “Dando-lhes pelas espaldas não poderão estes escapar nem ter retirada”.

A seu ver tudo se faria com pequeno sacrificio da fazenda real. Achava a Rainha o assunto relevante. E recomendara-lhe o estudo detido ao Governador Geral.

Nada ou quase nada então se fez.

Tanto o capitão-mór paraibano quanto o do Ceará dispunham de insuficientes recursos para enfrentar aquele adversário temível. Três décadas mais tarde exigia ele para a sua submissão, muito pe-

nosos sacrifícios e esforços das armas e cofres reais. Sua redução definitiva se deveu à ação prolongada das bandeiras paulistas”.

Á colonização da Paraíba e à penetração do hinterland da capitania imenso atrazou a invasão holandesa.

Os Cariris, como vimos, tinham as suas avançadas a menos de cem quilômetros da costa aldeando-se no Pilar onde os dontrinavam missionários capuchinhos.

A segunda aldeia dos Cariris foi fundada no seu próprio território, dando-se-lhe o nome de Campina Grande. Serviu de núcleo à segunda cidade paraibana de hoje.

A fundação de Campina Grande, no dizer dos historiadores da Paraíba exerceu grande importância para o apossamento dos sertões.

Animaram-se os explezadores a afrontar as terras desconhecidas do oeste.

Duas grandes bandeiras e cuja organização muito auxiliara o governo da capitania internaram-se no sertão.

A uma comandava o capitão-mór Teodósio de Oliveira Ledo.

Do Pilar seguiu, segundo parece, acompanhando o rio Paraíba até o *boqueirão* do Carnoio. Aí constituiu acampamento onde se demorou largamente.

É provável que já em pleno sertão houvesse Oliveira Ledo tido necessidade de repelir os assaltos dos cariris, principalmente além de Natúba, onde o Paraíba atravessa gargantas. Fez provavelmente prisioneiros, o fito principal de uma *entrada* como a sua.

Prosseguindo atingiu o capitão-mór a confluência do Paraíba com o Taperoá e seguiu pelo vale deste em direção ao Norte.

Entre o riachão Timbaúba e o de Santa Clara encontrou os Cariris, (provavelmente Sucurús) a lhe embargar o passo.

Uma carta de sesmaria refere que aí se travou rija peleja, dizendo-se que os Tapuias foram derrotados e soffreram grandes perdas.

A bandeira avançou sempre, desceu a Borborema do lado do Poente, e atingiu o Piranhas.

Ignora-se o ano em que tais fatos se deram, assim como o itinerário da segunda bandeira, dirigida pelo capitão-mór Luiz Soares. Supõe Joffily haja tomado rumo do Norte.

Já em 1697 Oliveira Ledo era capitão-mór das Piranhas e Piancó, como se sabe de documentação divulgada.

Atribue Joffily aliás a Teodosio de Oliveira Ledo atuação exagerada na obra da conquista do hinterland paraíba.

Coriolano de Medeiros examinando documentação mais extensa entende que tais louvores são exagerados. Foi Teodósio precedido por outros homens de sua família. (Cf. Revista do Instituto Histórico Parahybano 2,18).

Depois de referir que se ignora a procedência exata da família dos Ledo inclina-se o erudito paraíba a acreditar que ela haja transmigrado da Bahia para a Paraíba.

Três parecem ter sido os troncos principais na Paraíba do Norte destes Oliveira. Custódio de Oliveira Ledo Pascácio de Oliveira Ledo e Antonio de Oliveira Ledo.

O mais notável destes Ledos ao ver de Medeiros, foi indubitavelmente Teodósio. Mas o seu patriarca Antonio de Oliveira Ledo, o velho, veio a ser o primeiro ocupante do sertão paraíba.

O Antonio de Oliveira, de Martins de Nantes, o português fundador de aldeia, de Boqueirão deve ser certamente Antonio de Oliveira Ledo, a maior figura do sertanismo do nordeste, até se encetar a *Guerra dos Bárbaros* em 1682.

CAPÍTULO II

O APARECIMENTO DOS BANDEIRANTES DE S. PAULO NOS SERTÕES DO NORDESTE

Foi o São Francisco a grande via de penetração das bandeiras paulistas para a devassa e o apossamento dos sertões do nordeste brasileiro.

As expedições de Domingos Barbosa Calheiros, Baião e Arzão em território baiano, produziram as grandes operações do mesmo gênero, mas de muito mais notável vulto como as de Domingos Jorge Velho, no Piauí e Baía, todo o Nordeste e afinal em Palmares, Matias Cardoso de Almeida, sobretudo na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, Manuel Álvares de Moraes Navarro, na mesma região, Antonio Gonçalves Figueira no Ceará. Francisco Dias de Siqueira no Maranhão para só falarmos dos principais cabos de tropa.

Domingos Jorge Velho, já desde 1663 se apossara das terras do Piauí, declara-o insofismavelmente, a nosso ver, o documento capital decoberto e divulgado por Pereira da Costa em sua conhecida memória.

Nos primeiros anos da conquista do sertão paraibano entende Coriolano de Medeiros que a atuação das bandeiras de S. Paulo foi insignificante.

Os únicos fatores de colonização foram os bandeirantes baianos, pernambucanos e, por fim os próprios paraibanos descendentes.

tes desses primitivos conquistadores. “Os paulistas visitaram apenas a Paraíba; e de facto ela não tinha grandes encantos a oferecer-lhes, tinha apenas as secas para moderar-lhes a cobiça”!

Referindo-se ao desbravador do Piauí acrescenta:

“Dos tipos, na história da conquista do sertão paraibano nenhum mereceu maior atenção dos escriptores patricios do que o paulista Domingos Jorge. Era apontado como o primeiro indivíduo civilisado que pisara no Piancó, dizendo-se, em virtude de uma informação de Rocha Pita, que ele tinha ali fazendas de gado e até formava numeroso grupo colonial.

Assim o acreditou Irineu Joffely e assim o afirmou Maximiano Machado”.

Contestando a Rocha Pita que declara ter o grande bandeirante tido estancia no Piancó aponta Medeiros o fato de não aparecer o nome no conjunto das sesmarias da Paraíba argumento negativo da presença do expugnador de Palmares no alto sertão nordestino.

Não procede o argumento. Não aparece o nome de Domingos Jorge Velho no conjunto das sesmarias do próprio Piauí!

A distância entre o Parnaíba e o Piancó nada era para os bandeirantes de S. Paulo; seiscentos e poucos quilômetros em linha reta. Ora, quem ignora quanto eles se deslocavam com pasmosa facilidade? Mandou Matias da Cunha, em 1688, um próprio a Matias Cardoso, acampado em Remanso à margem do S. Francisco. Ali chegando soube o estafeta que o chefe bandeirante fora a S. Paulo devendo ali voltar logo!

Se Domingos Jorge Velho deixou o Piauí para ir a S. Paulo buscar elementos para a investida aos Palmares, em 1988, empreza que precisou adiar, obedecendo a uma ordem do Governo Geral de combater os tapuias do Nordeste.

Cremos aliás que Domingos Jorge Velho esteve no Piancó, apenas para fins militares.

Marchou e contramarchou no vale do Assú quer no baixo Piranhas quer no curso superior do rio comum à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Seja como for, assiste-lhe a maior preeminência na história da conquista do alto sertão paraibano”.

Escreveu Joffily (que aliás ignorava o documento de Pereira de Costa dando a primazia da conquista do Piauí a Domingos Jorge Velho);

“Em 1674, Domingos Jorge e Domingos Affonso Mafrense já tinham descoberto e invadido o Piauy, transpondo a Serra dos Dous Irmãos, Mafrense já ficou fundando fazendas que as possuiu até fallecer; Domingos Jorge, porém, não se demorou.

Não teria de volta às margens do S. Francisco tomado depois a direcção da Parahyba, descobrindo a ribeira do Piancó?”

Comenta o erudito paraibano:

“Foi o domínio dos paulistas duradouros não sómente no Piancó, como tambem em grande parte da ribeira de Piranhas”.

Esclarecendo fatos da biografia de Domingos Jorge comenta Basílio de Magalhães:

“João Brígido, em seu “Resumo cronológico para a história do Ceará pags. 31) também assevera: “A tradição colloca entre 1673 e 1678 o começo do povoamento das regiões do Ara-

ripe pela família Mendes Lobato Lyra, já tendo sido o paiz anteriormente explorado por bandeirantes da Casa chamada da Torre, da Bahia, que possuía muitas terras no Rio S. Francisco, onde criava gados. “E logo adiante (a págs. 33) consigna que em 1688 foi concedida “ao coronel Francisco Dias Ávila (sic por “D’Avila”) e mais quatro sócios uma sesmaria de 10 léguas de comprimento no rio Jaguaribe”.

Duvída Basílio de Magalhães da veracidade de uma afirmativa do Padre Heliodoro Pires de que Domingos Jorge haja sido grande amigo dos Ledos de precisa a data da fundação do Piancó (1975).

E para tanto se firma em preciso documento, por ele descoberto no Arquivo Nacional, a patente passada a 28 de março de 1705 a Manoel Gonçalves Ferreira capitão-mór da capitania de Itanhaen.

Expendo o R. P. Helidoro Pires:

“Como se explica que morando tão perto do Piauhý, no Sobrado não foi Domingos Jorge Velho o descobridor dos sertões daquelle Estado e sim Domingos Affonso?”

Logo depois acrescenta outro comentário verdadeiramente infeliz: “Hoje não se pode mais por em duvida a viagem (sic) de Domingos Jorge Velho ao Paiauhý”.

À vista da documentação moderna não podemos atribuir valor aos conceitos seguintes do mesmo autor nordestino:

“Em fins de 1673 passaram Francisco Dias d’Avila e Domingos Sertão com grande caravana ou bandeira, ao norte da Serra Sobrado, demandando o Piauhý. E Domingos Jorge, em

sua fazenda Sobrado, não deixava de pensar nos sertões parahybanos de onde os apaniguados lhe haviam trazido tão boas notícias sobre a fertilidade da terra.

Dahí há algum tempo (1673-1674) Domingos Jorge Velho recebia em sua fazenda um recado, ou melhor, um convite ou oferta de Domingos Sertão e Francisco d'Avila. A entrada dos descobridores e primeiros conquistadores do Piauí, não podia avançar em vista da oposição tenaz, e da ferocidade dos Índios Pimenteiras. Era preciso vencê-los primeiramente. Domingos ajudaria na luta contra os indígenas e receberia largo quinhão de terra. Sorria-lhe a fortuna. Partiu para o Piauí. Iria acalentando o seu sonho de ser mais tarde o dominador do rio Piranhas?"

Sem dúvida alguma.

Estabelece o R. P. Pires a seguinte conclusão para nós auspiciosa.

"Domingos Affonso foi, portanto, um dos descobridores do Piauí e Domingos Jorge Velho pertence ao número dos primeiros ocupadores dos sertões do mesmo Estado".

Merece mais atenção outra hipótese do mesmo escritor nordestino:

"Domingos Jorge Velho, depois de vencer os Pimenteiras, recebeu uma rica partilha de largos trechos de terrenos; deixou gentes para organizar e povoar as fazendas; e entrou pelo Ceará, "talvez quanto o seu homonymo não precisasse mais de seus serviços" e segundo Coriolano de Medeiros levava o bandeirante grande cópia de índios escravizados.

Estes índios com os mamelucos que acompanhavam sempre Domingos Jorge Velho e provavelmente mais algum armamento e tropa que o Mafrense e Francisco d'Avila tinham aparelhado para enfrentar os Icós no Ceará e os indígenas do Rio Piranhas”.

Comenta Basílio de Magalhães:

Da importante peça histórica aduzida (a patente de Mauel Gonçalves Ferreira, deduz-se que o mestre de campo Domingos Jorge Velho de quem o sobredito Manuel Gonçalves Ferreira foi auxiliar em tal expedição, e tendo estado primeiramente no rio das Piranhas, andou pelo menos durante três annos e meio, e isto presumivelmente antes de 1684 fazendo guerra ao gentio barbaro que hostilizava os moradores do sertão ocidental da Paraíba e do Rio Grande do Norte).

Com efeito o rio das Piranhas, que nasce a Sudoeste da serra do Bongá, na curva ocidental da Paraíba, percorre 200 kms de territorio paraibano antes de entrar no rio Grande do Norte, onde logo recebe o Seridó e perde o nome primitivo, tomando o de Assú. Assim a expressão “quando veyo das Piranhas” demonstra que Domingos Jorge Velho já antes de 1685 estanciava na região do extremo Oeste da Paraíba.

E, como o Piancó é um afluente do rio das Piranhas parece ficar vem patente a possibilidade de haver o bandeirante paulista ocupado aquele ponto, do qual mais tarde poudes ele partir com 1.300 areos para a empreza dos Palmares.

Outro argumento que vem corroborar tal presunção é o que nos fornecem as denominações dos sevicolas, a que Domingos Jorge Velho fez então montaria, conforme o documento

acima reproduzido. Segundo o “Dicionário Corográfico do Estado de Paraíba”, Págs 39 a 10 de Coriolano de Medeiros. Tanto os Icós quanto as Sucuris habitavam territórios paraibanos e precisamente à aurela ocidental destes porquanto aqueles, “selvagens da nação cariry, ocupavam o rio do Peixe e adjacência dos limites das capitanias de parahyba o planalto da Borborema, na zona ocupada hoje pelos municípios de Alagoas do Monteiro, parte dos de São João do Cariry e Teixeira e parte do sertão de Pernambuco”.

O documento descoberto por Basílio de Magalhães deve referir-se ao período de 1687 em diante e não ao milésimo de 1684 como supõe o douto historiador.

CAPÍTULO III

PRIMÓRDIOS DA GUERRA DOS BÁRBAROS

A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS

**REVOLTA GERAL DOS ÍNDIOS DO SERTÃO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CAMPANHAS DE ALBUQUERQUE CÂMARA
E ABREU SOARES**

**RECORRE O GOVERNO GERAL À
CÂMARA DE S. PAULO**

**APELO AOS DOUS MESTRES DE CAMPO DOMINGOS
JORGE VELHO E MATHIAS CARDOSO**

Esmagados os guerens retiraram-se, para a Costa, os ilustres cabos de tropas, seus vencedores Estevam Ribeiro Baião Parente, Braz Rodriguez de Arzão e o filho de Estevam o depois tão celebrado João Amaro Maciel Parente. Voltaria este a exercer a atividade bandeirística ao antigo teatro de suas façanhas o vale do Paraguassú.

As campanhas de Domingos Rodrigues de Carvalho, o valoroso lugar tenente de Francisco Dias de Ávila, de 1674 a 1675, haviam consolidado a situação da conquista branca numa e noutra margem do São Francisco, sobretudo depois do destroço infligido aos selvícolas na região de Salitre.

A bandeira paulista vinda pelo S. Francisco, em 1677, para combater os terríveis aniós e comandada pelos irmãos Bernardo e Domingos de Freitas Azevedo havia tido sérias revezes. Morto um de seus cabos, outro paulista, Francisco de Chaves Leme, pedira à Junta Trina de governadores gerais provisórios do Brasil que lhe concedesse poder aldeiar as nações bárbaras das nascentes do Paraguassú. Não tardaria que se agravasse imenso a pugna entre os brancos e os autoctonos que, agora coligados, defendiam bravamente o território de seus pais.

Formara-se a famosa Confederação dos Carirís, até agora mal estudada, mas hoje já muito esclarecida pelas pesquisas de Studart, Borges de Barros, Vicente de Lemos, Tavares de Lira, Basílio de Magalhães, Irineu Ferreira Pinto e ultimamente resumida do modo brilhante por Garcia nos seus esplêndidos comentários à História Geral de Varnhagem.

Percorrendo a documentação baiana entende Borges de Barros que de tal confederação fizeram parte as seguintes tribus: sucurús, paiacús, icós, icosinhos, bulhuis, ariús, areas pegas, caracás, canindés, coremas, caracarás, bruxarás, índios estes de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Os brancos por sua vez combatendo-se, com os seus próprios irmãos mobilisaram contra eles tropas de mongruzes, guapurús, tocarubas, paraciconhas, baibés, carimbos, tamanquizes e procazes.

As primeiras hostilidades arrebentaram no Rio Grande do Norte. O capitão-mór Manuel Muniz (1682-1685) ao passar o governo denunciava ao Governo Geral do Brasil, que o inquietava bastante a atitude irrequieta, senão mesmo muito hostil, dos índios de sua capitania. E isto quando esta se achava desguarnecida de tropa e sem elementos bélicos de valia. Assim por exemplo o principal baluarte local a forte dos Três Reis Magos estava semi desmantelado.

Na patente passada pelo Governador Geral, Antonio de Souza de Menezes o *Braço de Prata*, a Manuel Nogueira Ferreira, entre 1682 a 1682, alude-se a diversos sucesos sérios ocorridos entre brancos e peles vermelhas.

Havia umas nações tapuia que causavam imenso dano aos rebanhos dos colonos matando não só aminsais como seus escravos.

Já haviam até massacrado diversas pessoas brancas.

Havia sobretudo duas tribus sobremodo ferozes. Nogueira Ferreira capitaneando índios amigos queria combater estes bárbaros.

Parece fora de dúvida que se deve milisimar de... 1683 o início da longa *Guerra dos Bárbaros*, como foi chamada à maior pugna talvez, havido no Brasil, sem solução de continuidade, entre brancos e índios.

Dos primeiros tempos dessa campanha pouco se sabe. De 1687 em diante assume ela aspectos de grande gravidade.

Era Governador Geral o velho Matias da Cunha e quem recorreram os colonos do Ceará contra as ameaças terríveis dos gentios dos seus sertões que haviam em sua fúria devastadora, atingido as cercanias da Fortaleza em correrias gravíssimas.

Ao mesmo tempo os selvícolas do Rio Grande do Norte rebelavam-se. A 23 de fevereiro de 1687 dirigia-se o Senado da Câmara de Natal, ao Governador de Pernambuco, pedindo-lhe instantes socorros. Já os tapuias do sertão do Assú haviam morto para cima de cem colono! Dentro em breve amaeçariam a capital da capitania!

O bravo capitão-mór Manuel de Abreu Soares, como forças exíguas, aliás, partira para o Assú a fim de ver se conseguia deter aqueles terríveis inimigos que, em sua fereza, não poupavam velhos, mulheres e até crianças.

Já a 17 de junho de 1687 ordenava Matias da Cunha a João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco que acudisse ao Rio Grande do Norte com toda a força a brevidade possível. As mesmas ordens expediram-se ao capitão-mór da Paraíba. Amaro Velho de Cerqueira, a quem o Governador Geral acenava com a possível conflagração de sua capitania.

Tão assustados os rio-grandenses que até despachara a Câmara de Natal uma missão especial ao Governador Geral a lhe relatar a gravidade da situação.

Por enquanto os bárbaros dominavam o oeste da Capitania, os vales do Apodi e do Piranhas. Campos fortificados haviam sido às pressas feitos. Mas havia muito pouca gente para os defender e temia-se até a expugnação de Natal!

Partira o socorro comandado pelo coronel Antonio de Albuquerque da Câmara, com gente de Pernambuco e Paraíba a dar combate aos índios mas esta coluna se movia muito vagarosamente.

Assim decorreram os últimos mezes de 1687. No ano seguinte, mas só em maio! marchou, de Pernambuco para o Assú, o terço dos Henrique com o seu mestre de campo Jorge Luiz Soares.

Na Paraíba recebeu de índios e africanos. Batia-se Albuquerque da Câmara nas cabeceiras do Piranhas deixando o sargento-mór a guardar a sua base na casa forte do Cuó, próximo do Assú. Fora este atacado e conseguira repelir o assalto mas não pudera socorrer o seu chefe que sofrera enorme revez. Forçado a entrincheirar-se vira-se, além de tudo, abandonado pelos índios aliados que levava em sua coluna.

Achava o Governador Geral tão seria a situação que tomara medidas lançando bando de perdão a todos os foragidos, criminosos e degredados das capitanias de Pernambuco e Baía. Oferecia-lhes a anistia plena se acaso se incorporassem às forças de Albuquerque Camara.

Em princípios de 1688 avaliaram-se em 600 homens os soldados da resistência branca. Com os resultados do bando avolumara-se muito este computo. Mas havia mil óbices a vencer, sobretudo por parte dos oficiais da fazenda real. Não queriam de todo distrair dinheiro dos cofres régios para as despesas da guerra.

Souto Maior, detestável governante no dizer de Rocha Pita, e detestado mostrava-se tardono e desinteressado das operações bélicas. Opunha a inércia às ordens de Matias da Cunha, tão incomodado com a situação que até falava em retirar cento e

cincoenta homens da guarnição da Baía, para os reunir a 550 de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco formando novo corpo aguerrido capaz de entrar em campanha.

Ao mesmo tempo resolvera mandar servir no teatro das operações o experimentado e bravo embora já muito idoso Manuel de Abreu Soares, homem de tão bela fé de ofício. Agiria autonomamente procurando socorrer a Albuquerque Camara. Partiu Soares sem detença de Natal para as margens do Piranhas acampando num lugar chamado Olho d'Agua e depois em Poço Verde onde construiu estacada.

Verificou *de visu* as devastações praticadas pelos tapuias e a muitas ossadas de cristãos deu sepultura.

Tudo achara queimado e destruído! A sua coluna constava de 120 soldados brancos da ordenança e um troço de índios do terço do Camarão.

Numa expedição ao Rio Salgado teve Abreu Soares grave refrega com os índios a quem matou e feriu muita gente, perdendo vários homens também.

Batido acolhera-se o gentio ao seu valhaconto do Carrasco e os brancos voltaram ao seu arraial.

No fim de quatro meses sua situação ali ficara insustentável, apesar do pequeno reforço recebido sob o comando do sargento-mór Manuel da Silva Vieira.

Como fossem numerosas as deserções ficaram Soares e Vieira reduzidos a muito pouca gente.

Deixaram então o arraial refugiando-se em outra casa forte dele distante uma légua.

Percebendo sua franqueza, voltaram os tapuias à carga, meendiaram-lhes o arraial e com grande ímpeto tentaram expugnar o fortim. Foram repelidos mas depois de causarem diversas baixas aos sitiados.

Sofreram estes imensos, durante cinco meses por falta de víveres.

Contemporaneamente expedia Matias da Cunha instruções aos dois mestres de campo paulista Matias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho, cujos serviços requisitára com a maior instância.

Devia Matias abalar do S. Francisco com trezentos soldados brancos e índios. Mandar-lhes-ia armas e munições com abundância e mais cem mil réis em dinheiro.

Domingos Jorge esse precisaria diferir a realização de sua entrada contra os palmaresenses, desde algum tempo projetada.

Agiriam independentemente um do outro, pelos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, fazendo ao mesmo tempo, todas as entradas que julgassem proveitosas para castigar decisiva e clamorosamente os bárbaros.

Tratassem contudo de manter estreito contacto com Abreu Soares e Albuquerque Camara.

Lançava Matias ao mesmo tempo uma finta à Câmara da Baía de trezentos mil réis, dos quaes duzentos seriam logo enviados ao Rio Grande do Norte.

E exigia este dinheiro em termos ásperos, reclamando dos baianos uma demonstração de solidariedade para com as populações assoladas do Nordeste.

A 10 de março de 1688 dirigia-se Matías da Cunha à Câmara de S. Paulo pedindo que ela fizesse todo o esforço para conseguir que os bandeirantes de Piratininga viessem em socorro dos seus patrícios setentrionais.

Eloqüentemente lhe pintava a horrível situação da capitania assolada. Em 1687 lá haviam morto os tapuias mais de cem civilizados e trinta mil cabeças de gado!

Batera-se Albuquerque da Câmara com três mil areos e os moradores da capitania tão espavoridos se achavam que pensavam em êxodo geral do território. Elogiando, e muito, o valor e a proficiência dos paulistas assim lhe exprimia o Governador Geral:

“Considerando eu que só o grande valor e experiência dos Paulistas poderão alli consguir o mesmo fim, que com tanta glória alcançaram das nações que tyranizavam a Bahia; e que só o zelo com que Vossas Mercês servem a sua Magestade os poderá mover a esta guerra; me resolvi a dizer a V. Mercês e encomendar-lhe muito que supposto o particular serviço que fazem a sua Magestade e o interesse que lhes pode resultar dos prisioneiros, os persuadam Vossas Mercês a virem pelo Sertão áquella Empreza, para qual acharão as munições necessárias donde avisarem que as querem”.

Mais não podia prometer a monificiência régia.

Ao capitão-mór das capitanias de S. Vicente, Thomaz Fernandes de Oliveira, pedia Matias ao mesmo tempo, que empenhasse todo o prestígio de sua autoridade para que a recruta paulista fosse a mais volumosa.

CAPÍTULO IV

ANÚNCIOS DA VINDA DO SOCORRO DE S. PAULO

NO LUGAR ENTRADA EM CAMPANHA E OS TRIUNFOS DE DOMINGOS JORGE VELHO

CHEGADA DE MATIAS CARDOSO

PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS DO ARCEBISPO GOVERNADOR GERAL INTERINO

Avisava o Governador Geral, em carta de 14 de março de 1688, a Albuquerque da Camara, que mandaria reforçar as guarnições de Natal e Fortaleza. A primeira sobretudo estava reduzida a um mínimo de homens. Sabia que as praias cearenses iam ter piratas de várias nações e que estes corsários abasteciam aos Bárbaros de armas de fogo e munições.

Recomendava-lhe desse aos chefes militares em campanha, como santo e senha, que em combate não se fizesse quartel algum aos tapuias. A cobiça de os ter com escravos conduzia ao perigo de furigem os prisioneiros e volver a tomar armas contras os portugueses.

Comunicava-lhe a boa notícia de que Domingos Jorge, e seu lugar tenente, comandantes de 600 homens, reunidos para

atacar os Palmares, iam romper pelo sertão das campanhas o interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, tomando ao revés as nações índias que se diziam serem os aliados e sustentáculos principais dos janduíns.

Deviam fazer junção estes paulistas com as forças dele Albuquerque da Camara cuja situação era grave como era, devia além de tudo ser mantida a custa de grandes sacrifícios, tal a sua importância.

Em seu socorro partira pequena coluna, organizada por seu irmão Pedro de Albuquerque da Camara.

Mas o capitão-mór, Pascoal Gonçalves de Oliveira, Governador do Rio Grande do Norte, obrigara-o a ir socorrer a Abreu Soares motivo pelo qual ele, Matias da Cunha, a este repreendera fortemente dizendo-lhe que merecia ser asperamente castigado.

Também logo o substituiu por Agostinho César de Andrade. Afinal chegou a notícia da vinda dos paulistas ao Rio das Piranhas. E Matias da Cunha exprimia o seu grande júbilo e as esperanças alimentadas de em breve se dar a extinção dos Bárbaros.

Ao Bispo de Olinda, um dos governadores interinos de Pernambuco, pela morte de Fernão Cabral, comentava o Governador Geral impressionado com a notícia dos últimos revezes das armas reais. Irritado, emitia conceitos depreciativos sobre o valor dos pernambucanos.

Felizmente viera outra nova compensadora daqueles maus informes.

Obtivera Domingos Jorge Velho esplêndida vitória. Após quatro dias de peleja viva terminaram o combate pelo desbarato

completo dos tapuias. Haviam eles perdido bastante gente e fugido dispersos.

A falta de munições impedira porém que o triunfo dos paulistas fosse completo.

Verberava Matias de modo mais veemente o procedimento da tropa de Pernambuco. De 900 homens recrutados apenas não haviam desertado 200!

Agora tratava-se de organizar o corpo auxiliar que sob o comando de Abreu Soares iria operar em combinação com o mestre de campo paulista. Mandava dizer ao chefe da coluna que nesta guerra, legítima como nenhuma outra mais, os prisioneiros seriam escravos de seus apresadores.

Ordenava o Governador Geral, ao mesmo tempo, ao seu delegado no Rio Grande do Norte, que enviasse tudo quanto pudesse de armas, munições e mantimentos a Domingos Jorge Velho “pois o merecia tanto o seu valor como se devia ao seu perigo”.

Matia Cardoso, este se movia com a sua tropa em direção ao teatro da campanha, mas, com as enormes distâncias a vencer, ainda demoraria em entrar em ação.

Como o Provedor da Fazenda Real de Pernambuco categoricamente declarasse que os cofres da sua provedoria não poderiam custear as despesas da campanha contra os tapuias anunciou-lhe o Governador Geral que o seu governo supriria com dinheiro a penúria do erário pernambucano.

Escrevendo a Domingos Jorge Velho, a 13 de outubro de 1688, felicitava-o Matias da Cunha pelos primeiros triunfos al-

cançados sobre os bárbaros, logo à entrada em campanha “tão digos da fama ds paulistas”.

Recomendava-lhe a maior união de vistas com todos os chefes militares. “Nunca, na Europa haviam logrado boa fortuna os exércitos cujos postos maiores haviam andado desunidos”.

Ao Capitão-Mór do Rio Grande do Norte ordenara que puzesse todo o empenho em servi-lo.

E como Domingos Jorge lhe houvesse mandado pedir concedesse aos seus oficiais patentes como as que haviam sido expedidas aos de Estevam Ribeiro Baião Parente noticiava-lhe que a elle Domingos Jorge concedia o soldo e as preeminências de Mestre de Campo.

Desejando, de todos os modos, significar ao bandeirante a altíssima conta em que o tinha, notificava-lhe que as nomeações solicitadas ele, mestre de campo, as faria.

“Vossa Mercê me pede lhe mande patentes de Capitães na infantaria para os seus Capitães a exemplo das que na guerra da Bahia com os Bárbaros as tiveram e se concedeu neste Governo ao seu Governador Estevam Ribeiro Bayam Parente.

As patentes que elle e aos mais officiaes dos Paulistas se concederam foram sem soldo. Mas que Vossa Mercê entenda a estimação que faço da sua pessoa, e a grande opinião que tenho do seu valor e dos seus soldados, e que tenho mui presente a ação de deixar pela minha ordem a empreza dos Palmares, a que por tão ásperos, e dilatados sertões, veio destinado de S. Paulo, e marchar logo a essa guerra, lhe envio, com esta Patente do Governador de um Regimento que orde-

no a Vossa Mercê forme de toda a sua gente me da mais que se lhe agregar, com o soldo, e preeminencias de Mestre de Campo; e para o Sargento maior, quatro capitães e dous Ajudantes do numero, as suas todas com os nomes em branco, para que Vossa Mercê lá os ponha, elegendo para estes postos os sujeitos mais beneméritos de os ocuparem”.

Augurando novos e estrondosos triunfos às armas do illustre “calção de couro” expendia o Governador Geral;

“Espero que Vossa Mercê me repita novas de outros maiores sucessos, até finalmente me vir à última e mais gloriosa de se ter acabado a guerra, e ficarem totalmente extintos os Bárbaros, como Vossa Mercê me promete, e os moradores dessa Capitania livres de suas insolências como procuro, para que Vossa Mercê, e seus officiaes e soldados tenham vitoriosos e interessados na presa dos vencido, as honras e mercês que confiadamente devem esperar da grandeza de Sua Magestade a quem hei de dar conta. E Vossa Mercê m’o dê de tudo o que fôr sucedendo”.

A Agostinho César de Andrade, avisava Matias da Cunha que ele, Agostinho, seria o comandante das diversas colunas em operações; a dos paulistas e as de Albuquerque da Camara a Abreu Soares.

A este último escreveu o Governador Geral num tom assaz ríspido. A lembrança dos serviços prestados pelo infeliz Cabo de tropa que agora, já octogenário, estava à testa de sua coluna, levava-o, porém a desejar-lhe que os seus comandados compreendessem melhor os deveres de vassallos do rei de Portugal não desamparando o seu arraial semi-deserto.

Ao Bispo Governador interino de Pernambuco recomendava Matias da Cunha, ao mesmo tempo, que com o maior rigor averiguasse se era exato o que se afirmava, a saber; fôra o comandante de Fortaleza do Ceará quem aos tapuias abastecera de pólvora e balas!

Era inerível tal proceder. Mas verosimel outra versão; à procedência destas armas justificava o contato que os tapuias tinham com os navios de piratas. Percorriam estes as costas do Rio Grande do Norte e subiam o rio Assú até o ponto em que deixava e ser navegável, a partir de cinquenta quilômetros da foz.

Mandou o Governador Geral expedir patente a Domingos Jorge Velho de “Governador da Gente da Conquista dos Bárbaros do Rio Grande”.

Descobriu Borges de Barros tal papel infelizmente bastante deteriorado no Arquivo da Baía em cuja revista (VI, 176) o divulgou.

Honoríssimos os termos pelos quaes se confere tão falta comissão.

“Porquanto o Capitão-mór Domingos Jorge Velho me representou que para os capitães e officiaes que se acham nas partes do Rio Grande poderem continuar aquella guerra e suportar as asperezas daquele sertão com maior ânimo, seria conveniente ao serviço de Sua Magestade honrá-los em seu Real Nome com Patentes e soldo de Infanteria para exemplo das que se passarão aos cabos e officiaes que de S. Paulo vierão asemelhante guerra nesta Praça da Bahía, sendo ela de menor consequência”.

Respeitando eu o grande valor e experiência do Gentio, Prudência militar e mais qualidades que concorrem no dito Capitão-mór além da modéstia com que sem falar em sua pessoa procura a honra de seus officiaes e considerando o notável serviço que fez a S. Magestade em deixar por minha ordem a empresa dos Mocambos dos Palmares para a qual se abalou por terra a Villa de S. Paulo com o número de gente branca e de índios que entendeu ser bastante, a conquistá-los, havendo resistido várias vezes aos soldados de Pernambuco, tolerando nas jornadas em que gastou quase dez meses de grandes esterilidades e falta de sustento e águas, no que mostrou melhor aconstancia com que os venceu até chegar às vizinhanças dos ditos Palmares.

E sem reparar no interesse da dita empresa marchou logo que recebeu o meu aviso para a guerra dos Bárbaros Janduí, e outras naçoens confederadas que com diversas mortes roubos e insolências tinham reduzido aquella Capitania a perigo de sen moradores desamparalla, sem lho impedirem os consideráveis socorros que lhe mandey acodir de Pernambuco e das mais Capitanias do Norte ao terror do innumerável poder dos Bárbaros mais lecenziosos, em aquelle ineficácia das nossas armas, chegando nestes termos, o dito capm-mór e penetrando lá com a sua gente o interior da campanha queimou as principaes aldeyas e degolhou toda a nação que nellas estava passando a investir às outras que unidas o esperavão pelejou com ellas quatro dias e quatro noites, sempre em fogo vivo, por trazerem muytas armas desta qualidade, além dos sem números (sic) de arcos e setas fazendo nelas tanto estrago que os obrigou a retirar, a elle não os

seguio por falta de pólvora e balla, mandando-se buscar a Pernambuco, e pediu-me o soccorresse para continuar a guerra athé de todo acabar e extinguir os Bárbaros.

E porque havendo sido aquelle... nova reputação das armas de S. Magestade que tanto... havião declinado, e principio de respirar a dita capitania, quando mais... estavam as esperanças de se conversar, e a seu exemplo se animar a infantaria paga, meliciana e mais soldados pretos e índios de que ordeno se lhe enviem outros soccorros hé o dito Capm-mór digno de toda a honra e das mercês que espera da grandeza de sua Magestade, a quem dou conta de seu grande merecimento e valor, e estando elle em acto de guerra tenho resoluta (ajustando-me ao cap. 40 do Regimento novo deste Governo) que o dito Capm-mór forme de sua gente, e de toda a mais que se lhe aggregar, hum regimento com quatro companhias e hum sargento mayor, como elle me pediu, porquanto a dita guerra durar a sua magestade o houver assim por bem e hé justo a continue com mais autorizado posto de que hé tambem”...

Assim, a tanto autorizado por sua Magestade elegia e nomeava Domingos Jorge Velho Governador do Regimento recém fundado com todas as honras de que gozaram e deviam os mestres dos Terços de Infantaria pagos (de linha) do Brasil cabendo-lhe assento de Mestre de Campo com o soldo de dezesseis cruzados mensaes (6\$400 rs.) pagos pela Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco.

Pouco depois, a 24 de outubro de 1688 morria Matias da Cunha da *bicha* do terrível surto de febre amarela que devastou o norte do Brasil em fins do século XVII.

As vias de sucessão ordenavam que em sua falta governasse o Estado do Brasil o Arcebispo da Baía Dom Frei Manuel da Ressurreição.

Era este prelado inteligente e enérgico mandando logo que prosseguissem com todo o rigor as operações contra os tapuias.

Ao Capitão-Mór do Rio Grande do Norte, à Câmara de Olinda, ao Bispo Governador de Pernambuco fez logo saber que nada se alteraria enquanto as armas reais não houvessem dominado por completo os atrevidos índios.

A 4 de dezembro desse mesmo ano de 1688 notificava que à vista das más notícias recebidas do teatro da guerra resolvera mandar pedir à Câmara de S. Paulo que expedissem mais uma coluna de sertanistas.

“E por não faltar à deligência alguma, escrevi à Câmara de S. Paulo para que daquela Capitania venha outro socorro de Paulistas pelo Sertão, e não tenho pequena confiança de que venham fazer este grande serviço a El-Rei meu Senhor; mas a minha maior ponho toda na que Vossa Senhoria obrar”.

Domingos Jorge Velho e Albuquerque Camara haviam significado quanto a sua situação militar era grave ante o número de Bárbaros e seu atrevimento. E ambos estes chefes notificavam quanto se achavam faltos de tropa, armas, munições e mantimentos. Contava-se muito com a cooperação de uma tropa de quatrocentos tapuias cearenses pacificados que obedeciam a um

sargento-mór de grande bravura. Mas esta diversão bélica que tão útil seria ainda não se efetuara.

Quem ao Arcebispo sugerira a idéa da organização do segundo corpo paulista fora Bernardo Vieira Ravasco, o celebrado Secretário do Estado do Brasil, irmão de Antonio Vieira.

Ao mesmo tempo preparava-se em Penedo sobre o São Francisco a organização de mais uma coluna, dois troços de gente branca e índios num total de seiscentos homens dos quais trezentos e cinquenta brancos, 450 praças se destinavam ao arraial de Domingos Jorge Velho e o resto ao de Albuquerque Camara.

A Agostinho César de Andrade, o capitão-mór rio-grandense do norte retirava o Arcebispo a 4 de dezembro de 1688:

“Bem creio do zelo e da actividade de Vossa Senhoria que lhe terá mandado dessa Capitania taes socorros, que não só os anime antes convertam a defesa em mais viva guerra aos Bárbaros”.

Mas porque a importância de se não perderem as nossas forças obriga a que todas as partes sejam soccorridas, me resolvi a mandar-lhe formar quarenta arrovas de pólvora fina, e cento e vinte de chumbo que vão nesta sumaca de João Alvares”.

A Abreu Soares muito mais duramente do que o fizera o seu antecessor exprobrava o Arcebispo a sua derrota, a dispersão desordenada de suas vultuosas forças e o desamparo em que deixara a importante posição estratégica em que estivera. Acusava-o o Prelado de frouxo na matança da disciplina e sobretudo de desobediência às ordens superiores.

Seus soldados viviam como bandoleiros da peor espécie assaltando as fazendas dos colonos norte rio-grandenses. Provi-

nha isto da tibieza do comando. Era preciso que o cabo da tropa se revelasse à altura do comando importantíssimo que o Rei lhe cometera.

Comentando a singularidade daquela campanha tão áspera dizia o Arcebispo:

“Cinco annos ha que essa guerra se começou, e um que é tão áspera e viva com vossa Mercê vê, e dá muito que cuidar trazerem os Bárbaros armas de fogo e não lhes faltar pólvora, quando elles, não se fabricam. Vossa Mercê com todo o silêncio examine donde lhe vem, ou quem lhá dá e com o mesmo segredo e clareza que esta matéria pede me avise; dando-me conta do mais procedimento desta guerra”.

CAPÍTULO V

RECOMENDAÇÕES DO ARCEBISPO AOS MESTRES DE CAMPO

PEDIDOS DE CLEMÊNCIA

PROVIDÊNCIAS DIVERSAS

Longa foi a primeira carta do arcebispo aos dois mestres de campo, Domingos Jorge Velho e Antonio Albuquerque da Camara Coutinho (30 de novembro de 1688). Explicava-lhes que muito a contra gosto aceitara o governo atendendo unicamente ao “risco grande em que as vira este povo”.

Esperava poder enviar a cada um 500 homens e 60 arcabuzes. Cada chefe devia ter completa autonomia em virtude das razões explicadas a Abreu Soares e acrescidas de outra ponderosa: poderia haver rixas sérias entre as diversas colunas.

Recomendava pois, exprimissem os dois chefes a seus soldados a proibição expressa de saquearem as fazendas dos moradores. Fosse à disciplina a mais rigorosa.

Descendo a uma providência humanitária pedia o arcebispo piedosamente:

“Em segundo lugar com esses miseráveis índios digo vencidos (como espero em Deus a hão de ser) si não usem crueldade

des, que encontram a lei de Deus, ou a de uma justa guerra, que ainda que parecem brutos na realidade, são homens descendentes de Adão”.

Continuava um enigma esta questão de aprovisionamento de pólvora e bala aos índios. Tinham eles munições em abundância, maior que os civilizados! (Cf. Docs. Hist. X, 350). E aventava a hipótese de suprimento dos índios pelos piratas que infestavam a costa do Nordeste.

“Tem me dado muito em que estudar um segredo que não posso perceber, este é, que havendo cinco annos que começou esta guerra e mais de um anno que continua tão viva e accessa, quanto Vossa Mercê experimenta pois em este tempo lhe não foi possível sahir dessa campanha, nem para poder ir ver a as casa até agora não lhes faltou pólvora nem bala para nos offenderem; o donde lhe possa vir é o que não percebo; porque sendo certo que elles a não fazer, ou lhe vai da nossa parte, ou lhe vem de outra de fora.

Já ouvi que o pirata por resgate de alguns gados lhe mettera alguma; porém esta, não pode ser tanta que suprisse tão largo tempo. Espero que Vossa Mercê com toda cautela e segredo, faça disto alguma pesquisa assim por aquellas pessoas que da nossa parte puderem disso ter notícia como por alguns gentios que se captivarem; porque convém muito ao serviço de Deus, e da Sua Magestade entender-se si há enter nós quem dê tão pernicioso socorro aos infieis nossos inimigos, ou si vêm desta ou daquella nação com que tenham commércio e do que Vossa Mercê achar me fará aviso com todo o segredo”.

Assim se achava o antistite Governador Geral inclinado à hipótese de que os verdadeiros fornecedores de pólvora e balas aos bárbaros fossem maus portugueses!

Daqueles que seguindo os exemplos de Sertório e do “nobre Coriolano” queriam depois da morte fazer jus “no reino de Sumana aos gravíssimos castigos” da apóstrofe camoneana.

Ao Capitão-mór paraibano incumbido de levar as armas e munições aos mestres de campo recomendava d. Fr. Manuel o maior cuidado. Escolhesse melhor de seus oficiais de infantaria, desse-lhe 150 brancos, armados do melhor modo, e a máxima quantidade de índios possível, das aldeias reais, para que se formasse o comboio destinado aos dois arraiaes das Piranhas. E designasse ainda os mais hábeis guias do sertão.

Perigo terrível haveria se os Bárbaros se apossassem de tão valiosos elementos, dextros como se achavam no manejo das armas dos civilizados:

Quatro dias antes dessa missiva expedira o Arcebispo às duas patentes relativas aos reforços que deviam ser recrutados na região do S. Francisco.

Divulgou-as Borges de Barros nos seus *Bandeirantes e sertanistas baianos* (p. 162) e são documentos de um códice fragmentário do Arquivo da Baía (Livro de Portarias de 1688).

Pedro Aranha Pacheco novo capitão-mór de Penedo levaria 200 brancos, 300 índios e o capitão-mór André Pinto Corrêa, 150 brancos e 300 índios.

Na patente de Pedro Aranha dizia-se que muito se esperava do valor da gente do comando do novo capitão-mór por estar

acostumado às guerrilhas com os palmarenses. Procurasse angariar a colaboração de quatro capitães experimentados “sujeitos de particular opiniam e prática daquelles certoems que havia desde o Ryo São Francisco athé as fronteiras donde os arraiaes brancos assistiam” Antonio Martins, José Ferreira, Domingues Antunes e Gregório Bezerra.

Nas instruções passadas a Aranha Pacheco dizia o Arcebispo que lhe conferia atribuições idênticas às dos capitães mores de Sergipe sobre os distritos do rio de S. Francisco. Mencionavam-se então os nomes de um certo número de aldeias índias de nomes provavelmente estropiados. Aru Marú, Serra da Sabanga, Prupriciá e Pacatuba, Chocós, no Panema, Curinhaz, Campos de Binqui e de Ararobá.

Deviam fornecer trezentos arcos bem armados de frexaria sob o comando de seus respectivos principais.

Conduziria estes índios e os brancos com eles arrolados ao arraial de Antonio de Albuquerque. Se quizesse ficar no Rio Grande a pelejar os tapuias, cláusula curiosa serviria porém como soldado raso!

De André Pinto Corrêa dizia o Arcebispo: “sujeito de grande valor, actividade e zelo do serviço d’El Rey”. Constava que era pobre assim nesta expedição teria de fazer despesas, não possuindo cabedal para tanto. Mas como a fazenda real não se achava capaz de dela se lhe dar ajuda de custo e respeitando o Prelado a importância de sua pessoa, resolvera mandar entregar-lhe com mil réis dos 300 com que o Senado da Câmara da cidade do Salvador resolvera contribuir para as despesas da guerra,

visto como até então não se haviam decidido os paulistas de Matias Carodoso e Marcelino Coelho a entrar em campanha.

Na mesma ocasião mandou D. Frei Manuel da Ressurreição expedir patente ao ilustre Francisco Dias de Ávila, de capitão-mór “da nasçam dos Tamanquinz” (Cf. Borges de Barros, ob. cit. 163).

É este documento muito interessante e típico de uma circunstância dos processos administrativos coloniais: a oposição de índios fiéis, ou pelo menos submissos, a outros rebelados e indomáveis.

Começa por uma exposição de motivos:

“Porquanto hora mando socorrer os nossos Arrayaes das Piranhas com hum Troço de gente branca, e athé trezendos Índios das Aldeias de uma e outra parte do Ryo de Sam Francisco, entre os quaes vão os das Aldeias dos Mangaruz, e convém ao serviço d’El Rey Meu Senhor e a defesa da Capitania do Ryo Grande, donde os Bárbaros estão repetindo várias hostilidades, que para aquella guerra se escolhão os Índios Valerosos, e os de cada Aldêa vão a cargo dos seus principaes”; para depois exaltar os méritos do sertanista máximo da Bahia;

“Tendo eu considerações, ao grande vallyor, nobreza a experiências de Francisco Dias de Avilla e ao grande esforço e fama da Nasçam dos Tamaquinz, e ao particular merecimento que terão com sua majestade e nome entre os Bárbaros Janduinz, com que hora vão pelejar; esperando do dito Capm-mór Francisco Dias de Avilla, que levará consigo os mais Vallentes Índios de todas as Aldeas de Tamanquinz, que com elles ajude as nossas armas de maneyra que fiquem victoriosas, a elle e todos os seus descendentes com a honra que devem esperar da grandeza de El-

Rey Meu Senhor, com bons Vassalhos seus: Hey por bem de o elleger e nomear Capm-mór de todas as Aldeas desta Nasçam para que o seja, uze e o exerça com todas as honras graças, preheminen-
cias e facilidades que tem e de que não gozão os mais Capitães móres das aldeias de Índios, sujeitos à Corôa de Portugal”.

A posse lhe seria dada por André Pinto Corrêa.

“Pelo que ordeno ao Capm-mór André Pinto Corrêa, lhe dê posse e juramento, de que se fará assento nas costas desta, e aos officiaes de guerra e milícia deste Estado, o hajão, honrem, estimem, e reputem por tal Capitam-mór das ditas Aldeas e aos mayores e mais Índios della, o venerem, e obedeção, cumpram e guardem todas as suas ordens, de pallavra ou por escripto, tão pontual e inteiramente, como deve, e sam obrigados” (Livro V de Patentes (1688-1696) do Arquivo do Estado da Baía).

Na mesma ocasião ordenou o Arcebispo que Matabá e Vicente, capitão das aldeias dos Procazes e principal das aldeias dos Mungurús, mobilizassem a sua gente seguindo à sua testa para o Nordeste conflagrado.

CAPÍTULO VI

CARTA CONSULTA DO ARCEBISPO GOVERNADOR GERAL À CÂMARA DE SÃO PAULO

Morrendo Matias da Cunha logo depois era o Arcebispo seu sucessor interino quem em termos clamorosos, invocava o apoio da Câmara de São Paulo em favor do serviço régio.

“Succedendo eu por morte do Sr. Mathias da Cunha no logar que occupava de Governador, e Capitão Geral do Estado, recebi uma carta de Vossas Mercês sobre o Thesoureiro dos Donativos dessa Capitania Luis Peres de Oporto.

E dando-me o Secretário do Estado conta de uma que havia escripto a Vossas Mercês sobre a guerra que os Bárbaros faziam na do Rio Grande (cuja cópia remetto com esta) para mover os Paulistas a virem socorrê-la por terra; vejo, que sendo o negócio de maior importância não tive carta dessa Câmara.

Donde infiro que a não deviam Vossas Mercês receber; sendo então mui cruéis as hostilidades que aquelles moradores padeciam; é ainda maior o aperto em que hoje se vêem os nossos Arraiaes, por ser incomparavelmente maior o poder dos Bárbaros que o das nossas armas; pois pelos últimos avisos que agora tive daquella fronteira não só se não atrevem os nossos a investi-los nas suas Aldeias mas antes chegaram elles a vir cercar os nosso quartéis, sendo Governador de um delles Domingos

Jorge Velho, e do outro Antonio de Albuquerque da Câmara; os quaes pelejando quatro dias com os Bárbaros por falta de munições se retiraram aos quartéis de que saíram.

Eu os mando soccorrer com dous Troços de Índios e gente branca a cargo de Dous Capitães-móres que os hão de reconduzir das Aldeias e Ribeiras do Rio de São Francisco, que brevemente marcharão por terra e por mar com as munições, e armas necessárias”.

Depois deste longo intróito redigia o arcebispo uma série de conceitos bem pouco amáveis para com os pernambucanos e sumamente elogiosos aos paulistas.

“Mas, como as gentes Pernambucanas com que meu antecessor os havia soccorrido, desacreditaram muito naquella guerra, a grande opinião que alcançaram na dos Hollandezes; os dous Cabos das Fronteiras se acham com tão pouco poder, e o socorro que mando do Rio de São Francisco ser só bastante a se defenderem as fronteiras, e não a conquistar os Bárbaros, que é só o meio com que se pode dar fim a tão constante guerra; e havendo durado quarenta annos a que outros Bárbaros fizeram à Bahia, só os Paulistas tiveram a glória de os vencer, e livrá-la de seus insultos; tenho por sem dúvida que só para elles está reservado o triumpho dos do Rio Grande.

Por esta causa, e pelo conceito que tenho do zelo com que Vossas Mercês servem a Sua Magestade me resolvo a escrever esta a Vossas Mercês, para que em meu nome persuadam a pessoas que a Vossas Mercês parecerem de maior reputação a quererem vir a esta empresa com todo o maior poder, e maior brevi-

dade que ser possa; que eu da parte Del-Rei meu Sr. (a quem já fico dando conta desta disposição e carta que escrevo a Vossa Mercês) seguro aos que principalmente forem cabos deste socorro, e applicarem a sua expedição as honras, e mercês que devem esperar de sua Real grandeza”.

Seria aquela campanha a mais proveitosa aos bandeirantes. Iriam agora com a aprovação de Sua Majestade “procurar e obter o seu remédio” graças àqueles processos por ele empregados, mas, sempre em desobediência às leis do Reino.

“E se os Paulistas são tão costumados a penetrar os sertões para captivar Índios contra as provisões de Sua Majestade que o prohibem, tenho por certo, que agora que o podem fazer em serviço de seu Rei como leaes vassallos seus, e em tão público benefício daquellas Capitanias o farão com maior vontade não só pelo crédito da sua fama, e esperança da remuneração que há de ter o que obrarem.

Mas tambem pela utilidade dos bárbaros, que presionarem, que justamente são captivos na forma das leis Del-Rei meu Sr. e resolução tomada na Junta Geral dos Theólogos, e Canonistas, que sobre esta guerra se fez para se declararem por taes”. E uma vez esmagados os tapuias que mina a explorar-se na rendição dos palmarenses daquele núcleo de quiçá três dezenas de milhares de negros de Guiné frizava o arcebispo:

“E quando esta guerra se acabar não é de menor importância a conquista dos negros dos Palmares, assim ao valer, como a conveniência.

Ao Capitão-mór Domingos Jorge Velho que dessa Capitania veio pelo Sertão a conquistá-los por o Sr. Mathias fosse à guerra do Rio Grande, e elle o fazer promptamente lhe mandou Patente de Governador da sua gente com preeminências e soldo de Mestre de Campo, e eu pelo bem que há servido Antonio de Albuquerque lhe mandei outra na mesma forma.

Ambos governam a sua gente independentes um ou outro.

Do mesmo modo há de ter também a mesma indenpência do Capitão-mór que Vossas Mercês elegerem que é certo há de ser sujeito muito benemérito de Vossas Mercês o empenharem no governo de toda a gente que espero venha neste socorro; e tanto que chegar às campanhas do Rio Grande, a Arraias das Piranhas lhe mandarei logo Patente de Governador com as mesmas preeminências, e soldo de Mestre de Campo, e sem subordinação alguma aos outros, fará pela parte que lhe parecer a guerra aos bárbaros ou separado, ou unido communicando-se com os outros Mestres de Campo para o acerto da conquista.

Em consideração de tudo o que nesta escrevo a Vossas Mercês creio que disporão o effeito de maneira que fique eu agradecendo a Vossas Mercês a actividade e a todos os que forem o particular serviço que vêm fazer a El-Rei meu Sr. avertindo a uns e outros que empenho nisto, mais a minha intercessão como seu Pastor do que a mesma ordem se a dera como Governador seu. E do que Vossas Mercês obrarem me darão conta para me ser presente”.

Egual incitadamente se fazia ao capitão-mór de S. Vicente.

Tratasse de instigar os seus jurisdicionados à jornada em favor do serviço real, “pelo aperto em que as nossas fronteiras se vêem por ser tão superior o poder do bárbaro às nossas armas que os vem investir aos seus quartéis”.

Apesar de não ter vindo ainda resposta da Câmara de S. Paulo estava o Governador Geral crente de que já algum socorro bandeirante marchava pelo sertão.

Recomendações idênticas se faziam, ao velho e pugnaz vigário paulistano, Domingos Gomes Albernaz, a 9 de dezembro de 1688.

“Vossa Mercê da sua parte ajude a Câmara e o Capitão-mór a este grande benefício daquelles pobres moradores, animando aos que vierem não só com os estímulos do crédito a que os empenha o seu nome, e as honras que devem esperar Del-Rei meu Sr. mas com a conveniência própria da multidão de Bárbaros que têm para vencer e prisionar; pois estão declarados por captivos”.

Mas o indispensável era angariar-se um cabo de tropa de real valor.

E estes todos o indicavam: Matias Cardoso de Almeida.

A ele escreveu o arcebispo uma carta de convite muito curiosa.

Demonstra iniludivelmente quanto com a maior facilidade se deslocavam os paulistas através da vastidão dos sertões.

Estabelecido à margem do São Francisco fôra Matias Cardoso a S. Paulo buscar farinhas para a sua povoação.

“Procurando por Vossa Mercê para lhe encarregar (como o Sr. Mathias da Cunha, Governador e Capitão Geral que foi deste

Estado, em cujo logar succedi, determinava) o soccorro que com a sua gente havia de fazer à guerra dos Bárbaros do Rio Grande; supponho estar Vossa Mercê no Rio de São Francisco; me disse o Mestre de Campo Antonio Guedes de Britto, que já as ordens que eu mandasse a Vossa Mercê o não haviam de acabar na povoação do dito Rio por ter notícia que era Vossa Mercê partido para essa Capitania a buscar mais farinha para a dita povoação.

A informação que o dito Mestre de Campo e o Provedor-mór Francisco Lamberto me deram do valor e procedimento de Vossa Mercê me obriga a buscá-lo; donde entendo que póde ter melhor effeito o fim para que o procurava no Rio de S. Francisco.

Porque como me resolvi a escrever ao Capitão-mór, dessa Capitania e à Câmara da Villa de São Paulo, pessuadissem os sujeitos de maior importância que costumam penetrar os Sertões para captivar Índio, queiram vir a conquistá-los naquella campanha, em cuja guerra se tem declarado por escravos, e fazer da mesma conveniência merecimento para as honras, e mercês que devem Del-Rei meu Sr. em um serviço tão relevante, e que tanto será maior, quanto mais brevemente partirem: e da grande opinião que tenho de fama dos Paulistas, não duvido aquelle emprego”.

Passava o prelado a fazer os maiores elogios ao grande bandeirante:

“É certo que si Vossa Mercês se acha dessa banda, nenhuma pessoa elegerão os officiaes da Câmara para governar a gente que vier mais benemeritamente que a Vossa Mercê.

E nesta supposição, encomendo muito particularmente a Vossa Mercê, que quanto antes se possa, se ponha em marcha a

vir acudir a uma Capitania que tão arriscada fica a padecer a última ruína, que ainda que do Rio de S. Francisco, tenho mandado ir dous corpos de gente branca, a Índios de até trezentos arcos e cento e cincoenta moradores a reforçar as nossas armas no quartel de Domingos Jorge, e com outros tantos o de Antonio de Albuquerque é tão superior e inumerável poder dos Bárbaros de várias nações que os opprimem, que creio que até os Paulistas que agora vierem não chegarem, não poderão ser vencidos e restaurada a dita Capitania”.

“Querendo Vossa Mercê vir como lhe peço com todo o maior poder, e brevidade possível, desde logo se pode Vossa Mercê intitular Governador do Regimento que lhe ordeno forme de toda a gente; e gosar as mesmas preeminências de Mestre de Campo, e como tal vencer o soldo desde o dia que partir, que nessa conformidade mandarei passar a Vossa Mercê a Patente.

E do mesmo modo nomeará Vossa Mercê Sargento-maior, e Capitães porque a todos mandarei passar patentes de Capitães de infantaria paga. Espero que por meio desta carta se consiga este grande serviço Del-Rei meu Sr. e que Vossa Mercê sobre quantos lhe tem feito lhe mereça agora maiores honras como justamente deve confiar, e eu devo representa-lhe. E do que Vossa Mercê obrar nas disposições e effeito me dará mui particular conta”.

Contemporaneamente devia operar no sul da Baía outro bandeirante até agora desconhecido naquela zona, revelados, por um papel dos “Documentos Históricos” (Cf. t. XI, 151). Era ele André Furtado (of. Docs. Hist. XI, 151).

Escrevia-lhe o arcebispo a 31 de agosto de 1689:

“Vejo a carta de 23 de Julho deste anno que Vossa Mercê me escreveu sobre o offerecimento que me faz de livrar os moradores da Capitania dos Ilhéus das hostilidades dos Bárbaros, dando-se cinco mil cruzados em dinheiro de contado, além das condições apontadas na mesma carta e contrahidas sem logro com outros Paulistas. Parece que todos os dessa Capitania se falaram para impossibilitar nos excessos das suas propostas o mesmo interesse que nellas procuram.

Toda a Capitania dos Ilhéus não vale vendida, o que Vossa Mercê quer que se lhe de por livrá-la. Com menos despesa se ficará escusando a com que Vossa Mercê quer se pague a sua vinda”.

Este entradista ganancioso e exigente a quem irritado respondia o governador geral haveremos de vê-lo mais tardeno séquito de Domingos Jorge Velho em Palmares.

CAPÍTULO VII

NOTÍCIA BIOGRÁFICA DE MATIAS CARDOSO DE ALMEIDA

IFORMES DE PEDRO TAQUES E SILVA LEME

A ORGANIZAÇÃO DO TERÇO DO MESTRE DE CAMPO

Em sua assaz extensa biografia de Matías Cardoso dá-nos Pedro Taques notícia de que o antigo lugar tenente de Fernão Dias Paes restituído à sua terra natal, em 1682, pouco desfrutara o socego em desconto dos trabalhos curtidos durante a expedição com D. Rodrigo de Castel Blanco: “não gozou da pátria mais do que até o anno de 1689 porque o seu merecimento foi lembrado na cidade da Bahia para se confiar do seu grande valor e disciplina e o socego e a paz que não gozavam os moradores do Rio Grande da Capitania do Ceará, pelas hostilidades dos bárbaros gentios habitadores daquelles ásperos sertões”.

Tratando de tão notável episódio da história das bandeiras não podia o lihagista perder tão bela ocasião, quanto esta, de escrever longamente, sobre este alto feito militar cuja glória tanto revertia sobre o seu biografado.

E esta ocasião ele a aproveitou para verberar a Rocha Pitta o descanso com que lia os documentos ou antes a aversão que por eles sentia.

“Antes que passemos a individuar as ações de Mathias Cardoso na guerra contra os gentios do Rio Grande devemos noticiar, que o coronel Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *América Portuguesa*, pág. 437 do n. 52 até 54, affirma que o governador de Pernambuco aos capitães mores da Parahyba e Rio Grande mandassem cabos, gente, petrechos e bastimentos para aquella empreza; o que assim se executara com tão bom successo, que delle resultara a quietação, que lograva aquella província, colhendo os fructos das culturas do seu recôncavo com menor perigo do que até aquelle tempo experimentara.

Até aqui o dito Pitta; porém este autor tem tantas faltas no corpo da história, que passam a ser erros indesculpáveis; porque as matérias de que trata, constando a verdade dellas, e a sua época e a chronologia, dos documentos que existem nos registros dos livros da secretaria do governo geral, provedoria-mór e Câmara da Bahia, não devia escrever os successos pertencentes à mesma história sem a licção destes cartórios; e por esta falta escreveu mais por vaidade que por zelo; e em muitas materias só o fez por informação dos apaixonados; e por isso cahiu em faltas que temos mostrado em alguns títulos genealógicos que temos escripto.

Não duvidamos que ao governador geral do Estado Mathias da Cunha recorresse os opprimidos moradores da capitania do Ceará do bárbaro gentio do Rio Grande, o que lhe fizesse applicar as forças de que trata o dito coronel Pitta no n. 53; porém é

totalmente engano afirmar, que desta providência resultara a conquista daquelles bárbaros; porque o contrário se mostra de documentos de que faremos menção”.

Querendo de uma vez para sempre liquidar a autoridade de Rocha Pitta continua o nosso genealogista:

“E não será muito padecer este autor semelhante engano, quando no livro 6º n. 70 até o n. 85, afirma que a conquista dos gentios bárbaros, que offendiam as villas do Cairú, Camamú, Boypeva, fôra conseguida pelo capitão-mór João Amaro Maciel Parente, e que tivera em prêmio do Sr. D. Pedro II o senhorio de uma villa de que elle a fundara com vocação de Santo Antonio, que ficou sendo chamada vulgarmente de João Amaro; sendo certo que esta conquista foi do governador Estevão Ribeiro Baião Parente, pai do dito João Amaro, como temos historiado em título de Camargos, cap. § 8º / § 3 n.º 3/9.

E até ignorou Pitta, que antes desta guerra do governador Estevão Ribeiro tinha já tido contra os mesmos gentios o capitão-mór Domingos Barbosa Calheiros com os seus adjuntos capitães de infantaria Fernando de Camargo e Bernardino Sanches de Aguiar, que todos sahiram de S. Paulo no anno de 1658 convidados pelo governador geral do Estado Francisco Barreto, como temos historiado em título de Camargos, cap. 1º § 2º”.

Proseguindo em sua série de emendas ao autor da *História da America Portuguesa* explicava Pedro Taques como quem se sentia perfeitamente senhor do assunto e tendo a mão a mais completa e cerrada documentação sobre o caso relativamente ao lado paulista.

“Nos poucos mezes do governo de Mathias da Cunha, recorreram a elle os moradores da capitania do Ceará pelos annos de 1687 ou 1688, pedindo soccorro contra os gentios daquelles serções, que tinham feito grandes damnos na cidade e seu recôncavo.

É certo que o governador geral convocou a palácio uma junta de theólogos, missionários e os cabos principaes, para se voltar se era justa a guerra, que se havia de fazer áquelles gentios, como já se havia resolvido nas juntas dos governadores geraes Francisco Barreto em 1658 e Alexandre de Souza Freire em 1671? E se resolveu da mesma forma.

Então mandaria o governador geral Cunha ao de Pernambuco e aos capitães mores de Parahyba e do Rio Grande o que affirma o coronel Pitta; porém que não produziu effeito algum vemos do que obrou o mesmo governador geral Cunha.

Mandou a S. Paulo, e fez o mesmo o seu successor o Exm. Arcebispo D. Frei Manoel da Ressurreição (que entrou no governo geral do Estado pela morte de Mathias da Cunha na Bahia a 24 de outubro de 1688), ordenando por carta sua de 30 de agosto de 1689, dirigida a Thomaz Fernandes de Oliveira, capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo que applicasse o soccorro que tinha mandado ir dos paulistas a cargo do governador, o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, para a guerra dos Bárbaros gentios do Rio Grande”.

Pormenoriza Pedro Taques que o terço de Matías Cardoso foi formado em S. Paulo, e no ano de 1689. Refere-se a um documento do Registro Geral da Câmara de S. Paulo, hoje desaparecido, sobre a organização desta força. Preciosos informes nos

dá ainda sobre a tropa de Matias Cardoso tanto mais valiosos quanto desapareceu o documento acima citado.

“E se poz em marcha com mais de 500 léguas de sertão até o Rio de S. Francisco; porém, como a gente do seu terço não era sufficiente em número para a guerra, deixou ordenado em S. Paulo a João Amaro Maciel Parente, capitão-mór do seu regimento, fosse formando os mais soldados da guerra e seus capitães, para todos sahirem em conducta com o dito capitão-mór, e irem incorporar-se co elle, mestre de campo Mathias Cardoso no Rio de S. Francisco.

Com effeito o capitão-mór João Amaro formou em S. Paulo as mais companhias de infantaria, que ainda faltavam para o terço do mestre de campo Cardoso; e entre os capitães foi João Pires de Brito, natural e nobre cidadão de S. Paulo, que à sua custa formou a companhia, da qual lhe passou patente de capitão de infantaria que depois a confirmou o Exm. Arcebispo como governador geral do Estado.

Esta conducta do capitão-mór João Amaro Maciel Parente sahiu de S. Paulo a 18 de junho de 1689 e marchou pelo sertão até o Rio de S. Francisco, onde se achava postado o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, a quem o sobredito governador geral do Estado constituiu governador absoluto da guerra contra os bárbaros gentios do Rio Grande e Ceará”.

Novos pormenores acrescenta o linhagista que, certamente os obteve de companheiros do mestre de campo, pois nasceu menos de trinta anos após as primeiras operações de guerra.

“Incorporado o capitão-mór com o governador mestre de campo no Rio de S. Francisco, nelle ainda se deteve o exército paulistano quatro mezes enquanto chegava à ordem do arcebispo governador para marchar este corpo, e dar princípio à guerra intentada.

Destacou este militar corpos até a barra do Jaguaribe cujo sítio foi destinado para arraial e acampamento. Deu-se princípio á guerra no serão do Rio Grande, onde se matou e destruiu a maior parte do inimigo, por espaço de sete annos, que em guerra viva andaram as armas dos paulistas, debaixo sempre do commando e disposições militares do governador Mathias Cardoso, que, aprisionado muita parte dos inimigos bárbaros, o mettendo-se outros de paz deixou totalmente livre a campanha do Rio Grande e Ceará.

De sorte que a 10 de fevereiro de 1696 sahiu do Ceará Grande o sargento-mór desta capitania, Domingos Ferreira Chaves (depois presbytero de S. Pedro, e missionário dos *Tapuias* e *Anacás* na capella de Nossa Senhora da Conceição, e estava morador no anno de 1701 na villa de S. José de Ribamar, capitania do Ceará Grande) com o capitão maior Pedro Leliz a levantar um presidio na dita ribeira do Jaguaribe por conta dos *Tapuias* da nação *Pajocús*, *Janduhy* e *Javós*”.

Manifesta Pedro Taques o seu pezar por não poder dar maior cópia de informes sobre a organização do corpo de exército de Matias Cardoso:

“Com grande mágoa lamentamos a falta das notícias dos capitães que tiveram a honra de servirem nesta guerra, e conquista do Rio Grande e Ceará com o governador mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida.

E muito apenas encontramos os documentos que nos deram a certeza de ser capitão-mór deste regimento o dito João Amaro, e um dos capitães de infantaria o dito João Pires de Brito, o qual, acabada a guerra do Rio Grande e Ceará, passou para a do Piagui, onde se achava quando Manuel Álvares de Moraes Navarro, natural de S. Paulo, mestre de campo de um terço de infantaria paga e governador da campanha do Rio Grande por Sua Magestade em 1701, certificou que o governador geral D. João de Lancastro proveu no posto de sargento-mór do terço do dito mestre de campo Navarro ao dito Capitão João de Brito a tempo que assistia no Piagui em mais de duzentas léguas de distância, onde chagando-lhe a notícia desta promoção viera tomar posse do dito posto.

Mas foi já tempo que, por se julgar retirado já para S. Paulo dito capitão Pires, se havia provido o dito posto de sargento-mór em outro sargento; por cuja razão ficou servindo de capitão de uma das companhias do referido terço para d'elle passar ao de sargento-mór na primeira vagante pelos seus grandes merecimentos e serviços assim na guerra do Rio Grande e Ceará, como na guerra contra o gentio *Quiriri* das ribeiras de Itahim, e Piracuruca na capitania do Piagui. Todo o referido consta das certidões e fês de offício do capitão João Pires de Brito, que se acham lançadas na nota do tabelião da villa de Taubaté, e das quaes tivemos em nosso poder uma cópia authêntica”.

A outro official sobremodo illustre da expedição de Marias Cardoso individua Pedro Taques largamente.

“Também Antonio Gonçalves Figueira, natural da vila de Santos, foi alferes de infantaria do terço que formou o mestre de campo Mathias Cardoso em S. Paulo no anno de 1689, levando consigo dito alferes doze escravos seus, bons escopeteiros.

Ficou existindo no Ceará debaixo do commando do capitão-mór João Amaro Maciel Parente, até que se retirou para o Rio Grande por ordem do seu mestre de campo para ali se continuar a guerra.

Em 12 de novembro de 1693 se fez uma entrada contra o bárbaro inimigo que, oprimido das nossas armas, pediu paz, que se concedeu, tendo sido antes sempre viva a guerra que durou nesta a campanha até 25 de abril de 1694, em que o mestre de campo governador Matias Cardoso se retirou para a sua casa por faltar já pólvora e bala, e se haver ateado a epidemia, que já lhe havia morto muita parte da sua gente.

Consta o referido na secretaria do governo de S. Paulo na carta patente de capitão passada a Antonio Alves Figueira data-da na vila de Santos a 5 de março de 1729, registrada no livro 3, o do registro geral a fl. 120 v. pelo secretário do governo Gevário Leite Rebello”.

É esta a contribuição do autor da *Nobiliarchia Paulista*; difusa e tumultuaria como raras.

Provêm estes defeitos da falta de contacto com os documentos. E é cousa que nos causa surpresa o fato de jamais ter ido Pedro Taques estudar os acervos documentais da Baía, ele que tanto se locomoveu até por Mato Grosso e Goiaz e chegou a ir a Lisboa para fins de um *iter* histórico.

Talvez contasse ter na capital da monarquia os originais todos à mão reunidos, nos arquivos régios, o que lhe seria muito mais cômodo.

Sua grande falta de sorte foi ter marcado viagem ao Reino exatamente para o segundo semestre de 1755 o que o levou a testemunhar as cenas do dia de Todos os Santos, data em que ocorreram os horrores do grande terremoto arrasador da metrópole lusitana.

A casa em que residia, situada no epicentro do cismo, foi derrubada. Literalmente destruída pelo abalo reduziu-se depois a cinzas, consumindo-se o enorme acervo documental que o desastrado genealogista reunira.

CAPÍTULO VIII

FORNECIMENTO DE ARMAS

VANTAGENS PARCIAIS

GRANDES ESPERANÇAS DEPÓSITADAS NOS PAULISTAS

DISCÓRDIA ENTRE OS CHEFES

VIOLÊNCIAS CONTRA ÍNDIOS ALDEIADOS

Ao capitão-mór de Penedo, Pedro Aranha Pacheco, ordenava o Arcebispo Governador Geral a 9 de fevereiro de 1689, que remetesse às fronteiras do Rio Grande do Norte todas as forças disponíveis de sua região. Enviava-lhe patentes de oficiais e trinta catanas.

Com dificuldade haviam sido estas angariadas nos arsenais da Baía. Preciso fôra até recorrer aos navios de guerra!

Deviam ser distribuídas aos principais dos índios. Tão premente a situação que todos os recursos disponíveis da vila precisavam ser absorvidos pela expedição, tanto mais quanto a fazenda Real do Estado se achava na maior penúria.

Procurasse Pacheco suprir-se de carnes e farinha, para os expedicionários, prometendo aos fornecedores pagamento quando os cofres reais estivessem folgados!

Apesar de toda a bôa vontade, as catanas foram em 28 de março e em número de apenas 26.

Conseguira Agostinho César de Andrade alguns pequenos triunfos. Assim, haviam algumas das tribus revoltadas deposto as armas e pedido paz.

E ele a concedera em termos aceitáveis. A 14 de maio de 1689 o arcebispo elogiava-lhe o proceder e dizia que de tudo seria Sua Majestade informada. Ia empenhar-se por obter do Providencial dos Jesuítas a licenças para o seu transporte da aldeia de Aratagui, na capitania de Itamaracá, para o Rio Grande do Norte.

Infelizmente, tinha má notícia a dar. O socorro organizado, no alto S. Francisco, pelo coronel André Pinto Corrêa se malograra.

Preparara este oficial a sua expedição mas não conseguira pôr-se em marcha pelo sertão, flagelado por pavorosa seca de nove meses.

Assim, contava o prelado que o socorro penedense tivesse maior eficiência.

Mas a sua grande esperança residia na chegada dos paulistas! Estes bateriam os bárbaros e depois assaltariam os Palmares.

“Mas espero que brevemente cheguem a essa Capitania as tropas de Paulistas que ordenei viessem de São Paulo: porque

tive notícia, por via do Rio de Janeiro, que já eram partidos para essa guerra.

E este soccorro supprirá a falta do que deixou de ir do rio de São Francisco; e ainda que cheguem a tempo de estarem quasi desbaratados os Bárbaros, com a sua vinda se acabarão de extinguir.

E concluda essa guerra voltarão uns e outros Paulistas as armas aos Palmares; cujos Mocambos são tão diversos e dão sempre tanto que temer a Pernambuco, que pode ser dividido o emprego do valor de todos; e ficar por este meio uma, e outra Capitania totalmente livre das hostilidades que ambas padeciam. Assim o permita Nosso Senhor”.

Mas Aranha Pacheco não se movia! alegava precisar de 600 moxilas e não ter recebido as catanas!

Os indivíduos a quem o governo geral mandara patentes rescusavam o alistamento porque eram apenas oficiais honorários e não de infantaria paga!

O bando de perdão aos homisiados nenhum resultado dera. Apenas surgira um certo Pedro Carvalho, este mesmo a exigir patente de capitão.

Furioso, repreedia-o o Fr. Manuel em carta de 24 de maio. Como? Ainda estavam imóveis em Penedo, quando todos o supunham no teatro de guerra?! Que falta de patriotismo! o seu e o dos agraciados! Com ligavam mínima importância às mercês régias e ao serviço real! E elle arcebispo que se anteciagara em lhes agradecer o zelo? Haveria maior honra do que esta: irem

estes súditos relapsos a uma guerra de que s. Ilma. Supunha serem dignas suas pessoas?

Aproveitando o ensejo, punha o governador geral em confronto o procedimento dos paulistas e o de semelhantes vassallos interesseiros e remissos.

“As patentes dos postos de infantaria paga, proíbe El Rei meu Senhor expressamente darem-se a quem não tiver ao menos fez annos effectivos de serviço.

E se eu as concedi aos Paulistas foi por aquelle incomparável serviço que fizeram a Sua Magestade em vir de São Paulo, digo de São Vicente, a sua custa, tantas centenas de léguas por esses Sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes, para a empreza dos Palmares, tão invencíveis aos Pernambucanos”.

Exaltava-lhes o prelado, a disciplina e o apego ao real serviço:

“E ao menor aceno de uma ordem deste Governo deixaram a sua conveniência e voltaram às armas à guerra do Rio Grande, com cujos Bárbaros pelejaram tantas vezes, fazendo vitoriosas as de Sua Magestade a tempo que tão oprimidas estavam das hostilidades inimigas.

E bastou o seu valor, e fama para os Bárbaro perderem a insolência, e tomar a guerra outro semblante”.

Irônico, desdenhoso, crivava o arcebispo de desprezo os homens de Alagoas, mimosos e timoratos:

“Veja Vossa Mercê, e vejam esses Capitães se empregariam bem as Patentes em sujeitos tão mimosos, que se não atreveram a passar poucas jornadas sem águas por esses Campos que Vossa

Mercê diz são seus, e de seus constituintes, e sem pão de munição, e carne não sendo esses caminhos, tão faltos de caça, para que lhes foi o chumbo e pólvora, como os que os Paulistas trouxeram”.

De tudo seria el rei informado, ameaçava:

“De tudo venho a entender que assim os Capitães, como os que se offereciam a se-lo, não procedem como bons Portuguezes em occasião de tanta importancia; sinão que uns e outros, só tratam de sua conveniencia e de se reguardarem do menor perigo, sem attender á reputação das armas de Sua Majestade e sua, a que eu de nenhuma maneira me podia persuadir, quando dei conta a El-Rei meu Senhor no aviso que despachei em 10 de dezembro do soccorro que dessa Vila mandava ás fronteiras.

E agora será forçoso, se Vossa Mercê e eles não tomarem outra resolução, dar-lhe conta do pouco préstimo que essa gente tem para Seu Real Serviço, quando só o sabe ter para as continuas mortes que dão a seus vassallos sem peleja”.

O resentimento régio saberia castigar estes súditos que não serviam ao seu soberano:

“Se André Pinto Corrêam tendo a gente junta, e sertão com gados, deixou de mandar o soccorro, não deixou de ficar com o descredito, e opinião da franqueza que mostrou; não ficará sem a demonstração do castigo que merece”.

Que diferença entre ele e os cabos de São Paulo!

“E se ele se deshonorou por não guardar a ordem que prometeu seguir, e os Paulistas ganharam tanta honra na guerra a que foram, obedecendo as desde governo, consulte Vossa Mercê, e consultem esses Capitães, e moradores de uma, e outra

parte da Ribeira desse Rio, qual está melhor a seu credito, se seguir o exemplo dos Paulistas, se o de André Pinto Corrêa”.

Terminava a carta por uma reiteração a Pacheco para que se puzesse a caminho.

“Vossa Mercê trate logo de ajuntar, e pôr a gente em marcha, e os Capitães de ir conservar a opinião que tão arriscada fica no conceito co que de presente me acho, e ainda espero que tenha muita ocasião de agradecer a seu zelo e valor, o effeito da jornada: e a Vossa Mercê a disposição, e brevidade com que os deve pôr em marcha que, quando dessa banda se fazem os surrões de que todos usam, escusam as mochilas de pano que Vossa Mercê diz não ha nessa Villa nem a Fazenda Real tem hoje aqui com que se comprem, que maiores finezas costumam os Portuguezes fazer no serviço do seu Rei, e eu lhe representarei toda a que como obrigação sua fizerem na ocasião presente.

E Vossa Mercê me responda logo a esta carta por um correio que venha só a trazer-me a sua”.

Dificuldades, grandes e novas, surgiram porém no Rio Grande do Norte, onde estavam em completa desarmonia a Camara de Natal o capitão-mór Agostinho César de Andrade e Domingos Jorge Velho.

Aos camaristas, asperamente, reprimia o arcebispo, na longa carta de 27 de agosto de 1689. Começou-a do modo mais desagradavel, insinuando que os camaristas só se punham de acôrdo quando tinham em mira algum máo intento.

“Vossas Mercês se queixavam e carregavam ao Capitão-mór todas as cargas que... dizem succedeu lhe puderam acumu-

lar. E por outra parte me chegou tambem noticia do que, contra essa Camara e alguns do Povo, se podia argüir. Todas estas cousas necessitam de averiguação para o que haverá tempo mais conveniente, e não ficará sem castigo quem se achar foi culpado.

Hoje, já considero a Vossas Mercêem braços o Capitão-mór; porque se o que Vossas Mercês dizem era zelo, e julgavam por bem feito os dividiu (que para o bem rar vez há união) tanto que succedeu haver-se de obrar uma cousa mal feita logo para ella se uniram, e ficaram todos amigos”.

É muito ilustrativa das cousas e processos da época a continuação desta carta.

“Deixando á parte todas as cousas que succederam entre Vossas Mercês, Domingos Jorge Velho, e o Capitão-mór Agostinho Cesar que como passaram, e não têm trato sucessivo, ficam só para o mesmo tempo da averiguação, e não necessitam de presente que eu lhe dê remédio, por não subsistirem já, passo ao que necessita dele.

Dizem-me Vossas Mercês na sua carta que o capitão mór, para estorvar o intento bom, que tinha o Paulista, mandou á Aldeia dos Padres da Companhia a tirar as mulheres e filhos dos Tapuias, que o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho ali deixara; como em refens e segurança dos paes e maridos que consigo levou para o serviço de Sua Majestade e línguas das suas marchas e captivou as ditas mulheres e filhos e repartira esta gente entre si: e tres ou quatro de seu séquito.

E que chegando neste tempo o Coronel Mathias Vidal vendo (o) mal que o Capitão-mór obrara nesta ocasião digo a-

ção, a injustiça, e a ruína que se seguiria de fazerem este dano às famílias que andavam em serviço Del-Rei, o persuadira a mandar repor na mesma Aldeia os mesmos que tinha capturado; e sendo isto como Vossas Mercês o relatam e que os tais gentios estão na guerra, e ali se podiam melhor domesticar, e catechisar na doutrina, e que o contrario era injustiça e ruína, mudaram Vossas Mercês de opinião tão depressa que confederados brevemente com o Capitão-mór, concordaram em se lhe dar na Aldeia tumultuosamente um assalto em 7 de junho, e levaram perto de duzentas almas que alli assistiam sujeiras, e as repartiram entre si para seu serviço, donde venho a colher, o que a Vossas Mercês antes parecia mal no Capitão-mór, não era por convir que estivesse ali essa gente sujeita para o serviço de Deus na doutrina, e para o serviço Del-Rei na segurança dos que assistiam na guerra, senão porque elle então não repartiu com Vossas Mercês, que é o que agora mestra a experiencia que Vossas Mercês desejavam”.

Tratava-se do caso mais vulgar e repetido no Brasil do tempo: da apropriação indébita de indios entregues á vigilância de religiosos.

Não percebiam os ávidos camaristas que tal procedimento poderia ter as mais graves conseqüências!? Precipitem se os indios pacíficos numa revolta, graças ao mais legitimo desespero?

Assim, fossem todos os tapuias, homens mulheres e meninos repostos em suas aldeias e quanto antes! E isto sob graves penas.

CAPÍTULO IX

SEVERA VERBERAÇÃO AO CAPITÃO-MÓR ANDRADE

INJUSTIÇA CLAMOROSA FEITA AOS ÍNDIOS FIÉIS

RECLAMAÇÕES DE DINHEIRO E PENÚRIA DO ERÁRIO REAL

ECOS DA GRANDE VITÓRIA DE DOMINGOS JORGE VELHO SOBRE OS TAPUIAS

Ao capitão-mór do Rio Grande do Norte, Agostinho Cesar de Andrade, severa foi à repreensão de 27 de agosto de 1699 que o Arcebispo, Governador Geral do Brasil lhe Endereçou a propósito das operações bélicas contra os bárbaros.

Verberava-lhe a insignificância dos apregoados triunfos militares. Era de esperar este belo resultado! Si os cabos de tropa viviam em tanta desunião! Estava informado das contendas que o capitão-mór rio-grandense mantivera com o chefe paulista, apoiado pela Câmara de Natal, e a propósito dos Tapuias. Mas em tudo isto, sabia agora quanto houvera de hipocrisia e ganância do capitão-mór rio-grandense.

Assomado, argui-lhe o Dom Fr. Manuel de Resurreição:

“Porém, diga-me Vossa Mercê se todas estas razões o moveram a Vossa Mercê a paz ou perdão, como de presente não foram bastante para reprimirem a Vossa Mercê para não fazerem uma ação tão arrojada como foi assaltar com mão armada a Aldeia dos Padres da Companhia onde estavam sujeitos, e acoutados os filhos e mulheres dos taes Tapiuas perdoados.

E levar perto de duzentas almas que mandou repartir por si, e pelos mais moradores que lhe pareceu, concorrendo de novo outro razão forçosa para o não fazer, que o estarem seus paes, e maridos nas Piranhas servindo a Sua Magestade de que resulta primeiramente o deserviço de Deus, pois estas almas estavam dispostas a aprender a doutrina e receber o baptismo os que ainda o não tinham.

E desserviço de Sua Magestade pois estavam como em reféns e seguranças da fidelidade dos seus que estavam militando por nossa parte, e com este aggravo se poderão torrar nossos irritados inimigos, passando-se à parte contrária”.

Indigna, deshumanidade representava este atentado. Escrevia o prelado revoltadíssimo, a declarar que tivera a maior desilusão a respeito de um homem a quem outróra tanto acatára.

“Affirmo a Vossa Mercê me causou grande sentimento esta sua acção tão contrária ao que Vossa Mercê me havia escripto, e seu tinha louvado, alterando tanto as cousas depois que me escreveu sem esperar resposta minha. E tanto mais o senti que maior era a boa opinião que sempre tive ao zelo, prudência e desinteresse de Vossa Mercê”.

Passava o Arcebispo logo depois a aterrorizar o empedernido escravista como castigo que o Rei não deixaria de lhe dar si acaso ele, vassallo faltoso, se esquivasse à reparação do delicto.

“E porque julgo que Sua Magestade há de estranhar isto muito, e que eu sou obrigado pelo logar em que me acho a remediá-lo promptamente para se não seguirem as prejudiciaes consequências espirituaes que justamente se podem esperar:

Ordeno a Vossa Mercê que mande repor as ditas pessoas, de qualquer sexo, e idade que sejam, no logar, e estado donde as mandou tirar: confiando de Vossa Mercê que assim o executará promptamente porque o contrário se dará Sua Magestade por muito mal servido, e este Governo por obrigado a fazer executar as suas ordens com as necessárias demonstrações”.

Quanto às operações de guerra, comunicava D. Frei Manuel algumas notícias menos boas para terminar com uma da mairio importância: a da chegada dos reforços paulistas e de Matías Cardoso, personagem celebrado em todo o Brasil e cuja entrada em campanha logo decidiria da vitória.

“Já Vossa Mercê terá notícia de como soccorro do Rio de São Francisco depois de estar em marcha, arribou com a esterilidade que causou a secca e se desvaneceu.

O da Villa do Penedo me avisou Paulo Pacheco Aranha partia nos princípios deste mez”.

“Aqui tem chegado, e vem chegando várias tropas de Paulistas, em número considerável, e por seu Cabo maior Matías Cardoso de Almeida, bem conhecido neste Estado por seu valor,

e experiência em virtude de um aviso que lhe mandou o Sr. Mathias da Cunha e seu retifiquei logo que entrei a governar.

Inda não tenho resoluto o como este grosso de gente, e seu Cabo há de nesta guerra, mas brevemente o resolverei!”

Outro era o tom do Arcebispo para com Domingos Jorge Velho! *Et pour cause...* Si Domingos o avisara de que acababa de ter grande vitória sobre os Bárbaros, degolando nada menos de 260 deles, numa refrega!

Escrevia-lhe no mesmo dia que aos outros, a Agostinho César e à Câmara de Natal.

E, aludindo ao caso dos tapuias, depreciativamente comentava:

“Já Vossa Mercê lá terá sabido que as dúvidas que havia entre a dita Câmara e capitão-mór, tocantes a este gentio bravo pararam com se unirem capitão-mór e Câmara, e tornarem a tirar as famílias que Vossa Mercê havia deixado na dita Aldeia?

Levaram consigo trinta delles para soldados, e sem respeito algum do serviço de Deus e do Del-Rei meu Senhor e dos mesmos Religiosos a que ficaram entregues para a educação delle, nem consideração ao prejuízo que podia resultar da desconfiança que justamente teriam os maridos, e Irmão que Vossa Mercê tinha levado, vendo os termos que se tinham usado com suas mulheres, e filhos se conformaram: captivaram todos, e os dividiram entre si; ação muito para extranhar por todas as circunstâncias que nella se consideram”.

Assegurou, porém, o governador que os índios, indebitamente, sacados das aldeias nela seriam repostos.

Sobre a expedição de Matias Cardoso noticiou alguns pormenores frescos:

“De São Paulo marchou por terra Mathias Cardoso, com um grosso de gente branca e Índios pela ordem que teve minhas, como já escrevi a Vossa Mercê: e por mar chegou aqui o seu Sargento-mór, com 23 soldados, Índios e brancos; ao qual mando incorporar com elle no Rio de São Francisco, donde o supponho chegado.

Brevemente, avisarei a Vossa Mercê continuando, como costuma, dando na destruição desses Bárbaros novas occasiões de enganar aos Pernambucanos do gênio dos Paulistas para conquistá-los.

E dou a Vossa Mercê o para bem de um aviso que do Recife me fez o Provedor da Fazenda, estando para dar à vela a embarcação que o trouxe de haver Vossa Mercê degolla 260 Tapuias. E ainda que o novo governador daquella capitania m'o não escreve o tenho por sem dúvida pelo que espero do valor de Vossa Mercê”.

Assim Matias ia entrar na luta muito depois dos primeiros grandes triunfos de seu emulo.

Quanto à questão financeira evasivamente respondia o Arcebispo ao mestre de Campo que lhe fizera novos pedidos e propostas: “nada podia resolver facilmente pelo atrazo em que a Fazenda Real se achava”.

No dia 28 de agosto de 1689, longa carta escrevia o Prelado Matias Cardoso, extranhando o tom de suas duas missivas de 2 e 15 de março, de que, infelizmente, ignoramos o paradeiro.

“Duas cartas recebi de Vossa Mercê, uma de 2 de março, pelo ajudante Manuel da Matta Couto, outra de 15 que me che-

gou mais cedo que a primeira em uma embarcação. E, suposto que são ao mesmo fim da guerra dos Tapuias do Rio Grande, são bem diversas em circunstâncias muito ponderáveis.

Porque, mostrando-me Vossa Mercê na primeira o bom ânimo, e zelo do serviço Del-Rei meu Senhor com que se achava a gente que queria vir a esta empresa, em a outra que vem com papel das condições, que elles a Vossa Mercê ofereceram, e pediram acceitasse em nome deste Governo, mostram ser o seu ânimo só de ambição, e conveniência, e como eu vi que Vossa Mercê dizia que elles não partiam sem lhe ir reposta minha, e o mesmo me escreveram alguns, resolvi responder-lhes que, de nenhuma sorte, se abalassem, e para isso estava esperando uma embarcação, quando agora aqui chega o portador... com os homens que o acompanham, e me mandam dizer vêm outros por caminho, além dos que partiram com Vossa Mercê”.

Extranhava dom Frei Manuel as exigências de dinheiro dos paulistas, cuja attitude era a de perfeitos mercenários. E avisava o cabo de tropa das aperturas do erário régio.

“Eu ainda que sirvo de Governador secular, muito contra minha vontade, sou um prelado eclesiástico que devo falar verdade, e tratar com toda a lisura sem engano.

A Fazenda Real da Bahia de nenhuma sorte se acha em estado para poder concorrer para a grande despesa que demandam as condições do papel, que são taes que creio toda a capitania do Rio Grande não vale tanto como ellas importam em pouco tempo.

Três annos há que têm quebrado os contractadores com dívidas de mais de 200 mil cruzados.

O anno que agora acaba arrendaram-se os dízimos por sessenta e seis, e as consignações importam oitenta e este ano não houve quem promettesse por eles nem pouco nem muito, e se cobram de necessidade pela Fazenda Real”.

Terrível crise financeira assolava todo o Brasil, essa crise nascida da falta de meio circulante, que atormentou cruelmente a colônia, durante largos anos no século XVII.

E motivou na última década os terríveis motins paulistas nos chamados da Moeda, terminados pela tragédia em que o regulo Pedro de Camargo deixou a vila às mãos do ilustre bandeirante Gaspar de Godoy Collaço.

“Veja Vossa Mercê agora donde há de sair o dinheiro que é necessario para uma tão larga despesa, como pedem os Paulistas, se até para se pagar o soccorro costumado a esta infantaria foi necessário puxar eu pelas minhas congruas eclesiásticas, e acudir com três mil e quinhentos cruzados que se me estão devendo.

E se imos à Fazenda Real de Pernambuco, também tenho aviso está exausta, e apenas pode até agora acudir com os moradores soccorros para aquella guerra; com que por nenhuma via se podem satisfazer as ditas condições, nem eu posso prometer o que sei de certo de não poder cumprir.

Daquillo com que for possível acudir-se daqui, ou de Pernambuco me não despeço eu: e se eu tivera do meu com que poder supprir o fizera mais facilmente do que promettido donde o não pode haver”.

Si era exato que pouco haviam obrado os chefes brancos, não menos certo que os bárbaros se sentiam desmoralizados.

“Esta guerra se bem é verdade que está muito dilatada pelo pouco que tem obrado os Cabos della; contudo, já está mui remissa pela parte dos Tapuias, que andam tímidos, e afugentados; mas basta a sua dilação, e a despesa que estão fazendo os nossos em diversas partes ser muito prejudicial.

Bem creio pelas informações que tenho do valor, e, experiência de Vossa Mercê e zelo do serviço de Sua Majestade que com a sua pessoa e gente poderá tomar melhor caminho, e ainda concluir-se mais brevemente ainda que Vossa Mercê militasse.

E desejo dar nova forma, encaminhar as cousas de sorte que isto se consiga; porém, com isto agora será cousa maior pelas circunstâncias de que foi o principal, e então se fez uma junta geral, tambem agora determino fazer outra.

Mas para isto me é primeiro necessário conferir com Vossa Mercê, o ouvido, para o que será muito conveniente que Vossa Mercê logo dê uma chegada a esta terra a haver-se commigo, estando certo, que em tudo o que em mim fôr achará todo o bom acolhimento. E sem isso tenho suspensa a junta e resolução deste negócio”.

A pobreza de numerário correspondia à penúria dos arsenais baianos:

“Ao Sargento-mór portador desta mandei recolher nos quartéis, e lhe mando dar uns poucos de tostões para sustento de sua gente na jornada a esse sítio, e ordem para se lhe darem índios que conduzam o fatinho (sic).

Pedia-me espingardas e munições, e determinando eu mandar lhe dar estas cousas do que cobrou André Pinto para um soccorro que se desvaneceu, cuidando eu que ficara, em parte

donde antes de chegarem ahi o provessem, acho que ficaram as cincoenta espingardas, quantidade de munições, e cincoenta machados depositados nesse Rio de São Francisco aonde estão mais armas para mandar entregar tudo a Vossa Mercê, no caso que com sua vinda ajustemos a marcha.

E assim vai essa gente desprovida porque nos armazéns donde de além dessas cincoenta espingardas se tiram outras cincoenta para o soccorro da Villa de Penedo, me dizem não ficaram mais que alguns esmerilhões que são espingardas tão grandes que se não podem manear. Como espero que Vossa Mercê venha brevemente não me dilato mais”.

Intimado obedeceram Agostinho Cesar e a Câmara de Natal às ordens do governador repondo os índios por eles furtados em poder dos jesuítas.

É o que parece poder depreender-se das cartas do arcebispo a 12 de janeiro de 1690. Mas naturalmente foi isto muito e muito em termos... Sabemos perfeitamente como se cumpriam as ordens governamentais no Brasil seiscentista. E sobretudo em assunto de tal natureza...

Por terceira carta, desse mesmo dia, esta a Antonio de Albuquerque da Camara, se deduz, que em janeiro de 1690, estavam os bárbaros desalentados depois da grande derrota que lhes infligia Domingos Jorge Velho.

Ordenará o arcebispo a Albuquerque da Camara que não deixasse contudo de se conservar na ribeira do Cunhaú “para que ainda que se descubrissem algumas trilhas de Bárbaros os não fizesse ousados o descuido dos portuguezes”.

CAPÍTULO X

COMANDO ÚNICO CONFERIDO A MATÍAS CARDOSO DE ALMEIDA

PORMENORES BIOGRÁFICOS SOBRE ESTE NOTÁVEL CABO DE TROPA

MANUEL ALVARES DE MORAIS NAVARRO

SEUS SERVIÇOS DE GUERRA

CHEGADA DESTE CÉLEBRE SERTANISTA À BAÍA

JOÃO AMARO MACIEL PARENTE E SUA ATUAÇÃO

Achou, porém, o Arcebispo que a campanha contra os Bárbaros eternisava-se, sem resultados apreciáveis por parte das armas reais.

E a seu ver o único corretivo a este defeito devia e podia ser o comando único.

Tinha agora ao seu lado, na pessoa de Matias Cardoso, um cabo de guerra de excepcional valor, cujos serviços e capacidade avaliava à altura da exata valia.

Verdadeiro golpe de Estado deu, pois retirando o comando a todos os chefes de campanha do nordeste, com exceção de Domingos Jorge Velho (Cf. Doc. Hist., X, 382 e págs).

Era o que terminantemente, comunicava ao capitão-mór do Rio Grande do Norte, Agostinho Cesar de Andrade, a 10 de março de 1690 “sobre a reformação da guerra”.

“A forma que me pareceu dar à nova guerra que se há de fazer aos Bárbaros dessa Capitania foi encarregá-la a um único sujeito a cuja disposição absoluta, e independente esteja o acerto de a continuar, e dar-lhe o desejado fim.

O merecimento, valor, e mais qualidades que concorrem na pessoa de Mathias Cardoso de Almeida, que ora se acha no Rio de São Francisco, com as tropas de Paulistas, e Índios armados, costumados a penetrar sertões, e a se sustentarem sem mais concurso de mantimentos que o que acham nos seus arcos, e nas suas espingardas e o ânimo com que se dispõem a esta empresa, me moveu a mandar-lhe patente de Mestre de Campo, o Governador da Guerra que há de fazer por novo estylo a esses Bárbaros”.

Demitidos os antigos em campanha devia voltar nos seus presídios toda a infantaria paga (de linha) e miliciana e a preta dos Henriques.

Bem pequena a confiança do ilustre prelado em sua tropa de linha!

Apenas queria agora os serviços dos índios de Camarão e os das aldeias da capitania rio-grandense e os de voluntários brancos, mamelucos e pardos.

Continuaria, porém, mobilizando “o Regimento do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho com todos os oficiais, e gente que consigo trouxera de São Paulo, quando fora chamado para a guerra dos Palmares”.

Concedia-se-lhe a independência de ação como isento da jurisdição de Matias Cardoso, se enter ambos se não ajustasse algum meio recíproco na convenciência de um e outro intento.

Estava o Almotacé Mór do Reino, Governador de Pernambuco, o enérgico e inteligentíssimo Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho, plenamente autorizado a pôr em execução as ordens centrais desde que Matias Cardoso chegasse às fronteiras do seu governo.

Ao terminar, dizia Dom Frei Manuel da Ressurreição que muito confiava na eficácia das suas novas medidas.

“Espero em Nosso Senhor por este modo tenham a última destruição os Bárbaros, e logrem esses moradores o descanso que lhes desejo”.

Uma semana antes expedira o Governador Geral interino o seu *alvará de reformação* (Cf. Docs. Hist. X. 384).

Era uma verdadeira exposição de motivos de ordem estratégica apoiada em considerações históricas, realizando um retrospecto da longa e encarniçada luta do avanço da colonização com a defesa tenaz dos autóctonos.

“Invadindo os Bárbaros da Região do interior do Rio Grande, aquella Capitania, e devastando-a, no mesmo tempo, guerra tão irregular, convinha dividir-se também a nossa opposição.

E carregá-la a três Cabos, independentes um dos outros, com subordinação ao Capitão-mór da mesma Capitania.

E tem a experiência mostrada que ainda que todos obraram com grande valor, e se reprimiu o furor dos Bárbaros, e enfraqueceu de algum modo a união das várias nações que se haviam conspirado a ruína dos moradores, e gados daquelles Capitania, se não tem conseguido nestes dous annos a extincção de uns, e outros Bárbaros, que era o último progresso, e principal fim do socego daquelles Povos, a que só se dirigiram as armas Del-Rei meu Senhor, as quaes se não podem perpetuar com o trabalhoso concurso das despesas de Sua Real Fazenda, e detrimento dos gados de que se sustentam, em uma campanha donde já não têm esperança de se adiantarem a mais do que até hoje têm obrado”.

Para a repressão total dos tapuias de nada adeantava a presença de contingentes em armas nos postos fortificados.

Tornava-se indispensável atacar-lhes as aldeias, queimá-las destruí-las, até que os bárbaros ficassem totalmente debelados. Daí resultaria além “da sua extinção, não só a memória, e temor do seu castigo, mas a tranquillidade e segurança com que sua majestade queria que vivessem e se conservassem seus vasallos, como por tão duplicadas ordens tinha recommendado ao Governo Geral do Brasil”.

Expunha agora D. Fr. Manuel os motivos de sua nova resolução assente nos ensinamentos da história que lhe haviam inspirado a maior confiança na atuação dos bandeirantes de São Paulo.

“Para este gênero de guerra, nem a infantaria paga, nem a da ordenança, se achou nunca ser capaz; de que é bem sabido exemplo a guera que, nesta capitania da Bahia, fizeram também os bárbaros que a opprimiam”.

Pois por maiores que foram no decurso de quarenta anos, os esforços de várias tropas da infantaria, e ordenanças, que pretendiram opôr-se à sua ferocidade, nunca se conseguiu efeito algum.

E sempre os moradores do seu recôncavo padeceram sem remédios mais repetidos estragos em suas vidas, e fazenda até mandar este governo vir os paulistas.

Da energia destes fazia o arcebispo o mais arroubado elogio.

“Gente costumada a penetrar sertões, e tolerar as fomes, sedes, e inclemências dos climas, e dos tempos, de que não têm uso algum os infantes, nem os milicianos, a que falta aquella disciplina, e constância”.

De Matias Cardoso futuro governador da Campanha alegava o prelado:

“O senhor governador e capitão geral deste Estado, meu antecessor, o destinara para a mesma guerra, persuadindo antes por carta sua ao capitão-mór e Câmara da Villa de São Paulo que viessem por terra os paulistas a soccorrer a Capitania do Rio Grande”.

Já se achava o famoso cabo de torpa no rio de São Francisco “com poder de gente branco e índios armados, sufficientes à empreza, e fim que se pretendia”.

Em sua pessoa concorriam todas as qualidades, “e supposições que o faziam digno de se fiar do seu valor e prudência”.

Assim, frisava o Governador Geral: “o tenho nomeado por patente minha mestre de campo com o soldo, e preeminências dos mais dos terços deste Estado, e governador da dita guerra, reformando todos os postos que no princípio della se crearam; pois não podem subsistir acabando-se-lhe o exercício”.

Aclarava então o primaz brasileiro a situação especial de Domingos Jorge, deixando-a perfeitamente definida.

“E porque o intento do mestre de campo Domingos Jorge Velho, foi vir de São Paulo à conquista dos Palmares, chamado pelo governador que então era de Pernambuco; e por ordem deste governo passou à guerra dos Bárbaros (no que fez um particular serviço a sua majestade) o poderá seguir com o seu regimento, e todos os capitães, e mais officiaes, e soldados brancos, e índios que consigo trouxe de S. Paulo isento; e livre da jurisdição do dito mestre de campo Matias Cardoso com o qual se poderá ajustar (no caso que não tenha poder bastante para conseguir o seu intento) na forma que a ambos parecer”.

Entrava depois o arcebispo em curioso pormenor, muito do espírito dos tempos e da administração colonial, acerca da retribuição de serviços por parte do erário régio.

“Fosse o ajuste possível entre os dois mestres de campo paulistas e a fazenda real, desde aquella data, cessária de pagar soldos a Domingos Jorge, aos capitães e mais officiaes do seu regimento”.

No dia 9 de março de 1690 expunha o arcebispo ainda a Camara Coutinho, as suas decisões recentes sobre a “reformação da guerra”.

Ao seu vêr, sem o concurso dos paulistas, baldada seria a repressão dos Bárbaros.

“Por todos os fundamentos do Alvará que será com esta: e principalmente por se haver Vossa Senhoria informado com o parecer que sempre tive do que só os Paulistas eram capazes de dar o último fim à guerra dos Bárbaros do Rio Grande; me resolvi a mandar fazer a refomação que Vossa Senhoria della verá.

E não só foram as causas de maior ponderação as experiências do que até o presente se tem obrado, e as esperanças do que há de obrar o Mestre de Campos Mathias Cardoso, na nova forma de guerra que há de seguir até ficar totalmente concluída e os Bárbaros destruídos, mas a de ficarem cessando as perpétuas despesas que a Fazenda Real padece na assistência do custeio de tanta gente inutilmente conservada naquellas fronteiras, e o repetido trabalho que davam a esse Governo no seu concurso”.

A 3 de abril seguinte expedia o Arcebispo a Matias Cardoso, Tenente General a patente de mestre de campo e Governador absoluto da guerra dos Bárbaros. Foi papel também divulgado pelo infatigável Borges de Barros e muito interessante.

Ao assinar tal nomeação era o intento do Governador Geral interino “encarregar o governo absoluto da mesma guerra a uma só pessoa de cujo valor, prudência, prática da disciplina costumão usar os Paulistas nas suas conquistas e experiência de guerra dos Bárbaros; para assim se evitarem dúvidas de jurisdisçam e se conseguir o desejado fim da guerra e extinção das nações.”

Iria o novo general atuar só em campanha retirados como haviam sido os demais chefes em operações os da tropa da linha

e ordenanças, “exceptuando o mestre de Campo Domingos Jorge Velho e officiaes do regimento que se formara dos Paulistas que trouxera para a conquista dos Palmares, o qual ficava livre de o hir comprehendella”.

Vinha depois a enumeração dos méritos e a dos serviços de Matias Cardoso “chegada pelo sertam, chamado por ordem deste governo, da Capitania de S. Vicente ao Ryo de S. Francisco, trazendo mais de cem homens brancos, com seus officiaes, de que se formara hum regimento e grande número de Índios armados para aquelle effeito”.

Lembrava o Prelado às ocasiões do real serviço em que se distinguira os postos que occupara de Capitão-mór e tenente-general de D. Rodrigo de Castel Blanco e frisava que na primeira jornada de Fernan Dias Paes ao Serro de Sabarabussú, não achando este quem o quizesse acompanhar fôra Matias Cardoso “humas das pessoas que mais promptamente se offerecera com cento e vinte escravos seus, naquelle sertão, donde tivera vários encontros com os Bárbaros e uma batalha em que houvera muytos feridos de parte a parte, até os desbaratar e tomar-lhe os mantimentos”.

No dito Serro formara arraial com diversas plantas e criações “levados da Villa d S. Paulo, e dali mandara conduzir do caminho mantimento ao mesmo governador, cujas tribus estavam com ânimo de se voltarem para a mesma Villa, oprimidos da fome, e esterilidade daquelle sertam”.

“Depois de assistir seis annos com o Governador se retirara com licença sua a livrar a vida do perigo em que se achara gravemente enfermo, em parte tam remota deixando-lhe quinze

escravos seus por serem dois naturaes do mesmo Serro e importante ao descobrimento das esmeraldas”.

Como vemos, as informações ministradas ao Governo Geral não tinham o cunho da palavra de um Epaminondas. Assim de Matías não pensavam os parentes de Fernão.

“E mandando S. Magde, depois a D. Rodrigo de Castello Branco administrador e Provedor Geral das Minas deste Estado ao descobrimento da prata do mesmo Serro do Sabarabussú, continuava o Arcebispo, nam achando elle quem o quizesse acompanhar naquella foi o dito Mathias Cardoso de Almeyda a quem então passou patente de Tenente General por nomeaçam da Camara de S. Paulo. Levou o mesmo sufficiente que hera necessario para aquella jornada, a qual hera impossivel conseguir se o dito Mathias Cardoso nam fôra e nam partira adiante a fazer plantas naquelle sertam, levando consigo Capitaens e gente que o acompanharão com as armas, ferramentas e o mais que héra necessario, em que fez grandes despezas de sua fazenda, sem pedir emprestimo algum da real ao dito Administrador Geral, procedendo emquanto durou aquelle, descobrimento e viveo o dito Dom Rodrigo com particular desvello em todas obrigaçõens que lhe tocarão e em tudo o mays de que foi encarregado”.

Traz o final da patente uma novidade. Revela uma composição do Governo Geral ao antigo tenente de Fernão Dias Paes, que corresponde a uma das maiores incumbencias de redução de índios durante todo o período do ciclo da caça ao Índio.

“E ultimamente o proveo o Governador e Capitam Geral que foy deste Estado Antonio de Souza de Menezes por patente

sua de Governador e Administrador de todas as Aldeas de Naçoens que reduzisse e situasse desde a Capitanya de Porto Seguro, athé o Ryo de S. Francisco excepto a dos Ilhéos pelo grande serviço que podia fazer a S. Magestade na divisam que por aquelle meyo se fazia das hostilidades que dos Barbaros costumavam padecer os moradores desta Capitanya”.

Tomou Matias Cardoso posse do novo cargo por procuração passada ao seu capitão-mór João Amaro Maciel Parente ou ao seu sargento-mór Manuel de Álvares de Moraes Navarro (Arq. do Estado da Baía Livro 5.0 de Patentes 1688-1696. p. 105 a 106 v).

CAPÍTULO XI

MANUEL ALVARES DE MORAIS NAVARRO

**NOVA E NOTÁVEL FIGURA BANDEIRANTE
ANTONIO CUBAS, IRMÃO DE DOMINGOS JORGE
VELHO SERTANISTA DE RELEVO, TAMBÉM**

INFORMES SOBRE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE

Na mesma ocasião em que nomeava a Matías Cardoso de Almeida expedia o Arcebispo a Manuel Álvares de Moraes Navarro a patente do posto de “sargento mayor da guerra dos Bárbaros do Ryo Grande”.

Pela primeira vez, nos fastos do bandeirantismo e do Nordeste aparecem estes apelidos destinados a tão larga celebridade.

Até hoje não conseguiram os genealogistas de S. Paulo estabelecer a afiliação de Moraes Navarro aos troncos vicentinos primevos. São, como todos sabem, sobremodo truncados as nossas linguagens e daí a dificuldade. Numerosos Moraes Navarro surgem nas listas das primeiras gerações paulistas onde estes apelidos aparecem em diversos títulos das obras de Pedro Taques e de Silvia Leme.

Muitos personagens designados pela associação dos dous nomes, Moraes e Navarro, ocorrem pelas páginas de *Genealogia Paulistana* de Silva Leme mas, em parte alguma, ao que nos

conste, vemos alusão positiva ao grande benedeirante do Nordeste de quem vamos tratar.

Descobrimos documentos copiosos sobre a sua vida encontrou Studart uma referência aos seus pais Manuel Álvares Murzelho e Ana Pedroso de Moraes (Rev. do Inst. do Ceará, XXXI, 163) mas no volume antecedente a este lemos Manuel Álvares Murzello, grafia espanhola quiçá.

O aparecimento no tomo XLVI dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, da Nobiliarchia Pernambucana* de Borges da Fonseca, trouxe-nos novas indicações sobre o famoso mestre de campo.

Assim a seu pai ora chama o linhagista Manuel Álvares Mosello (p. 143) ora Manuel Álvares Macedo (sic) (a pág. 111).

Murzelho é quase o Murzillo que vemos aparecer nas velhas linhagens paulistas e posto em relevo por Silva Leme (1, 7) ao falar de um Domingos Gonçalves Murzillo. Este homem, em 1717, justificou ser limpo de sangue judeu, mouro, mulato e cristão novo como terno de João Murzillo, reinol, e Catarina Álvares, aparentada com os Barueis.

Deste casamento de João Murzilho e Catarina Álvares diversos Murzilos provieram em S. Vicente. Seu filho, Marcos Fernandes tinha a alcunha de *Polaio* não Sabemos por quê. Em 1579 a Câmara de S. Paulo proibia-lhe ir ao Sertão.

Menciona Pedro Taques uma Ana Pedroso de Moraes (Título Godoys, cap. 1 pág. 4) mas não é ela evidentemente a mãe do Mestre de Campo.

Seria Moraes Navarro filho de Ana Maria, irmão do Coronel Carlos de Moraes Navarro (genro de Antonio Raposo Tavares) e de Inez Pedroso Navarro? Acerca deste nada descobriu Silva Leme (cf. Paul. 7, 24).

Dando-lhe a patente de Sargento-mór do terço de Matias Cardoso enumerava o Arcebispo os serviços deste ilustre “calção de couro” acerca de quem tão e tão pouco se ocupou Pedro Taques, pelo menos ao que se sabe, na parte de sua obra escapa a destruição.

Neste documento alegava o Arcebispo uma série de serviços do agraciado dando-nos novidades como esta: viera Navarro por mar e ocupar-se em comboar armas e munições ao acampamento de Matias Cardoso no S. Francisco.

“Com sastifação servira a El-Rei seu Senhor nas occasiões que se haviam offerecido na Capitania de S. Vicente onde occupara mais de cinco annos, o posto de Alferes da Fortaleza de Vera-Cruz de Itapema, no porto da Villa de Santos. Acudira a reedificá-la e repará-la de muitas cousas que lhe faltavam, havendo Piratas naquella costa. Passando a Capitão de Infantaria da Ordenança fora eleito Sargento Maior para a Conquista dos Bárbaros do Rio Grande”.

Na capitania de S. Vicente fizera várias diligências e obra com o maior zelo por ajuntar paulistas para essa guerra e os conduzir por mar, a sua custa.

Não houvera lugar para todos na embarcação em que devia ir à Baía. Assim chegara com quinze Índios, seus escravos, para levarem ordens e munições a Matias Cardoso, que, pelo sertão, marchara ao rio de S. Francisco.

À margem deste e a duzentos e vinte léguas da cidade d'O Salvador, fôra encontrá-lo, por ordem do Governo Geral. Já se avistara com o Cabo voltando com cartas e poderes “para ajustar a forma das proposições” sobre que Matías Cardoso o enviara, não reparando na distância e asperezas dos caminhos nem nas graves doenças que a cidade padecia nada menos então do que “a bicha”, a febre amarela.

Concluía o ajuste das cousas necessárias à guerra e voltara outra vez, pela Jacobina, por caminho muito mais dilatado, a recrutar, por ordem do Arcebispo, e levar consigo, das aldeias de diversas Nações daquela serra, de cento e cinquenta a duzentos índios armados, destinados às tropas do mesmo Matías Cardoso “para reforçar o número dos que de São Paulo trazia”.

Mostratas-se, aliás, sempre zelosíssimo do serviço real e assim de sua futura atuação todos imenso esperavam.

Na mesma ocasião deve ter sido expedida uma patente similar a João Amaro Maciel Parente mas esta desapareceu ou pelo menos ainda se não divulgou.

Na obra de Borges de Barros não aparece. Publicou contudo o esforçadíssimo pesquisador baiano um alvará régio expedido em 1969, a 16 de maio, em que se lêem valiosos pormenores sobre as passadas do filho notável de Estevam Ribeiro Bayão Parente, quando servia de lugar tenente de Marias Cardoso.

Este documento deve ter sido aliás horivelmente estropiado pela revisão dos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* (p. 252 e 253).

É evidente quanto se acha deformado.

Nele ocorre um Gorgel como se fosse nome próprio quando deve ser o G. or. g. al (governador geral)!

Do seu contexto se deduz que o Rei louva as notáveis ações praticadas pelo bandeirante quando sob as ordens do Pai servira como capitão de uma companhia, na campanha da “conquista dos Bárbaros, que infestavam o Recôncavo da Bahia”.

“Até o anno de 1674 fizera três entradas em que aprisionara a muito tapuyas arrazando-lhe as aldeas, com o que haviam aquelles moradores ficado quietos e socegados”.

“Acabada aquela guerra, continuava D. Pedro II, pela satisfação que tive do seu valor encommendei ao Governador Geral que parecendo-lhe conveniente continuasse no dito posto a encarregar-se de uma povoação para impedir o passo ao gentio”.

Fundara-a o cabo paulista e nela levantara igreja, fazendo plantar muitos mantimentos com grande trabalho por ser paregem de cem léguas de despovoado.

No ano de 1675 partira João Amaro a acompanhar seu Pai para o sertão de Porto Seguro, a cincoenta léguas da vila, com o fim de descobrir a Serra das Esmerandas.

Era esta expedição naturalmente conjugada com a que Fernão Dias Paes comandava e determinada provavelmente pelo Visconde de Barbacena.

Nesta jornada correram os sertanistas grave perigo. Cercados pelos bárbaros eles resistiram durante vinte e dous dias de apertada investida que acabaram repelindo.

Já da Corôa tivera, por estes serviços, recompensa ou antes promessa de alargação, graças à portaria de 19 de março de

1674, expedida a seu Pai; uma comenda de quarenta mil réis efetivos, dos quais doze a título de hábito da Ordem de Cristo deste que, entre trinta e quarenta léguas da costa da Baía, fundasse, vila com oitenta moradores, igreja e o mais que tocasse às vilas novamente eretas.

Dela seria o Donatário ficando de juro e herdade para seus filhos e sucessores.

Nesta ocasião, alegava João Amaro: “Seu Pae fizera tal fundação em uma das paragens que tinha ganhado ao gentio vizinho do Rio Paraguassú, em que tinha feito Igreja, havendo dado princípio a algumas casas e curraes. Mas não as acabara por fallecer”.

Concedeu-lhe o Rei as mesmas regalias quanto a mesma vila.

Assim o documento que analisamos contradiz completamente quanto afirma o autor que o descobriu e publicou, quando à página 233 dos mesmos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* afirma que “a fundação de S. Antonio, nome que o povo, e com razão, substituiu pelo do mesmo fundador, se deveu a João Amaro”. Como vimos este apenas renovou a tentativa paterna.

Persiste o nome, aliás, na toponímia baiana e é o de pequeno povoado decadente, de município de Tapera, sítio a margem direita do Paraguassú e sobre a Estrada de Ferro Central da Baía, em local muito sujeito a febres intermitentes e perniciosas conta-nos o *Diccionário* de Moreira Pinto.

Dista uns 260 quilômetros da capital baiana.

Referindo as façanhas de João Amaro, como lugar tenente de Matias Cardoso dizia o Rei: “marchara com o seu mestre de campo até o arraial deste, distante, de quinhentas legoas. Expe-

rimentara grandes “discomodos” aquella tropa em que ia um capellão, e dois capitães com duas companhias tudo à própria custa e sem nenhuma ajuda de custo, por tempo de fazer duas sahidas a campanha em que empregara sete mezes até ser mandada retirar por fugir a infantaria, por lhe faltarem os soccorros”.

Pondo-se em marcha pelo sertão, com a pouca gente de que dispunha, caminhara João Amaro, com grande risco de vida, sem pólvora nem balas, vencendo um percurso de 150 léguas de campanha.

Esta retirada e jornada valorosa incorpora-as tal documentos aos fastos notáveis do bandeirantismo.

Mais ou menos, na mesma ocasião, em que expedia D. Frei Manuel da Resurreição as patentes, acima referidas, a Matias Cardoso e Moraes Navarro, passava outra, dos mesmo gênero, de Coronel de toda a gente de armas, e da mais que se lhe agregasse, na Guerra dos Bárbaros, a Antonio Cubas, irmão de Domingos Jorge Velho, cujo nome, pela primeira vez, aparece nos anais bandeirantes.

Data de 22 de março de 1689 e foi Borges de Barros ainda quem a divulgou:

Enviara-lhe Antonio Cubas a representar, que viera da Vila de São Paulo, pelo sertão com o Governador Domingos Jorge Velho, à Conquista dos Palmares, trazendo consigo cem homens de armas aos mocambos reais dos pretos levantados.

Marchara com o dito Governador para a guerra dos Bárbaros Janduíns, e outras nações confederadas, que oprimiam a Ca-

pitania do Rio Grande, varrerá a campanha rio-grandense queimando aldeias “degolando todas as nações que nellas estavam”.

“Passando a investir as outras que unidas os esperavam pelejara quatro dias e quatro noutes, sempre a fogo vivo, por trazerem os índios muitas armas daquella qualidade”, além das quasi infinitas de arcos e settas”.

Por falta de pólvora e balas tivera de cessar o prélio.

Depois daquelle successo de grande reputação às armas de Sua Magestade e segurança da dita Capitania continuara em guerra “até o presente em que o poder dos ditos Bárbaros se achava já desunido pelas entradas que se lhe haviam feito, assim com a gente dos Paulistas, como com a que em diversas partes assitia nas fronteiras da dita Capitania”.

Procedera sempre muito como devia às suas obrigações. Assim pedia lhe mandasse S. Excia. passar patente de Coronel de sua gente de armas e das mais que lhe encarregasse.

Obtemperando a este desejo declarava o Arcebispo prazerosamente:

“Respeitando eu o grande serviço que o dito Antonio Cubas tem feito a El – Rei meu senhor, e a honra da informação que tenho de seu particular valor, experiência e mais qualidades que concorrem em sua pessoa; esperando que daqui em diante continuará naquella guerra até de todo se extinguirem os Bárbaros e ficar pacífica a dita Capitania do Rio Grande do Norte, mostrando nas occasiões que se offereceram o merecimento de maiores postos e o bem que responde a confiança que faço do seu procedimento.

Hei por bem de o eleger e nomear Coronel da sua gente de armas e de toda a mais que se lhe agregar, ou encarregar, de qualquer condição que seja para que como tal governo exerça o dito posto emquanto durar a dita guerra e El –Rei meu Senhor não dispuzer outra cousa, e com elle gozará todas as honras, graças franquezas, preliminares privilégios, isenções e liberdades que tocam podem e devem tocar, aos mais coronéis que assistem em guerra, actual ajustando-me neste provimento ao Cap. 40 do Regimento novo deste Governo.

Pelo que hei por metido de posse: e ordeno ao dito Governador Domingos Jorge lhe dê o juramento na forma que é estylo”.

CAPÍTULO XII

AINDA A VITÓRIA NOTÁVEL DE CRISTOVAM DE MENDONÇA SOBRE OS JANDUÍNS

VENDA DOS ÍNDIOS APRISIONADOS

PROTESTOS DAS AUTORIDADES

DIFICULDADES FINANCEIRAS

Contestando a carta de 22 de dezembro de 1690, em que Cristovam de Mendonça lhe comunicava a sua notável vitória felicita-o o Governador Geral calorosamente por este grande feito de armas.

Tinha o maior alcance a prisão do homônimo tapuia do *Castrioto lusitano*, tantos de seus principais guerreiros e as famílias destes.

Ao Rei encarecia vivamente tão notável feito mas com toda a prudência ressaltava com aquela cautela típica dos administradores portugueses da era colonial em matéria de pagamentos:

“Se hoje não estivera tão extremamente exausto o cabedal de Real Fazenda nesta praça; creia Vossa Mercê do meu ânimo lhe mandara acudir com alguma ajuda de custo, mas há dificuldade invencível, a que o meu desejo não pode dar remédio”.

Asism sua Mercê se resignasse com a recompensa pouco sólida da glória desacompanhada de proventos materiais.

Á vista destas vitórias decidira Domingos Jorge Velho de-campar do Rio Grande do Norte para tratar de sua grande empresa palmareense.

E puzera-se a vender os índios aprisionados.

Contra isto protestava indignado o Capitão-Mór rio-grandense ao Governo Geral e Câmara Coutinho procurava remediar ao caso mandando a Agostinho Cezar que fizesse chegar às mãos do mestre de campo o alvará de Sua Majestade, recente, sobre a liberdade dos índios! Era o caso da aplicação da hoje velha alusão histórica relativa às garantias da letra de La Chatre.

No arraial de Matias Cardoso arrebentara uma epidemia de sarampo, moléstia pouco séria para os brancos e muito grave entre os índios. Esperavava-se, porém, que mudando a sede de sua base pudesse o bandeirante dentro em breve debelar o mal.

Não se admirava Coutinho da devastação de que o Capitão-mór rio-grandense lhe dera parte: do “estrago que Domingos Jorge Velho fizera e iria fazendo até encontrar os Palmarenses”.

Estava tudo tão de acordo “o costume daquela gente!”.

“Se elle, ou os outros tiverem vendido (como Vossa Mercê me diz que fizera) índios prisioneiros, com esta remetto a Vossa Mercê Alvará que mandei passar em todo o Brasil se ter entendido, quão sagrada quer El-Rei meu Senhor que seja a liberdade dos índios.

Vossa Mercê o faça publicar nessa Capitania e observar inviolavelmente remetendo à Secretaria do Estado certidão de se haver promulgado nessa Capitania”.

“Já considero terem partido da Parahyba as munições que alli se remetteram desta praça, para as fronteiras dos Bárbaros, donde já não haverá falta”.

Deante daquele apregoado e sacro que El Rei queria atribuir a seu Alvará é o caso do leitor posto ao par dos processos do tempo recordar a famosa frase antológica do *risum teneatis*.

Continuavam, porém, as enormes dificuldades da Fazenda Real que não podia valer ao Governador nem em dinheiro nem em suprimento de material.

Quizera Agostinho Cesar que Matias Cardoso transportasse seu arraial do Ceará para o Rio Grande do Norte onde melhor conteria os tapuias.

E este obtemperara a tal desejo. Estavam os paulistas muito descontentes porém. A Fazenda Real não lhes pagava os soldos e Matias Cardoso fora a Olinda pedir providências para que se acabasse tal irregularidade.

Si não conseguisse dinheiro, “também não se poderia conseguir o serviço de Sua Magestade”.

Mas como fazer! si os recursos do Governo Geral estavam esgotados, prevenia Camara Coutinho a Matias, em 29 de janeiro de 1692.

O único recurso era pedir a El-Rei que autorizasse o pagamento de taes soldos diretamente.

Mas Sua Magestade em matéria de “pague-se” era mais que tardonho...

Cheio de rodeios e palavras gentis expunha o Governador Geral, delegado do monarca mau pagador.

“Não ha dúvida que os officiaes e soldados vençem os seus soldos, como os mais de infantaria do Estado; e que nem o Sr. Marquez nem os officiaes da fazenda de Pernambuco, os podem pagar, enquanto El-Rei meu Senhor, não mandar ordem.

E já eu considerando a importância de se defender essa Capitania e soccorrer com os seus soldos a infantaria desse Terço, dei particular conta a Sua Magestade de uma, e outra cousa na frota passada.

Brevemente chegará a que neste mez parte de Lisboa; nella espero sem dúvida a resolução de Sua Magestade muito a favor da miséria desses moradores e do merecimento desses soldados.

E se há sido tão constante a sua tolerância; poderá parecer menor o seu valor? se depois de tantos annos dessa campanha, sem mais esperanças que a do serviço que faziam; fraquearam agora na que em poucos mezes podem ter, de serem pagos sem escrúpulo algum dos Ministros e officiaes da Fazenda Real, que ou nesta cidade, ou em Pernambuco, mandar Sua Magestade que assistam a seus soldos”.

Apelava Camara Coutinho para o zelo do cabo de tropa para alentar a sua gente sequiosa pela justa posse das moedas com a cruz de Cristo.

Que rei era este? o primeiro a proclamar em sua moeda: *Pecunia totum circumit orbem* e no entanto pretendendo excluir da axiomática divisa os locais onde pelejavam dedicados vassallos seus credores?

Assim mais precisa se tornava a intervenção do caudilho.

“Vossa Mercê os anime nos desmaios de sua desesperação; que no que eu puder favorecê-los hão de conhecer que de-sejo mais que Vossa Mercê vê-los contentes do que tem servido; e com novo gosto de acompanharem a Vossa Mercê até dar a essa guerra, o fim que Vossa Mercê promete”.

Não podendo cobrar-se em espécie queria Matias Cardoso velho caçador de índios que Sua Magestade o deixasse agir livremente no sentido da utilização daquela mercadoria humana.

Timidamente lhe objetava o Governador Geral alguns óbices a este projeto muito embora ousasse contrariá-lo.

“Já vossa Mercê deve ter as munições que desta praça se lhe remetteram por via da Parahyba.

E quanto às Aldeias da Capitania do Ceará do Paupina Paranguabu, e Tapuyas Jaguaribaras que Vossa Mercê quer ter à sua ordem independente do Capitão-mór; ainda que pelas experiências que tenho da sua inconstância e temor que têm dos Paulistas, duvido que queiram obedecer a Vossa Mercê principalmente quando Vossa Mercê me diz, que os achara quasi levantados contra o Capitão-mór, costumando elles estar à sua obediência.

Eu fico escrevendo, comtudo, ao Sr. Marquez Governador de Pernambuco, ordens ao Capitão-mór do Seara, os deixe à disposição de Vossa Mercê o maior número de Índios que for possível.

E que se dos sobejos das consignações pertencentes à Câmara e não a Fazenda Real Prohibidas, se puder esforçar a accudir a Vossa Mercê com algum bom soccorro para essa infantaria, o faça quanto antes ser possa”.

CAPÍTULO XIII

ERROS A CORRIGIR RELATIVOS A JOÃO AMARO E A DOMINGOS JORGE VELHO

DESHARMONIA ENTRE OS MESTRES DE CAMPO

OPERAÇÕES DE MATÍAS CARDOSO

Ao Governador de Pernambuco expondo os motivos que o haviam levado a fazer o máximo empenho em empregar bandeirantes de São Paulo na pugna com os terríveis tapuias do Rio Grande do Norte minudenciava o Arcebispo Governador Geral interino do Brasil a 9 de março de 1690.

“Matías Cardoso de Almeida vae com Patente de Mestre de Campo, e Governador daquella guerra: leva um Sargento-mór um Capitão-mór (a quem se encarregou a gente das tropas que de São Paulo se abalaram em seu seguimento: sujeito de grande valor e experiência adquiridas na conquista dos Bárbaros desta Capitania de que foi Governador com felisíssimo successo seu pae Estevão Ribeiro Baião Parente) e quatro Capitães mais.

A todos mandei passar Patentes com o mesmo soldo, e preeminências que tocam a aquelles postos nos Terços pagos.

E ao Capitão-mór (de que não há exemplo na infantaria paga, nem é justo se reforme, sendo tanto o seu merecimento) se lhe decla-

ra também soldo de Capitão com as preeminências que se deve à autoridade de Capitão-mór a que os mais Capitães ficarão subordinados nas acções que o seu Governador lhes encarregar”.

Contam-nos estas palavras que João Amaro Maciel Parente voltou aos sertões do Norte não como cabo autonome de uma grande bandeira destinada a varrer o interior baiano, como pretendem numerosos autores, e sim como lugar tenente de Matías Cardoso.

Quanto é mal estudada ainda a história do desbravamento do Brasil!

Á pórfia escrevem os nossos historiografos, sobretudo os baianos que João Amaro tais e tais proezas praticou nos sertões da Baía. Ora o confundem com o pai, como fez Rocha Pitta a provocar aliás os protestos de Pedro Taques, ora mostra desconhecer totalmente as suas ligações com a expedição de Matías Cardoso.

A este caso das operações bélicas de João Amaro teremos de voltar esclarecendo-o com o auxílio dos papéis da preciosa série de *Documentos históricos*.

A continuação da carta do Arcebispo é interessantíssima, para o melhor conhecimento da ainda mais que obscura biografia de Domingos Jorge.

Dispensado das operações do Rio Grande do Norte seria incumbido da expugnação de Palmares a cuja conquista fôra chamada e viera de São Paulo.

Assim seu soldo e o do seu troço correria por conta exclusiva do Governo de Pernambuco.

Sempre precavido em matérias de despesa recomendava o antistite do soldo Baiano muita prudência a narrar que Matias Cardoso trouxera de São Paulo, além da própria família, muitas outras com as quais pretendia fundar uma vila sobre o rio de S. Francisco.

“Deve Vossa Senhoria mandar-lhe assentar os soldos, que hão de vencer effectivos em tal forma que se lhe pague assim, e da maneira que se faz ao mais Capitães de infantaria desta praça.

Nem parece que ficarão sendo perpétuo sem uma guerra, cujo fim pende de arbitro livre do seu Governador; porque o seu intento é consumá-la, e extinguir os Bárbaros, quanto antes ser possa, assim pelo interesse da presa, e da glória (maior na diferença de tudo o que até hoje têm operado as armas de Sua Magestade reduzidas aos arraiaes em que se acha) como por haver trazido sua casa com muitas famílias, para o rio São Francisco donde pretende fundar uma Villa e tem já bastante povoação.

Elle vae a merecer, e a adquirir. E tudo são estímulos mui vehementes para o trazerem mais brevemente a sua casa, com a honra e utilidade que a todo o perigo há de procurar conseguir”.

Declarava Matias Cardoso categórico, que as forças de Domingos Jorge eram “poder de brancos e índios” “*in totum*” insuficientes para a dominação dos palmares.

Precisaria pedir-lhes uma conjugação de esforços para “com umas e outras forças unidos o invadirem, e segurarem por este modo a importantíssima presa e o grande serviço que ambos ficariam fazendo a Sua Magestade em tão universal beneficio dessas Capitánias”.

Tendo em vista a harmonização dos dois grandes badeirantes cuja rivalidade seria percebida, rogava o Arcebispo à intervenção amistosa do governador pernambucano.

Tinha aliás a Matias em mais alta conta de que ao emulo; provavelmente a obedecer a esse penhor muito humano traduzido pelo provérbio francês que declara ser sempre belo tudo quanto é novo.

“Para os conformar será efficacíssima a mediação “de Vossa Senhoria, entendido para maior acerto do que Vossa Senhoria se servi dirpor neste particular, que é Matias Cardoso superior em algumas circunstanciais a Domingos Jorge; e elle o deve reconhecer assim”.

Explica depois os processos que o antigo lugar tenente de Fernão Dias Paes ia pôr em prática.

“Para o fim principal da guerra dos Bárbaros mando reforçar o número de Índios que traz Mathias Cardoso com quatrocentos e cincoenta até quinhentos que pôde levar do Rio de São Francisco e com todos os que lá se ache do Camarão, e os mais que se lhe puderem remetter das Aldeias dessa capitania do Norte.

“Que como o seu intento é abreviar a guerra em que se podem gastar dous anos, a um só, e introduzir naqueles sertões por diversas partes as suas Tropas de maneira que não só se possam sustentar dos Mattos, e dos Rios, mas fugindo aos Bárbaros de umas caíam nas mãos de outras, e destruídas, as Aldeias não achem com que se sustentar suas famílias; todo o maior número que levar de gentio é mais conveniente para apressar o effeito.

Também lhe mando dar todas as armas, e munições que ficaram no Rio São Francisco do soccorro que não levou o Capitão-mór André Pinto Corrêa, para o Arraial de Domingos Jorge.

E todas as que se remetteram ao Capitão-mór Pedro Aranha Pacheco, de quem não tenho mais notícias que as letras que passou sobre a Fazenda Real dos gastos que fez na expedição do soccorro que lhe encarreguei levasse à ordem de Antonio de Albuquerque; e bem assim a pólvora que por via do Provedor da Fazenda dessa Capitania se remetteu desta praça à da Parahiba donde me diz o Provedor-mór tivera aviso estava em ser, e ultimamente lhes mando para lhe não faltar cousa alguma, que é tudo o que se pôde esforçar a Fazenda Real da Bahia, hoje tão exausta, e nas rendas tão diminuta que se dúvida se cobrados os dízimos, por não haver contractador a elles por seus Ministros poderá chegar a ambas as folhas”.

Vinham depois notícias precisas sobre a marcha dos Paulistas.

“Mathias Cardoso partirá dentro em dous mezes. Emquanto não chegar se devem conservar os Arraiaes no mesmo estado em que se acham os Mestres de Campo Domingos Jorge, Antonio de Albuquerque e o Capitão-mór Manuel de Abreu Soares.

A todos escrevo as cartas que com este remeto a Vossa Senhoria sobre a reformação daquelles postos, e a nova forma que dou à guerra dos Bárbaros; para que quando Vossa Senhoria vir que é tempo, mande executar o Alvará de dita reformação e a cada um a sua carta.

Creio que nenhum terá razão de queixa: mas é certo que ainda que a tivessem a tudo procede sempre o serviço Del-Rei

meu Senhor e o desengano de não poderem aquelles sujeitos obrar mais.

Tudo Vossa Senhoria lá disporá com o grande acerto que costuma ter em tudo”.

“No que toca o escrúpulo que Vossa Senhoria teve da liberdade ou captiveiro dos Bárbaros, e conta que delle deu a Sua Magestade o Sargento-mór Manuel Álvares de Moraes Navarro, que Mathias Cardoso mandou para em seu nome se ajustar alguma dúvida que se offerecesse a pedir o que era necessário para àquella guerra adverti que tivesse o seu Mestre de Campo entendido, que Vossa Senhoria havia dado aquella conta a Sua Magestade e que emquanto a sua resolução não chegasse senão podiam declarar os prisioneiros Bárbaros por escravos.

Nosso Senhor se sirva dar-lhes o bom successo que todos devemos desejar”.

A Antonio de Albuquerque da Câmara e Manuel de Abreu Soares escreveu o Arcebispo com efeito umas tantas liberdades e verdades dias depois de lhes tornar conhecidas as razões de sua destituição.

Tudo isto ligeiramente amenizado por uma palavra de agradecimento (Cf. Docs. Hist. X, 396) a que rematavam novas expressões de muita confiança na atuação dos paulistas.

“Bem desejava eu que o valor de Vossa Mercê não ficasse ocioso, e participasse, além do que tem obrado, a glória de ajudar a dar o desejado fim a esses Bárbaros. Mas nem a independência do posto que Vossa Mercê tinha permite agora a subordinação de outro, nem a gente que o governo é verdadeiramente

capaz de conservar-se nas asperezas daquelles sertões, a que só os Paulistas vivem acostumados.

E estas duas difficuldades, maiores, ambas na opinião que tenho da Vossa Mercê, me obrigam a livrá-lo de um occupação que não podia ter exercício neste novo empenho das armas de Sua Magestade, em cujo serviço sei em que Vossa Mercê há de faltar com a pessoa e zelo que sempre teve de empregar-se nelle”.

Em 28 de julho de 1690 o Arcebispo Governador confirmava a Domingos Jorge Velho às disposições tomadas em relação à reforma dos antigos chefes da campanha contra os bárbaros e procurava explicar-lhes as causas que o levavam a cortar os soldos dele, Mestre de Campo e de seus homens.

Entendia que já se achavam fartamente remunerados pelas cláusulas do regimento regulador das condições da empresa do assalto projetado a Palmares, quando viera de São Paulo, por terra trazendo oficiais e soldados paulistas.

“E como della se seguram tão grandes interesses a Vossa Mercê e aos seus officiaes, e a Fazenda Real, não póde assistir com soldo a posto algum que se não ocorre propriamente em seu Real Serviço e Vossa Mercê veio de São Paulo, chamado do Governador e Câmara de Pernambuco, tenha Vossa Mercê entendido que ainda Vossa Mercê e seus officiaes não ficam reformados quanto aos postos, o ficam sendo quanto aos soldos, e cessando a Fazenda Real a despesa que ha de correr por conta do ajustamento que com Vossa Mercê se fez para vir aos Palmares”.

Especioso pretexto este! de que tendo Mestre de Campo vindo a Pernambuco a chamado do governo desta capitania, não havia motivo algum para que também o Governo Real o subsidiasse.

Esquecia-se o Arcebispo certamente de que operando a diversão rio-grandense do norte fora-lhe esta cometida pela suprema autoridade do Estado do Brasil.

CAPÍTULO XIV

PROJETOS CONTRARIADOS DE MATÍAS CARDOSO EMPENHO DO MESTRE DE CAMPO EM COMBATER OS PALMARENSES

RECUSA DO ARCEBISPO, MATÍAS CARDOSO EM TERRAS CEARENSES

NOVA VITÓRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

APRISIONAMENTO DO REI DOS JANDUÍNS

Certo de que alcançaria rápido triunfo queria Matías Cardoso incumbir-se da expugnação de Palmares.

Objetava-lhe o Arcebispo Governador Geral, visivelmente irritado, em longa e curiosa carta, não lhe ser possível dicidir tão grave negócio.

“Recebi as cartas de Vossa Mercê de 3 e 29 de junho a que não foi possível responder com mais brevidade pelas urgentes occupaões da frota:

E condescendendo em tudo que Vossa Mercê me propoz e pediu para mais activa, e prompta disposição da guerra cujo fim espero em Nosso Senhor seja felicíssimo por meio das disposi-

ções e zelo que Vossa Mercê mostra no serviço Del-Rei meu Sr. ratifiquei logo o bando sobre o perdão dos criminosos, incluindo os que viveram de São Paulo, e os de todas as mais Capitánias, como Vossa Mercê delle verá:

E mandei passar patentes a todos os Capitães que Vossa Mercê me representou convir levar por companheiros.

Bem é verdade que venci grandes repugnâncias pelos soldados que se acrescentaram, mas ajudou facilitá-las não só a brevidade com que Vossa Mercê me assegura há de acabar essa empreza, mas também o gosto de que tenho de o dar a Vossa Mercê e aos mesmos providos, para com mais obrigado ânimo se empregarem na glória que já supponho terem as armas de Sua Magestade, e a que de Vossa Mercê e elles a fazerem vencedoras, há de resultar a todos os que ultimamente deixarem os Bárbaros extinctos, e aos moradores do Rio Grande socegados”.

Ao ambicioso correspondente expunha D. Fr. Manuel em frase incisivas e positivas os motivos existentes para que o Governador Geral e o de Pernambuco fossem leais aos contratos realísados ou apalavrados com o conquistador do Piauí.

“Vossa Mercê me pede resposta sobre o intento de acabar a guerra dos Bárbaros, ir ao Mocambo dos Palmares.

É ponto este que tem contra si o que tenho disposto na reformação dos postos daquella guerra que remetti ao Sr. Almotacé-mór o qual por me vir succeder no Governo do Estado, há de deixar ao Sr. Marquez de Montebello no de Pernambuco; como Vossa Mercê terá vista da cópia da mesma reformação que lhe envieí.

E também se oppõe ao meu desejo a carta que escrevi ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, cuja cópia será com esta.

E por uma, e outra razão me não é possível ordenar agora outra cousa contra o que resolutu, e mandado; principalmente quando Domingos Jorge Velho veio chamado do Governo de Pernambuco para a empreza dos Palmares, que elle deixou por obedecer, a ordem que deste Governo lhe foi”.

Nestas condições queria pois o cabo de tropa recém-chegado de S, Paulo, que o Governo Geral do Brasil faltasse com a palavra?

Muito mais de fiéis vassallos de Sua Magestade seria que ambos coordenassem esforços para subjugar os terríveis negros zombadores, havia tempo, das armas reais.

“E seria cousa mui injusta que havendo elle vindo por terra, com tanto trabalho, e tendo depois o da assistência aquellas fronteiras se lhe tirasse agora com menos crédito seu, a ocasião para que veio a buscá-lo e a utilidade que o trouxe.

Mas como tenho entendido que não tendo poder bastante para aquella conquista; e elle na reformação ficou independente da jurisdição de Vossa Mercê, e Vossa Mercê, e elle têm postos iguaes e ambos são Paulistas creio (e o devo esperar assim da prudência e zelo de um e de outro) que ambos se unam para o serviço de Sua Magestade.

Assim para o fim da guerra dos Bárbados, como para o princípio, e última destruição dos negros dos Palmares, que acommettidos por diversas partes em nenhuma poderia resistir às suas armas”.

Com finura procurava o Arcebispo não ofender seu bravo correspondente e assim lhe declarava:

“E se, todavia, nem Vossa Mercê nem elle quizerem pôr isto em prática (sendo a deliberação de ambos mui acertada) seguindo Vossa Mercê a sua empresa, e elle a sua, tenho quasi por sem dúvida, que visto ser tão grande o poder dos negros; e que a mesma falta do poder o obriga à desenganado ajuste com Vossa Mercê os partidos mais convenientes para ambos darem fim a associação dos Palmares.

Deus influirá um, e outro o que for para maior bem e allívio dessas capitanias que tão oprimidas se vêem das violências, e hostilidades dos negros”.

Anunciava d. Frei Manuel a presença, nas forças em campanha de um cabo de tropa que mais tarde tão célebre se tornou.

“Com o sargento-maior Manuel Álvares Moraes Navarro, mando duas provisões com o nome em branco para o escrivão e almoxarife, que vossa mercê lá lhes porá. E com esta vae a ordem particular, e duas vias do Banco para vossa mercê entregar uma, e a ordem, ao capitão Diogo Roiz da Silva”.

Logo depois assumia o governo geral do Brasil Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho transferido de Pernambuco, cujo governo ficava a cargo do marquês do Montebelo.

Falta-nos infelizmente a correspondência passiva do governo geral que tão interessante nos seria, tão preciosa mesmo.

A 10 de novembro de 1690, escrevia Domingos Jorge Velho relatando que a 4 de outubro anterior desbaratara mais uma vez os bárbaros e depois transferira o seu acampamento para o artigo pos-

to de Abreu Soares. E fazia-lhe outras comunicações. Contestando tal carta, a 29 de janeiro de 1691, escrevia-lhe Coutinho:

“Vi a carta de vossa mercê escripta a 10 de novembro do anno passado e conta que me dá do successo que teve com os bárbaros dia de São Francisco; e estado em que achou os logares, em que teve os seus arraiaes o capitão-mór Manuel de Abreu; prudência com que aquietou o sentimento, que os soldados e índios tiveram da mudança para aquelle sítio, e proposição que os soldados fizeram do que era necessário para se conservarem naquella parte donde entendeu que mais convinha para a defesa daquella capitania o sr. marquez governador de Pernambuco”.

Pelas entrelinhas desta missiva avaliamos quanto devem ter sido preciosos os pormenores dados por Domingos Jorge sobre as suas operações. E quanto de se lastimar o extrativo de tão valiosos e interessantes informes.

Prudente, amigo da harmonia, continuava o novo governador geral desejoso de não intervir na esfera das atribuições do seu subordinado de Pernambuco valendo-se do ensejo para endereçar ao chefe paulista algumas palavras de caloroso elogio.

“E pareceu-me dizer a vossa mercê que assim o que vossa mercê me representa na sua carta, com tudo o mais, que aponham os soldados, no seu papel, o façam elles, e vossa mercê ao sr. marquez a quem communico o poder necessário para isso.

E elle como quem fica mais vizinho e como quem ama tanto o serviço del-rei meu senhor, e a glória de suas armas disporá tudo, o que a ellas toca, e socorrerá os soldados de maneira que elles fiquem sem queixa, e ellas segurando sempre o bom

sucesso principalmente estando a cargo de um bom soldado de tanto valor e de tanto zelo como vossa mercê tem mostrado”.

Obtivera contemporaneamente uma vitória o sargento-mór Cristovam de Mendonça Arraes logar tenente de Domingos Jorge Velho, seu *fidus achates*, que tanto se distinguiria mais tarde em Palmares.

Apressava-se Agostinho Cesar de Andrade em comunicá-la ao Governador Geral.

A seu ver eram agora desnecessários dois acampamentos paulistas em operações. Foram fulminantes a atuação e o triunfo dos paulistas... Bastaria um o de Matías Cardoso podendo Domingos Jorge Velho, desde já, ocupar-se com a conquista dos Palmares.

Respondia-lhe Camara Coutinho a 2 de abril de 1691.

Sua carta nos informa que, obliquando para o nordeste, resolvera Matías Cardoso operar no vale do Jaguaribe.

Julgava que Domingos Jorge Velho deixaria o teatro da campanha para voltar à faina de arrazar Palmares.

“De 30 de Dezembro do anno próximo passado, e a 2 de Janeiro presente recebi duas cartas que Vossa Senhoria me escreveu pelo correio.

Em primeiro logar dou a Vossa Senhoria o parabém desse sucesso, que teve o Capitão-mór Christovão de Mendonça com os Bárbaros, com quem tocou tão principal parte daquelle felicidade e supposto esta victória, e terem chegado as ordens como Vossa Mercê me diz na segunda carta para os Mestres de Campo Mathias Cardoso, e Domingos Jorge Velho, e se não necessitar

já do segundo arraial, e o ter feito Mathias Cardoso no Jaguaribe donde tem poder para acabar extinguir as reliquias dos Janduíns Paiacus e Hicós que Vossa Mercê me diz faltavam por debellar; e o haver tão boas esperanças de se acabar de render a Nação que Vossa Mercê me diz na segunda carta para que ficava previnando uma tropa a castigá-los.

Tenho por sem dúvida que os dous Mestres de Campo se ajustarão um em acabar a guerra no Jaguaribe; e o outro a conquista dos Palmares para a qual veio destinado de São Paulo por contrato com o Capitão-mór da sua gente.

E como ficou cessando a occasião da guerra do Gentio, para que o divertiram, e para cujo effeito o General meu antecessor o fez Mestre de Campo, e deu o soldo; nenhuma queixa pode ter de lhe mandar dar baixa nelle, ficando como título de Mestre de Campo para a sua empresa”.

Mas, como se tratava de homem de sentimento rudesconvinha fazer o possível para senão o ofender, de leve que fosse.

As allusões do governador geral revelam-nos uma série de fatos interessantes sobre a vitória de Cristovam de Mendonça, sagento-mór de Domingos Jorge Velho, a saber que o rei dos Janduíns se fazia chamar João Fernandes Vieira! fato extraordinário para um tapuia.

Que ele se rendera, e, em sua companhia, um corsário certamente europeu e o seu chefe de estado maior, ou diretor da campanha, si é possível assim dizer-se.

Devia o pirata vir a ferros para a Baía. Infelizmente não diz o documento quais seriam o nome e a nacionalidade de tal flibusteiro.

“E visto ter menos poder para ella que o que tem Mathias Cardoso para a última desolação do Gentio; me parece bem que Vossa Mercê dê a Domingos Jorge Velho os rendimentos do Rei dos Janduíns. João Fernandes Vieira pois tanto deseja mostrar o seu valor, e fidelidade a que eu acrescento o ódio que naturalmente todo o gênero de Índios tem aos negros; mas de nenhuma maneira convém que o acompanhe o corsário baptisado, que com elle andava o qual Vossa Mercê remetterá preso a bom recado ao Recife para o Governador daquella Capitania o mandar como lhe escrevo com a mesma segurança, a essa cidade”.

Melhorara muito a situação militar rio-grandese e, assim, não havia necessidade de se recorrer ao soccorro dos índios fiéis do Ceará.

“Como segundo as notícias, que Vossa Mercê dá já não é necessario haver dous arraiaes nem dividir o seu Mestre de Campo Mathias Cardoso; tambem não é necessário para o supprir mandar vir os duzentos Jaguaribares do Seará”.

Terminando a extensa carta, elogiava Coutinho, altamente, o zelo e a capacidade do capitão-mór, tanto mais recomendável quanto ainda teria, e com grande sacrificio, de ver prorrogadas as suas funções que assim de ser zelo de vassalo exigia o serviço régio.

Quanto à questão servil devia regular-se pelo alvará do Padre Antonio Vieira, visitador geral das províncias do Brasil e Maranhão, expedido aos superiores das aldeias.

E tivesse s. mercê paciência em relação ao recebimento dos soldos atrasados.

Estava a fazenda de sua magestade mal provida, mas haveria de se remediar a tão desagradável situação.

Quando? quando? diria de si para si Agostinho Cesar de Andrade, conhecedor dos processos da administração d'El-Rei seu senhor, a quem Deus guardasse como tanto havia mister a monarquia...

E conhecedor das normas e praxes administrativas do Estado do Brasil bem lhe palpitava que os meses e os anos correriam antes que Sua Magestade satisfizesse as suas obrigações de retribuidor dos serviços que os vassalos lhe faziam a real corôa.

CAPÍTULO XV

DOCUMENTAÇÃO EM CONTRA-PROVA DE ORIGEM NORDESTINA

PERIPÉCIAS DA LUTA CONTRA OS TAPUIAS

INÉPCIA DO CAPITÃO-MÓR PASCOAL GONÇALVES E CAPACIDADE DE SEU SUCESSOR, AGOSTINHO CESAR DE ANDRADE

CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS COM OS PAULISTAS

É desconexa e lacunosa a documentação nordestina conhecida e referente à guerra dos Bárbaros. Não deixa porém de ser já assaz volumosa graças sobretudo aos trabalhos preciosos de Studart, Vicente de Lemos e Tavares de Lira.

Sumariemos o que de mais importante se conhece destes papéis que constituem preciosa contra-prova da documentação paulista.

A 11 de outubro de 1684 era, por patente real de Dom Pedro II, nomeado capitão-mór do Rio Grande do Norte, e por três annos, o capitão de infantaria servindo na artilharia da praça do Recife Páscoal Gonçalves de Carvalho aliás coberto de serviços

nas guerras com os holandeses, mas provavelmente velho e muito gasto; já contava mais de 46 anos de praça!

Em agosto do ano imediato assumia o governo e, em abril seguinte, informado dos assaltos repetidos do gentio aos colonos nomeava a Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque coronel de Cavalaria de Ordenança, incumbindo-o de reprimir tais desordens. Pensava que a debelação do perigo seria rápida, informava ao Governo Geral.

A região de maior perigo era a ribeira do Assú.

Em 23 de fevereiro de 1687, escrevia o Senado da Câmara de Natal ao capitão general de Pernambuco João da Cunha Souto Maior:

“Vimos pedir, com toda brevidade, socorro pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos índios tapuíos, que, no sertão do Assú, já tem morto perto de cem pessoas, escalando os moradores, destuindo os gados, de modo que já não são elles senhores daquellas paragens. A fortaleza acha-se sem guarnição, não dispõe de recursos necessários para acudir os pontos atacados”.

Concluindo a carta rogava que lançasse as vistas para esse povo, que tão abatido se achava, socorrendo-o, auxílio que não devia faltar em tão extrema necessidade.

Ao Senado da Câmara de Olinda pedia ao mesmo tempo, instantemente, para que junto ao Capitão General de Pernambuco interpuzesse os bons officios, a fim de não faltar com a remessa da infantaria e o que mais fosse preciso para debelar o inimigo.

A 1 de março avisava a Câmara de Natal ao Capitão-Mór da Paraíba a partida de Manuel de Abreu Soares a combater um

inimigo que nem às crianças poupava e pedia socorro de forças paraibanas que, pelo Sertão fizessem junção com as de Soares.

Atendendo a situação precária da capitania rio-grandense, que exigia providências imediatas, movia-se o Governo Geral.

Matias da Cunha, que recebera igual comunicação do capitão-mór e do Senado da Câmara natalense determinou pela Provisão de 6 de setembro do mesmo ano que o coronel da capitania, fidalgo da casa real Antonio de Albuquerque Câmara, reunindo todo o pessoal disponível das ordenanças e as forças que viessem de Pernambuco e Paraíba seguisse sem demora a combater as tribus sublevadas.

O capitão-mór para garantir melhor a situação dos moradores daquela ribeira, nomeou para a parte central do Assú capitão de infantaria a Manoel Rodrigues Santiago, e para a parte que vai do lugar Arraial abaixo até as praias a Manoel do Prado Leão.

Em 20 de dezembro também nomeou sargento-mór do Regimento do coronel Antonio de Albuquerque a Pedro de Albuquerque, seu irmão.

Cada vez mais alarmados com a agravação da situação resolveu o Senado da Câmara de Natal enviar à Baía um dos seus oficiais Manuel Duarte de Azevedo, para entender-se com o próprio Governador Geral, o qual, na resposta de 4 de setembro havia dito:

Que ao ter ciência da revolta dos bárbaros, dirigia-se ao governador de Pernambuco, e ao capitão-mór da Paraíba, ordenando àquele que fizesse seguir da capitania, sem perda de tempo, duas companhias da melhor gente dos Terços de Camarão e Henri-

que Dias, e ao da Paraíba o maior número de força possível. Que ao capitão-mór do Rio Grande havia incumbido de tudo que dissesse respeito à expedição e ao coronel Antonio de Albuquerque que cumprisse na campanha as suas ordens, ministrando circunstancialmente as informações de guerra (Vicente de Lemos).

O fim do ano de 1687 trouxe a agravação das apreensões. Estava a República em perigo, dizia a Câmara de Natal, e o seu chefe não se mostrava à altura da situação. Na vereança de 2 de dezembro resolvera o nobre senado da cidade partir à testa de um socorro às forças em campanha.

Nova carta se expediu ao Governador Geral. As vanguardas tapuias haviam aparecido a 5 léguas da capital em torno da qual existiam oito postos fortificados mas guarnecidos por meia dúzia de homens cada um. Pedia-se então socorro de gente a Pernambuco e mais cinco bocas de fogo, recursos de índios mansos, cento e cinquenta casais, mantimentos e efeitos da fazenda real.

Chamados novamente às armas foram os moradores a 24 de fevereiro de 1688; e entre sustos e privações passou Pascoal Gonçalves os últimos momentos do seu governo.

O perigo era tão iminente que, nas próprias imediações da cidade não se podia contar com a vida. Por vezes saíra com forças o capitão Gonçalo da Costa Faleiro a bater os arredores pelo receio de um ataque inopinado.

Foi então que Matías da Cunha escrevendo a Pascoal Gonçalves a 14 de março de 1688 o avisou da marcha de diversas colunas para o Rio Grande do Norte. Domingos Jorge Velho

com os 300 homens já reunidos para atacar os palmarenses, Abreu de Soares com 175. Iam mais de 500 homens da Paraíba, sobretudo, índios e pretos, sob o comando do capitão-mór dos primeiros e seiscentos homens de Pernambuco reunidos também para se juntarem a Domingos Jorge num total portanto de quasi 1.600 homens.

O capitão-mór do Rio Grande, diante da morosidade dos socorros e sem força suficiente, para bater os índios, lançou em 24 de fevereiro de 1688 seu *Bando* na capitania, em nome da Sua Magestade, no qual declarava que seriam perdoados de seus crimes todos aqueles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

Tinham seguido, até então, seiscentos homens para o sertão, e, por essa ocasião, receberia cada um deles uma quarta de farinha, unicamente, como provisão, confiados na promessa que fizera o capitão general de Pernambuco de acudir como o necessário mantimento.

Sem que o realizasse o capitão general a promessa feita, e diante da penúria em que se achava a capitania incapaz de acudir às forças em campanha, escreveu o Senado da Câmara a 29 de maio ao General nos seguintes termos:

“Há seis mezes preciosos que V. S. não tem mandado os socorros prometidos e já recomendados por Sua Magestade e pelo Governador Geral; nestas condições, fazemos seguir o procurador do povo, Gaspar Rebouças Malheiros, em companhia do capitão-mór Francisco Berenger de Andrade, a fim de apresentar os nossos protestos; em nome de Sua Magestade, e do

governador Geral, pelo estado em que se acha a Capitania, diminuída, quasi abandonada pelas forças, devido a essa falta de mantimentos e socorros que até o presente não tem chegado”.

Só a 18 de maio de 1688! é que partira de Pernambuco o terço dos Henriques, com cinco companhias sob o comando do Mestre de Campo Jorge Luis Soares. Seguiu para o Assú reforçados por índios e pretos paraibanos.

Repeliu Abreu Soares o assalto dos tapuias ao seu forte do Cuó mas Antonio de Albuquerque da Camara foi batido nas cabeceiras do Assú por enorme troço de índios perdendo 27 homens mortos, muitos feridos toda a sua bagagem, muita munição. Teve de refugiar-se no reduto de Piranhas.

Houve pânico em Natal cujo Senado da Câmara avisava ao Governador Geral por carta que considerava a Capitania perdida e em via de ser abandonada pelo êxodo geral dos colonos.

Recolhido por cautela ao forte dos Três Reis Magos reagia Pascoal Gonçalves por meio de um bando curioso.

“Tendo o Senado da Câmara representado que muitos moradores procuravam ausentar-se da capitania com suas famílias, e convindo, em nome de Sua Magestade, castigar os que assim procedem pelo máo exemplo que dão aos outros moradores, ordeno e mando que toda a pessoa de qualquer classe ou condição que more nella ou assista, não vá para fôra da jurisdição, sob pena de ser considerada traidora, presa e mettida na casa escura da fortaleza, e, para exemplo de maior castigo, será toda a sua fazenda confiscada para as despesas da guerra, sendo metade para quem denuncie, e na mesma pena incorrerão os vizinhos

mais chegados que, sabendo, não avisem logo ao Senado da Câmara”.

Logo depois passava o governo a Agostinho Cesar de Andrade. Era o capitão-mór que esperava mandar o governador geral o prometera. Idéia completa do estado agudo da revolta e do perigo em que se achava a capitania, oferece um trecho da carta de Agostinho Cesar, de 1 de março de 1695, dirigida ao Senado da Câmara:

“Quando cheguei a esta capitania achei o capitão-mór della, a quem succedi, metido na fortaleza, sem ter voz activa para nenhuma disposição; achei os moradores recolhidos nas casas fortes e o gantio sem opposição, destruindo tudo”.

Escreve Vicente de Lemo;

“Agostinho Cesar de Andrade – Natural da Ilha da Madeira, acompanhou a João Fernandes Vieira e com elle serviu no tempo que governou a capitania da Parayba. Tinha o fôro de fidalgo da casa real, era cavalheiro professor da Ordem de Christo e commandava a fortaleza de S. Thiago das Cinco Pontas no Recife, quando foi nomeado capitão mór do Rio Grande, a 7 de maior de 1688”.

Seu governo encetou-se ao que parece em junho de 1688. Era ativo e inteligente e applicou todas as faculdades em combater os tapuias. Nesta fase de luta distinguiu-se muito o capitão Afonso de Albuquerque Maranhão que por vezes reuniu forças e à sua testa pelejou. Aprisionou o cacique Canindé e mais nove

dos seus principaes tuxauas. E valeu muito á columna vinda de Pernambuco composta de 200 brancos e 200 índios que operava no sertão, apreendendo muito gado vacum e cavalar tomado pelos índios na ribeira do Assú. Comandava-a o capitão Antoni Pinto Ferreira.

Era Albuquerque Maranhão, filho de Matías de Albuquerque Maranhão e neto de Jerônimo de Albuquerque, oficial de grande valor; outro oficial também eficiente era Manuel de Abreu que viera de Pernambuco bater os índios.

Começaram a vir muitos índios janduíns do sertão pedindo paz e Andrade os foi localisando nas vizinhanças de Natal, na aldeia de Guapirú a tres léguas da capital.

Passado algum tempo sublevaram-se os janduíns e o próprio Cesar de Andrade teve de os bater degolando diversos.

Era outro homem que nao o seu antecessor. Assim sabendo em certa ocasião que a quatro léguas de Natal, sobre o Potengi estavam numerosos bárbaros, atacou-os subitamente e destróçou-os matando e aprisionando cento e tantos deles sendo o resto disperso. Nesta sortida valeu-se do auxílio de Antonio Gomes de Barros, official valoroso.

Em outra ocasião, levando como lugar tenente Pedro da Costa Faleiro organizou uma tropa em Mipibú e fez uma expedição a serra da Acauan onde destroçou dous mil índios, fazendo-lhes mil prisioneiros.

Mas apesar de tudo a situação de insegurança era a mais premete e a Câmara de Natal resolveu mandar um procurador da capitania aos reais pés de Sua Magestade, a quem Deus guardas-

se, a fim de lhe expor as misérias daqueles seus fiéis vassallos do Brasil.

E este foi o capitão Gonçalo da Costa Faleiro. Como credenciais levavam uma *Instrucção e Memorial em nome desta Câmara do Povo* que Vicente Lemos teve a excelente idéia de transcrever na íntegra:

“Representará o levantamento de todo este gentio o grande poder que uniram e as mortes que fizeram mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgadas e as ruínas dos mantimentos e lavoura para que S. Magestade ordene ao Governador Geral e os mais desta capitania não faltem com os soccorros a esta, ordenando ao Mestre de Campo dos paulistas e ao Governador dos Índios de Pernambuco e ao Governador dos pretos de Henrique Dias assistam ao dito sertão e d'elle senão retirem até com effeito se destruir e arruinar todo o gentio ficando estes sertões livres para se colonizarem por ser esta casta de gente mais conveniente para aquella assistência por ser mais ligeira e continuada, accelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazer despeza à Real Fazenda”.

Ao Rei se exporia o estado de miséria absoluta a que a guerra dos tapuias reduzira os colonos. A tropa para a Fortaleza dos Reis Magos e outros fosse paga pelos cofres de Pernambuco.

E se fundasse à margem do Assú uma fortificação de vulto. Nada mais urgente do que esta providência do estabelecimento de um presídio “naquella parte que chamam o Assú fazendo-se uma fortificação no logar que parecer mais conveniente

em que estejam ao menos trinta homens com quatro peças de campanha a cuja sombra estejam seguros os moradores que naquelles campos criam seus gados e se recolham os que vivem distantes, e sendo esta fortificação na ribeira de um rio navegavel que é o mesmo Assú e em pouca distância da praia, pódem também dar calor as grandes pescarias que nellas em alguns mezes do anno se vão fazer de Pernambuco, e das mais Capitánias, e por conseguinte póde evitar que o gentio bárbaro não commercie com os piratas do norte que muitas vezes portam naquellas enseiadas, e se communicam com o gentio fomentando-os para os levantamentos”.

Queoxava-se o Senado amargamente da questão relativa à posse de terras. Diversos indivíduos possuíam imensos latifúndios sem poder colonisá-los, impendendo a outros, de cabedais, estabelecerem-se. E entre elas pessoas que a S. Magestade serviam de armas na mão e com dispêndio de suas fazendas. Fosse feita a revisão das concessões de chãos, portanto, havendo fiéis vassallos que tinham perecido na peleja sem nada deixar aos seus.

“Com estas terras os póde S. Magestade premiar, e não permitir que os logrem aquelles que vivem em outras partes abastados de bens, sem as defenderem como os mais e deste modo não logram uns tudo e os outros nada, sendo todos vassallos”.

Guerra, guerra, sem tréguas os tapuias! pedia o Senado da Câmara de Natal em termos expressivos.

“Será presente a S. Magestade que em nenhuma maneira convém fazer-se paz nenhuma com este gentio, por sargento que não guarda fê, falsos o trahidores e debaixo de paz e maior ami-

zade é que nos fazem o maior danno como cá o tem feito nesta capitania por três vezes pelo que obraram estão os moradores tão timoratos e irritados contra elles que se não hão de fiar mais destes bárbaros, e será isto causa de nunca se povoar o sertão, e não há de haver quem queira assistir nelle pelo risco que correm suas vidas e fazendas e não se povoando perde S. Magestade considerável fazenda nos seus reaes dizimos, e os moradores as convenientes da creação de seus gados, o que só se conseguirá estroindo-se este gentio, e guerreando-se com elle até de todo se acabar, dando-se a exenção a ordem do Governador Geral Matías da Cunha que está registrada nos livros da Fazenda desta Capitania, sendo em tudo acertado para o serviço de S. Magestade augmemo desta capitania e conservação deste povo”.

Denunciava depois o Senado ao Rei o absoluto desprezo mostrado por João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco, quando lhe pedira soccorros do modo mais instante, duas e três vezes. “Nem attendera ao enviado especial da capitania nem tão pouco o commovera saber que viviam os colonos recolhidos e estacados! para livrar as vidas perdendo lavouras e fazendas”.

Tal o procedimento do Souto Maior para com o pobre povo rio-grandense que havendo este conseguido da Câmara de Olinda um empréstimo de duzentos mil réis para a compra de farinha fôra este dinheiro gasto com o sustento da tropa remetida de Pernambuco que partira sem víveres!

O fiador do empréstimo certo Antonio Lopes Leitão viera a Natal reclamar o dinheiro pois a Câmara de Olinda queria executá-lo. E a municipalidade natalense reduzida à miséria apenas pudera

pedir ao Bispo de Pernambuco a esmola e mercê de sua intervenção para que se não seqüestrassem os bens de seu amigo!

Prostrado aos pés de seu soberano pedia o Senado que Sua Magestade mandasse o governo de Pernambuco pagar aquilo que indebitamente fizera despende.

Quando Domingos Jorge Velho acampou no Assú achou Agostinho Cesar de boa política enquadrar nas suas forças os índios submissos refugiados na aldeia do Guajirú. Para lá mandou os homens mantendo-lhes as mulheres e filhos como reféns.

O Senado da Câmara, receioso de qualquer insídia desses aborígenes, representou ao capitão-mór, como boa medida, distribui-los pelas causas dos moradores, tanto mais quanto, à falta de recursos, viviam pelos campos cometendo fartos, e comunicando-se com os gentios rebeldes.

Hesitou a princípio Agostinho Cesar em convir no alledrio lembrado, mas cedeu afinal, e mandou que o escrivão da Câmara e seu procurador fossem à aldeia do Guajirú buscá-los e distribui-los pelas casas dos colonos que podessem dar bom trato, não adquirindo direito algum porém sobre a sua pessoa.

O provedor da fazenda real, Lázaro de Bulhões e o coronel Matías Vidal protestaram contra esta decisão e o Rei mandou que sobre o caso decidisse o Governador de Pernambuco.

Arraigadíssimo como então era o peador pela escravisação aproveitara-se o próprio capitão-mór o ensejo para aumentar o seu rebanho servil; de tal o acusava Lázaro de Bulhões!

O Rei, dentro em breve aplaudira um ato do Governador Geral do Brasil mandando restituir os Índios à liberdade.

Conjugando as forças locais às dos paulistas ordenou Agostinho Cesar a fundação de dous quartéis na ribeira do Assú. Ali colocou o velho Manuel de Abreu Soares com 150 soldados diversos, quarenta infantes da linha e índios mansos. Deviam ser abastecidos por Pernambuco. Mas ao cabo de seis meses, faltando os víveres, sublevaram-se os conmandados de Soares que abanadonaram as posições enterrando a artilharia.

Denunciava Agostinho Cesar o caso ao Rei e este, a tal propósito, expedia a carta régia de 24 de dezembro de 1690.

Bem acertada tinha sido a medida da criação daqueles quartéis. Abandonados, sómente à falta de mantimentos para as forças, ordenava, apesar de achar-se exausta a Fazenda Real com as despesas de guerra, que montavam em vinta mil cruzados, se os mantivessem em todo caso, por ser importante aquela situação. Para o sustento do pessoal se retirasse das obras subsídios e rendas por onde se pagava a infantaria à quantia de cento e cinquenta mil réis anuais, recomendando-se que o cabo das forças aproveitasse a cultura dos campos para o plantio da mandioca.

Mantiveram-se os paulistas de pé firme no Assú, a princípio os de Domingos Jorge Velho e depois os de Matías Cardoso.

Aumentou-se a despesa da manutenção da tropa e o Rei mandou fornecer mais cem mil réis pela carta régia de 5 de fevereiro de 1693, a pedido do então governador de Pernambuco Antonio Felix Machado.

Comentando as vantagens da permanência dos paulistas no Assú escreve Vicente de Lemos:

“Não há dúvida que a permanência, dessas forças no sítio do Assú, ponto central da capitania, era uma medida convincente e garantidora das diversas ribeiras, porque melhormente acudiam aos ataques dos bárbaros, obrigando-os a se afastarem do districto, deixando livres as estradas”.

Devido ao acerto dela e às perseguições que as forças faziam então, muitos ranchos viam-se obrigados a pedir pazes; mas quando elas se retiravam por qualquer circunstância, recommençavam os ataques, as depredações, principalmente da parte dos jandois, que viviam da ribeira do Assú para o Jaguaribe até a parte central de Pernambuco.

Difícil, era conseguir a vassalagem desta tribo o que não se dava com diversas outras que tinham hábitos de pouso e de cultura.

CAPÍTULO XVI

CORRESPONDÊNCIA ENTRE CAMARA COUTINHO E MATÍAS CARDOSO

PÉSSIMA SITUAÇÃO MILITAR

PENÚRIA DE ARMAS E MUNIÇÕES

TROPA ANDRAJOSA E NÃO PAGA

DISSÍDIO ENTRE OS CHEFES

PRETENDE MATÍAS CARDOSO ABANDONAR A CAMPANHA

NOVAS PROMESSAS

RECONCILIAÇÃO DOS CHEFES BANDEIRANTES

A 13 de julho de 1692 representava Matías Cardoso ao novo Governador Geral do Brasil acerca da situação penosa em que se achavam, ele e sua tropa. E esta exposição de circunstância ele a reiterava a 30 de agosto imediato.

Peior não podiam correr os acontecimentos da campanha. Abrira-se sério dissídio entre o chefe supremo e o seu lugar tenente. E ao passo que escassejavam, imenso, as munições não

chegava o reforço de homens pedidos ao Marquês do Montebelo, governador de Pernambuco.

Infelizmente não conseguimos descobrir os originais destas missivas do Mestre de Campo. Apenas lhes conhecemos o contexto, pela resposta de Camara Coutinho a ambas, a 3 de outubro de 1692.

Havendo-se de desavindo com o seu chefe, João Amaro Maciel Parente, sargento-mór da expedição, como sabemos, retirara-e “com alguns de sua parcialidade” do grosso da coluna “fugindo” segundo o termo empregado pelo Governador Geral.

Entendia Matías Cardoso imprescindível a chegada dos índios auxiliares pedidos ao Governo de Pernambuco assim como da pólvora e das outras munições requisitadas para se estabelecer o arraial que seria a base de suas operações. Depois disto é que a campanha poderia ser profícua. Assim mesmo calculava Matías Cardos em dous anos o prazo mínimo para a redução total dos bárbaros.

Se não fosse por meio destes elementos nem em dez! Não ligava o marquês à mínima importância às ordens de seu superior a suprema autoridade do Estado do Brasil no sentido de se abastecer o acampamento paulista.

Exasperado por não ter como sustentar “a pouca gente que o assistia” vendo que os seus soldados brancos estavam nus e “quasi em desesperação” pedia Matías Cardoso licença ao Governador Geral para se recolher à sua casa.

O último golpe desfechado contra esta tropa sofredora e acostumada a sacrifícios fora “o desengano de Sua Magestade

em não “a mandar soccorrer mais que com cento e cinquenta mil réis mensaes” para tão importante e custosa campanha. E assim mesmo não pagos!

Imenso trabalho tivera para impedir que os seus sertanistas saíssem fôra de forma. Empregara todos os argmentos possíveis mas a sua capacidade persuasiva estava esgotada e resultara nula. O melhor era mesmo que se recolhesse à sua fazenda do Alto S. Francisco.

Receioso de que o bandeirante puzesse em prática o projeto tratou Camara Coutinho de o apaziguar e reanimar. Expediu ordens positivas ao Marquês de Montebelo para que lhe mandasse pólvora, munições, índios e soldados pretos. Tratasse por se desvelar em acudir ao arraial paulista. Fizesse prender os desertores deste, acaso avistados no Ceará Grande e entre as tropas que combatiam os palmarenses.

Ficasse certo de que a impontualidade da Fazenda Real provinha da exaustão de seus recursos. Realmente atravessava o Brasil daquele tempo tremenda crise econômica financeira que provinha sobretudo da miséria do meio circulante.

Cientificava Coutinho relatando o assunto de sua carta ao Marquês:

“Eu lhe tornei a escrever, muito como convém ao seu real serviço sobre a miséria desses soldados, a importância de se conservarem os paulistas nessa campanha para ficar livre de Bárbaros esta capitania de cujo gado tem tanta dependência as vizinhas.

Espero de sua grandeza que chegando a frota e sendo-lhe tudo presente lhe mande acudir como desejo”.

E impressionado com o estado andrajoso senão de nudez da tropa de S. Paulo acrescentava: “Entretanto fico dispondo mandar a esta gente para se cobrir na primeira embarcação que for para Pernambuco o que do armazém das fardas que se ficam dando à infantaria desta Praça se poudér tirar pois tão justamente o merece”.

Nesta mesma ocasião dirigiu-se Coutinho ao capitão-mór norte-rio-grandense Sebastião Pimentel pedindo-lhe a interferência para que promovesse a união entre Matías Cardoso e João Amaro Maciel Parente.

E fazendo antever, aos olhos do cabo e tropa, grande e breve melhoria de situação exortava o Governador Geral a que, com o tão conhecido zelo e prudência, animasse capitães e soldados, “homens tão valorosos e tão constantes na persistência de uma campanha de vários annos”.

Não “desmaiassem” agora nos poucos meses em que podiam tardar os recursos prometidos por Sua Magestade a quem naquela data ele empenhara a sua palavra de Governador Geral certificando-o do que era o merecimento do cabo de tropa em agora conservar os seus paulistas sob as armas, à altura do que já obrara em vencer os bárbaros.

Houve, provavelmente, com a carta e as promessas da Camara Coutinho, uma aproximação entre Matías e João Amaro.

Partira este para a Baía, onde se achava em junho de 1693, escrevendo o Governador Geral a Matías Cardoso a quem o seu capitão-mór levaria as resoluções de tudo. E seria isto motivo a que se fizesse novo elogio aos méritos do cabo de tropa “cuja constância acrescentava maiores razões ao mérito próprio e ao de seus

commandados”. E agora revelaria ainda maior merecimento em sua tolerância e valor, alusão provável ao espírito de concordia que o animara a reconciliar-se com o seu lugar tenente.

Assim iam recomençar as operações de guerra depois de desvanecida esta nuvem que viera tão seriamente toldar os horizontes militares das operações do Rio Grande do Norte. Mas era tudo isto ilusório! O governo colonial pagava com palavras para manter sob as armas o pequeno corpo de exército de Matías Cardoso.

É verdade é que com os recursos tão exíguos de que podia dispor muito mais não conseguira fazer.

Esperava-se ao mesmo tempo em que os índios cansados de uma luta áspera em que apesar de tudo sentiam o peso de sua inferioridade de armas viessem implorar a paz. Pelo menos se contava que algumas tribus desarmassem.

Os mais experimentados das cousas do Nordeste entendiam que esta pacificação seria absolutamente efêmera. Na primeira ocasião se daria novo levante geral. Convinha prosseguir numa campanha de grandes desproporções por mais sacrifícios que custasse a fim de se fazer sentir aos bárbaros o que era a desproporção entre as suas forças e as dos brancos.

A capacidade notável de sua resistência a pertinácia de sua defesa do solo pátrio vinham a ser outros tantos prenúncios de quanto não renunciariam a guerra senão depois de positivamente esmagados.

CAPÍTULO XVII

APLAUSOS DO REI AOS CHEFES ÍNDIOS FIÉIS

AS PAZES COM OS JANDUINS

CURIOSA CIRCUNSTÂNCIA

A ATUAÇÃO DE JOÃO PAIS FLORIÃO

A 30 de janeiro de 1692 mandava Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho comunicar aos chefes índios fiéis do Jaguaribe o aplauso real pelo intermédio do delegado de Sua Magestade no Estado do Brasil.

Pitorescos os termos desta mensagem inspirada por Matias Cardoso e o Capitão-mór do Rio Grande do Norte.

“O Mestre de Campo dos Paulistas, e o Capitão-mór Agostinho Cesar de Andrada me significam pelas suas cartas a grande fidelidade e amor que como bom vassallo mostrou sempre ao serviço Del-Rei meu vosso Senhor e particular valor, com que tem pelejado com os Tapuyas Bárbaros, seus inimigos em defesa dos moradores dessa Capitania, dos quaes foi sempre bom, e verdadeiro amigo.

E por serem todas as virtudes de tão grande honra ao Principal da nação Jaguaribara a quem escrevo esta carta, me pareceu que devia eu agradecer-lhe (como faço) tão bom procedimento, do qual ficou muito obrigado e dando conta a El-Rei

nosso Senhor do que merece o Principal dos Jaguaribaras; pois não póde ter maior ventura que saber-lhe o nome EL-Rei de Portugal para lhes fazer mercês em satisfação do que elle, a toda as suas nações Jaguaribana o têm servido nessa guerra.

Encomendando-lhe muito continue, e confirme a amizade que tem com os Portuguezes, nos quaes ficará sempre a memória das façanhas, que fizer, e obrarem os soldados da sua nação, em os ajudar contra seus inimigos, acompanhando ao dito Mestre de Campo nas occasiões que se offerecerem.

E esteja cerot que sempre achará em mim uma muito lisa vontade de lhe prestar, a elle, e aos seus valerosos Capitães, aos quaes mandará ler também esta carta para que conheçam que empregam bem o valor, com que têm procedido, e procedam nessa guerra, a favor dos seus inimigos. Portuguezes, em companhia dos Paulistas, os quaes como são tão bons soldados, estimam muito e louvam o esforço dos Jaguaribaras.

E assim ao seu Principal que os governa como a toda a sua nação guarde Nosso Senhor como eu desejo”.

Que teria compreendido o nobre Principal deste pomposo e longo aranzel?

Do mesmo gênero são outras cartas enviadas ao Principal Paupina e ao Principal “da nação Paranguaba”.

Na carta de 17 de abril de 1692 a Agostinho Cesar tratou Camara Coutinho das pazes dos janduin.

Vem aí curiosa revelação.

Declara o Governador Geral que o grande promotor da submissão dos terríveis índios, acérrimos inimigos dos portu-

gueses, desde que se haviam aliado aos batavos, fora um paulista João Pais Florão, certamente filho ou neto do bandeirante, oficial do terço de Antonio Raposo Tavares na Retirada do Cabo de S. Roque e de quem tão elevados conceitos esvreveu Pedro Taques.

E de uma questão de amor – o que é mais curioso – provinha esta aproximação entre índios e brancos.

Valera-se Florião da circunstância de ter morado entre os Janduins e lá haver vivido com uma filha do maioral Nhonguge, cunhado de Canindé, o principal morubixada a quem chamavam Rei dos Janduins.

Foram mediador entre paulistas e peles vermelhas.

Da filha do cacique houvera um filho que em dado momento levara em sua companhia a visitar os parentes maternos.

Assim servira o pequenino mameluco de traço de união enter tapuias e brancos.

Curiosa circunstância! Para negociar a paz com o Governo Geral do Brasil havia Canindé “rei” dos Janduins enviado à Baía alguns dos seus maiores.

De tal nos dá pormenores à interessante carta que Camara Coutinho, a 17 de abril de 1692, escrevia ao capitão-mór do Rio Grande do Norte, “sobre as pazes dos janduins”, pedindo-lhe a opinião sobre as condições que deviam regular a deposição de armas dos tapuias.

“Da cópia que será esta firmada pelo secretário do Estado, ficará Vossa Mercê entendendo a paz que me enviou a pedir o Canindé, rei dos Janduins: e pelas proposições que offereceram

os maiores que em seu nome vieram a esta cidade, a forma em que lhe concedi.

E ainda que o intento do rei dos maioraes me parece Cândido, e sincero ou porque as armas de sua majestade os obriga a temer o último fim de serem conquistados ou porque uma guerra continua enfada os mesmos bárbaros; e estes o não são em sollicitarem o seu socego; contudo sempre a natural incostância, e ódio que esta nação tem à Portugueza, desde que seguiu as partes da Flamengo, deixa escrupuloso o conceito desta amizade, tanto sem se esperar pedida.

Vossa Mercê que de mais perto conhece o estado em que se acham as cousas, e a confiança que se póde fazer desta novidade; a especule, e os fundamentos della com a ponderação, e intelligência que pede negócio de tanta importância; e de tudo me avise Vossa Mercê logo, para me ser presente, a firmeza, ou mobilidade que póde ter esta amizade, pelas supposições que debaixo della se podem receber de gente que, ainda que tem rei, não costuma guardar fé.

Eu mostrei singelamente aos maiores que os cria, e a todos mandei vestir liberalmente de minha fazenda e da de sua majestade bastantes resgates, de que vão contentos, e 50\$ para um vestido com patente de capitão de infantaria a João Paes Florião que por haver (um filho), natural de uma filha do principal Nhonguge só... rei, foi a primeira causa desta paz, com elle... e não há dúvida que, estabelecida della, foi um particular serviço a el-rei meu senhor, a quem na frota hei de dar conta, e por essa razão convém que me venha a resposta de Vossa Mercê, sobre

esta matéria, quanto antes puder ser, e com formal notícia do estado dessa Capitania, e termos em que esta nação dos Janduins com a Portuguesa, para que assim se disponha tudo como mais convier ao serviço de sua majestade e socego dessa capitania”.

“Muito particularmente encarrego a vossa mercê que, por todos os meios possíveis, e mais efficazes, ajude vossa mercê ao capitão João Pais para que se consiga a última resolução e estabelecimento desta paz”

Ao capitão-mór da Paraíba do Norte, Constantino de Oliveira Ledo, no mesmo dia relatava Coutinho que o introdutor dos plenipotenciários tapuias fôra o próprio João Pais Florião, vindo à Bahia “com os principaes e mais índios e índias que consigo levava”.

Esta paz se estabeleceria pelo cumprimento de dez cláusulas que ele o governador geral aceitava.

Queria agora saber a impressão de seu correspondente sobre o caso. Iria Florião consultá-lo. Pedia ainda Coutinho que lhe dissesse o capitão-mór o que pensava das forças dos tapuias, e das de Matias Cardoso.

Aos índios vindos à Baía dera roupas, vários resgates, pólvora e chumbo. Retiravam-se satisfeitiísimos.

Falta-nos infelizmente o teor deste tratado. Não conhecemos documento que o estampe.

Interessante seria poder reproduzi-lo.

Talvez não haja em toda a documentação bandeirante peça de seu valor pela curiosidade de suas circunstâncias.

CAPÍTULO XVIII

PROPOSTA DE PAZ PELOS INDIGENAS

RESPOSTA REAL

DIFICULDADES DE PAGAMENTO DOS PAULISTAS

D. JOÃO DE LENCASTRO ASSUME O GOVERNO GERAL

CARTA REFERENTE À MATÍAS CARDOSO

PROJETOS DE CRIAÇÃO DE NOVAS ALDEIAS

A 14 de julho de 1693 escrevia Camara Coutinho ao Rei reiterando notícias anteriores sobre o andamento da Guerra dos Bárbaros.

A 17 de abril de 1692 haviam aparecido na Baía dous maiores tapuias do interior do Rio Grande do Norte, no campo do Assú.

Diziam-se, delegados de seu monarca Canindé que havia cinco ou seis anos estava em armas contra o rei de Portugal. Aceitara elle Governador jubiloso, a proposta que lhe traziam.

Assim a explicava: “Concedi por me parecer conveniente ao serviço de Deus e de Vossa Magestade e pelo pouco proveito que se tinha tirado da guerra, e despeza que nella se tinha feito, de que foram as capitulações e ajuste que fiz, e as remetera ao

Capitão-mór daquella Capitania para os conservar em paz: e que pretendia eu, que só a dúvida que poderia haver era que estes Bárbaros eram inconstantes e de pouca palavra”.

O Arcebispo como de sobras se sabia, incumbira da redução dos índios e Matías Cardoso com gente e cabos pagos pelos cofres da capitania assolada.

Prometera ao Mestre de Campo e a sua gente soldos levando o paulista grande officialidade.

Mas levantara-se a relutância da burocracia. O tesouro de Pernambuco não estava autorisado a pagar senão a sua própria guarnição.

Assim se recusara a subsidiar a tropa paulista. Nada mais prejudicial e vexatório do que esta situação.

“Desta maneira ficariam aquelles homens só com as promessas vindo das suas terras, fazendo consideráveis gastos, sendo exemplar e judicialíssimo para que quando tivessem mister se não achassem que da fazenda Real me não atrevia bulir”.

O regimento do Governo Geral também o tolhia para lançar mão destes dinheiros. Só havia o recurso aos dízimos mas estes mal davam para as despesas habituais e correntes. Consultado o monarca sobre o caso premente de pagamento aos paulistas viera à resposta soberana cheia de entrincadas particularidades cujo fim era, sobretudo, dilatar o prazo do famoso quarto de hora rabelaisiano.

“Foi Vossa Magestade servido dizer-me que confirmava a paz e capitulações que fizera com aquelle gentio, declarando-me que pelo nosso Regimento estava disposto que quando se houver

de romper a guerra e esta permitir dilação, dêsse conta a Vossa Magestade para tomar a resolução que fosse servido e quando fosse defensiva.

E seu o seu rompimento não permitisse este recurso, se fizesse junta dos principaes que no Regimento, se exprima, e approvada a guerra se fizesse logo, e se ajustasse a despesa de que effeitos se haviam de tirar, e então poderia ser que houvesse sobejos no contracto dos dízimos e que estes se diminuíram pela baixa que este anno tiveram os gêneros no Brasil, em outros poderiam ter maior estimação, e com elle crescer o contracto dos dízimos de sorte que pagos os filhos da folha eclesiástica e secular, haja com que se sustente à guerra.

E quanto assim não seja, por não haver sobejos, ou por estes não bastarem para as despesas da guerra, na mesma junta se podia determinar, e lançar, ou nos gados do Certão, ou no que parecesse menos prejudicial, um tributo que bastasse para pagamentos dos Cabos e mais gastos da guerra, e que finda esta cessaria pois nenhuma imposição como lhe devia de dar a entender poderia ser tam justificada como a que se lançava, quando se tratava da defesa de seus mesmos moradores”.

Mas o caso dos paulistas não se enquadrava nestas disposições régias observava Camara Coutinho.

Era preciso honrar o compromisso assumido pelo delegado da Corôa, o Arcebispo defunto.

Sua Magestade nunca o aprovara, positivamente, embora continuasse a campanha e os paulistas pelejassem.

Ocorrera tremenda crise financeira e na Baía dera-se a falência de dous argentários João Ribeiro da Costa e João Boiz Reis o que ocasionara formidável depressão monetária.

“Ficou a fazenda de Vossa Magestade tão falta de cabedal que o Arcebispo que então governava se valeo dos effeitos prohibidos para acodir as despesas deste Estado, e mandou dos sobejos dos dízimos dos annos futuros se pagassem aos cofres das rendas prohibidas, as quaes ainda hoje não estão pagas; porque não houve sobejos nem os filhos da folha secular nem eclesiástica tiveram pagamento do que lhes deviam daquelle tempo”.

Assim estava a Fazenda Real em grande penúria sem sequer poder pagar os funcionários.

Ia se normalizando a situação mas tudo isto levaria tempo, muitos anos mesmo. Cresciam as rendas do Estado do Brasil mas eram escassíssimas para fazer face às despesas de guerra e aos atrasados devidos aos paulistas.

Quanto ao lançamento de novas fintas seria impossível peusar nisto dada a exaustão financeira da colônia.

Assim, pois, era urgente que Sua Magestade enviasse recursos extraordinários aos seus súditos de além Atlântico.

Reclamava Matías Cardoso o que lhe era devido, e aos seus e o Governador Geral não sabia como atender a tão justa solicitação.

Respondendo ao Mestre de Campo escrevia-lhe;

“Vejo-o que Vm. me escreve na sua carta de 3 de abril deste anno e não é possível responder a ella como desejo por mo

impedir a expedição desta frota que El Rey meu Senhor é servido por carta immediatamente até desde julho.

Tanto quanto partir tratarei de responder com o effeito que foi possível, pelo Capitão Mór João Amaro Maciel que aqui fica o qual levará as resoluções de tudo. Entretanto acrescente Vm. com a sua constância maiores razões ao seu merecimento e de seus soldados o que tem na sua tolerância e valor”.

Pedia Matias Cardoso munições e carretas instantemente e o capitão-mór do Rio Grande do Norte, Sebastião Pimentel lhe reforçava a solicitação.

Via-se o Governo Geral em apuros, segundo a carta de 12 de junho de 1693. A pólvora existente na Baía estava péssima muito molhada toda. As balas iriam, o mais depressa possível, com nova partida de pólvora. Mandasse o capitão-mór fazer as carretas de que havia mister. Quanto ao reforço iria ele de Pernambuco quando a pólvora seguisse.

Logo depois deixava Camara Coutinho o Governador Geral do Brasil sendo substituído por D. João de Lencastro transferido do governo de Pernambuco para o mais alto posto da administração régia do Brasil.

“Sua Magestade que Deus guarde se servio mandar-me a governar este Estado e se me fazer recommendado muito essa Capitania do Rio Grande e a defenção de seus moradores me ordena por carta particular de 27 de dezembro próximo passado de 1693 e veria eu se com meio da paz se podem sugeitar e reduzir os Bárbaros para que possam lograr em ella seus moradores o socego que se deseja.

E que quando se entenda que aquella sua variedade não será estabelecida nem se poderá confirmar nesse caso ordeno seu se faça e continue a guerra, concorrendo para ella com todos os meios para que se possa sustentar fazendo que sejam promptos e infalíveis os pagamentos dos soldos que se prometeram aos aliados Paulistas por não ser justo que importante e expondo se aos riscos dela não tenham com que passem soffrendo tanto trabalho na Campanha”.

Antes de mais tratava o Governador geral dos compromissos da Fazenda Régia para com os vassallos de S. Paulo, “os alliados paulistas” expressão sumamente pitoresca. Pitoresca é inadequada pelo menos quanto permite o nosso critério moderno.

A este exórdio succede grande elogio aos feitos dos soldados de S. Paulo e sobretudo ao seu ilustre comandante.

“A estas expressas palavras de Sua Magestade se seguem para me mover com toda attenção o preciso effeito dellas a grande lástima e que tenho de quanto tem padecido esses moradores em tantos annos nas hostilidades dos Bárbaros que de certo seriam mais lamentáveis se o nome e o valor dos Paulistas os não reprimisse e venceram tantas vezes e sobretudo se não tiveram a Vm. para governar.

Já quando por aqui passei, vindo de Angola, tive grandes informações da pessoa de V. M. e soube quanto a sua constância e prudência tem merecido nessa guerra a grandeza de Sua Magestade”.

Queria o Rei um relatório muito pormenorizado do estado dos negócios da Capitania sobretudo do Rio Grande do Norte. E

assim recorria o Governo aos conhecimentos da maior autoridade no assunto o mestre de Campo.

Também ficasse o cabo de tropa certíssimo de que encontraria todo o apoio no Governador Geral do Brasil.

“A minha conta fica soccorrer a V. M. com tudo aquillo que V. M. me avisar logo lhe é necessário ou para restabelecer a paz ou para proseguir a guerra. E este aviso me faça V. M. com suma brevidade na embarcação, que fica para partir mando logo embarcar as munições que entendo lhe poderão ser necessário e nas patentes que estão na Secretaria do Estado mandarei por as apostillas necesárias para correrem os soldos nesta praça pelo meio mais possível.

Com esta certeza trate Vm. logo de ajuntar toda gente que ou pelo desabrimento da campanha ou pela falta de serem soccorridos se desunio o seu terço engroçando o quanto puder ser e dispondo, desde logo, pelo o que lhe parecer conveniente assim para se perpetuar o sustento de sua gente como para se cobrir de toda invasão dos Bárbaros essa Capitania”.

Mandara o Rei que no Issú (sic) Jaguari (sic) e Piranhas se puzessem seis aldeias indígenas de cem casais cada uma custodiadas por vinte soldados pagos (de linha) e seu cabo. Pedia D. João de Lencastro o conselho do ilustre sertanista a tal propósito.

“V. Mcê me informe particularmente o que lhe parecesse sobre esta disposição para se impedirem as hostilidades da guerra que os Bárbaros podem fazer.

E de que Aldeas e Capitánias, se póde tirar este número de casaes que S. Magestade quer se tire de novo; dando-me Vm.

inteira conta de tudo que entender que convém prevenir-se e dispor-se assim para esta nova criação de Aldeas, e em que distâncias ficam das Capitánias mais vizinhas pois que importa ser-me tudo presente com a maior distincção...

Assim procedendo praticavam o governo do Brasil o velho processo romano do estabelecimento de núcleos de gente diversa entre os povos subjugados.

Tão alto caso fazia o Governador Geral dos serviços do Mestre de Campo paulista que até mudara o governador do Rio Grande do Norte para lhe ser agradável. Nomeara para este cargo Agostinho Cesar de Andrade “por ser sujeito com quem Mathias se entende muito pela larga experiência de sua prudência e valor e o conhecimento que elle tem já dessa capitania.

E creio que tendo os Bárbaros que com elle fizeram pazes quando o governava notícia de estar restituído a seu governo o tornarão buscar para os renovarem e ter a Capitania mesmo esses inimigos”.

Queria Lencastro ter todos os informes possíveis sobre a campanha, que se encetaria, de offensiva, se os índios não se mostrassem. E sempre tivesse o cabo de tropa correios ligeiros para trazer o governo bem informado.

“Ultimamente torno a encarregar a Vm. me dê muito larga conta de tudo, e dos Cabos, soldados e officiaes brancos e Índios, com que Vm. tenha de presente e em que lugar tem feito arrayal e forma em que tem disposto a defenza actual da Capitania, e há de dispor à guerra offensiva dos Bárbaros, não querendo elles sugerir à paz que S. Magestade deseja.

E para esta lhes prometterá Vm. todas as terras que pedirem e elegerem para sua habitação e de suas familias e que serão conservadas na protecção de S. Magestade em sua liberdade e união dos mais vassalhos livres.

Despachando Vm. a toda pressa por Correios ligeiros e de satisfação todos estes avisos e... de que depende ser todo serviço de Sua Magestade e o bom successo que espero tenha V. m. em tudo”.

CAPÍTULO XIX

PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS DO NOVO GOVERNO GERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

INSTRUÇÕES A MATÍAS CARDOSO

NOTÁVEL DOCUMENTO

A CARTA RELATÓRIO DE MORAIS NAVARRO

A 3 de junho de 1964 participava D. João de Lencastro, aos oficiais da Câmara da Capitania do Rio Grande do Norte que fôra Sua Magestade servido mandá-lo governar o Estado do Brasil.

Com o maior interesse procurava saber, logo e logo, do estado das operações da Guerra dos Bárbaros, que tanto assolava aquela capitania, cujos moradores tanto tinham padecido. A sua antiga felicidade procuraria, e com todo o empenho, restituir-lhe dando-lhe toda a segurança possível.

Brevemente contava enviar-lhes como capitão-mór “sujeito digno” de ser sua mais alta autoridade assim como também novo provedor da fazenda real, cargo mal preenchido.

E referindo-se às operações da Guerra assim terminava a sua exortação:

“Ao mestre de Campo Mathias Cardoso escrevo muito como merece a sua constância e valor; V. Ms. lhe remetão logo a carta que será com esta, para que senão abale, como a necessidade, em que seus soldados, e officiaes se vêm podia obrigar.

Mas eu fico com o cuidado de o socorrer a toda a pressa; e V. Ms. me avizem com a mesma dos termos, em que essa Capitania se acha, das faltas, que padesse para sua conservação e os meios, que se lhe offerecem para resistir aos Bárbaros; que o mesmo ordeno também ao dito mestre de campo, para com todas as notícias, que me chegarem, mandar as ordens e socorros convenientes quanto antes se possa”.

Do dia seguinte 4 de junho de 1694 era a carta, longa e minuciosa a que se referia o officio anterior.

Comunicava o fidalgo ao mestre de Campo a sua tomada de posse do governo e transmitia-lhe as instruções especiais que El Rei lhe enviara em data de 27 de dezembro de 1693.

Preferia S. Magestade que os Bárbaros fossem reduzidos por meio da paz a que os exterminasse o peso das armas.

Se porém tal desideratum se não atingisse então sim fossem os selvagens tratados sem dó. Continuasse a guerra, dizia D. Pedro II, correndo para com todos os meios, para que se pudesse sustentar.

E tratando do caso dos soldos prometidos aos paulistas e jamais pagos contava o Governador Geral que o monarca lhe recomendara instantemente a maior pontualidade de pagamento: “fazendo que seião promptos, e infalíveis os pagamentos dos soldos, que se prometterão aos cabos dos Paulistas por não ser justo que empregando-se ellas no seu Real Serviço em occasião tam

importante: e expondo-se aos riscos della não tenham, com que passem soffrendo tanto trabalho na campanha”.

Tecia D. João Lencastro, depois disto os mais rasgados elogios ao valor dos paulistas e ao mérito de seu grande mestre de campo.

“Agora que S. Magestade me encarrega tanto a conservação dessa Capitania, venho eu a ser o mais empenhado”.

Fosse como fosse ou os índios se submetiam ou seriam exterminados por quem tantas vezes os batera.

Com a maior urgência reiterava o pedido de relatório sobre as cousas da campanha. Remeteria logo munições e as patentes apostiladas dos oficiais paulistas cujos soldos estavam correndo na Tesouraria do Estado.

Com estas boas notícias estaria o Mestre de Campo certamente em condições de recommençar ativamente as operações de guerra.

“Com esta certeza trate V. M. logo de apromptar toda a gente que ou pello dezabrimento da campanha, ou pela falta de serem soccoridos se desuniu o seu Terço engroçando-o quanto puder ser, e dispondo desde logo tudo o que lhe parecer conveniente, asy para se perpetuar o sustento da sua gente, como para se cobrir de toda... dos Bárbaros essa Capitania”.

Entendera D. João de Lencastro que ainda não fixara bem ao seu correspondente o que eram as intenções reais e assim, ainda anexou *post-escriptum* à sua já tão extensa missiva.

Paz! Paz! era o que Sua Magestade almejava. Guerra só se de todo não fosse obter que os terríveis índios desarmassem. Também se tal não o fizessem contasse o Mestre de Campo com todo o apóio possível do Governo Geral.

“Tenha Vm. como entendido finalmente, que não deseja Sua Magestade nem me encommendou outra cousa tanto como a paz com o Gentio dessa Capitania: e assim digo a V. M. que mais há de estimar hua paz fixa, e com total segurança de a não quebrarem os Bárbaros, do que as victórias que espero alcance V. M. quando elles a não queiram aceitar.

E assim trabalhe V. M. quanto possível for por attrahir a sua amizade os Bárbaros que o fim das guerras, he a paz; e para esse effeito lhes há V. M. de continuar a guerra que no dezengano de elles se não sujeitarem a paz, quer Sua Magestade se lhes faça”.

Para a guerra mesmo nem V. M. se impossibilite, pois eu hey de soccorrer a V. m. com o possível com grande cuidado”.

CAPÍTULO XX

RENOVAÇÃO DA GUERRA DOS BÁRBAROS

UM RELATÓRIO PRECIOSO DE MORAIS NAVARRO

Infelizmente não se encontram aos arquivos as informações que Matías Cardoso deve ter certamente então dado ao Governo Geral.

Mas em compensação possuímos outro magnífico documento da lavra de seu grande logar tenente Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Intitula-se “Discurso sobre os inconvenientes que tem a informação que se deu a Sua Magestade que Deus guarde para mandar por nas Piranhas Assú, Jaguaripe seis Aldeias, duas de cem cazaes e vinte cinco homens brancos, para segurança da Capitania do rio grande facilitando as pazes, que se podem fazer com o bárbaros offerecendo-se terras, as quaes se dessem de sesmarias, às pessoas que tivessem cuidado dellas”.

Infelizmente está cheio de lacunas causadas pelo assalto dos insetos mais assim mesmo o conjunto de seus informes tem a maior importância.

Encontra-se este documento no Arquivo do Estado da Baía (Livro 4º de Ordens Régias, 1694, a 1695, de págs. 76 a 79).

Esta representação do famoso caudilho de São Paulo cujas palavras têm o valor dos ditames da experiencia de quem as pro-

feriu em matéria de campanha contra índios controvertia um projeto governamental ideitado por invíduos a seu ver inscientes de cousas do Nordeste.

Começa o bandeirante por alegar a esterilidade daquelas paragens que precisavam ser abastecidas, ou pelo Ceará ou por Pernambuco sendo que o Ceará até então não passava de “miserável capitania” cujo presídio da Fortaleza exigia, para a sua manutenção socorros exteriores.

Assim se exprimia o ilustre bandeirante:

“Senhor! Primeiramente por serem estas paragens das Piranhas Assú, Jaguaripe incapazes de planta é de necessidade lhe mandar mantimentos de fóra, e de bem longe; e as paragens de donde póde hir os mantimentos hé do Siara grande pera o arraial de jaguaripe, que são 30 leguas e esta Capitania he tão miseravel, que de Pernambuco lhe vai todos os annos farinha pera o prezidio que nella tem; o arraial do Assú he distante do Rio Grande pouco menos de 30 leguas.

É esta capitania como mais infestada do Inimigo mal se póde sustentar salvo se lhe for de Pernambuco que são noventa legoas ao Assú e para o arrayal das Piranhas fica lhe mais de oitenta legoas de distancia do Rio S. Francisco, que he donde lhe poderá hir farinha”.

O abastecimento destes fortins, em terra inimiga, custaria trabalhos e dispêndios enormes.

“E pera guarda de cada comboyo hé necessario ao menos 150 homens de armas por... terras do Inimigo e lhe... que tes arrayaes não se houverão de sustentar só com farinha; pera se lhes levar gados importaria isso húa despeza consideravel.

E hé certo que faltando tres dias mantimentos pera quaes quer destes arrayaes, pois donde a farinha menda dura pouco logo despejam os que nas suas Aldeas padessero fomes por aquelle que deixarão de plantar”.

Segue-se um trecho sobremodo lacunoso pelas avarias do documento. Refere-se o Mestre de Campo acremente ao erro de se porem mulheres e crianças em presídio de fronteira.

“Pois quando se não puderam conservar outros arrayaes com grandes corpos de infantaria, que hirei relatando, como se conservarão estes arrayaes com o impesilho de mulheres e meninos?”

Realisa depois o bandeirante um retrospecto das operações havidas que é muito curioso.

“Primeiramente sahio a campanha o Coronel Antonio de Albuquerque chegando à noite, a vista do Inimigo, com mais de 300 homens e de pé e a cavallo; logo na mesma noite lhe apanharam dous homens e lhes surgirão e os matarão ha (sic) poucos, e pela madrugada lhe deram tal batalha que matarão perto de 230 homens e outros tantos feridos, e como se retirarão com toda a pressa lhe não matou toda a gente; isto socedeo na ribeira do Assú.

Depois deste socego se ajuntou grande corpo de Infantaria de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande, que forão prezidir o Assú, metendo-se com húma forte tranqueira, e no portão della lhe matarão dez homens sem mais nunca os de dentro quererem sahir a

pelejar com elles, acabando-se-lhe os mantimentos, sem fructo a algum se retirarão para as suas capitánias, não falo em outras tropas que depois della sahirão... de abater as armas portuguezas”.

Entraram então, em cena, Domingos Jorge Velho e sua columna. Infelizmente estão muito truncados os tópicos àquelle referentes. As Alagoas a que se reportam devem ser provavelmente uma alusão aos projetos do grande cabo de tropa contra os palmarenses. Interessante pormenor é o do conjunto da tropa do grande sertanista.

“Domingos Jorge Velho, paulista, indo a Alagoas... que está em meyo da Campanha... 400 homens de pé e cavallo pelejou com elles 3 dias com 3 noite a fogo vivo, e como lhe foi faltando pólvora se veyo retirando para o seu arrayal, e o vierão seguindo thé o meyo do caminho e se.. de o irem buscar ao seu arrayal das Piranhas assignando lhe o tempo”.

Ao chefe paulista que se fortificara pediram instantes socorros, Antonio de Albuquerque e o capitão-mór Constantino de Oliveira Ledo “vendo se bem apertados do inimigo e com grande risco seu”. Estava o primeiro aliás ferido por arma de fogo.

Relatava depois Manuel Álvares grave revês padecido pelo seu próprio cabo de tropa, revês que o obrigara a deixar o Rio Grande do Norte para se refugiar no Ceará.

“Estando o meu mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida arraylado em jacuhyupe... nosso regimento de mais de 50 homens de Armas, que nos chamarão Paulistas grandes, pela gente com que entramos, e não foi isto bastante para que não nos dessem dous assaltos e em hum se não hé amanhecer lhes logo o

de fazer-lhe grande estrago, ainda asi nos matarão cinco homens, vendo nós a falta de munições e mantimentos que nem logar nos davão a buscar, que foi necessario retirarmos para a Capitania do Ceará Grande”.

Este Jacuipe é o que não sabemos como localizá-lo na toponímia do nordeste. Talvez ocorra aí erro de cópia.

Adversários terríveis eram estes índios nordestinos que à bravura uniam singular astúcia e mostravam-se irreduzíveis. Desafiava Moraes Navarro, e nos mais expressivos termos de seu rude dizer que muito sentia ser tão áspero, aqueles que pretendessem contradizê-lo.

“Deixo de parte outras miudezas porque bastantemente me parece que tenho mostrado com estes exemplos ser impossível conservarem-se estes arrayaes que manda formar Sua Magestade.

No tocante as... desejava não ser tão rude para mostrar com várias razões e muito eficazes pela experiência que tenho desses tiranos alevantados, e os mais traidores, ser impossível quererem pazes, ainda que haja opiniões contrárias a esta minha, que hé hua só que obstando conhecerem o contrário sustentão se pelo não desdizerem e respondendo a esta opinião concludo com dizer, que me metrei em hua prisão em quanto estes taes vão, a dita campanha que reduzindo a pás um só tapuya, de dar o meu pescoço a cutello e bem se poderão ter desenganado pelo que se tem passado sobre este particular.

“Antes, com estarem as suas campanhas com várias tropas, dando-lhe guerra, nunca quizerão pazes, como quizerão hoje que estam senhores de toda a campanha?”

Há trechos do documento reproduzidos cremos que infelizmente pela dificuldade da tradução, pois não tem sentido.

Parece alegar Moraes Navarro que a causa da retirada de Matias Cardoso para o Ceará (após cinco anos de privações de sua gente, que vivera semi-nua “por falta dos soldos que debaixo da palavra real se lhe promettera dar”) viera a ser a penúria completa de recursos. Entretanto viviam os malsinadores e propalar que a causa de tal retirada fôra o medo!

É o trecho obscuríssimo e a sua redação parece indicar que de tal brazonavam os próprios tapuias quando se sabia que só aos paulistas temiam.

De quanto estes dominavam dava o informante formais exemplos.

“Indo dando cassa Domingos Jorge Velho a húa tropa delles, por nome “Esiqueri”, que em portuguez hé Silva, e vendo que não podia escapar de necessidade se forão metendo na aldea de guararú dos Reverendos Padres da Companhia da Capitania do Rio Grande, a que os ditos lhes valessem, e pondo Domingos Jorge a aldea em serco, e que lhe entregasse a preza e como os Paulistas são bons de accomodar... fizerão o contento entregando-se-lhe os homens sómente a athé a determinação do Governador Capitam General”.

“Em outra occasião outra tropa seguida por Christovão de Mendonça, capitão paulista, os colhera e os pozera em tal necessidade que se lhe não consedesse as pazes, morrerião todos”.

Seria impossível aliás encontrar mais pérfidos adversários, afirmava o chefe bandeirante.

Assim os índios refugiados na aldeia Guararú, havendo Domingos Jorge obedecido ao Governador Geral Camara Coutinho que os queria entregues aos jesuítas, dentro em breve davam provas de sua irredutibilidade.

Aos próprios asilados haviam assaltado procurando exterminá-los e praticando toda a sorte de atrocidades.

“Tornarão para a campanha com ajuda de sua família e aos depois com maiores tropas, a pôr fogo na dita aldea. Descendo pela ribeyra do Seará Miri, que são cinco legoas da cidade vierão matando a quantos se achavão vivos, cortando-os em cortos e tirando-lhe os coraçõs donde motarão duas crioulas dos ditos Padres que estavam lavando roupas.

“Só haviam fugido temendo encontro com os paulistas. Como lhes disse hua prizioneira que em hum sitio pegado a aldea estava tropa paulista, se tornarão levando a dita mulata e um mulatinho e os gados e cavalgadas que puderão conduzir”.

Esparovirodos haviam então os jesuítas pedido socorro a Matias Cardoso e quem enviaram um emissário.

Estava a sua aldeia em vésperas de ser queimada, as cercanias de Natal assoladas e até esta cidade em risco pois entre os tapuis diversos havia que “sabiam todos as entradas e corredores da cidade”.

Este emissário encontrara os paulistas “em campanha por outra ribeyra acima (?)” e Mathias dera-se pressa em atender ao lancinante pedido salvando a situação “não fora o castigo que tão propínquo lhes demos conseguiriam os índios tudo o que desejavam”.

Um outro grupo grande de tapuias fora refugiar-se junto do capitão-mór Constantino de Oliveira Ledo, pedindo-lhe que os valesse contra os paulistas. Prometia auxiliá-lo na guerra contra as outras tribus suas parentas. O que pretendia porém era introduzir-se perfidamente no arraial branco “para lhes darem de dentro”. E isto succederia “se não prévissemos a velhacaria. E como não poderam fazer a sua deram de fugida e foram ao Pinhancô e lá mataram 26 homens que alli prezediam, que como delles estevessem longe lhes parecia que estavam seguros”.

Terríveis estes adversários ardilosos, numerosíssimos como folhas de árvores, saudosos de seus amigos batavos a quem só causava inferioridade a falta de armas de fogo.

“Estas são as pazes que estes Innocentes costumam fazer que são tão ardilosos que confundem aos Paulistas que basta para encarecimento e só temos... farão pazes com qualquer navio estrangeiro que vier aquella costa pois tanto suspiram pelos holandezes, e é certo se qualquer inimigo lhes desse armas de fogo, só elles bastavam para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas”.

Para os reduzir era necessário promover operações de largo estilo com avultadas forças.

“Só o que me parece os provocaria a pazes, de que ainda duvido é trazerem naquella campanha ao menos 400 homens de armas Paulistas e o cabo práctico daquella campanha por nam experimentarem os enganos, que nos experimentamos, porque

cada capitania nos informava conforme suas conveniências, e medo do Tapuyas, de que se nos cauzou hum grande prejuízo.

Esta infantaria bem provida do necessário assista na campanha effectivamente dando-lhe guerra a fogo vivo derrotando os com as armas, e a fome, e a sede para que vendo-se impossibilitados e conhecendo a sua total roina se provoquem a pedir paz e concederem se lhe com condição de os postar fóra da terra”.

A seu ver tornava-se indispensável entregar ao cabo de tropa deste corpo de exército o comando geral dos índios de enorme zona.

“A ordem, desde cabo a de estar o gentio do Rio de São Francisco, Ceará grande, e Rio Grande e os da Cidade da Parahyba porque se for necessário repartir o dito cabo a sua gente em três ou quatro corpos unidos com este gentio, e alguns moradores, dem todos a hum tempo com esta força e acabada a diligência necessária a que poderão ser muitos dias tornarem as mais vezes forem necesárias, e as ditas Capitancias, lhes darão os mantimentos neccessários, e asssim se fará sem moléstia dos Índios e bem pouca despeza dos moradores”.

Citava depois Morais Navarro os recursos das aldeias indiáticas das capitancias.

“As ditas Capitancias tem Índios para darem e para lhe ficarem em sua guarda, sendo que a tropa na campanha guarda todas ellas, e para que saibam as aldeas que fazem porto aqui: *Siará Grande tem Cabucaiaiva Perengana, Paupina, Peranamemerir, Duas Aldeias de Jaguaribabas* todas estas bem cheias de Índios.

As Aldeias do Rio Grande do Norte correndo para o sul; *Guaár... Goarairas, Mamanguape, Utinga, Aldea de Jacobina; Arataguhy* por cima da *Goya...* os *Carerizes* os do Rio S. Francisco não obstante passarem por ellas não me estende numerá-las que tantas são de que são administradores os Padres da Companhia Barbadinhos”.

Terminando alegava Moraes Navarro que sua informação era ditada pela maior lealdade. Servira sempre a Sua Magestade com o maior desinteresse em tempos de guerra viva e de peste; frequentemente à custa dos recursos próprios e no entanto jamais esmorecera no propósito de bem querer servir a Sua Magestade.

“Tenho mostrado como é sinistra a informação pois informam conforme as suas consciências e a... ambição das terras o interesse a favor de S. Magestade contra seu serviço, segurança daquellas capitanias.

Dou esta informação conforme me tem mostrado a experiência e não como queixoso, e dos mais prejudicados de meu Terço, pois eu fui o que tratei da forma a esta na maior peste que já se deu nesta cidade, de que tive minha perda na Cachoeira, e outros intervallos como constará pelo Coronel Manuel de Araujo que já reside.

E tornando segunda vez por 220 léguas com ordem do meu Mestre de campo e Carta para o Arcebispo e Governador Geral pela tratar da forma da guerra, e nomear cabos o que obrei em tudo com zelo do serviço de Sua Magestade e nos interesses do Arayal, e também constava que trouxe a esta cidade infente-ria a minha custa! sem mais nunca se me dar da fazenda ne-

nhum vintém assim estou com ânimo e sempre estarei para não faltar... no serviço de Sua Magestade que Deus Guarde”.

Chegavam ao mesmo tempo pormenores sobre um grave revês das armas brancas às margens do Jaguaribe. Contém-nos uma carta do capitão-mór Fernão Carrilho.

Matías Cardoso a testa de 180 homens fôra batido pelos índios e saíra ferido do embate em que perdera um filho. (Cf. Rev. do Inst. Hist. do Ceará, 37, 269).

CAPÍTULO XXI

ESFORÇOS DOS MISSIONÁRIOS PARA A CIVILIZAÇÃO DOS TAPUIAS

JESUÍTAS E ORATORIANOS

SÚPLICAS DE SOCORRO AO REI

O GOVERNADOR SEBASTIÃO PIMENTEL E O SEGUNDO PRAZO DE AGOSTINHO CESAR DE ANDRADE

A ATUAÇÃO MILITAR DESTE CAPITÃO-MÓR

A 29 de janeiro de 1691 comunicava-se Dom Pedro II com o seu Governador de Pernambuco. Dom Antonio Félix Machado, sucessor de Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho, promovido, como se sabe, ao Governo Geral do Brasil.

Escrevera Coutinho ao Soberano que os jesuítas haviam reduzido grande quantidade de Índios que habitavam as terras da costa do Ceará, sobre o Rio Grande do Norte a mais de duzentas léguas de distância; nesta missão morrera o Padre João Lobo, missionário de longa fé de ofício, agora substituído por outro.

O Bispo de Pernambuco representara à Corôa declarando “ser necessário que se mandasse praticar de novo as reaes ordens para que as Aldeias se reduzissem ao uso parecendo-lhe se fosse menor o número dellas, seriam mais bem assistidas dos Missionários”.

“Tratava-se depois de um caso sucedido provavelmente com a tropa de Domingos Jorge Velho, “na guerra que os Paulistas tinham feito por ordem do Governador e Capitão General do Brasil nas terras do Rio Grande. Mataram cento e cinquenta Índios e captivaram cento dos quaes tinham feito baptisar cinquenta para serem vendidos nessa Capitania”.

Fizera o Bispo junta a tal propósito, tendo se apurado que tais índios deviam ser livres em virtude de expressa determinação das leis reais mal interpretadas nas juntas da Baía.

Dirimindo o caso ordenava o Rei:

“Fazendo-se consideração a Lei cento e onze que prometeu os captivos, e não as que depois se estabeleceram para que não fossem captivos e se reputassem sómente por prisioneiros de guerra, porém que no encontro destas determinações da Junta se encontrava maior faculdade de se não poderem satisfazer os ditos Índios aquellas pessoas que os compraram.”

Recomendava o monarca, muito especialmente, ao seu governador que em seu real nome agradecesse os Padres da Companhia e o fervor de espírito de sua catequese dos índios do Ceará e Rio Grande do Norte. E aos padres de São Felipe Nery a da nação Araribá “certificando a um e outros a estimação que

fazia de suas virtudes pelo serviço de Deus e do seu, com que se avantajavam aos mais operários da seara de Christo”.

Tratasse a Junta das Missões e com todo o empenho, de regularisar as questões de terra entre o patrimônio das aldeias e as pequenas glebas attribuídas aos índios. Dias mais tarde conversava o Rei com o seu delegado sobre a conveniência de se fortificarem vários pontos da costa do Ceará.

Como porém os recursos da real fazenda eram os mais escassos talvez fosse conveniente mandar dividir em capitánias os trechos do littoral por entre pessoas de recursos que as quizessem povoar e erigir as desejadas fortalezas.

Á vista dos incríveis abusos dos capitães-móres triennaes nomeados para o Ceará pedira Félix Machado que se reduzisse o seu prazo de governo a um anno. E o Rei discordava de seu modo de ver.

E quanto aos Índios que se captivaram do Rio Grande, considerando eu a justa causa que tiveram os Paulistas e soldados para os captivar, pela Ordem do meu Governador da Capitania Geral do Estado do Brasil, e disposição de minhas leis, que prohibiram os captiveiros, mando-os respeitar por prisioneiros de guerra”.

“Ordeno-vos, continuava o Rei, os façaes pagar à custa de minha fazenda, satisfazendo-se aos compradores, em cujo poder se acharem pelo preço em que compraram aos Paulistas e soldados pelo preço em que foram avaliados, prohibindo que se não venham os que estiverem por vender e que não passem a outro domínio os que estiverem já vendidos em quanto os possuidores

delles não forem satisfeitos de seus preços, e assim como se lhes dar esta satisfação fareis declarar aos ditos Índios por livres e os mandareis entregar ao Padre Reitor do Collégio da Companhia para que os reparta pelas Aldeias que os seus padres administram. Tudo com a maior brevidade e mais prompta execução que der lugar o Estado das cousas dessa Capitania”.

Corroborando a denúncia do Governador de Pernambuco aparece-nos a carta régia de 8 de março de 1693, ao mesmo Félix Machado, motivada pela representação de um missionário do Ceará o Padre Ascenso Gago que o Trono denunciava as “miseráveis tiranias” e as violências com quem os capitães-móres do Distrito tratavam os índios valendo-os deles como escravos e a invocarem as ocasiões do real serviço!

Pedia livremente da jurisdição destas autoridades para os índios ultimamente descidos ao menos por alguns anos. Em hipótese alguma pudessem ser recrutados para a guerra contra os tapuias, antes de ouvidos os seus missionários.

Resolvendo o caso praticou o monarca a lição do prolóquio que se refere aos golpes distribuídos pelo ferrador entre os escravos e a ferradura:

“E pareceu-me conceder-lhe jurisdição espiritual porém que a temporal fique ao Capitão-Mór dessa Capitania e recomendar-vos como por esta o faço, que não avexeis a estes Índios ainda que seja por pretexto de meu serviço”.

Em toda a vastidão brasileira a mesma homogeneidade de idéias reinava em matéria de se encarar o problema servil! E os únicos defensores da liberdade dos míseros peles vermelhas eram

os seus missionários. Por provisão régia de 17 de março de 1692 fez Dom Pedro II mercê do cargo de capitão-mór do Rio Grande do Norte, e pelo prazo de três anos a Sebastião Pimentel. Vinha de Portugal e era oficial pobre motivo pelo qual foi dispensado de ir à Baía dar homenagem e juramento pela sua capitania.

A 22 de agosto imediato empossava-se perante o Senado da Câmara de Natal.

Participando o fato El Rei contava a municipalidade à triste situação em que se achava a capitania. Continuava a ser o teatro de cruel guerra. Muitos dos seus moradores já a haviam abandonado não tardando outros números em lhes seguirem o exemplo.

A 11 de janeiro de 1692 haviam os bárbaros assaltado os colonos da ribeira do Ceará-mirim matando doze pessoas e destruindo muito gado vacum e cavalar, além do que puderam conduzir. Desde o começo da rebelião tinham aniquilado para mais de duzentas vidas e fazendas, estas em valor superior a novecentos mil cruzados.

O Governador Geral do Brasil havia mandado assistir na Capitania ao Mestre de Campo dos Paulistas. Matías Cardoso, com oitocentos homens, mas destes só restavam duzentos, porque não cumprira a Fazenda Real a promessa de lhes pagar soldo.

Devido à grande extensão dos sertões era conveniente que Sua Magestade mandasse fundar quatro arraiais nos logares Jaguaribe, Assú, Acauan e Curimataú mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, “que existia de Pernambuco ao Ceará” sua direção ao referido Mestre de Campo. Só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a campanha ver-se-iam

os bárbaros obrigados a dar vassalagem e poder-se-iam então repovoar os sertões, recuperando-se desta sorte as perdas que tinham tido os dízimos reais.

Tétrico o quadro que o Rio Grande do Norte fazia o Ouvidor da Paraíba em correição de sua comarca, Dr. Diogo Rangel Castel Branco, a 23 de julho do ano seguinte.

Salientou a pobreza em que se encontravam os colonos pelos apertos que fazia o gentio sublevado. Nesta luta continuada por oito anos tinham disseminado muitos, os que restavam não podiam, com segurança, cuidar de suas lavouras e criações pelo receio dos ataques inopinados. As forças que chegavam em socorro, muitas vezes extenuadas pelas asperezas da viagem, logo que esgotavam os mantimentos, sem que recebessem outros, tratavam de retirar-se, umas sem licença, e outras foragindo-se conduzindo mantimentos que forneciam com prejuízo próprio, os moradores, os quais sómente com muito zelo lutavam e gastavam suas fazendas sem retribuição alguma.

Apressou-se o Senado de Natal em levar tais palavras ao conhecimento do Rei e este pela carta régia de 27 de setembro de 1693 endereçada ao capitão-mór declarava: ter recomendado ao Governador Geral da Baía que fizesse pagar ao Chefe dos Paulistas, Matias Cardoso, por ser irregular esse procedimento. Fosse por sua vez socorrida a Capitania com força e mantimentos.

Mas já Pimentel não a pôde receber pois faleceu a 3 de outubro desse mesmo ano de 1693.

O governador assumiu o Senado, que a 20 de julho de 1694 depois de referir a El Rei a morte do capitão-mór mais

uma vez expunha: ter recomendado ao Governador Geral fizesse pagar a Matias Cardoso.

Prosseguia a dolente jeremiada;

“Senhor. Damos conta de que foi Deus servido levar para si o capitão mór Sebastião Pimentel em 3 de outubro do anno passado e do estado miserável em que se achava a capitania com a porfiada e contínua guerra do gentio bárbaro contra os moradores havia mais de sete annos, sem mais causa que a do seu damnado intento, fazendo notáveis destruições nas fazendas a vidas com seus continuados assaltos sem que até o presente se dispuzesse meio efficaz para reparo de tão grande ruína”.

Nada mais humano do que tão acossados vassallos deixarem aquela terra em êxodo geral quando por vezes havia até a fortaleza dos Reis Magos ficado quasi sem guarnição. Os soldados de Pernambuco para lá destacados voltavam aos seus terços e não regressavam às margens do Potengi.

Em matéria de munições era a falta grande, também. Refe-rindo-se aos terços dos paulistas em campanha, dizia o Senado:

“As duas tropas de paulistas que vieram a esta conquista se tem tornado sem effeito algum servindo a sua vinda de maior damno a estes persiguidos moradores que obrigados (uma palavra illegível) de seus apertos recorrem a Sua Magestade, pedindo queira por nelles os olhos de sua grandeza para que de algum modo faça socegar o seu continuo receio com que sempre estão”.

O final de tão lamuriosa carta era uma insinuação irônica embora tímida e respeitosa de que o Governo Geral do Brasil

agia com extrema lentidão para obras oportunamente grandes cousas contudo.

“Estas mesmas notícias temos dado ao Governador Geral deste Estado por um próprio que lhe enviamos e até hoje tem tardado as esperanças com que nos respondesse, supponho seja causa desta dilação o querer avantajarse para maior desempenho como tão grande servidor de Vossa Magestade e tão zeloso de seu Real serviço como por obras tem mostrado”.

Ao novo Governador Geral Dom João de Lencastro, no entanto, preocupava, e muitíssimo, esta questão da guerra dos Bárbaros.

Nomeara a Agostinho Cesar de Andrade substituto interino de Pimentel a 6 de julho de 1694. Em outubro imediato já se achava empossado do cargo.

Comenta Vicente de Lemos:

“Já não encontrou Agostinho Cesar no Rio Grande o terço dos paulistas de Jorge Velho, que se havia retirado para assistir nos Palmares, assim como de Mathias Cardoso que buscara parte superior do Rio S. Francisco.

Escrevia El-Rei ao capitão general de Pernambuco, dizendo achar-se bem informado dos estragos e mortes pela repetição da guerra dos bárbaros, desde a Bahia até o Ceará, sobretudo no Rio Grande do Norte, e que, como medida de ordem, tinha resolvido dar em sesmarias as terras fronteiras aos índios, àquellas pessoas que as podessem povoar, e cultivar.

Tinha resolvido mas de acordo com a representação do Senado da Câmara, que se fundassem no Assú, Piranhas e Ja-

guaribe, seis aldeias, duas em cada uma destas paragens, com cem casaes de índios para cada aldeia, guarneçadas com vinte soldados pagos com um cabo affeito à guerra, e que a tudo teria de acudir à fazenda real, para manutenção dos arraiaes, creando-se povoações, quanto possível.

O Governador Geral transmitiu essa resolução a Agostinho Cesar e este ao Senhor da Câmara, em 12 de fevereiro do anno seguinte, a comunicar.

Achando-se doadas todas as terras da Capitania com mais de cento e cincoenta léguas de costa, dizia Agostinho Cesar a Camarão, devia entender-se pela dita ordem que as terras a enceder-se seriam as mesmas já doadas entre as quaes muitas havia deshabitadas e devolutas.

E como, entre os ranchos reduzidos à paz, contava-se o do principal Canindé, intitulado rei entre os seus, baptisado sob o nome de João Fernandes Vieira, foram a estes doadas às terras sitas na ribeira do rio Jundia-peroba em Goyaninha, tapera de Lucas Gonçalves e mandava o capitão-mór que assim se cumprisse.

O Senado da Câmara ponderou a Agostinho Cesar em carta de 1 de março, quanto à fundação dos arrayaes era uma medida de presente inoportuna, porque ficariam os moradores da cidade desamparados da defesa de suas famílias pela obrigação que tinham de seguir. Demais, achava-se o governo entabulando pazes com o gentio.

Considerava, portanto, de melhor acerto guardar o soccorro, promettido pelo Governador Geral para formação dos arra-

yaes fazendo-se antes algumas correrias e apertos aos bárbaros, que se veriam obrigados à vassallagem.

Agostinho Cesar não acquiesceu porém às ponderações do Senado da Câmara”.

A primeiro de março de 1694 fazia à municipalidade natalense um relatório geral de sua atuação no governo do Rio Grande do Norte.

Assim começava esta curiosa peça de páginas 56 do *Livro de Registro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal* para o período de 1691 a 1702.

“Há perto de sete annos que me mandou Sua Magestade, que Deus guarde, governar esta Capitania. Chegando a ella, achei o capitão-mór a quem succedi, mettido na fortaleza sem ter voz activa para nenhuma disposição; achei moradores recolhidos em casas fortes, e o gentio sem opposição, destruindo tudo”.

Como auxiliares pudera apenas dispor de quarenta soldados de linha de Pernambuco e trinta e tantos índios. A sua testa executara duas sortidas e obtendo algum reforço de casas fortes chegara a cento e sessenta praças.

Fazendo base em Mipibú enviara duas expedições felizes ao Sertão intimidando ao gentio. Executara depois outros raids favoráveis. O da Serra de Acauan fora proveitoso e dirigido por um paulista cujo nome não declarou.

Ao mesmo tempo determinara que Matías Cardoso, com a pouca gente de que dispunha reforçado porém por cem homens da capitania, fizesse uma entrada pela rebeira do Ceará.

Fôra esta muito feliz, por duas vezes assaltara o mestre de campo o gentio, dele matara quantidade e fizera alguns prisioneiros tomando-lhes os que levava.

E, no entanto, vira os planos sempre tão coroados de êxito não só como censurados.

Acusavam-no do desastre do Sargento-Mór Manuel da Silva Vieira no Assú. Cinco mezes permanecera ele em uma casa forte com pouca guarnição porém pedindo constantemente algum socorro de gente e farinha. Em todo este tempo nunca lhe fora tal auxílio até que havendo expedido como correios um a um e dous a dous as gentes que lá tinha Viera a ficar com cinco homens. Não pudera pois sustentar-se e retirar-se ficando o tapuia tão dominante que vanquejara os gados, metendo-os nos currais, jarreteara-os lastimosamente.

Deplorável desastre com efeito! causador da ruína total da capitania porque quando chegara o coronel Antonio de Albuquerque ao Assú era certo que, se ali achasse a gente que ficara, não voltaria às Piranhas.

Mas a quem cabia a responsabilidade de tamanho erro? A ele não? e sim ao terror pânico daqueles que agora o agrediam e difamavam.

“Examinada a causa porque não foi ao Sargento-mór socorro é a cousa notória que, querendo o capitão-mór mandá-lo por vezes sempre se lhe impediu com requerimento e disendolhe que deixava tudo exposto ao rigor do gentio e isto por vinte ou trinta homens que queria mandar”.

Agora se renovava esta opposição, filha da covardia, quando se impunha a necessidade de se reforçar o presídio do Assú.

“Supposto tudo referido, não me maravilha agora esta advertência que Vmcês, me fazem que não duvido seja com muito zelo, mas é necessario que considerem que é muito necessário mandar esta tropa reduzir à paz o gentio do Assú, e conservar a que com os mais tenho feito; porque este gentio não se sujeita pelo amor que nos tenha, sinão pelo temor do que póde succeder-lhe.

E, para que haja nelles este, é necessário que nos vejam com as armas na mão; e dos que estão reduzidos tenho dito que me hão de dar quarenta homens para irem na tropa com os brancos, para que lá os do Assú, vendo que são nossos amigos o queiram ser também”.

Tal o pavor do Senado natalense que até perdera a capacidade de refletir e examinar as cousas como elas eram.

“Esta tropa ha de constar de pouco mais de cem homens; nesta capitania ha perto de quinhentos entre brancos e índios, afora mais de cem escravos capazes de tomar armas, e tirando deste número cem homens, não é cousa que possa dar cuidado.

E indo os tapuyas na tropa é cousa inaudita dizer que cá se hão de levantar os que ficam; somente os poderá animar o considerar nos prevenidos mas a tropa na campanha é o seu maior temor”.

Terminando a sua carta e a sua queixa gabava-se Agostinho Cesar;

“Nos postos que se hão de prover no Jaguaribe, Assú e Piranhas não sei quem haja trabalhado nisto com mais zelo, nem com mais ância do que eu, e tanto assim que, dando agora noti-

cia ao Governador D. João de Lencastro desta paz do gentio lhe disse também que em nenhum modo lhe parecesse ficava isto finalizado sem os três postos guarnecidos; porém tomara saber em que prejudica a este intento ir agora uma tropa ao Assú e reduzir aquelle gentio, e também os payacús que, temidos da ruína que se lhes fez no Ceará se retiraram para esta parte, e estão na alagoa Ipodi”.

E tomando a atitude de quem se mostra sobranceiro aos desprezíveis adversários afirmava o antigo comandante da fortaleza das Cinco Pontas que agia conforme a consciência que Deus lhe dera. Pouco se lhe dava que os seus opositores pretendessem prejudicar-lhe a reputação, ou por ódio ou inveja ou por não verem satisfeitas as absurdas pretensões.

“Finalmente eu obro o que julgo acertado, e até agora, quiz Deus, que não fizesse desacertos, e penso, é anexim, cada qual fala conforme sua conveniência, o seu ódio ou interesse, sendo isto assim não há como obrar bem, porque o quer satisfazer a todos parece difficultoso e impossível.

E, para Vmcês se satisfazerem, parece-me que basta o referido”.

Não pôde Agostinho Cesar de Andrade, contudo, levar a cabo os seus planos da fundação de arraiais. Em julho de 1695 passou o governo a um personagem do mais alto destaque em nossos fastos a Bernardo Vieira de Mello, o famoso senador de Olinda da sessão memorável de 10 de novembro de 1710.

CAPÍTULO XXII

AINDA A EXPEDIÇÃO DE MATÍAS CARDOSO AO CEARÁ

LACUNAS SUPRIDAS POR UM DOCUMENTO PRECIOSÍSSIMO

O RELATO DE MORAIS NAVARRO A DO PEDRO II OS ÚLTIMOS ANOS DE MATÍAS CARDOSO

Queixa-se Pedro Taques, amargamente, da deficiência dos documentos de que pôde lançar mão para esteiar a sua narrativa da Guerra dos Bárbaros.

Os seus desastres em Portugal, vítima que foi do tremendo terremoto de Lisboa a 1º de novembro de 1755, não o deixavam ler os papéis arquivais. E por isto não pôde deitar os olhos a um pedido de satisfação de serviços de Morais Navarro apresentado ao Rei e datado de 15 de novembro de 1696.

É um documento assaz longo e pormenorizado cheio de informes e pormenores inéditos muito valiosos. Realiza uma súmula das marchas e contramarchas nas campanhas do Nordeste realizadas pelo famoso lugar tenente Fernão Dias Pais.

Depois de alegar que estivera mais de cinco anos no serviço real como alferes da Fortaleza de Vera Cruz de Itapema, em Santos, por andarem piratas a correr à costa de S. Paulo, passara a capitão de infantaria de ordenança.

Promovera-o em 1969 o Arcebispo Governador Geral interino a Sargento-mór do terço formado para a guerra dos Bárbaros.

Tivera então a incumbência de “ajuntar os paulistas para os trazer consigo à dita guerra”.

A princípio pensara em conduzi-los por mar à Baía, e à sua custa, mas, a vista da incapacidade das embarcações, de tal disistira.

Acompanhado de diversos paulistas, e de quinze índios seus, apresentara-se ao Governador Geral a buscar ordens e munições necessárias destinadas ao seu Mestre de Campo Matías Cardoso de Almeida, acampado no sertão do Rio S. Francisco, a duzentas e vinte léguas da capital brasileira.

Executada esta comissão penosa voltava à cidade d’O Salvador para ajustar com o Acerbispo “algumas proposições ainda”. Viera por terra. “sem reparar a grande distância e aspereza dos caminhos”.

Depois deste entendimento regressara ao arraial de Matías com uma digressão dilatada pela Jacobina, recrutando índios das aldeias.

Com eles formara um corpo de perto de duzentos homens armados que entregara ao mestre de campo unindo-os à gente vinda de S. Paulo.

Nestas jornadas tão extensas fizera não só avultados gastos da própria fortuna como perdera muitos escravos dentre os escolhidos de sua gente por serem bons soldados.

Chegado ao arraial levantara Matías Cardoso acampamento seguindo para o teatro da guerra, com mais de quatrocentos homens de guerra. Havia a vencer-se um percurso de 275 léguas. Incumbira-o o seu cabo de tropa do abastecimento da coluna que dispunha de mantimentos escassos.

Isto o levava a novas despesas particulares. Voltando a reconduzir índios achara-os levantados, comprara diversos e os levava suasoriamente.

Ao atravessar o Pajehu por um triz se afogara, tendo se virado a canôa.

Dera-lhe Matías Cardoso o comando de uma coluna de reconhecimento composta de 300 homens e como fosse indispensável cavalaria elle formara a sua custa uma companhia de cavalarios adquirindo a expensas próprias vinte e sete animais.

Logo depois tivera o primeiro contacto com o inimigo com ele pelejando “onze dias effectivos e a fogo vivo até o derrotar com perdas suas e pouca da gente que levava”.

Imodestamente afirmava que tal resultado se devera à sua astúcia e valor. Prosseguindo a marcha (que devia ter sido em retirada) padecera muitas “fomes e sedes” até se recolher ao arraial de seu mestre de campo. Trazia enfermos e feridos e com eles, gabava-se, usara de muita caridade “deixando de comer para acudir aos necessitados”.

Estabelecendo Matías Cardoso o seu campo entrincheirado ordenara-lhe certa vez que fosse atacar os bárbaros em um de seus principais alojamentos. No fim de quatorze dias de marcha surpreendera este toldo, em uma madrugada, depois de lhe apri-sionar as sentinelas.

Fizera aos tapuias grande estrago recolhendo-se ao arraial com cinquenta e oito prisioneiros.

Puzera-se depois em contacto com o acampamento das forças cearenses. Ali, indo com tropa, a comprar munição de caça, e recolhendo-se aos seus quartéis, assistira ao assalto que os tapuias lhes deram em uma madrugada. Seguiria-se vivíssimo combate, até as 3 horas da tarde, em que ocupara os postos de maior perigo e onde resistira com grande valor.

Rebatida esta agressão soubera-se que os índios iam renová-la com forças maiores: “Huma grande multidão.” Partira em contra ataque à testa de cento e trinta homens ao encontro do inimigo. Poucos homens levavam por causa da epidemia de sa-rampo reinante no arraial onde havia numerosíssimos enfermos.

Marchando uma noite toda por ásperos caminhos, surpre-endera os contrários pela madrugada, travando-se viva peleja até que às nove da manhã o inimigo debandara, em pânico deixando seis prisioneiros.

Nesta refrega tivera ele Navarro a coxa esquerda ferida por seta. Voltando ao seu acampamento para se tratar encontrara péssima situação por causa da peste e carência de mantimentos. Decidira então Matías Cardoso estabelecer-se em ponto menos

insalubre, indo para outro ponto, a 30 léguas do Ceará Grande (Fortaleza).

A detestável redação do documento deixa-nos perplexos neste trecho de nossa interpretação. Não se percebe se Matías Cardoso levou consigo 350 homens de armas ou se lhe deixou esta força para guardar os enfermos cujo estado de saúde não permitia a mudança.

Conta Moraes Navarro que, por espaço de quatro meses, esteve com o comando de uma praça quasi que só guarnecida por enfermos e inválidos. Valera-lhe fornecendo a sua custa a maior parte dos mantimentos então consumidos.

Amotinavam-se aquelles soldados a quem a Fazenda Real não pagava soldos. Estavam semi-nús e ele os contivera prometendo-lhes para breve, dinheiro e fardamento.

Como estivesse Pernambuco a sofrer grande precisão de gado incumbira o respectivo governo a Matías Cardoso de lhe arranjar nos sertões do Ceará três mil rezes. Da vanguarda da conduta desta enorme ponta encarregara o mestre de campo a ele, Moraes Navarro, por ser o posto mais arriscado.

E com efeito por três vezes haviam os bárbaros tentado dispersar-lhe o gado em refregas renhidas. Na última, depois de ter o cavalo morto, precisara entrar em combate singular, a faca, com diversos tapuias. Já a dous matara quando pudera ser socorrido pelos seus fugindo então os índios.

Terminada a perigosa comissão, com todo o êxito, e recolhido ao se arraial soubera Matías Cardoso que verdadeiro exército de índios marchava sobre Natal, matando e roubando muita

gente. Já se achava nas cercanias da capital rio-grandense quando o Mestre de Campo, com todas as forças, viera em marchas forçadas em defesa da cidade.

Chegado ao teatro das operações dividiram-se em dous troços dos quais dera o comando de um, a ele, Moraes Navarro.

Examinara bem a localização do inimigo e de repente pela madrugada o atacara, exterminando-o quasi. Fizera-lhe então 120 prisioneiros, tomando-lhe duas crianças brancas que provavelmente levava para servirem em festim antropofágico. Ao mesmo tempo lhe arrebatara tudo quanto roubara nas depredações realizadas nas fazendas dos brancos.

Do Ceará Mirim fôra depois mandado por Matías Cardoso com duzentos homens de armas atacarem os tapuias concentrados às margens do Assú numa “grossa emboscada”.

Após cinco dias de marcha diurna e noturna, padecendo grandes fomes e sêdes surpreendera-os matando a muitos e aprisionando o resto. Com esta segunda grande vitória haviam os índios ficado esmagados. Oprimidos de tal dano mandaram pedir às pazes que Matías Cardoso lhes concedera.

Eram então os janduins duas mil e quinhentas almas. Logo depois chegara ao arraial de Matías um próprio expedido por Domingos Jorge Velho, da sua estância, em Palmares.

Achava-se em situação sobremodo crítica, abandonado por todos os seus soldados não paulistas, e pedia socorro urgente.

Ordenava Matías Cardoso que partisse com duas companhias e houvera então um movimento de revolta dos soldados. Alegavam o caso dos soldos por pagar e não queriam partir.

Tivera ele Morais Navarro, de lhes dar algum dinheiro do próprio bolso.

Assim partira do Arraial para Palmares fazendo cento e trinta léguas por picadas então abertas e padecendo muitos trabalhos. Lá encontrara Domingos Jorge Velho entricheirado reduzido à companhia de cinco homens apenas!

Providencial a sua chegada! os palmarenses sabedores da deserção das forças de Domingos Jorge assaltaram o seu fortim; ignorando a vinda da coluna de reforço foram porém repelidos “com grande estrago seu”.

Depois desta vitória muitos dos seus índios vindos do Rio Grande do Norte fugiram e ele tivera de os perseguirem; à testa de vinte homens conseguindo alcançá-los e reduzi-los. Concer-tara então com Domingos Jorge Velho meios para se manter a segurança do seu arraial. Um deles era a abertura de uma estrada de quarenta léguas até as povoações do Orobá para o do posto abastecimento.

Partira um capitão de Domingos Jorge a buscar munições à margem do S. Francisco e desde longo prazo. Dele não se tinha a mínima notícia havia muito. Resolvera-se pois Morais Navarro a ir procurá-lo partindo só com dous escravos fiéis.

Chegando às primeiras povoações encontrara o capitão com o comboio de munições. Partira escoltado por 70 soldados. Mas quarenta destes, temerosos dos negros, já haviam desertado e os restantes recusavam ir para frente.

Com a chegada do bandeirante criaram alma nova e partiram.

Pressentida pelos palmarenses tivera a coluna de sustentar quatro dias de viva peleja “pelejando com as emboscadas do inimigo e resistindo a sua fúria”.

Assim assegurara a entrada do importantíssimo comboio no reduto de Domingos Jorge. Este o despachara ao governador de Pernambuco a pedir-lhe munições e o Marquês de Montebelo então o incumbira de levantar tropa em Porto Calvo e Alagoas. Para ali partira, fizera grande recruta, a que incorporara muitos índios do Camarão o que lhe ocasionara nova despesa pessoal.

Afinal pudera Domingos Jorge Velho pôr cerco aos Palmares e então o encarregara de um porão dos principais. Ali assistira com toda a vigilância até o levantamento do cerco com o inverno.

Dera-lhe Domingos Jorge o governo do arraial e ele o exercera durante os seis meses hibernais “com satisfação embora a padecer muita fome pela falta geral de mantimentos”.

Nesta ocasião tivera refrega com os negros dos quais matara 27 aprisionando muitos. Adoecera gravemente o que não o levara contudo a deixar o posto de comando. Orgulhosamente afirmava, Moraes ao soberano que “sem ele o arraial se não conservaria”.

Restabelecida a sua saúde e convicto de que “se não podia fazer aquela guerra sem paulistas “oferecera-se então a ir a S. Paulo levantar um terço”.

Feita a proposta ao governador de Pernambuco partira depois para a Baía onde longamente esperara a decisão régia, a propósito da organização do regimento. Ali, na capital brasileira,

tivera, o desgosto de saber da resolução governamental que ordenara a dissolução do terço de Matías Cardoso.

“Não lhe haviam os cofres reaes pagos os soldos prometidos, no decurso de tantos annos de guerra viva, em que consumira a sua fazenda, empenhando-se, fora de sua casa por continuar o serviço de Sua Magestade “sempre com honra da opinião do seu procedimento”.

Mas afinal viera Dom João de Lencastro governar o Brasil e compadecido da situação miserável do Rio Grande do Norte incumbira-o de organizar o regimento proposto, o chamado Terço de Lencastro, constante de cem paulistas brancos e quatrocentos índios, levantados em S. Paulo.

Tanta confiança depositava nelle Navarro, o Governador Geral, que lhe dera as patentes dos officiaes em branco, assegurando-lhe os mesmos soldos ajustados para os comandados de Estevam Ribeiro Bayão Parente e Matías Cardoso.

Conhecedor dos homens e das cousas, e provavelmente aconselhado pelo próprio Governador Geral, resolvera “para a melhor disposição de guerra e formatura do terço ir a real presença”.

Assim partira para Lisboa. Ali reclamara do monarca, a recompensa dos serviços prestados, um tom de singela e sincera imodéstia.

Apresentara folhas corridas, pelas quais constava não ter crime algum e a indispensável certidão do Registro de Mercês demonstrando não se lhe ter feito, até então, graça alguma pelos serviços alegados.

Assim entendia que Sua Magestade lhe devia um fôro de Fidalgo Cavalheiro e uma comenda das vagas da Ordem de Cristo de lote duzentos mil réis. Se não houvesse alguma a preencher fosse tal pensão efetivada em um dos almoxarifados em que não houvesse proibição.

Queria ainda, para o seu primogênito, um hábito de Cristo, “com a tença que a real grandeza fosse servida determinar-lhe e um alvará de lembrança para o primeiro offício que vagasse ou fosse creado no Estado do Brasil. assim poderia commodamente sustentar-se e lograr em parte os prêmios dos serviços feitos a Sua Magestade pelo espaço daquelles annos”.

Informando o Rei do conteúdo de tal petição dizia o Desembargador Diogo Marchão Themudo, fiscal dos documentos apresentados, que Manuel Alvares de Moraes Navarro não juntara aos seus papéis fé de offício. Eram tais porém os serviços por ele prestados a Sua Magestade como constava de suas patentes que se faziam dignas de toda atenção. Assim não duvidara que subisse o auto a real presença para El Rey deferir como fosse servido.

O mais honroso parecer do Conselho Ultramarino se acosta ao processo: embora fossem as pretensões do bandeirante ratinhadas de vinte e cindo por cento e se não promettesse a nomeação que pretendia para o filho.

A 15 de dezembro de 1696 era emitida a consulta relatada pelo Conde de Alvor que tinha como vogais os conselheiros Sepúlveda e Serrão.

“Ao conselho parece que supposto os serviços do Mestre de Campo Manuel Alz de Moraes Navarro não sejam de matri-

cula, são contudo os mais relevantes, e os mais importantes do serviço de V. Magestade pois empregou em defesa de seus Vassallos a conquista das terras do Brasil os quaes nunca pode ter matricula por serem obrados nos Sertões, e se haver com tão grande procedimento e valor como se justifica dos papéis que offerece não sendo só ferido na guerra dos Índios, mas supportando tantos discomodos e perigos nas longas e repetidas jornadas que fez pellos Sertões em defença da guerra do Rio Grande do Norte, que por todos estes respeitos lhe faça V. Mag. Mercê do foro de fidalgo, e do hábito de Christo, com cento e cinquenta mil rs. de tença effectivos de V. Mg. vendo a grandeza com que V. Mag. se lembra de seus serviços”.

Assim era visando também um engodo para os paulistas que os nobres Conselheiros recompensavam os serviços do formidável Calção de Couro.

Quanto tempo terá Morais Navarro permanecido em Lisboa é o que de todo a documentação, aliás lacunosa, é até, agora divulgada por Studart não nos informa.

Gravíssimo defeito da petição de Morais Navarro é não ter referências de ordem cronológica. Pode-se porém localizar os fatos que narra entre 1690 e 1694.

É de se supôr que quando partiu para a comissão aos Palmares viesse Matías Cardoso de Almeida para as terras do Ceará onde teria de sofrer gravíssimo revez. Deste desastre conhecemos uma referência positiva e assaz pormenorizada da carta patente de capitão passada por Fernão Carrilho e Francisco Dias de

Carvalho, que pertencia ao terço do Mestre de Campo Zenóbio Achioly de Vasconcelos.

Reza este papel que é datado de 26 de junho de 1694:

“Porquanto os Paraycús, Jandhuins, Icós e outros bárbaros de corso que infestam as jurisdições desta capitania, fazem despovoar os limites e terras do Rio Jaguaribe e Banabuyú, com perda de muitas fazendas de gados e vidas dos moradores que lá assistiam, e outrosim de presente vindos e retirando do rio grande o mestre de campo e governador das armas dos paulistas Mathias Cardoso de Almeida, no dito Jaguaribe, jurisdição desta capitania feriram os ditos bárbaros ao mestre de campo, que vinha acompanhado de 180 homens, e lhe mataram um filho seu e três ou quatro mais da companhia, e porque estão ousados e insolentes, resolvi, mediante Deus, que é o senhor das victórias, mandar fazer guerra aos ditos bárbaros e outros seus aliados com alguma infantaria paga deste presídio e infantaria da ordenança. E por convir eleger capitão para governar a dita infantaria paga que seja pessoa de valor e de experiência militar e do sertão, e por que estas partes concorrem na pessoa de Francisco Dias de Carvahoo, soldado deste presídio, da companhia do capitão Antonio da Silva Barbosa, do terço do Mestre de Campo Zenóbio Accioly de Vasconcellos e por ter servido a Sua Magestade 23 annos, assistindo sempre de guarnição nesta fortaleza” etc.

Deste revez não falam Pedro Taques e Silva Leme. Não mencionam de todo que Matías haja perdido um filho em campanha.

Ignora-se também a data do falecimento de Matías Cardoso. A última referência documental que a seu respeito se divulgou vem a ser o documento dos autos num 3.106 do Arquivo de

Marinha e Ultramar de Lisboa. É uma alusão contida em carta a Baltazar de Godoy Moreira sobre a falta de mantimentos nas Mynas, a proibição do trânsito de gado da Baía, as novas descobertas do ouro, os caminhos do sertão por onde passava os negociantes, a falta de justiça etc.

Vivia o famoso mestre de campo, ainda, provavelmente, nas suas fazendas dos Currais da Bahia, em seu arraial célebre, da Manga, também chamado de seu nome, pois como escreve Pedro Taques uma vez findas suas grandes campanhas “não voltara mais para S. Paulo sua pátria porque acabada totalmente a guerra, ficara estabelecido no sertão do Rio de São Francisco onde tinha copiosas fazendas de gados vacuns e cavallares”.

CAPÍTULO XXIII

REPRESENTAÇÃO DE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE AO REI PEDINDO PRÊMIO DE SERVIÇOS

PORMENORES INÉDITOS E IMPORTANTES

Findas as campanhas de Matías Cardoso, de que fôra João Amaro Maciel Parente tão poderoso auxiliar, resolveu este célebre cabo de tropa pedir ao Rei, a 12 de janeiro de 1696, “satisfação dos seus serviços e da aução (sic) que lhe pertence e de seu pay e mercês que lhe estavam feitas”.

Aução, lembremô-lo, é termo hoje obsoleto que corresponde, as mais das vezes, a ação e outros a direito, segundo se póde deduzir dos textos obscuros.

Esta representação é preciosa pelos pormenores que encerra. Depois de explicar porque o Arcebispo escolhera a Matías Cardoso, para conduzir a Guerra dos Bárbaros, recordava João Amaro quanto serviço fizera a Sua Magestade, como oficial de seu pai e comandante de uma companhia de infantes.

Livres os baianos das hostilidades dos tapuias do Paraguassú recompesara-o o monarca com uma patente de capitão efetivo, por carta de 20 de março de 1674, e, no entanto, os governadores do Brasil jamais haviam obedecido a esta disposição régia.

Fora preciso a ocorrência de nova campanha para que, a 10 de abril de 1690, ele fosse nomeado capitão-mór das companhias e tropas de infantaria e índios de que o mestre de campo Matías Cardoso o encarregara.

Deixava logo o latifúndio de “trinta ou quarenta léguas de terras” que Sua Magestade doara a seu pai “por haver libertado o sertão bahiano do gentio bárbaro” partira para o S. Francisco a fim de se avistar com o Mestre de Campo. Ali se demorara resistindo aos chamados múltiplos que vinham de suas propriedades. Respondera sempre que o serviço de Sua Magestade ele o antepunha, sempre, a quantas conveniências pessoais pudesse auferir o que, valesse a verdade, lhe fôra louvado.

Como Matías Cardoso houvesse ido a S. Paulo a partido de lá para levar a sua família, às suas fazendas do rio de S. Francisco, incumbira-o da organização do seu terço, escolhendo sagento-mór capitães e outros além do maior número de soldados.

Assim executara, pondo-se em marcha, à testa daquele troço de sertanistas de S. Paulo marchando por quinhentas léguas de sertão até atingirem o arraial do Mestre de Campo.

Nesta jornada sofrera “grandes desconforto com considerável perda dos seus escravos e quantidade de cavallos “que deixara num porto do S. Francisco.

Embarcara aí trazendo duas companhias com os respectivos capitães e um capelão “tudo a sua custa e sem nenhuma ajuda de custo pelo prazo de quatro mezes”.

Navegavara duzentas léguas, pelo S. Francisco abaixo, quando irrompera grave epidemia entre os soldados de infantaria tivera de estacar para então atender aos enfermos.

Finda esta comissão, recebera outra do Governador Geral a de conduzir um comboio destinado às forças de Matías Cardoso, agora acampado às margens do Jaguaribe.

Desempenhando-se desse encargo caminhara cento e cinquenta léguas, com todo o cuidado, padecendo muita fome e sede, até se incorporar ao seu Mestre de Campo. Incumbira-o depois Matías Cardoso do comando da sua base enquanto ele saía a jornadejar contra os índios.

Tivera então o ensejo de repelir dous assaltos do gentio. Partira depois para as vizinhanças do Ceará Grande (hoje Fortaleza) fazendo plantações na serra da Pacotiva (Pacatuba?) e sustentado sempre, à sua custa exclusiva, a companhia de infantes do comando do capitão Miguel de Godoy de Vasconcelos.

Assim se empenhara em forte soma, de grande quantidade de dinheiro, para vestir a sua gente “a mayor parte da infantaria que estava nua”.

Puzera-se Matías Cardoso em marcha do Ceará para o Rio Grande do Norte, conduzindo enorme ponta de três mil bois. Nesta jornada perigosa comandara Morais Navarro a vanguarda. Deixara-o então no comando de seu arraial cearense, armado de todos os poderes “para a disposição do que fosse mais conveniente”.

Assim concentrara todos os homens ali disponíveis mandando fazer plantações. Nesta ocasião despendera trezentos e cinquenta cruzados de seu bolso para fardar a infantaria.

Chegara Martías Cardoso ao Rio Grande do Norte e lá formara outro campo entrincheirado, realizando duas campanhas em que gastara sete meses.

Representara então ao Mestre de Campo que a sua situação era grave. Os soldados lhe fugiram porque se achavam desprovidos de tudo “faltando-lhes os socorros necessários”. Assim resolvera Matías Cardoso que se retirasse para se incorporar às suas forças.

E ele partira, a testa da pouca gente que lhe restava marchando pelo interior do Sertão.

Caminhara com grande risco de vida precisando agir com a maior prudência, evitando o encontro com os índios, pois já não tinha mais pólvora nem balas.

Mas a sua experiência de consumado mateiro lhe valera pois embora precisasse fazer enorme circuito, que quasi mil quilômetros (150 léguas) conseguira chegar, com o maior êxito, ao campo de Matías Cardoso.

Era isto o que alegava a Sua Magestade. E como fosse filho e herdeiro universal de Estevão Ribeiro Bayão Parente, a quem o Rei não efetivara várias mercês, recordava agora diversos dos grandes serviços paternos a Corôa.

Assim, dizia, finda a luta com os Guerens, do interior da Baía, para a quietação e socego dos moradores desta capitania, entendera El Rei que Bayão continuasse no posto de Governador da Conquista dos Bárbaros, incumbindo-o da fundação de uma vila em lugar estratégico “para impedir o passo ao gentio”.

Puzera o velho mestre de campo mãos a obra, construía casas, levantara igreja, plantando em torno de sua vila “muitos mantimentos com grande trabalho por ser paragem de cem léguas de despovoado”.

Pois bem, ainda assim, em 1675, recebera ordem do Governador Geral (o eldoradomaniaco Visconde de Barbacena) para ir das margens do Paraguassú, onde se achava, a Porto Seguro, rompendo cinquenta léguas de sertão, a dentro, a ver se descobria esmeralda.

Obedecera imediatamente e, nesta jornada, quasi deixara a vida, pois vira a sua bandeira cercada por mais de mil e quinhentos índios;

Durante vinte e dous dias se batera com esta multidão de arcos, na retirada que precisara efetuar, sofrendo então, ele e os seus, verdadeiros horrores “de muita fome, sede e trabalhos”, tudo para guardar as ordens que lhe haviam sido encarregadas para “estas ocasiões de grande serviço de Deus e de Sua Magestade pelas almas pagãos que se baptisavam e recebiam a Santa Fé cathólica”.

O requerimento de João Amaro deu ensejo a que se revisse o caso das mercês reais a Estevam Bayão Parente, já velho de mais de vinte anos!

Estudando-o emitiu o Conselho Ultramarino, a 12 de janeiro de 1696, parecer assinado pelo Conde de Alvor e os conselheiros, Andrade, Sepúlveda e Serrão depois de examinar a consulta do dr. Diogo Marchão Themudo, fiscal dos papéis dos serviços prestados à Corôa.

Fizera El Rey a Bayão, isto a 19 de março de 1674: conforme se deduzia do documento assinado pelo secretário de Estado, Pedro Sanches Farinha, a promessa de uma comenda do lote de oitenta mil reais anuais, dos quais somente quarenta efetivos. Mas destes só lograra doze, a título do hábito da Ordem de Cristo: mil réis mensais:

O resto se convertera na mercê da passagem que por sua indústria se povoasse nos sertões, vila que se estabelecera entre trinta e quarenta léguas da costa da Baía, devendo ter contudo um mínimo de oitenta moradores e Igreja.

Desta vila seria donatário, com todos os privilégios inerentes a tal função, ficando-lhe de juro e herdade para si, seus filhos e sucessores.

Quarenta mil réis de pensão seriam porém atribuídos ao seu primogênito João Amaro Maciel Parente, e uma das comendas da Ordem de Cristo devendo ainda ser-lhe passada patente de capitão de infantaria a arbítrio do Governador do Brasil.

Não se efetivara porém a concessão do hábito de Cristo a Estevam Bayão Parente que no entanto edificara a vila à margem do Paraguassú onde fizera igreja e principiava a construir algumas casas e currais quando falecera.

Retirara-se João Amaro para S. Paulo de onde fôra chamado ao Norte, novamente, a fim de servir com o mestre de campo Matías Cardoso.

Ora, os índios baianos se agitavam novamente dando sinais de movimento sério de rebelião. Assim ele, João Amaro, finda a campanha do Rio Grande do Norte e Ceará solicitara a nomeação

para o posto de Governador da Conquista dos Bárbaros do Recôncavo da Baía e seu Sertão, que fôra de seu pai, a fim de que com os seus companheiros pudesse conquistar o dito gentio.

Agora pedia retribuição dos serviços próprios acrescidos dos de seu pai, jamais efetivados, mas só anteriores a 1674 como os que ele realizara, desta data até o dia de sua morte, pois falecera sempre empregado em comissões de Sua Magestade.

Assim entendia poder pretender melhoria na Ordem de Cristo, com uma comenda do lote de duzentos mil réis. Enquanto não se efetuasse tal pensão, fosse ela paga sob a forma de tença efetiva pelos dízimos reais da cidade da Baía.

Pedia ainda a concessão da donatária da vila, que seu pai começara a edificari com direito de juro e herdade, para si seus filhos e sucessores do Sertão, com o mesmo soldo, privilégios, graças à liberdade, necessárias isenções e franquezas que Bayão lograra.

Depois de detido exame das folhas corridas e certidões de mercês declarou o Dr. Themudo que estes papéis representavam “hum serviço tão extraordinário quanto nelles se referia”. Entendia que toda a documentação apresentada podia ser deferida por estar corrente.

A única falha achada se referia a uma representação de moradores do sertão baiano, que não passara pelas mãos do Governador Geral do Brasil como seria preciso, tanto mais quanto se referia a assuntos de grande importância: a conquista de aldeias do gentio.

Deliberasse Sua Magestade acerca de tal documento. Mesquinhamente, do modo mais mesquinho, resolveu o Conselho recomendar ao Rei uma decisão para o caso. Entendeu que o grande sertanista, coberto de grandes serviços próprios à Cotôa, durante longa série de anos, tivesse a recompensa prometida a seu pai, os oitenta mil réis de 1674; pagos por um dos almoxarifados do Reino e não pelos dízimos reais da Baía o que certamente dificultaria imenso o seu recebimento.

A donataria da vila lhe podia ser concedida nos termos que o pai a obtivera. Era ela bem o sabemos do gênero dessas dádivas de que se originou o *timeo Danaos*. Doação de um posto de atalaia fronteira...

Quanto á última parte da petição de João Amaro expendia o Conselho: “No que respeita ao posto que pede de capitão-mór e governador da conquista do sertão deve se mandar pedir informação ao governador da Bahia para que declare se este posto necessário”.

Terminava ao despacho uma insinuação da máxima injustiça, injuriosa para os méritos de um homem de tão notável fé de ofício, quanto o filho de Estevam Bayão: “devia o Governador bahiano informar a Sua Magestade sobre a sufficiência e capacidade do suplicante para o exercício do posto a que se propuzera!”

CAPÍTULO XXIV

PROSSEGUIMENTO DAS OPERAÇÕES DE GUERRA

A PENÚRIA DOS POVOS

QUEIXAS DOS PAULISTAS

FINTA PARA A MANUTENÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

RECOMENDAÇÕES A BERNARDO VIEIRA DE MELLO

UMA REPRESENTAÇÃO NOTÁVEL DE DOMINGOS JORGE VELHO

As operações de guerra continuavam lentas e penosas. E. D. João de Lencastro queria que tropas de Pernambuco fossem reforçar as hostes do bandeirante.

Os oficiais, e soldados de um terço de Henrique Dias escreveram ao Rei suplicando que não os despachassem a lutar com os terríveis janduins. E o governador de Pernambuco Caetano de Mello de Castro neste sentido representara ao monarca.

Respondera o Rei ao seu Governador Geral dizendo-lhe que explicasse ao delegado régio de Pernambuco o que pensava

a Corôa deste caso da Guerra dos Bárbaros e Lencastro, a 2 de maio de 1695, executava a ordem.

“O real intento de Sua Magestade é dar-se fim a esta guerra, e deixar a minha disposição a forma que parecer mais regular dever conseguir.

Esta pende da gente que a há de fazer, e do cabedal com que se há de conservar. A gente se é branca e paga, tem os inconvenientes que apontaes na vossa carta: se Índios, as Aldeias dessa Capitania estão ocupadas nos Palmares se das do Seará padesse grandíssima difficuldade de não assistirem os Índios em qualquer parte fóra das suas Aldeias, sem levarem consigo as suas famílias, e para haver duzentos arcos, hão de ser mais de 600 as boccas que comprehende qualquer família, e vem a ser oito centos as que se hão de sustentar em lugar donde sou informado que senão dão mandiocas e será custosíssimo o concurso de farinhas tão promptas que lhes não falem trez dias, porque a impaciência da fome, e à sua natural inconstância os arrebatam para as suas Aldeias: e se de negros de Henrique Dias, como me dizeis que não são mais que cem homens não é número sufficiente para rezistir em uma só fronteira as hostilidades dos Bárbaros que são sem número e senhores daquella amplíssima campanha”.

Os paulistas estes tinham justíssimos motivos de queixa. Anos e anos havia que pelejavam sem receber soldos “nem farda alguma com que se cobrissem”.

Assim haviam desamparado a guerra agora reduzida na Capitania do Rio Grande à mera defensiva.

Também péssima a situação financeira do Brasil. Nem ele Governador Geral, nem o seu correspondente de Pernambuco podiam fazer milagres em prol da Fazenda Real. Tétrico o quadro desta penúria.

“Porque primeiramente a da Bahia está empenhadíssima a dessa Capitania vos sabeis a donde pode chegar. Sua Magestade é servido que concorra a Bahia e essa Capitania em tudo o que a sua Real fazenda não chegar. O Senado da Bahia a quem já o anno passado representei o que Sua Magestade mandava sobre este ponto, no mesmo tempo em que ordenou contribuisse 100\$000 para a nova colônia se escusou de concorrer com mais couza alguma para a guerra do Rio Grande. Para a nova colônia concorre essa Capitania também com 50\$000. E a contribuição desses Povos não só por sua pobreza mas pela violência da exacção, virá a ser couza muy tênue para uma despeza que precisamente há de ser tão considerável, como Sua Magestade conhece”.

A guerra só podia ser ofensiva senão nada se alcançaria de útil. De tudo se dera conhecimento a Sua Magestade de quem esperava resposta. Como medidas de emergência aprovava o Governador Geral as decisões do governador pernambucano a saber: vir Fernão Carrilho, com os índios que pudesse arrenbanhar no Ceará colocar postos fortificados no Jaguaribe e também se postarem cem Henriques de Pernambuco no Assú.

A fronteira das Piranhas parecia indene do assalto dos Bárbaros. Assim informava o capitão-mór da Paraíba.

E esperassem os governos do Brasil a decisão de Sua Magestade sobre a guerra ofensiva.

E enquanto não vinham as respotas magetáticas cuidava D. João de Lencastro de providências espirituais que bem demonstram o espírito do tempo.

Em carta a Matías Cardoso a 18 de agosto de 1965 recomendava que não deixasse os seus homens, de forma alguma molestar os colonos entre os quais estava ecampado.

“Advirto a Vm. busque logo sacerdote para a sua Aldea que trate do bem espiritual das almas dos Índios, porque além de ser muito particular serviço de Deus, são tão repetidas as ordens de Sua Magestade sobre este particular, que o fim a que se encaminham é unicamente a do bem espiritual dos Índios, e vivendo elles sem isso nenhuma differença parece vae de viverem entre christãos assim, como diante entre a gentildade. Uma e outra cousa espero de Vm. Observará tão pontualmente como deve à sua obrigação e a confiança que faço de seu procedimento”.

Neste ínterim esforçava-se Bernardo Vieira de Melo, o famoso capitão-mór do Rio Grande do Norte, por negociar com os caciques janduins.

E de tal dava ciência ao Governador Geral que em carta de 26 de novembro de 1695 muito louvava tudo quanto o leal e valoroso vassalo, fizera em serviço de Sua Magestade.

E a propósito da cessação das hostilidades fazia considerações. “A inconstância dos bárbaros, sempre faz escrúpulos a firmeza da sua paz, e muito mais a vontade que mostram de aceitar a luz evangelica. Em uma e outra cousa ponha V. M. particular estudo, porque tanto deseja Sua Magestade conservar a

paz com essas nações, introduzir a fé na sua gentilidade e ter segura essa Capitania.

O Padre visitador da Companhia me deu conta do bom modo com que V. M. trabalha por acodir a tudo ao que não duvidarei nunca”.

Mas o *si vis pacem* era a prudencia em face da guerra. Assim prevenia D. João.

“Ao Governador de Pernambuco ordeno que socorra a Vm. com tudo o que lhe pedir de munições, e gente, e elle o deve executar com a efficácia e pontualidade que costuma ter em tudo o que toca ao serviço Real. Ficando V. M. advertido que não tem mais dependência daquelle Governo que dos effeitos das ordens que eu daqui lhe mandar porque o dessa Capitania é immediato a este geral do Estado a que só V. M. deve recorrer e dar conta de tudo, e não ao de Pernambuco assignar matérias políticas como nas militares”.

Pedira Vieira de Melo permissão para poder gastar com a campanha mais do que o seu antecessor fizera, apenas quatrocentos mil réis. D. João de Lencastro a tanto o autorizava fazendo ver, contudo, quanto precisaria ter o maior tento com as despesas, que a situação financeira do Brasil era péssima.

Não esperasse o Rio Grande do Norte socorro algum da Baía sobrecarregada de impostos e fintas.

E Sua Magestade fazia o maior empenho agora a que se promovesse o progresso da Colônia do Sacramento:

O dinheiro a princípio destinado ao socorro do Nordeste tomara a direção do extremo sul.

“E quano ao donativo espontaneo que o Senado da Câmara desta cidade fez para essa guerra, se converteo em outro muito maior, de dez mil cruzados para a nova colônia do Rio da Parta que Sua Magestade se serviu ordenar me lhe remetteste, como fiz na frota deste anno, para de lá se lhe enviar na que for para o Rio de Janeiro e nem este Povo pode tolerar, nova contribuição para acudir a esta capitania, nem eu deminuir cousa alguma da que está destinada a nova colônia”.

Nesta mesma ocasião escrevia Lencastro ao Capitão-mór Teodósio de Oliveira Ledo a 31 de maio de 1695 congratulando-se com este valente fronteiro pelos resultados por ele obtidos no sertão.

Estava o sertanista tão certo da pacificação dos índios seus vizinhos que chegara a pedir ao Governo Geral trinta espingardas para os armarem.

Na aldeia dos Piranhas a situação era toda de paz. Assim se deduz do documento seguinte:

“Ultimamente torno a encarregar a V. M. me dê muito larga conta de tudo, e dos cabos e soldados, e officiaes brancos e Índios com que v.m. se acha de presente e em que lugar tem feito Arraial e forma, em que tem disposto a defença actual da Capitania, e há de dispor a guerra offensiva dos Bárbaros não se querendo elles sugeitar a paz que Sua Magestade deseja.

E para esta lhes prometerá V. M. todas as terras que pedirem e elegerem de sua habitação e de suas famílias e que serão conservados na protecção de Sua Magestade e o bom successo que espero tenha V. M. em tudo”.

CAPÍTULO XXV

NOTIFICAÇÃO DA MORTE DO ZUMBÍ

RECRUDESCÊNCIA DAS HOSTILIDADES EM PRINCÍPIOS DE 1696

RECOMENDAÇÕES AOS MESTRES DE CAMPO E AOS CAPITÃES MORES

PROTESTOS CONTRA O CATIVEIRO DE ÍNDIOS MANSOS

CARTAS DO GOVERNO GERAL A DOMINGOS JORGE VELHO

Em fins de 1695 subumbiam os palmarenses sob os golpes de Domingos Jorge Velho e sua gente.

E o Brasil todo rejubilava. Desvanecia-se o terrível peso-delo de tantos anos: o grande quisto de escravos rebeldes e fugidos que resistiam pelas armas havia dezenas de anos, vitoriosamente, desbaratando, tantas vezes, as armas reais:

Que perigo para toda a Colônia! E que exemplo! esse baluarte da libertação de uma raça de cuja sujeição decorria todo o sistema econômico do Brasil. De quanto este caso dos Palmares

impressionou os seus contemporâneos, e os seus pósteros, documentam as fartas páginas que os cronistas lhe consagram em toda a escala de seus adjetivos impressionadores daqueles a quem transmitiam os seus temores retrospectivos.

Desbaratados os quilombos era agora possível aplicar as hostes vencedoras à submissão dos índios nordestinos.

Delirante de júbilo escrevia o Governador Geral ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, a 24 de janeiro de 1696, agradecendo-lhe o comunicado de tão feliz nova e felicitando-o entusiasticamente, tanto quanto permitia a secura dos tempos.

“Meu amigo, e Sr. Com particular contentamento li a carta, em que me destes a nova de ser morto o Zumby no bom successo, que tiveram os Paulistas, ainda que foy para elles bastantemente custoso como por outras notícias se me diz. Com a sua morte, e estrago dos negros considero quasi acabada a guerra dos Palmares destinada ha tantos annos, para vós logrardes a felicidade de os vencerdes e de ser vossa essa a glória de que vos dou o parabem como amigo, e como interessado, pois sempre tocou aos Generaes a das victórias, que na sua jurisdição se alcança. As occasiões de vosso gosto, sempre acharam no meu amor os alvoroços que devo à estimaçam que dellas faço: e as do vosso serviço, sem cerimonia a minha obrigação”.

A situação do Nordeste novamente se agravara.

A 30 de junho de 1696 escrevia, alarmado, o Governador Geral, ao capitão-mór da Paraíba Manuel Nunes Leitão.

Recebera carta de Teodósio de Oliveira Ledo com novidades de bom agouro. Achava o sertanista cheio de otimismo demasiado e imprudente desobedecendo, aliás, às ordens régias.

“O Capitão mór das Piranhas Theodosio de Oliveira Ledo meu deu conta dos bons successos que tivera com os Bárbaros que o vieram buscar para contrahir uma paz simulada para serem traidores quando se offerecesse occasião de o poderem ser, e com poder dos Bárbaros, que a esse fim vieram, e elle os foi buscar com a pouca força, que pôde ajuntar no breve tempo que lhe deram.

E não deixey de sentir que lograsse a Victória sem favor algum da Parahyba, porque desejara eu, que as maiores se desvessem a providência, e dispuzição de V. m. por ser aquelle posto hum dos que Sua Magestade, que Deus guarde se servio ordenar, que estivesse assistido de soldados brancos, e índios.

Mas como Vm. me escreveu que tudo estaria pacífico, creio, que esta seria a razão que Vm. teve para suppor que não haveria guerra que perturbasse o successo da paz que em Vm. considerava aquelle sertão. Porém como na inconstância dos Bárbaros, é sempre para temer a insolência das suas hostilidades, convém muito que se não ache outra vez desprevenido aquelle sitio, donde Sua Magestade quer que se ache a segurança necessária a seus vassallos e baste à notória, que chegara os Bárbaros de estar bem guarnecidos, para que se não atrevam a intentar, a vingança donde tiveram o damno que receberam”.

Queria D. João de Lencastro que o ponto se mantivesse fortificado e bem fortificado. Para ali removese o governador paraibano uma aldeia de tapuias domesticados, chamados Carirís e

ainda uma aldeia de caboclos de Mamanguape, no litoral “huns e outros com suas mulheres; porque sem ellas não costuma ter persistência alguma, e vinte e cinco soldados da Praça com suas escupetas, que não haja dilação alguma, para que o Tapuya, e a gente que assiste naquelle Arrayal não desmaiem, e o desamparem tudo a ordem do Capitão mór Theodósio de Oliveira.

E porque esta gente se não póde conservar em quanto não plantam mantimentos, sem sustentos escrevo o Câmara dessa cidade lhe mande dar a parecer bastante, a qual mandarei satisfazer aqui. E v. m. em cujo descanso, tome muito a sua conta o effeito de uma e outra ordem, dando uma do que obrar que espero seja com o acerto que v. m. costuma ter no serviço de Sua Magestade”.

Tinha razão o precavido governador. Irrompiam novas hostilidades e a Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mór das Entradas das Piranhas Carirís e Pinhares expedia o Governador Geral, a 2 de novembro seguinte, uma carta em que o felicitava pela vitória alcançada sobre os Bárbaros.

“Dou a Vm. o parabem do bom successo que teve com os Bárbaros nem eu podia esperar menos da opinião que tenho do seu valor.

Com esta remetto esta carta para o Capitão mór da Parahyba Manuel Nunes Leitão soccorrer logo a Vm. com as duas Aldeias dos Carirys, e caboclos, a ficarem nessa fronteira com suas mulheres, e filhos e vinte e cinco soldados, com suas escupetas.

E a Câmara que dê os mantimentos necessários para a sua condução os quaes Vm. lhes remetterá logo, como também a outra que escrevo ao Capitão mór do Rio Grande Bernardo Viei-

ra de Mello, para mandar fazer entradas a esses Bárbaros, com que Vm. ficará mais aliviado das suas hostilidades.

Não mando as duas Aldeias dos Rodellas que o Capitão Gonçalo Paes Chaves me representou, seriam mui necessárias pelo gravíssimo inconveniente das dúvidas que há entre os Religiosos da Companhia e a casa da Torre, por haverem expulsado os seus Missionários.

Mas Vm. se valha das que por lá houver mais capazes para a guerra, e sem remedeie com puder, que eu daqui lhe não posso valer com outra coisa mais que com munições, e para isso escrevo ao Governador de Pernambuco a carta que será sem esta para mandar conduzir a Goyana e dalli pelo caminho mais breve a esse arraial, vinte arrobas de pólvora, e quarenta de chumbo a qual lhe pode levar a pessoa por quem Vm. enviar as do Capitão mór da Parahyba.

Eu sou mui amante dos soldados de valor, e assim esteja Vm. certo que em tudo que lhe poder prestar o hei de fazer com boníssima vontade. Ao Capitão e Ajudantes mandei passar as Patentes”.

As vinte arronas de polvora e quarenta de chumbo dão ideia da atividade bélica renovada.

Punha-se o Governo Geral, ao mesmo tempo em contato íntimo com os dous mestres de campo paulista.

Matias Cardoso reclamava a paga de seus soldos atrasados e o Conselho da Fazenda da Baía declarava-lhe a Manuel Alvarres de Moraes Navarro que não tinha vintém em caixa.

Assim D. João de Lencastro escrevia a 12 de novembro de 1696 que, à vista da penúria dos cofres brasileiros, se requeresse a El Rei este pagamento suplementar.

Já partiram para a Corte os dous papéis. Ficara Domingos Jorge certíssimo de que o Governador Geral do Brasil tudo faria para que tão ilustre vassalo fosse satisfeito da justíssima pretensão.

Noticiava Matías, contemporaneamente, que, naquele momento, os Bárbaros, seus fronteiriços, se mantinham tranqüilos parecendo receiar-se as ameaças que ele lhes fizera de violenta ofensiva.

Continuavam as operações terminais da guerra dos Palmares. Domingos Jorge Velho reclamava socorros bélicos e Dom João de Lencastro lhe respondia, ríspido, a 13 de dezembro de 1696, que a fazenda real nada lhe devia fornecer. Empreitara ela exclusivamente à sua custa a terminação da campanha palmareense.

“Vmcê me pede nesta sua carta de 18 de agosto deste anno, que hoje recebo lhe mande algumas munições remetidas a villa das Alagoas, por se lhe não darem da fazenda Real e ser grande a falta que dellas tem no empenho com que vê continuando essa guerra dos Palmares.

Creio que Vm. as não pedio ao Governador de Pernambuco Caetano de Mello de Castro, porque entendo que se elle as não mandou a Vm. deve ser alguma ordem expressa de Sua Magestade para o não fazer, correndo tanto pella Sua obrigação essa Conquista dos Palmares Vm. lhe escreva a lhas peça.

E quando as não lhe envie no representante Vm. com a resposta que vier do mesmo Governador: enviando me juntamente a

ordem que Vm. teve de Sua Magestade sobre se lhe darem ou deixarem de dar munições para essa guerra, por conta de Sua Real Fazenda pella qual Vm. me diz que se lhe não dão para com a informação, e documentos de tudo. Em resolver o que for mais conveniente ao serviço de Sua Magestade, pois que ainda que essa guerra toca tam especialmente ao Governo de Pernambuco eu sou general de todo o Estado para acudir a tudo o que convir a execução das ordens de Sua Magestade em qualquer parte delles”.

Segundo carta expedida o Governo Geral, a 14 de dezembro de 1696, ao expugnador dos Palmares acerca de abusos de seus comandados e abusos graves.

“Fui informado que alguns Paulistas desse Terço deram no Riacho dos Cabaços em um rancho donde estavam os bárbaros de que he Capitão o Paxicú dentre outros lhe captivaram a mulher de que se temiam alguma revolução nas Aldeias, em que o Paxicú se levantava.

E que falando o Capitão mór daquelles districtos com os Paulistas para os divertir de captivarem aquelles Tapuyas, que estavam de paz com os brancos lhe disseram, que tinham ordem de Sua Magestade que Deus guarde para captivarem todo o Gento que não fosse baptisado e não estivesse aldeado. Se Vm. tem esta ordem de Sua Magestade me envie Vm. originalmente para eu a ver; e se a não ha faça Vm. recolher logo os Paulistas: e lhes ordene, que restitua logo a Paxicú Sua mulher, e que de nenhum modo inquietem as nações dos Carinayes, Jacôs, Paraquióis e do mesmo Paxicú pelo damno que póde resultar de se fazerem inimigos dos brancos com que estão de paz”.

Enérgico reclamava o fidalgo exigindo a exibição imediata da permissão régia, expressa “A guerra que Sua Magestade agora manda fazer a V. Mercê é aos negros dos Palmares e não aos bárbaros, amigos dos brancos que em sua defesa se oppõe aos que lhe vem fazer hostilidades”.

CAPÍTULO XXVI

CÍRCULO DO GOVERNADOR GERAL ÀS CÂMARAS DE S. PAULO SOBRE O LEVANTAMENTO DO TERÇO DE MORAIS NAVARRO

A PARTIDA DO REGIMENTO E SUA CHEGADA À BAÍA ATITUDE SINGULAR DE MATÍAS CARDOSO

A 19 de outubro de 1697, tudo tão lentamente andava nas eras coloniais! expedia Dom João de Lencastro cartas às Câmaras Paulistas sobre o recrutamento do terço que devia ter o seu nome.

Uma em especial à municipalidade paulista e outras, circular, às Câmaras das “Villas de Santos, de São Vicente, da Ilha de São Sebastião, de Taubaté, da Ilha Grande, de Santa Anna de Mogy, de Parnahíba, de Itú de Nossa Senhora da Cadelaria, de Jundiahy de Nossa Senhora do Desterro”.

A documentação referente à recruta do regimento de Moraes Navarro é assaz abundante constando do Codice I-4, I, 15 da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na “Collecção das Cartas que escreveu o Senhor Dom João de Lencastro, Governador e Capitão Geral (sic) deste Estado para as Capitanias do Sul”.

À Câmara de S. Paulo fazia notar o Governador do Brasil que das repetidas entradas dos Governadores de Pernambuco contra os tapuias do Rio Grande do Norte nada de prático resultara.

Mostravam-se os bárbaros “cada vez mais absolutos nos roubos e mortes com que haviam arruinado aquella capitania”.

Haviam os colonos dali escrito a Sua Magestade indicando-lhe vários arbítrios (sic) de como se devia fazer aquella guerra.

E ele, Governador Geral também se dirigira ao Rei sobre tal assunto. Apontando-lhe que o meio mais infalível, para esta Conquista, era mandar Sua Magestade formar em São Paulo, um Terço de Paulistas cujos officiaes, e soldados fossem pagos, “como as mais convenientes, que lhe pareciam úteis, para esses moradores”.

Respondera Dom Pedro II mandando-lhe todos os papéis que recebera sobre este caso grave, dando ao seu delegado plenos poderes para resolvê-lo a fim de se conseguir a total ruína dos Bárbaros.

Explicava Dom João aos camaristas as causas que o levavam a recorrer a eles: “E constando-me, que o socego, que hoje logra esta Bahia, se deve unicamente ao valor dos sujeitos, que de S. Paulo, vieram a conquistar os Bárbaros, que por espaço de tantos annos, infestaram estes Sertões, me resolvi a mandar o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, que o é por Patente Real, do Terço que ora vae a levantar, a essa Villa, e as mais circunvizinhas, para o que leva as patentes, com os nomes em branco, para todos os officiaes do dito Terço: os quaes hão de ser nomeados pelas Câmaras donde se forem fazendo, com assitência do dito Mestre de Campo, por entender, que se não poderiam fazer todos nessa Villa de S. Paulo, nomeando cada qual os sujeitos mais dignos de merecerem occupar aquelles postos: advertindo a Vossas Mercês, que a eleição de Sargen-

to-Maior há de ser em pessoa de grande prudência, valor, e experiência, da guerra dos Sertões, e por falta, ao dito Mestre de Campo, possa succeder no mesmo Terço.

Da carta, de Sua Magestade, que com esta envio a Vossas Mercês, para que a façam presente às pessoas, que vierem a esta guerra, ficarão todas entedendo, o empenho com que Sua Magestade me ordena se faça aquella Conquista, e grandeza com que manda satisfazer aos que vierem servir nesta ocasião, de tanta glória, e conveniência, para esses moradores.

Espero do zelo, com que Vossas Mercês se houveram sempre no serviço de Sua Magestade, não faltem ao cuidado de applicar a antecipação de tempo para que com toda a brevidade venham esses moradores a desempenhar as esperanças com que fico, de que ao seu valor, ha de dever a Capitania do Rio Grande, e (o) socego por que aspira, ha tantos annos, assim como o confessa dever esta da Bahia.

Ao Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, ordeno assista com os mantimentos necessários, para sustento de toda a gente, que há de vir, e dê aos officiaes do dito Terço, alguns mezes de soccorro, para se aprestarem por conta dos que hão de vencer depois de chegarem a esta Cidade, e ao Governador do mesmo Rio lhe mande dar embarcação muito segura, e capaz de trazer bem accomodados”.

Tais barcos deveriam ser tão capazes quanto seguros.

Para reforçar que dizia enviava ao Governador Geral o autógrafo da Carta Real! Por ele podiam os edis paulistas verificar

quanto Sua Magestade tinha a peito o extermínio dos terríveis tapuias.

Dessa conquista haveria de vir aos paulistas grandes glórias e conveniências.

A Capitania do Rio Grande lhes deveria o socego.

Tal o empenho em se arranjam soldados que ao mesmo tempo se expedia um bando perdoando os criminosos que quizessem assentar praça!

Terminava a carta do Governador Geral por um aceno de recompensas.

“E Vossas Mercês tenham entendido, que neste lugar donde fico, e nos mais em que me achar, hei de ser quem com todo o cuidado, o affecto, solicite as suas melhoras, e as desses moradores pela natural inclinação que me devem os Paulistas, grangeada pelo seu muito valor, e que promptamente hão de ser soccorridos, e fardados os que vierem neste Terço, e a quem hei de dar de Sesmaria, todas as terras, que no Rio Grande conquistarem, não só por Sua Magestade assim m’o encommendar, senão por ser eu empenhado a que todos fiquem satisfeitos, como primeiro instrumento de virem fazer este tão particular Serviço de Sua Magestade”.

Na circular dirigida às vilas menores fazia Dom João de Lencastro os maiores elogios à gente de S. Paulo.

“Só o valor e muita experiência da guerra dos Sertões com que os Paulistas se acham, poderão destruir e conquistar os Bárbaros da Capitania do Rio Grande, cujo socego depende das armas dos paulistas, sempre, victoriosas dos bárbaros do Brasil”.

O resto da carta é quasi à mesma cousa do que a da Câmara de S. Paulo.

Em data indêntica, 19 de outubro de 1697, também se punha D. João de Lencastro em contato com o Governador fluminense, o notável Artur de Sá Menezes.

Comunicava-lhe a execução das ordens reais para o levantamento do “Terço de Lencastro e motivo pelo qual fôra a S. Paulo, Manuel Alvares de Moraes Navarro”.

Devia o mestre de campo reunir toda a gente no Rio de Janeiro.

Recomendava o Governador Geral do seu subordinado fluminense:

“Vossa Senhoria me fará favor mandar ter prompta, embarcação, capaz de trazer toda esta gente, de maneira, que venham bem accomodados, e com a brevidade possível, para voltar com a mesma, a soccorrer aquella Capitania, pelo evidente perigo, em que se acha; e pelas irreparáveis consequências, que se hão de seguir a todas as de Pernambuco, se ella padecer a última ruína, com que a está ameaçando o poder, e tyrannia daquelles Bárbaros”.

Devia o provedor da Fazenda Real ter os mantimentos para a viagem da tropa de São Paulo.

Justamenteurgia o Delegado Régio do Brasil.

“Espero que Vossa Senhoria me ajude a fazer a sua Magestade, um tão particular serviço, como é o de acudir promptamente com o remédio, de que tanto neccessita, aquella Capitania, na brevidade, com que Vossa Senhoria fará vir os Paulistas,

em que só consistem, as esperanças do último esforço das armas de Sua Magestade que com tanto aperto, me ordena mande este socorro, a toda a pressa”.

Ao Provedor do Rio de Janeiro declaravam Dom João de Lencastro que a vitória sobre os Bárbaros era essencial não só ao Rio Grande do Norte como a todas as capitanias dependentes de Pernambuco.

Se não lhe remetia dinheiro para os gastos com os paulistas era por temer os perigos do mar e os dos piratas.

Cabia pois à sua provedoria custear as primeiras despesas da expedição.

“Ordeno a Vossa Mercê, tenha promptos os mantimentos necessários para esta gente, de quaesquer effeitos, que a Fazenda Real tenha nessa Capitania, ou dos que administra a Câmara, na forma da dita carta de Sua Magestade e de toda a importância, que fizer aquella despesa, sacarà Vossa Mercê letra, sobre o Provedor mór da Fazenda Real deste Estado, a qual se ha de pagar, promptamente. E se houver algum dinheiro, que por algum caminho, pertença a esta Provedoria-mór, se valerà Vossa Mercê primeiro delle”.

Deviam os officiaes do terço receber dous mezes de socorros por conta dos soldos a vencer a fim de que pudessem vir bem aviados.

Enfim, do provedor do Rio de Janeiro dependia agora muito a conservação das capitanias do Rio Grande, Pernambuco e mais anexas.

Sempre na mesma ordem de idéias mandava peremptório Dom João de Lencastro ao capitão-mór da Capitania de S. Vicente dêsse toda ajuda a favor a Morais Navarro.

Se este entendesse mais conveniente embarcar em Santos em vez de fazer no Rio de Janeiro devia o capitão-mór dar-lhe navios, mantimentos e dinheiro tudo enfim de quanto pudesse dispor e o cabo da tropa requisitasse.

À Câmara de S. Paulo se recomendava ainda a entrega ao Mestre de Campo, de cem índios das Aldeias de Sua Magestade, e dos mais guerreiros.

Viessem muito bem armados e fossem entregues “com toda a segurança para que não fugissem até se embarcar”.

Assim procedendo fariam Suas Mercês os camaristas “muito particular serviço a Sua Magestade”.

Ao Provincial dos Franciscanos do Rio de Janeiro solicitava Dom João nomeasse capelão para o terço de Navarro. Já o escolhera por informações por ser homem de virtudes, prudência, zelo e bons costumes.

Serviria de exemplo a todas as pessoas que fossem à campanha.

Concluindo expedia o Delegado Régio:

“E porque todas estas qualidades concorrem na pessoa do Padre Frei Antonio de Jesus; preço a Vossa Paternidade por serviço de Deus, e de Sua Magestade, se sirva dar licença a este Religioso, para que exerça o officio de Capellão-mór do dito Terço; e quanto este Religioso esteja legitimamente impedido, escolherá Vossa Paterni-

dade com o dito Mestre de Campo, Religioso capaz daquella occupação, tanto do serviço de Deus, e de Sua Magestade”.

De onde partiu o primeiro troço da gente de Morais Navarro não sabemos dizê-lo, de Santo? do Rio de Janeiro? A documentação não no-lo diz.

Mezes levou o mestre de campo a organizá-lo.

A lista de sua officialidade, saída de S. Paulo, ainda não foi desvendada. Apenas se conhece, graças a uma descoberta de Stuart, a que ele tinha no arraial do Assú.

Parece que nos arquivos de S. Paulo nada ficou do tal ról, pois já Pedro Taques se desta ausência.

Chegou à gente de Morais Navarro à Baía em agosto seguinte, de 1698, desembarcando de um patacho, conforme escrevia o Governador Geral a Artur de Sá Menezes, a 26 deste mês e ano.

Queixara-se Menezes dos paulistas, do acolhimento que lhe haviam feito e do pequeno resultado obtido em sua primeira viagem a S. Paulo.

Comentando tais fatos observava Dom João:

“Sinto muito, que não conseguisse Vossa Senhoria nella, tudo quanto desejava: porém como os negócios a que Vossa Senhoria foi, não na opinião dos Paulistas, tanto contra as suas conveniências, e liberdade, é certo, os hão de diffcultar de toda a sorte que puderem; e assim é necessário que o tempo os desengane, e Vossa Senhoria os persuada, de quão errada é a desconfiança com que vivem, na presumpção do que imaginam.

E só Vossa Senhoria com o seu grande entendimento os poderá reduzir a que naquella matéria joguem sem carta coberta;

porque entendo que os Paulistas fazem particular estudo em occultar o mesmo, que Vossa Senhoria procura descobrir”.

São muito interessantes estes tópicos. A que se refereria Menezes? às primeiras descobertas do ouro? ao espírito de independência exagerado dos paulistas? aos acontecimentos sanguinosos que na vila de Piratininga acabavam de se dar, de onde resultara o assassinio de Pedro de Camargo por Gaspar de Godoy Colaço?

Puzera Menezes todo o empenho em servir a causa real neste caso do terço de Navarro e Lencastro lhe agradecia tal atitude.

“Muito agradeço a Vossa Senhoria a diligência, e cuidado com que faz conduzir o Terço dos Paulistas: todo o gasto que fizeram, para se pagar, pela Fazenda Real, fica satisfeito; e ao Capitão do navio que os trouxe, mandei passar patente de Capitão de mar e guerra delle, por ser recomendado de Vossa Senhoria.

O afilhado de Vossa Senhoria o favoreço e fica provido no posto de Ajudante do Terço; e me não descuidarei dos seus acrescentamentos, para que Vossa Senhoria conheça, quão poderosas são para commigo, as suas recommendações”.

Ha no fim da carta umas alusões a fuga e acoutamento de índios, de pessoas de S. Paulo por um morador do sertão, Fuão Cardoso, que Menezes supunhar viver em terras da Baía. Verificara-se que não era em Pernambuco que assistia. Severo inquerito se faria a tal respeito.

Denunciava o sargento mór dos paulistas que este Cardoso não era outro senão o próprio Matías Cardoso!

Ele Governador Geral lhe escrevia ordenando que mandasse dar em São Paulo notícias da existência em seus currais

dos índios fugidos, mantendo-os neste íterim com toda a segurança e cautela.

Assim, a uma distância imensa de sua vila natal o célebre calção de couro exercia tamanha influência sobre os índios de seus patrícios que eles atravessavam os sertões enormes para irem viver em suas fazendas!

CAPÍTULO XXVII

BERNARDO VIEIRA DE MELLO NOTÁVEL PERSONALIDADE COLONIAL

SUA ATUAÇÃO COMO CAPITÃO-MÓR DO RIO GRANDE DO NORTE

Deste célebre pernambucano escreve Vicente de Lemos:

“Cavalheiro fidalgo da casa real, capitão-mór de Iguaras-sú, senhor do engenho de Pindobas, na freguezia de Ipojuca, da Capitania de Pernambuco, tinha procedido valorosamente na expedição da conquista do quilombo dos Palmares, de que foi incumbido pelo capitão-general daquela Capitania.

Occupava o posto de sargento-mór e commandava o terço de linha do Recife, quando obteve em 1694, a nomeação de capitão-mór da Capitania do Rio Grande do Norte.

Foi este notável pernambucano quem, no Senado da Câmara de Olinda, a 10 de novembro de 1710, levantou a formação de um patriciado, ao qual ficassem entregues os destinos de Pernambuco, livre de qualquer tutela, à semelhança da república de Veneza.

Este brado, é no dizer brilhante de Oliveira Lima na *História de Pernambuco* a explosão do sentimento de independência, que, desde os primeiros annos, sempre esmaltou o braço pernambucano; é a confiança cega nos próprios recursos que, na antiguidade, ani-

mou na luta titânica contra os persas; na idade média, guiou os cruzados nas guerras ao Islanismo e, na idade moderna, impulsionou o terceiro estado na derruição do despotismo e do privilégio nas suas reivindicações contra o capitalismo”.

A 4 de julho de 1695 estava Bernardo Vieira, empossado do governo norte-rio-grandense.

A questão militar devia ser a suprema preocupação do governo da capitania. Tratou o novo capitão-mór da reorganização das suas milícias nomeando para os principais postos aqueles que haviam prestado melhores serviços na luta contra os tapuias.

Falecera Pedro de Albuquerque da Camara, sargento-mór do regimento do irmão, Antonio. Assim, a 3 de março de 1699, foi nomeado, para o seu posto o capitão Pedro da Costa Faleiro, veterano das lutas com os holandeses e reputado pela bravura e inteligência. Apesar da idade distinguira-se ainda ultimamente sob as ordens do Agostinho Cesar de Andrade.

Outra nomeação pretigiosa a do capitão Hermógenes Lima. Alguém tempo antes fizera um algarra do Assú ao Ceará, numa campanha de tres menses, em que obtivera notáveis vantagens em combate, reunindo-se depois à coluna dos pernambucanos do capitão Afonso Martins Ferreira.

Poz Bernardo Vieira todo o empenho em realizar a fundação do arraial do Assú.

À sua requisição, enviou, para este fim, o capitão general de Pernambuco trinta soldados negros, que, incorporados ao bando chefiado por elle próprio, seguiram para aquela ribeira.

Fundou, de fato, o arraial que recebeu o nome de Nossa Senhora dos Prazeres, guarnecido por trinta soldados. E os moradores se obrigaram, voluntariamente, a sustentar a infantaria durante seis meses, aguardando que a Metrópole determinasse o melhor meio de a subsidiar.

Sendo 24 de abril consagrado a N. Senhora dos Prazeres, é natural que desta data fosse à fundação do Arraial porque costumavam os portugueses assinalar os seus efeitos com o nome do Santo do dia.

Dous meses permaneceu o enérgico pernambucano em sua nova fundação. Ao retirar-se deixou-a sob o comando do capitão Teodosio da Rocha.

A Câmara de Natal apuzera-se a Agostinho Cesar quando ele quizeria fundar o arraial, por achar tal empresa prematura. Aplaudia agora o ato do capitão-mór contando a El Rei que desejava um capelão para o forte cujo sustento seria custeado, durante seis meses, pelos moradores da capitania. O Governador Geral, aplaudindo o ato de Bernardo Vieira a seu turno lançava bando prometendo o perdão aos criminosos e homisiados, contanto que fossem servir na guarnição de Nossa Senhora dos Prazeres.

Mas estava o Rio Grande do Norte exausto de recursos. Assim o Senado natalense representava ao Rei pedindo-lhe, clamorosamente, recursos para a manutenção daquele indispensável presídio.

E pedia-lhe, a 2 de fevereiro de 1697 à recondução de Bernardo Vieira por mais um prazo trienal. Atendendo a representação declarava o monarca aos senadores:

“Vi o que me representastes acerca da grande utilidade que se segue ao meu serviço e conveniência dos moradores dessa Capitania, da assistência a que Bernardo Vieira de Mello tem nella feito depois que exercita o posto de Capitão-mór, em que fui servido provê-lo, por se ter havido nelle com muito zelo e boa disposição, reduzindo todo o gentio a uma universal paz, por cuja causa se acham estes sertões com grande princípio de povoação, a Capitania em socego, a justiça adminstrada com rectidão e todos uniformemente desejosos de que continue no exercício do dito posto, pedindo-me vos concedesse a assitência do dito Capitão-mór por outros três annos, etc”.

Assim havia por bem obtemperar aos desejos de seus vasallos pela carta régia de 18 de novembro de 1697.

Comenta Lemo:

“Da conquista à Independência foi o único capitão-mór que mereceu reconduzir-se a pedido do povo que se mostrava satisfeito de seu governo”.

Muito honroso o parecer pelo qual o Conselho Ultramarino aconselhara ao dinasta que atendesse ao pedido dos povos do Rio Grande.

Grave pendência ocorria: a questão da distribuição das terras de sesmaria concedidas a indivíduos de Pernambuco, do Rio de S. Francisco e até da Baía. E tão discriteriosamente que vários destes aquinhoados haviam recebido vinte e trinta léguas de chão. Como nem cogitassem de aproveitar tais doações o Rei, a conselho das autoridades, ordenou que se não viessem povoá-las as perdessem sendo repartidas pelos moradores pobres da Capitania.

Comentando a atuação de Bernardo Vieira, durante o seu segundo trienato, escreve Vicente de Lemos:

“Reconduzindo, a 18 de Novembro de 1697, por mais trez annos no posto de capitão-mór, pelos seus importantes serviços, pelo espírito de justiça com que pautava os actos da administração, veio, no entanto, esse patriota há terminar seus dias na cadeia do Limoeiro em Lisboa, cheio de amargura, por aquelle brado republicano que lançara com tanta independência no Senado da Câmara de Olinda.

Era Bernardo Vieira um homem de acção, de um infingratu-
ra moral inconfundível, exacto cumpridor de seu dever.

Para melhor assegurar agora os colonos nas ribeiras do sertão, tinha solicitado da Metrópole cem casaes de índios do Ceará, com seu missionário, para o arraial do Assú no intuito de attrahir as tribus pelo lume da fé.

A metrópole pela carta régia de 18 de janeiro de 1698 ordenou que fossem tomadas as providências no sentido de ser satisfeita esta requisição, caso os índios estivessem dispostos a aceitar a proposta.

Retardando a providência, Bernardo Vieira insistiu sobre ella.

O capitão general respondeu, em 15 de junho, ponderando os embaraços que occorriam, pois não desejavam aquelles índios vir de tão longe para habitar entre gentios tão bravos, inconstantes e malignos; mas que na primeira reunião das missões proporia à medida para ser tomada na devida consideração.

Representou ainda Bernardo Vieira pela necessidade de assistirem na fortaleza dos Santos Reis as praças que fossem

naturaes do Rio Grande, porque as que vinham de Pernambuco desertavam, deixando o presídio em desamparo.

Mandou El Rei ao capitão-general de Pernambuco que attendese à reclamação porque, além das vantagens do soldo seriam essas praças as mais empenhadas na conservação da terra que as vira nascer.

Por último, estavam os presídios sem os seus missionários. Ao capitão general de Pernambuco escreveu El Rei para que os fizesse seguir, na forma das requisições, e ao bispo scientificou de que seriam satisfeitos de suas congruas”.

Diz o autor norte-rio-grandense que com as providências acertadas de Bernardo Vieira reinava completa paz nas terras da capitania a que agora novamente incrementavam a indústria pastoril e a lavoura. Ficara esta inteiramente perturbada pelo aparecimento, às margens do Assú, de Moraes Navarro e do seu Terço de Lencastro, em fins de 1698.

“Os índios Payacús e Carathéus, da nação dos Icós, que habitavam do Valle do Catolé do Rocha até as margens do Piranhas, dizimados pela guerra encarniçada que lhes moveram os mestres de campo dos Paulistas, achavam-se agora aldeiados nas ribeiras do Jaguaribe e do Apody; e os da nação dos Jandoys permaneciam pacíficos no arraial do Assú, com seus missionários, quando em 1699 appareceu neste arraial o Mestre de Campo do terço dos paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, que havia sido nomeado Governador da Campanha contra os índios do rio S. Francisco até o Ceará.

Moraes Navarro tinha chegado à Capitania desde 18 de novembro do anno anterior”.

Acerba acusação faz Vicente de Lemos ao mestre de campo paulista acusando-o de ser o promotor de uma campanha injustíssima contra índios pacificados.

“Corria a notícia de que El Rei o mandara retirar do Assú, como não desejasse sahir, procurou a guisa de reclamação dos colonos da ribeira do Jaguaribe, seduzir os Jandoys e, fornecendo-lhes secretamente pólvora e bala, foi com elles bater os indios Payacús daquella e da ribeira do Apody, captivando a muitos; e depois, allegando que estas nações procuravam guerrear-se, tratou de destruir os Jandoys que, sabedores do intento, desceram para a cidade, valendo-se do capitão-mór, que os amparou, evitando a execução do plano.

Os moradores da cidade, revoltados contra o procedimento desse Mestre de Campo, compareceram perante o Senado da Camara, na vereação de 5 de março de 1699 e, em nome delles, fez o procurador da mesma Camara, alferes Gonçalo Ferreira da Ponte, o seguinte requerimento que transcrevemos, porque, refere o Barão de Studart, ha sobre este acontecimento muitos documentos a consultar”.

Vejamos porém a íntegra da representação do procurador Gonçalo Ferreira de Ponte.

“Sns. Juízes e Vereadores deste mui nobre Senado:

O procurador delle representa a Vmcês da parte deste povo em como tem chegado à sua notícia, por informação certa de pessoa de fé e crédito, de com intenta o mestre de campo do

terço dos Paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, com a notícia de que ordenava Sua Magestade, que Deus guarde, mandá-lo retirar do lugar do Assú, para que se possa impedir a sua ida, e fazer guerra à nação do gentio Jandoy, argue para isso o crime de que foram estes de próximo guerrear aos da nação payacús, que se acham aldeiados na ribeira do Apody com seu missionário, constando-me por prova aqui latente que o mesmo Mestre de Campo mandou fazer esta guerra pelos mesmos Jandoy, dando-lhe para isso pólvora e bala secretamente.

E depois os mandou instruir a que dissessem ser por outras pessoas mandados, sendo, falso, como o mesmo gentio diz e os seus mesmos soldados officiaes o sabem, a fim de com esta assaltada lhe fazer culpa para lhes poder fazer guerra, sem reparar nas consequências que dahi se podem seguir, por ser esta nação a mais bellicosa e poderosa desta Capitania.

E justamente, desde que se deliberou connosco a paz até o presente, não tem dado motivo para se lhes fazer guerra, antes se mostraram com muita fidelidade aos cabos que assistiram no presídio do Assú, antes da vinda dos ditos Paulistas, e depois delles se sujeitarem à obediência do dito mestre de campo, indo por sua ordem fazer guerra às mais nações offerecendo-se para tudo e acompanhando-o na injusta guerra que o dito Mestre de Campo foi fazer, à mesma nação dos Payacús, sendo que usou tão mal com elles que puderam descontentar-se muito do pouco agrado, não lhes dando cousa alguma, antes escandalizando-os muito, só a fim de ter pé de lhes fazer guerra, como agora intenta, tanto para seguir nisto suas conveniências particulares como

para, provocando o gentio à guerra, impedir de ser muda, como se diz, e manda S. Magestade, andando para isso a fazer assignar papéis os seu parciaes e pessoas de menos crédito, de que tudo pode resultar considerável ruína desta Capitania, tanto pelo pouco... com que se acham de mantimentos, como pela porção inútil da gente que tem, para poder defender as consideráveis fazendas de gado que se acham já situadas naquelle logar do Assú e mais sertões desta Capitania, o que tudo é em total prejuízo da conservação e do levantamento da real fazenda, por cujas causas requeiro a Vmcês, da parte deste povo, que, attendendo a todas essas razões, intentem o meio mais conveniente para se atalhar esta ruína, dando conta ao Governador de Pernambuco e ao Bispo destas Capitanias, como interessados na defeza de todas ellas visto a distância da Bahia e não se poder esperar della recurso com brevidade que se quer.

E juntamente parecia conveniente mandar fazer um protesto ao dito Mestre de Campo, para que conste que não concorremos para esse malefício, visto andar assignado papéis sinistros só por se valer do préstimo de dizer com elles que o requerimento do povo fez a dita guerra, pois, por lei divina e humana se não acha, nem Sua Magestade o permite de que se faça guerra offensiva, sinão com mui justa causa, e ainda para essa se lhe dever dar parte, quanto mais fazer-se guerra injusta, como até agora tem feito o dito Mestre de Campo e de novo intenta fazer; para o que será conveniente requerer a Vmcês visto a brevidade não permittir com as inudações dos rios, se convocar os homens *res públicos* desta Capitania, façam Vmcês para que a todos seja

presente este meu requerimento e concordarem com o que for mais conveniente”.

Que vale este protesto, *a posteriori*, do procurador natalense, em face da enorme documentação que aduzimos sobre a lenta preparação do Terço de Lencastro, desde 1696? Da serie enorme de providências tomadas pelo Governo Geral durante três anos para a entrada em campanha, das forças de Morais Navarro ante os contínuos brados de socorro, por vezes, emitidos em atitude desesperadora, pelas autoridades e os povos do Rio Grande do Norte?

Naturalmente agira Pontes sob a instigação formal de Bernardo Vieira enciumadíssimo, como declaram Pedro Lelou e Joseph Barbosa Leal pelo fato de que o Governador Geral do Brasil não o incumbira do comando geral das forças que ultimariam a Guerra dos Bárbaros.

CAPÍTULO XXVIII

PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO GERAL PARA O SUPRIMENTO DO TERÇO DOS PAULISTAS

RECOMENDAÇÕES SOBRE A CAMPANHA

MÁ VONTADE DE BERNARDO VIEIRA DE MELLO PARA COM MORAIS NAVARRO E OS PAULISTAS

PARTIDA DA BAÍA, DA TROPA DE S. PAULO, VIAGEM ATRIBULADA E CHEGADA A NATAL

A 30 de agosto de 1698 tornava D. João de Lencastro efetivas às providências para o abastecimento do terço de Moraes Navarro.

Escrevia ao Provedor da Fazenda Real no Rio Grande do Norte prevenindo-o de que o Provedor Mór da Fazenda Real do Estado do Brasil lhe mandava entregar uma embarcação com as munições destinadas ao terço dos paulistas.

Queria o Governador Geral grande intensificação da campanha ordenando se procedesse a uma revista severa até se obter a lotação completa do terceiro terço, o do mestre de campo, com quatrocentas praças.

“A todos os homens brancos, mulatos, mamelucos, Índios e Tapuyas forros que o dito Mestre de Campo apresentar, man-

dará vm. sentar praça, até fazer o número completo de quatrocentos soldados, que é a lotação do 3º Terço; como também escrevo ao capitão mór dessa capitania. No mais, seguirá Vm. o Regimento e mais ordens que o Provedor mór da fazenda Real deste Estado, lhe remette sobre este particular; e todos os que tocam ao mesmo Terço, os hei a Vm. por mui recommendados”.

Ao capitão mór da Paraíba explicava no mesmo dia, o Governador Geral o plano que traçara para a nova campanha cometida a Moraes Navarro.

Era preciso desfechar grande golpe contra aqueles índios terríveis. E o delegado régio contava, sobremodo, com o zelo da autoridade suprema da capitania paraibana.

“Nesta ocasião, mando por ordem de sua Magestade, que Deus guarde, o mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, com o seu Terço a fazer a conquista dos Bárbaros do Rio Grande. E por evitar o perigo, que podia ter a embarcação em que vai, indo em direitura àquella paragem, lhe ordenei fosse desembarear na Parahyba, tanto por fugir ao risco do mar, com por achar a Vm. no governo dessa capitania; pois fio no zelo, e cuidado com que vm se ha em tudo o que toca ao serviço de Sua Magestade, que em nada faltará ao dito Mestre de Campo, para que tanto, que ahi chegar, parta logo por terra a dita campanha do Rio Grande dando-lhe vm para isso, toda a ajuda, e favor, que lhe pedir”.

Vinha depois à baila o caso melindroso dos soldos atrazados e jamais postos em dia.

Por conta destes pagamentos devidos pela Fazenda Real se fizeram fornecimento de carnes de mais virtualhas cuja importância se descontaria dos créditos de oficiais e praças!

Assim os soldados de S. Magestade não eram sustentados pelo erário público, “por conta dos soldos, que venceram assim os officiaes como os soldados do dito Terço, se lhes deve as carnes e mantimentos de que necessitarem para seu sustento, e a importância desta despesa, se ha de pagar promptamente do dinheiro que por ordem minha ha de remetter o Provedor mór da Fazenda Real deste Estado ao da capitania do Rio Grande, para se soccorrer o dito Terço na forma, que Sua Magestade me tem ordenado”.

Estava D. João convencido de que as populações assistiam aos seus defensores do melhor modo, mesmo por interesse próprio pois só assim ficariam libertos dos estragos e ruínas com que os Bárbaros as haviam até então oprimido.

Devia a embarcação ser fretada especialmente para o transporte das munições.

Pitoresco porém o modo pelo qual se recomendava a organização da assistência médico-cirurgica a coluna que se ia bater com os índios “Vm. faça toda a diligência possível para que o Mestre de campo leve um Surgião, para assistir no dito Terço, ainda que seja obrigando-o por violência; e este além da praça de soldado, e das conveniências; que nella ha de ter, lhes hão de pagar, as curas, que fizer”.

Fazia o Governador Geral sentir ao seu subordinado quanto se interessava pelo êxito das operações de Navarro, a cuja coluna organizara, como de tal tanto se descaneia.

“E porque este Terço, foi criação minha, e lhe desejo todos os augmentos, e fortunas, recommendo muito a Vm. lhe faça toda a boa passagem que o lugar, e o tempo permitir; e em todo conhecerá Vm. a vontade, que tenho de lhe dar gosto, quando haja cousa em que o faça”.

A Bernardo Vieira de Mello, governador do território em que iam decorrer as operações de guerra, expedia D. João de Lencastro informes permenorizados de suas instruções.

Pedia-lhe que procurasse servir a Moraes Navarro com o máximo empenho. Era preciso corresponder aos sacrificios que Sua Magestade fizera para organizar o corpo expedicionário, os consideráveis dispêndios de Real Fazenda que não pagava soldos e ainda queria descontos de fornecimentos feitos aos seus soldados!

Antevia D. João longa esta campanha. Devia durar anos! ao seu entender.

“Ao dito Mestre de Campo fará Vm. dare por conta dos soldados, que vencerem, assim os officiaes como soldados as carnes e farinhas de que necessitarem, para sustento do dito Terço, e a importância desta despeza se ha de pagar promptamente do dinheiro que por ordem minha ha de remeter todos os annos o Provedor mór da fazenda Real deste Estado, ao dessa capitania, para se soccorrer o dito Terço, na forma que sua Magestade me tem ordenado”.

Aos rio-grandenses do norte, mais que aos paraibanos, ainda cabia auxiliarem, com todas as forças, estas tropas, sabedores que em sua terra iriam restabelecer a paz e a segurança.

Providências disciplinares também deviam ser tomadas contra os oficiais paulistas que exorbitassem. E a recruta se fizesse intensa, caso o regimento não se completasse na Paraíba.

“Ao Mestre de campo ordeno, no Regimento, que lhe dey, que se algum official do seu Terço, cometter delicto, que mereça mais castigo, que o de elle o prender, o remeta da minha parte, com a culpa, que tiver, a essa fortaleza, a entregar a ordem de Vm. para que o tenha com toda a segurança, até se remeter à cadeia desta cidade, com a mesma culpa: a Vm. o tenha assim entendido.

Mandarâ Vm. assentar praça no Terço do dito Mestre de Campo a todo o índio de Armas, mameluco, ou mulato, sendo forros até a ter o número completo de quatrocentos praças, que é a sua lotação”.

A campanha se anunciava áspera e sob alguns aspectos maus. Surgira a varíola no acampamento paulista!

Escrevendo, a onze de dezembro de 1698, a Caetano de Mello de Castro fazia Dom João de Lencastro ao governador pernambucano o histórico de formação do terço paulista.

Aborrecera-o muito a notícia da irrupção da varíola que ocasionara mortes e o da falta de mantimentos de que padecia o regimento.

“Assim que o Mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro chegou de S. Paulo a esta cidade com os officiaes e soldados do dito terço, o madei logo armar e monicionar fardar, e soccorrer; e dentro em poucos dias de demora nesta praça os mandei embarcarr para a dita capitania contentes e satisfeitos. É gente muito

luzida e toda capacíssima de pelejar em qualquer ocasião que se lhe offerecer a que pode apparecer em toda a parte”.

Assim era uma tropa de escolta esta, podendo apresentar-se onde quer que fosse!

Reiterava o pedido instante de soccorros aos expedicionários cuja partida da Baía, luzida como era, tanto o encherta de satisfação “e fiz de maneira que fiquei satisfeita do trabalho que tive com o dito Terço até o lançar pela Barra fora; e como o acerto do tiro correu por conta da fortuna (que é o que não está na nossa mão) pela minha corre fazer agora, e sempre, toda a diligência para que este terço se ponha outra vez capaz, para ir fazer o que Sua Magestade tem ordenado; e para isso vos peço e com todo o encarecimento, que (sic) o dito Mestre de Campo vos pedir gente, ou mantimentos, o madeis soccorrer com toda a fortaleza daquella capitania com a mais gente, que entenderdes será necessária, e com os mantimentos que vos for possível, e como sei o amor e zello com que vos empregais no Serviço de Sua Magestade, vos não encareço mais este negócio porque sei de certo vos não haveis de descuidar delles”.

A vista das reclamações contínuas do governo do Rio Grande do Norte resolvera o Rei mandar reparar a fortaleza dos Três Reis Magos que se encontrava em ruínas. O Governo Geral do Brasil de tal não podia incumbir-se pela distância em que se achava e falta de engenheiro militar pois o seu estava occupadíssimo em levantar as fortificações da cidade do Salvador.

Assim fosse o engenheiro da guarnição de Pernambuco reconstruir o forte da foz do Pontegi, serviço agora da maior rele-

vância pois podia ser que as correrias dos índios chegassem até as cercanias de Natal, sobretudo, agora, em que a varíola tão fortemente atacara os paulistas.

Fosse o engenheiro quanto antes ver o estado do forte e mandasse suas impressões com a maior brevidade, para se saber o que seria possível, fazer-se. Queria Sua Magestade, aliás, que o concerto da dita fortaleza “se puzesse na última perfeição”.

Pedia ainda o delegado régio que de Pernambuco se enviassem ao governo do Rio Grande do Norte “quarenta ou cinquenta espingardas as mais capazes, que houvessem nesses Almasens a entregar ao capitão mór do Rio Grande de que necessitava muito para a defesa da dita praça”.

Em carta contemporânea, ao Capitão Mór da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria manifestava o Governador Geral suas apreensões com as más notícias do Sertão e as dificuldades com que lutavam os paulistas com as novas de um levante geral.

“A Caetano de Mello ordenei o soccorresse logo com todos os que lhe fosse possível por me dizerem que o Gentio estaria quasi levantado, sem embargo de conhecer que Vm. como tão zeloso e amante do serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, não terá faltado a soccorrer o dito terço com os mantimentos necessários, e com alguma gente.

No cazo de ser certa a alteração do gentio, lhe ordeno o faça logo contudo o que puder e a necessidade pedir. E não encareço mais a Vm. este negócio pelo conceito que faço de sua pessoa, pois sempre o achei com grande valor e tal procedimento, que agora me seguro este desempenho de que encarrego ao seu cuidado”.

Importante documento vem a ser a carta de D. João ao Mestre de Campo datada de onze de dezembro de 1698.

“Quando eu estava esperando que Vm. me desse novas da sua chegada e assistência nessa capitania, acompanhadas com alguns bons princípios de Gerra contra o Gentio tive notícias por cartas do sertão vindas a esta cidade, que eram mortos alguns soldados desse Terço, e que outros ficaram enfermos do mal de bexigas que lhes deu, e faltos de mantimentos, o que tudo sinto, se assim é porquanto eu quizera que Vm., e os mais companheiros lograssem muitas fortunas. Esta boa vontade me deverão sempre os Paulistas.

Ao Governador de Pernambuco e ao Capotão Mór da Parahyba ordenei soccorram logo a Vm. com os mantimentos que lhes for possível e como até hoje não tenho recebido carta de Vm., o que estranho summamente, não seu com certeza o estado em que se acha, pelo que Vm. me faça logo envios de tudo, com a presteza necessária”.

Grande trecho lacunoso ocorre neste ofício, destruído parcialmente pelos insetos. É o que corresponde ao caso dos soldos atrasados e novamente acenados como constante engodo da tropa de São Paulo.

Recomendações especiais endereçavam o Fidalgo ao mestre de campo:

“Faça Vm. o possível por que esses moradores, não tenham a menor queixa de seu Terço; e desta maneira ficarão desmentidos os prognósticos que contra elle fizeram. Também encomendo a Vm. tenha particular cuidado em que os officiaes dele

andem... unidos, e que os soldados façam também o mesmo; porque de qualquer desunião que haja se podem seguir prejuízos muito danosos. E Vm. se não descuide, um só instante, de me dar novas do estado em que se acha, pelas vias que lhe for possível para me livrar do cuidado com que fico”.

Era indispensável manter intacto o efetivo do terço.

“No lugar dos soldados que morreram póde Vm. fazer outros tantos, para que o número do terço esteja sempre completo por que me dizem que nesses sertão ha gente muito e valeroza”.

Mais um entreluzir de esperanças deixava ao chefe militar e à sua tropa um pouco do pagamento que se lhe devia.

“Advirto a Vm. que se algum Gentio estiver de paz e se rebelar como costumam, faça pelas vias que lhe parecer, toda a diligência possível, para que tornem à antiga paz: e se de todo em todo não quizerem ou se conhecer o fazem por alguma velhacaria, lhe fará guerra como lhe ordeno no seu Regimento”.

E nada de contemplação como os índios que se mostrassem suspeitos por pouco que fosse.

Perdera Morais Navarro o seu lugar tenente o sargento Mór Antonio Ribeiro Garcia e Dom João de Lencastro resolvera substituir o oficial desaparecido, não sabemos como, por outro bandeirante de valor: João Pires de Brito.

Escolheu-o por indicação prestigiosíssima de Matías Cardoso conforme declarava em carta escrita ao próprio nomeado.

Deste oficial, conta Pedro Taques na biografia de Matías Cardoso que era “natural e nobre cidadão de S. Paulo” informando ainda que à própria custa formara a companhia de que

recebera patente na leva realizada em S. Paulo por João Amaro Maciel Parente para encher os quadros de Matias Cardoso (cf. Rev. Inst. Hist. Bras. XXXIII, p. 2, pg. 166).

A este Brito que tanto se distinguiu nas campanhas do Ceará e do Maranhão os documentos às vezes chamam José mas isto certamente por erro de copista.

Dele diz o grande linhagista de S. Paulo que se bateu sobretudo contra os “bárbaros índios as nações Precatez, Cupenhares, Curatez e Canapurús a quem acabou de derrotar em 1701 anno em que se retirou”.

É-nos difícil colocar João Pires de Brito no conjunto da árvore genealógica paulistana e parece-nos que deve ter sido neto de Diogo Pires afazendado em Juquerí e falecido em 1650 e de sua mulher Isabel de Brito.

Tinha Augusto de Siqueira Cardoso (aliás verdadeiro autoridade em matéria de genealogia paulista) como certo que João Pires de Brito devia ser filho de Francisco Pires de Brito casado em S. Paulo com Maria Furtado, filha de Domingos de Góes e de Joana Nunes, falecidos em Mogí das Cruzes, em 1662 e 1645.

Silva Leme só lhe menciona um filho João de Brito Furtado falecido em 1735 em Parnaíba aos 76 anos mas Augusto Cardoso, em nota a Leme, declara quem eram quatro os filhos um dos quais João Pires de Brito.

A este ilustre bandeirante escrevia o Governador Geral muito honrosamente:

“Procurando eu hum sujeito de toda a suposição e de cujo valor e experiências fizesse toda a confiança, para prover c no

posto que ficou vago por morte de Antonio Ribeiro Garcia Sargento mór do Terço dos Paulistas, de que é Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro: me deu tão honradas informações da pessoa e procedimento de Vm. o Mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, que por ellas mandei logo passar a patente que com esta lhe remetto.

Em vm. a recebendo, parta com toda a brevidade possível, a tomar posse do dito posto, em que confio sobre Vm. de maneira, que não só desempenhe as informações do dito mestre de Campo, sinão também as esperanças com que fico de que se deverão as suas experiências e valor muita parte das victórias que espero em Deus alcansem as armas de Sua Magestade na conquista, que por ordem de Sua Magestade mando fazer aos Bárbaros da Capitania do Rio Grande.

Não tenho que encomendar a Vm. o bom modo com que deve haver se com o seu Mestre de campo, e com os officiaes, e os soldados do dito Terço, por estar inteirado, ser Vm. muito amante das suas obrigações. Ao dito mestre de campo encarrego muito... com Vm. com aquelle termo e correspondência de que é merecedor”.

Pormenorizando instruções encomendava o Governador Geral:

“Ao dito Mestre de campo pedirá Vm. lhe mostre o Regimento que lhe dei para observar assim na paz como na guerra: Vm. o lea para ter entendido o que deve obrar em razão do dito posto: estando seguro que para os seus acrescentamentos, me há de achar sempre com muito prompta vontade.

E advirto a Vm. que é obrigado a obrar tudo o que se dispuzer, por ordem do seu Mestre de campo porque nisto consiste toda a conservação do Terço, e bom successo da Guerra.

E com Vm. tem tantas experiências desses sertões para ella, fio de Vm. que obrará em tudo com o conselho, prudência e acerto que pede; procurando trazer todo o Terço pacífico e unido, e que a gente que nelle assentar praça seja de toda satisfação para a dita conquista”.

O tom desta missiva é a mais alta prova do apreço em que era tido João Pires de Brito e de quanto prestígio infundira aos governantes e reputação angariada graças aos serviços já prestados à Corôa.

A 21 de janeiro de 1699 longa carta escrevia Dom João de Lencastro a Bernardo Vieira de Mello.

Voltara à Baía a fragata que levava os paulistas mandados a destroçar os Bárbaros do Rio Grande do Norte e no entanto o Capitão mór não aproveitara este meio aliás tão raro para se comunicar com o governo Central!

Morais Navarro escrevera, porém, assim como o provedor da Fazenda Real, com pormenores sobre o levantamento geral dos índios e a falta de víveres para a tropa que ia entrar em operações.

Assim ordenava ele, Governador Geral, que de Pernambuco se mandassem dez mil cruzados para com eles se soccorrer o terço. Mas era tremenda a falta de moeda e “fazendo-se toda a diligência para se passar este dinheiro por letras, se não achara mais que da quantia de seis mil que se reunira nesta ocasião para, com a brevidade possível, fossem entregues ao capitão mór

da Parahyba”. A este escrevia o Governador que “com toda pressa e segurança” os remetesse ao Provedor e Almoxarife de Rio Grande a fim de que socorresse o Terço. E logo se enviaram os quattros mil que ficavam prontos para se passarem por letras.

O mestre de campo louvara-lhe muito o zelo pelo serviço real e a solicitude com que o auxiliara devendo à sua diligência o não experimentar “maiores dezamparos nessa capitania”.

“Agradeço-o particularmente a Vm. e espero continue Vm. com o mesmo cuidado e zello, para que esta conquista se consiga no seu tempo, ficando esses moradores livres das hostilidades com que os Bárbaros os têm perseguido há tantos annos” redigia o Governador Geral.

Era necessário dar ao Mestre de Campo todos os recursos possíveis de armas e de gente. Assim houvesse uma leva geral de índios aldeados em condições de prestar serviço.

Ordenava Dom João de Lencastro:

“Das Aldeias que estão nas Alagoas do Guaycrú, e na dos Gocuiras, que me dizem tem grande número de arcos, dará Vm. ao Mestre de Campo todos os que lhe pedir para a dita conquista em que Vm. ha de pôr todas as forças, para que aquelles Bárbaros fiquem extinctos de todo.

E esteja Vm. certo, que se ahi, se fizer algum suprimimento, ou empréstimo para essa guerra, por alguma dilação, que póde haver na remessa do dinheiro que se manda para se soccorrer o dito Terço, tudo se ha de pagar pontualmente. Confio em Deus, que dentro de pouco tempo, me ha Vm. de dar o gosto das boas novas que espero

ter, de que as armas de Sua Magestade, que Deus guarde, ficarão victoriosas e os moradores dessa capitania saçados”.

O engenheiro encarregado da reforma da Fortaleza dos Três Reis Magos não tardaria.

Idêntica recomendação de fornecimento de gente fazia Dom João de Lencastro ao capitão mór do Ceará Grande a 21 de janeiro de 1699.

Prevenia o Delegado régio “ordeno que sendo lhe necessários alguns Índios dessa capitania, das Aldeas Parnamerim, Pau-pina Para... ou Cayá, e das dos Guanaús, e de três lotes da nação Jaguaribara, gente guerreira, sobre toda para a dita conquista...

A vm. a que... ordeno lhes envie promptamente, escolhendo de todas as Aldeas os que forem mais fiéis e mais guerreiros, aos quaes lhes ha de fazer todo o contentamento”.

“Esta diligência hei por mui recommendada a Vm., como tão importante ao serviço de Sua Magestade, e espero ter nella muito que agradecer ao seu zelo”.

A Bernardo Vieira de Mello impressionava muito o péssimo estado da sua fortaleza principal e assim não havia embarcação, navegando para sul, em que não pedisse a efetivação de providências reclamadas do seu superior.

Afinal a 31 de janeiro de 1699 avisava o Governador Geral que dera terminantes ordens para que Pernambuco socorresse o Rio Grande do Norte com dez quintais de pólvora e morrão proporcional ao explosivo, vinte de balas ou chumbo seis barris de alcatrão, um pedreiro e dous artilheiros.

À custa dos próprios recursos rio-grandenses fossem feitas as cucharas para o manejo da artilharia.

Era colossal a distância da Baía ao Rio Grande.

Assim recorresse este a Pernambuco alegando as ordens superiores que obtivera.

A Provedoria baiana indenizaria a de Pernambuco. Queria ele, Governador Geral, perfeitamente restaurada a fortaleza dos Santos Reis. Ordenava a Olinda que o engenheiro militar partis-se; já devia estar no Potengi ou a chegar.

Respondendo a uma objeção do capitão mór sobre a marcha dos paulistas que quasi haviam naufragado e tido a nenecessidade de aportar ao Pontegí em vez de vir à Paraíba explicava o Governador.

“Vejo o que Vm. me diz, sobre o Terço dos Paulistas não ter ido por terra, para essa capitania.

Antes de se determinar no conselho da fazenda, fosse por um, conferi com o mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, e pessoa mais práticas desses sertões, por onde seria mais conveniente a jornada, se por terra, ou por mar, e a todos pareceu, que por mar, indo desembarcar a Parahiba, para dalli marcharem, por terra, ao sitio dos Assú, pois se ficava livrando por este meio, não padecerem os officiaes, e soldados delle os detrimentos, e discommodos, que também haviam de experimentar os moradores e curraes que estivessem nos caminhos por que necessariamente haviam de passar, e mais sendo eles tão dilatados o que se ficava evitando indo o dito Terço que por mar

também municiado e soccorrido de tudo o que lhe era necessário, como elle foi”.

Tormentosa a viagem da tropa de S. Paulo não só muito ameaçada de perecer em naufrágio como assolada pela varíola.

“Si as tormentas que teve a embarcação em que ia, não encontrara a ordem que eu havia dado, de irem em direitura a Parahiba, fazendo-se preciso, na desesperança de se verem perdidos, ir buscar o Rio Grande, a donde entrou com tantos perigos, como o dito Mestre de Campo, e vm. me avisam nas suas cartas, indo já tão destroçado do mal de bexigas, que na viagem lhe deu; é certo que havia de ter muito diverso semblante essa conquista: mas espero em Deus que, brevemente, se torne a refazer, porque para isso lhe hei de acudir com tudo o de que necessitar, não só pelo que toca a minha obrigação, senão por Sua Magestade haver assim encarregado”.

Observara Bernardo Vieira de Mello a Dom João de Lençasto que os índios pareciam inteiramente pacíficos. A colocação de um campo entrincheirado de paulistas no Assú iria inquietá-los extraordinariamente e quiça levá-los a um levante geral.

Respondia-lhe o Governador Geral:

“Bem sabe Vm. (e bem o tem elles sentido) que estes brutos não guardam paz se não em quanto lhes convém, e que de baixo della, tem feito tão repetidas vezes, nas fazendas e villas dos mesmos moradores as mortes e estragos que os obrigaram a pedir a Sua Magestade, e a este governo por várias cartas, se acudisse promptamente ao perigo a que se viam expostos, assim pela pouca constância que estes bárbaros tinham como por se

verem assaltados a dispensar a dita capitania se não fossem soccorridos, o que obrigou a Sua Magestade a me ordenar que, com a brevidade possível, levantasse este Terço e com a mesma o mandasse a fazer essa conquista”.

Assim haviam sido as súplicas repetidas e instantes dos povos que haviam movido o Rei a tomar tal providência enérgica.

Não se podia pensar em desistência deste plano.

“Se o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro fizer o seu Arraial no Assú, o Presídio que nelle está, fique logo unido ao seu Terço porque se para ajustar o número da lotação que há de ter, se há de sentar praça a mais gente, nenhuma pode ser melhor que aquella, por ser guerreira, e prática no Paiz.

E quando o dito Mestre de Campo o ponha em outro lugar, confirmará, vm. com elle, se convem conservar-se o dito Arrayal no Assú, e achando ser preciso, devem esses moradores soccorrello na mesma forma em que até agora o faziam; para o que suprirá a fazenda Real com parte do seu sustento pois se não acha com que acodir a tão considerável despesa”.

Todos os recursos deviam ser empenhados na debelação de tal perigo, sempre iminente para os colonos do Nordeste.

Pensara-se em mandar com reforço a Navarro índios do S. Francisco mas Matías Cardoso dissuadira o Governo de tal intento.

Daí o recurso às aldeias do Rio Grande do Norte e do Ceará.

“O Gentio que vm. me diz, póde ir do Rio de São Francisco para ajudar a fazer essa conquista, é o que vm. verá da cópia, que com esta lhe remetto, de um informação que sobre o mesmo gentio me deu escripto o Mestre de Campo Mathias Cardoso de Al-

meida querendo eu muito antecipadamente mandar um bom número de arcos de socorro e os Paulistas: mas no desengano de que haviam de fazer algum dispêndio e não chegar lá nenhum me resolvi a escrever aos Capitães mores da Parahyba, e Ceará Grande, remettessem com toda a brevidade a maior quantidade de Índios que lhes fosse possível para o que lhe nomeei as Aldeias de donde se haviam de tirar; e a vm. ordenei também o mesmo.

Agora lhe torno a escrever com todo o aperto e espero que nenhuma delles falte a mandar o que puder”.

Uniao e mais união era o Governador Geral não se cansava de encarecer ao seu ilustre correspondente. “Ao Mestre de Campo recommendo o mesmo”. Assim viessem logo notícias, e das melhores, sobre os felizes sucessos da guerra. E assim o permitisse Deus.

CAPÍTULO XXIX

A EXPEDIÇÃO DE MORAIS NAVARRO AO CEARÁ

O COMBATE DE 4 DE AGOSTO DE 1699

MORTICÍNIO DOS PAIACÚS

DISSÍDIO GRAVE ENTRE MORAIS NAVARRO E BERNARDO VIEIRA DE MELLO

A 25 de agosto de 1699 escrevia Manuel Alvares de Moraes Navarro longa e noticiosíssima carta ao Governador Geral.

É certamente um dos documentos mais curiosos do nosso passado colonial e um dos mais notáveis de todo o bandeirantismo. Revelou-o Guilherme Studart como uma das preciosidades de sua magnífica Coleção Studart.

Nem conhecemos relato bandeirante de operações de guerra contra índios que dele se aproxime pela importância dos informes ali reunidos, a variedade e interesse.

Queria o mestre de campo relatar à primeira autoridade do Estado às particularidades da grande vitória alcançada por suas armas sobre os bárbaros, a 4 daquele mesmo mês.

Providencial fôra esta vitória, tão o exórdio do comunicado:

“Aos 4 do presente foi Deus servido concedermos uma tão feliz Victória, que, *totaliter*, se deve attribuir a Sua Divina Onipotência antes que ao limitado do nosso poder: cujo successo relatarei a V. S”.

Partira o chefe bandeirante do seu arraial com 130 infantes e duzentos e tantos tapuias por ele pacificados.

Queixava-se Navarro da perfidia de dous de seus officiaes os capitães Antonio da Rocha e Baltazar Gonçalves “feituas e alliados do capitão mór Bernardo Vieira de Mello”. Haviam procurado incutir aos tapuias que ele, Navarro os levava debaixo de engano para os mandar matar.

Tal a falsidade destes dous indivíduos que até se haviam valido, para o tenebroso fim de sementearem a desconfiança na tropa aliada, de uma circunstância então coincidente.

Mandara ele Navarro um de seus officiaes em missão ao Ceará e os dous intrigantes aproveitaram-se do fato para propagar entre os deconfiados selvícolas que o mensageiro fôra aliciar índios e Tapuias que se poriam de emboscada no Jaguaribe para exterminarem os do Rio Grande do Norte.

Alcançara a intriga os colinados fins: mostraram-se os tapuias aliados muito suspeitosos, acampando longe dos soldados brancos, mantendo sempre severa vigilância.

Tal a sua attitude que o cabo de tropa temera alguma agressão séria. “Estariam a buscar occasião par anos darem”.

Mandara então chamar os seus chefes, pois os dous intrigantes completando a manobra, também o haviam prevenido contra os índios. Tinham sabido, apregoavam, por um tapuia

amigo, que ao primeiro ensejo favorável em que achassem a infantaria branca haveriam de a destroçar.

Falou-lhes Navarro, do modo mais categórico e enérgico: não premeditassem traição alguma que de tudo estava informado e prevenido. Mal lhes poderia sair à traça pérfida.

Relataram-lhes então os tapuias o que fôra a ação dos dous oficiais falsos e depois de longa explicação deram-se por satisfeitos conhecendo que tudo era traição. Prometeram-lhe ser mui leais, e daí em diante o foram.

Chegando ao Jaguaribe teve o comandante à contrariedade de conhecer que o socorro pedido ao Ceará não viria.

Os inimigos estavam informados do seu limitado poder. Assim ele Navarro resolvera agir com a astúcia que a experiência da vida sertaneja lhe inspirava.

Sabia que os índios estavam à sua espera e resolveu engodá-los com promessas.

Pitorescamente tal traça se relata:

“Como estes Bárbaros não fazem danno senão debaicho de tradição para melhor lhes facilitar, mandei dizer-lhes os ia buscar debaixo de toda amizade, e justamente pedir-lhes socorro para dar nas outras nações por ser limitado o meu poder”.

Curiosíssima a narrativa do encontro do mestre de campo com o chefe selvícola. Como Navarro confessasse que se achava realmente fraco animara-se o murubichada e muito, a combatê-lo. Opondo, contudo a dissimulação à insinceridade mandou então oferecer ao chefe branco toda a sua gente como escolta.

Voltou um mensageiro do paulista com a notícia de que ao cacique não acompanhava a sua família, mau indício de intenções.

Assim mandou Navarro dizer ao maioral Genipapoassú, no dizer de Studart, que iria vê-lo com a sua gente.

Saiu com a sua tropa, pela madrugada, do aldeamento da Madre de Deus e chegou ao alojamento contrário entre nove a dez da manhã.

Declarou o cacique que a sua gente queria festejar a vinda do chefe branco; assim desejava bailar à vista dos expedicionários. Para lhe adormecer as suspeitas ordenou o cabo de tropa que os seus tapuias fossem executar primeiro um bailado entre os do Ceará.

Afirma Studart que estes já eram índios de paz e em grande número batisados.

Acabada a dança dos janduins de Navarro vieram os paiaçús ao acampamento bandeirante e foram então vítimas de uma cilada.

Explica o mestre de campo os fatos como decorrentes da mais absoluta defesa.

“Preparei a infantaria em boa ordem, em título de a ver, tocando-lhe caixa dizendo-lhes ser festivo. Tinham elles ordenado estivesse o Principal junto a mim e quando a dança viesse para a minha parte viria o Irmão com escolta abraçar-me e ao tempo do abraço investiriam os da dança com ordem que só a mim me deixassem vivo para ao depois me martyrisarem.

E eu como tinha colligido seu intento e via se não apartava das minhas costas, puz-lhe um dos nossos Tapuyas a diverti-lo ordenando-lhe que ao mesmo tempo parasse a caixa, que era a senha que estava dada a infantaria para dar carga e o pegasse.

Veio o Irmão com a sua vinda diante de todos sem armas, e eu assim que vi que era tempo mandei para a caixa de lhe fazer tiro, do qual cahio morto e ao mesmo tempo o Tapuya a quem tinha entregue o principal quebrou a cabeça”.

Mortos Jenipapoassú e seu irmão ordenou Navarro que cem dos seus infantes brancos carregassem sobre os paiaçús enquanto vinte e cinco ficavam de prevenção contra os tapuias aliados, pois podia ser que estes se aproveitassem da circunstância para agredirem os bandeirantes.

Mas os janduins dominados por aquele ato de tão cruel e-nérgia voltaram-se furiosos contra os paiaçús deles fazendo enorme morticínio.

Justificando o seu ato alegou Navarro que a traição preparada pelos seus adversários era patente tanto assim que lhe haviam morto dous homens e ferido muitos com armas de fogo e flechas, muito bem armados como estavam.

No campo do entrevero ficaram duzentos e cincoenta cadáveres de paiaçús! E soubera-se em Jaguaribe que muitos dos fugitivos feridos haviam percebido longe do local da pugna.

Raros haviam escapado, declarou um destes feridos a certo branco. As suas famílias haviam os paiaçús deixado nas chácaras vizinhas. Durante a peleja fugiram espavoridos de modo que a colheita de prisioneiros fora relativamente pequena.

Explicava o mestre de campo este contratempo empregando as palavras bagagem e carrasco com as acepções antiquadas que persistem até hoje no nosso Nordeste.

“Como tivessem a bagagem metida no carrasco, esta teve tempo de se por em fuga durante a pelleja que quando accudimos a ella já era tarde, e das que se apanharam coube a parte da Infantaria duzentos e trinta e tantas cabeças fóra as com que se ficaram os Tapuyas”.

Regressando da frutuosa expedição e rompendo pelo centro da campanha teve Moraes Navarro ligeiros combates em duas emboscadas armadas pelos tapuias do Apodi. Deram-lhes surtidas de armas de fogo e fugiram. Perseguidos perderam quatro homens havendo vestígios de que muitos deles houvessem ficado feridos. Acosados meteram-se num carrascal terrível onde os soldados brancos não pouderam acompanhá-los.

A volta do Assú foi muito penosa pela esterilidade das terras atravessadas. Viu o mestre de campo os seus cativos na iminência de morrerem à fome ou a sede.

Chegando ao arraial ali supunha poder refazer-se com os mantimentos em depostis mas qual! só achara muita miséria e a justa queixa dos soldados pelo miserável estado em que se achavam, por não serem socorridos quando faziam uma campanha onde só os supria a Onipotência Divina. Apesar de tudo era ótimo o seu moral de fiéis vassalos de Sua Magestade apesar de não terem mantimentos e andarem semi-nús, dilacerada que havia sido a sua roupa nos carrascais cearenses.

Preparava-se nova bandeira e ele cabo de tropa sentia muito não a chefiar mas a sua presença ali era indispensável haver, se conseguia o reabastecimento de seu centro de operações.

Comentando os termos do relatório de Morais Navarro expende Studart:

“A linguagem desta carta, que se inicia por expressões de louvores e agradecimentos a Deus, revela um homem senhor das situações difíceis, fero mais consciente do seu acto, não fugindo às responsabilidades, certo da necessidade e justiça da empreza, que preparou e realizou embora a custa do mais terrível morticínio. Segundo os seus dizeres sua situação era: rivalisar em astúcia com o Jenipapoassú, oppor estratagema a estratagema, traição a traição, matar para não ser morto; dahi a tragédia de 4 de agosto”.

A terrível vida das selvas cheias de insídias pavorosas de todos os instantes forçava a criação de uma mentalidade especial a esses homens de ferro em obediencia à suprema lei do *saius vitac*.

Asperamente fazia Morais Navarro valer ao Governo Geral os seus serviços quando a Corôa o deixava tão falto de elementos, sem recursos materiais e pior do que isto hostilizado continuamente pelos próprios delegados régios.

Assim se gabava de que por meio da astúcia e diplomacia conseguira ver reinar a dissídia na confederação das tribus inimigas. Batera-se pelas armas e obtivera, agora, assinalado triunfo.

Arrogante comentava:

“Que seria se me achasse com mantimentos e soccorro de gente que tenho pedido a Parahyba, Rio Grande e Ceará, como V. S. tem ordenado?”

Era preciso estancar, de uma vez por todas com o abuso resultante do fornecimento de armas de fogo aos tapuias preten-

samente pacificados, quando se sabia que de um momento para outro poderiam levantar-se.

Miserável o estado da tropa paulista pela penúria que sofria “pelo amor e veneração devidos ao Governador Geral do Brasil”.

Escrevera ao governador de Pernambuco e ao Provedor da Fazenda Real. Mandassem-lhe um barco com farinha. Corriam os dias, as semanas e os meses e a penúria de víveres se acentuava cada vez mais.

As reclamações feitas, respondera o capitão mór da Paraíba que na sua capital havia farinha; não faltava de todo “mas esta se não dava em dinheiro”.

Constava a chegada de uma letra de cinco mil cruzados ao Rio Grande do Norte “terra onde se não achava vintém”.

E a tal propósito queixava-se o mestre de campo azedamente do capitão mór norte-rio-grandense.

“Necessariamente quando se pague há de vir o dinheiro de Pernambuco, tudo são negócios e cavilações, pois o Provedor do Rio Grande é um homem inepto e o Almoxarife sócio de Bernardo Vieira de donde manam todas estas ruínas tanto em danno nosso como em prejuízo do Real serviço; estando o Rio Grande do tão perto de Pernambuco, que a maior viagem é de seis dias; pois podera lá chegar o Almoxarife ou avisar-me para que eu mandasse na forma da carta do Provedor”.

E como já houvessem decorrido diversos anos do governo de D. João de Lencastro e se pensasse em sua possível substituição mostrava-se o mestre de campo apreensivo com o que lhe adviria o seu successor.

Outro motivo de aborrecimento e receio, o armamento do terço Lencastre, em companhia, contava muitas armas estragadas e incapazes de concerto.

E por último querendo ainda frisar o alcance de vitória de 4 de agosto noticiava Moraes Navarro que o Padre João da Costa, missionário chegado de Jaguaribe, relatava o que ouvira de escapos do terrível morticínio. Eram “passantes de quatrocentos” os mortos afirmavam os espavoridos paiaçús.

Explicando as atitudes recíprocas de Navarro e Bernardo Vieira de Mello escreve Studart com perfeita exação de conceitos.

“Estes choques e attrictos entre os administradores e os homens à frente das expedições militares são communs nas chronicas brasileiras; o que se dava com Moraes Navarro e Bernardo Viera constitui a espectáculo muito da vista e experiência dos antigos colonos. É a mesma luta de Bernardo Pereira de Berredo com Mestre de Campo da Conquista de Piauhy e Maranhão, Bernardo Carvalho de Aguiar.

No fundo estava o ciúme do mando e o interesse percuniário em jogo. O soldado em campanha era um competidor a mais, um concorrente importuno na partilha do índio; pensava-se, e com acerto, que quanto menos licitantes apparecessem no mercado, mais baixo seria o preço da mercadoria e mais facil a aquisição”.

CAPÍTULO XXX

PROTESTO DOS MISSIONÁRIOS CONTRA MORAIS NAVARRO E SUA TROPA, PERANTE O BISPO DE PERNAMBUCO

AMEAÇA DE EXCOMUNHÃO

RECURSO INTERPOSTO PELO MESTRE DE CAMPO E SEUS OFICIAIS

Ocasionou o morticínio de 4 de agosto os mais vermentes protestos por parte dos evangelizadores do Ceará Grande.

Informado de que se estava passando rapidamente despachou Morais Navarro um de seus oficiais o capitão Bento Nunes de Siqueira a Natal e a levar o seu protesto formal ante o procedimento dos missionários de S. Felipe Nery.

A 19 de outubro redigia-o Siqueira datando-o da Companhia do Assú, como procurador do seu mestre de campo e em nome de toda a mais infantaria do seu terço, além do procurador em causa própria. Estavam no arraial do Assú e fazer guerra dos Bárbaros rebelados do sertão na forma das ordens e do regimento a eles passados por Sua Magestade e quem Deus guardasse”.

Haviam ficado muito surpreendidos com a notícia de que ao capitão-mór do Rio Grande do Norte havia chegado uma pas-

toral do antistite pernambucano. Dom Frei Francisco de Lima, ameaçando a todos de excomunhão. “*Lates sententis*” passada contra “inaudiram partem” latinório estropeando pelos portestantes ou o copista do documento.

Movera-se o Bispo levado de “sinistras informações”.

Queriam os ameaçados a suspensão da sentença até que cabalmente se justificassem perante o prelado “com verdade purificada” por serem os danos e rigor “irremediável e extraordinário.”

“Desde já porém protetam a vossa mercê por todos os danos e ruínas e dezordens que em tal caso podem acontecer e resultar ao serviço de Deus e de Sua Magestade e ao terço e moradores destes sertões para cuja defença determinou e dedicou o dito Senhor este terço”.

Neste caso tornava-se da maior cautela a aplicação da pena cominada, motivo pelo qual apelavam os protestantes para o Arcebispo da Baía.

Foi Bento Nunes de Siqueira ao encontro do padre José de Mattos que se achava num lugar chamado Saco, vizinho do arraial do Assú e Manuel Gonçalves Branco escrivão da Fazenda Real no Rio Grande do Norte declarou solenemente que o padre tomara conhecimento do protesto lido em sua presença.

A pastoral do Bispo de Pernambuco fora expedida a 19 de setembro e a instância de Berenguer de Andrade, tio de Bernardo Vieira de Mello.

Começava o prelado por alegar a grande obrigação que lhe assistia, em virtude de seu ofício de pastor de almas. Devia zelar, e imenso, pelas missões dos índios dos sertões de sua diocese.

se, reduzindo-os ao grêmio de Igreja católica, aldeando-os conservando-os nas aldeias, assistidos de seus missionários, para os encaminhar ao bem e aproveitamento de suas almas na forma da ordem de Sua Magestade.

Vinha depois à acusação feita ao mestre de campo em termos categóricos e os mais severos.

E aliás concordantes com a própria informação de Navarro ao Governador Geral, acerca do número de suas vítimas salvo quanto ao dos prisioneiros.

“Fomos informados por pessoas fidedignas que o Mestre de Campo do terço dos Paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, assitente no Assú, estando em paz com os índios daquelles sertões e ribeira do Jaguaribe a maior parte aldeados e muitos delles baptisados pelo nosso missionário o padre João da Costa, o dito mestre de campo debaixo de paz e amizade os mandou chamar recebendo-os com festas tributando-lhe vassalagem os ditos índios como o seu Senhor depois de os ter juntos mandou tocar armas e os degolou matando mais de quatrocentos e captivando quase outros tantos pondo de em prizão. O que tudo é contra a Lei de Deus e amor que levamos ter aos reduzidos a nossa santa fé cathólica e aos que a querem abraçar, o que nós por algum meio como pastor devemos atalhar e prohibir, e que a estes índios captivos se lhes de Liberdade vista a sua conversão”.

Assim ordenava o prelado ao cabo de tropa, seus capitães e adquirentes dos cativos, e isto sob excomunhão maior, que restituíssem à liberdade os índios e índias e seus filhos, da mis-

são do Padre João da Costa, tanto da aldeia nova como da velha do distrito de Jaguaribe.

E isto dentro de seis dias do prazo das admoestações canônicas. E prevenia-o nos termos mais positivos, e sob as objurgatórias as mais severas, “não satisfazendo dentro do dito tempo o declaramos por público excommungado maldito e maldissoado da maldição de Deu todo poderoso e dos bem aventurados Apóstolos São Pedro e São Paulo e de todos os Santos da Corte do Céu”.

Era Moraes Navarro intimado a cessar quaisquer hostilidades contra os índios pacificados e de tal ficariam notificados todos os vigários coadjutores e clero do Ceará e Rio Grande do Norte devendo publicar a pastoral em suas igrejas.

Terminando o seu decreto empregara Dom Frei Francisco de Lima às velhas fórmulas da Igreja da eradicação do grêmio dos fiéis: “Não satisfazendo o dito Mestre de Campo e seus parciais ao, que o dito é os evitem dos officios divimos prohibindo debaixo da mesma penna a todos os fiéis até humildemente pedirem absolvição, a qual reservamos a nós”.

Ao vigário da vara cearense declararam Bento Nunes de Siqueira e outro official, Pedro Carrilho de Andrade, que em nome de seu procurado, o mestre de campo, agravavam da decisão do diocesano de Pernambuco para o Arcebispo da Baía.

Três documentos principais instruíam o agravo. Provinha o primeiro do Padre Pedro Fernandes, sacerdote do hábito de São Pedro, capelão do terço dos paulistas, cura da Ribeira do Assú como declarou o escrivão Branco.

Referiu o Padre Fernandes uma sua entrevista com o Padre João da Costa missionário “de uma aldeia de tapuias da nação dos payacús, de que era cacique um tal Mathias Pequá”. Estava Fernandes no séqüito de seu mestre de campo a quem acompanhavam os capitães Teodósio da Rocha e Pedro Carrilho.

Solicitara Navarro à opinião do padre Costa e este lhe pedira que não tocasse em seus índios aldeiados. Quanto aos insubmissos “fizesse-os arder”, se os encontrasse entre os inimigos pois eram perigosos e já por vezes o haviam ameaçado e até descomposto. Não conseguira impedir que muitos fossem ter com Jenipapuassú. Só se tornariam bons seriamente castigados. “Assim se os achássemos, dizia pitorescamente, ardesse uma lenha com outra”.

Tópico valioso do depoimento do Padre Fernandes é o que fixa o lugar do destroço de Janipapuassú. Acampava ele à barra do Banabuiú com grande poder de tapuias, portanto à altura do local onde se acha hoje, à margem direita do Jaguaribe, a cidade do Limoeiro.

No dia seguinte interpelado por Teodósio da Rocha, continuou o padre Fernandes:

“Sobre o ser justo ou se lhe faria prejuízo a sua missão respondeu que nenhum escrúpulo tinha e que só sendo (os índios) bem castigados obraria algum fructo nelles”.

Mais ou menos a mesma cousa declarou o capitão Rocha; empregou algumas expressões mais pitorescas. Assim referiu que o Padre Costa lhe declarara: “ardesse à lenha secca com a verde”. Debalde quizera reter os seus catecúmenos e afastá-los das hostes de Jenipapuassú.

“Perguntara-lhe se fazer guerra a todo o gentio que se achasse fora da aldeia lhe seria de prejuízo ou era cousa injusta, presente o padre Pedro Fernandes; me respondeu que era muito bem feito castigá-los isto por lhe dizer que me parecia era o intento de meu cabo fazê-lo e mais me disse que só se podia fazer escrupulo e elle só o fazia de que se executasse o castigo em poucos, e que quanto a estarem entre estes alguns baptisados que elles os não mandara já se metter e que finalmente ardesse o verde e mais o secco”.

As mesmíssimas cousas relatou Pedro Carrilho de Andrada em cujo depoimento nenhuma particularidade interessante se lê.

A estes documentos se acosta certo trecho de uma carta que o próprio missionário João da Costa escrevera ao Mestre de Campo.

É muito confusa mas encerra uma série de conselhos ao cabo da tropa paulista para quem pedia a graça divina sob a forma de muita glória e quietação da conquista que empreendera.

Os tapuias, muito numerosos aliás, estavam “muy tímidos e por tímidos devididos em muytos ranchinhos occupando todos aquellos mattos”.

Era preciso grande cuidado no modo de os reduzir porque se agora estavam desunidos poderiam, de um momento para outro, congregar-se.

“Veja Vossa Senhoria como concede a seus índios a licença ou ordem para lhe dar.”

Conseguiu Manuel Alvares de Moraes Navarro, além de tudo, um depoimento precioso em seu favor, o de três officiais régios de alta categoria, Manuel da Silva Teixeira, Provedor da

Real Fazenda, Manuel Fernandes de Mello, almoxarife e Manuel Gonçalves Branco, escrivão da Fazenda Real. Estes três personagens manifestaram-se do modo veemente.

Tinham vindo ao arraial do Assú fazer pagamento ao terço e queriam declarar a convicção que lhes assistia de quanto fora justa esta guerra a Jenipapuassú e sua gente. Assim afirmavam peremptórios jurando aos Santos Evangelhos: “Todos os que querem contradizer esta verdade sam os que não desejam se restaure esta campanha buscando todos os meios para que o terço de desesperado se recolha, não attendendo (levados de sua má vontade) ao dano e prejuízo que fazem ao serviço de Deus e de Sua Magestade que Elle guarde, e damno das vidas e fazendas aos moradores destes sertões, levantando tantos falsos testemunhos ao terço, sendo que até o dia de hoje não se sabe que tenha feito o mínimo damno e agravo aos moradores destas Capitânicas procedendo o dito mestre de campo com toda a inteireza e justiça e grande zelo do serviço de Sua Magestade e boa disposição para a guerra por cuja causa com tão limitado poder tem conseguido a fortuna que a todos é notório”.

Os únicos queixumes de que tinham notícia eram os de alguns pretendentes das terras conquistadas pelo fato de o mestre de campo afirmar que o Rei as dera aos restauradores da paz nos sertões do Nordeste.

Graças a este caso de excomunhão temos alguns documentos sobremodo relevantes para o esclarecimento das particularidades das campanhas de Navarro.

Asism ele apresentou seis itens ou provas, justificativas de sua conduta. Trazem muita luz para a história do desenvolvimento das operações da campanha.

Assim se comprometeu Morais Navarro a provar a veracidade de numerosa série de incidentes.

Promulgara a paz, em nome do Rei, a todos os índios do Sertão. Sabedores do fato, várias delegações de tribus haviam concorrido ao arraial do Assú entre outras à dos tapuias do Apodi. Extranhara-se a ausência do cacique Jenipapuassú que era da mesma nação naquele momento empenhada em guerra com os Icós. Contra estes marchara uma bandeira do arraial. Ordenara Navarro que os Apodis auxiliassem a gente de Jenipapuassú a quem se intimara a submissão sob pena de ser combatido duramente.

Tal recado lhe levara o cacique principal dos Apodis, batizados sob o nome de Manuel Alvares, naturalmente em homenagem ao cabo dos paulistas. Assustara-se Jenipapuassú e dispuzera-se a acompanhar a bandeira que o visitara. Fizera-o durante dous dias chegando ao arraial. Percebera que os recursos bélicos dos brancos eram limitados e induzira os cativos dos paulistas a fugir certa noite acompanhando-os nesta fuga.

Continuando as suas tramóias verberara Jenipapuassú aos tapuias do Apodi terem-no ludibriado e mentido acerca do valor dos brancos.

Isto lhe valera até a hostilidade dos Icós. Assim agora instigara aos Janduin a que agredissem os do Apodi com quem até aquele tempo viviam em perfeita paz.

Os chefes janduins haviam então procurado a ele, mestre de campo, pedindo que se mantivesse neutro durante a campanha que iam fazer aos vizinhos. Protestara ele, Morais Navarro, contra tal projeto. Tinham os apodis recebido a segurança da paz, recentemente. Fora seu chefe à cidade da Baía não convinha que em sua ausência se destruísse a sua gente. Não era este o trato que os brancos costumavam ajustar.

A esta conferência fizera ele mestre de campo, assistir dous apodis escondidos. Tendo tudo ouvido partiram a avisar os seus do perigo que os ameaçava.

Mostraram-se estes muito alarmados e pediram a assistência dos paulistas por não terem onde se acoutar tanto mais quanto Jenipapuassú os odiava devido a sua amizade com os portugueses.

Assim mandara que o Capitão Joseph de Moraes e o Padre Fernandes por trinta infantes brancos fossem garantir os assustados apodis. Causara esta determinação funda impressão aos janduins que à vista desta inesperada proceção desistiram do ataque aos seus ameaçados.

Continuando as suas intrigas e enredos impedira Jenipapuassú que os Icós fizessem pazes com os portugueses. Acusou os Apodis da guerra que a sua gente lhes movera e conseguira que os seus caciques voltassem do caminho quando já em marcha para se apresentarem a ele mestre de campo.

Assim se malograra tão importante pacificação! Pouco depois ele Morais Navarro, tendo em vista a submissão dos Icós forçava a resituição à liberdade de numerosos cativos desta nação, capturandos numa dada que Fernão Carrinho mandara rea-

lizar. Conseguira que ele restituísse os prisioneiros entre os quais havia muitos batisados. Apesar da pacificação continuavam os tapuias com as suas correrias, “sem Jaguaribe levando-lhe os cavalos e assassinando os brancos quando lhes ousavam resistir aos latrocínios.

Em 1697, atacando Constantino de Oliveira Ledo, a tribu dos Uriús Grandes tivera esta o apóio dos Paiaçús que mataram quatro homens do sertanista e a quem tomaram os arcabuzes. A esta expedição comandava o principal dos cariris.

Era completamente falso que Jenipapuassú fosse aldeiado e tivesse admitido missionário entre os seus. A cinco léguas de sua taba estavam, segundo era corrente, num rancho pequeno, o padre João da Costa e a escolta levada para a sua segurança enquanto acabava um arraial para o seu sobrinho.

O padre andava a batizar índios brancos e bravios com a maior falta de critério “só por amontuar baptisados” sendo elles “brutos e incapacíssimos”.

Um único meio havia para combater tais adversários e este fôra praticado.

Assim o resumia em alguns itens:

“Todo o tapuya não tem outro estratagema de guerra mais que executar suas tiranias e traições, debaixo de paz.

Para se fazer guerra aos Tapuayas se não for debaixo de algum engano não é possível poder os colher pelo que tem de velozes na fugida, levando consigo o sustento.

Jenipapuassú, como consta de toda a empresa, estava esperando ao mestre de campo para lhe mandar dizer que elle ia pedir soc-

corro de gente, por ser a sua muito pouco, por darnos a nação dos Caratizis (sic) e debaixo de enganos os matar a todos o que seria sem dúvida se o mestre de campo se não antecipara em dar nelles”.

Nenhum valor podia ter a denúncia do Padre João da Costa quando declarara a ele próprio mestre de campo “que era Serviço de Deus e de El Rey si o dito fizesse arder o seco, e o verde, e que não tinha mais escrúpulo que em se não matarem muitos!”

A estes itens responderam, a 24 de outubro de 1699 e uniformemente dezenove moradores, fazendeiros do sertão do Assú declarando do modo mas solene, que as alegações do Mestre de Campo representavam a verdade a mais perfeita.

E ainda autenticaram: “certificamos que os prejuízos do serviço de Deus como de El Rey como das nossas vidas e fazendas, sam levados mais o ódio e inveja que tem do bom procedimento do mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro e fortuna que tem tido até o presente sendo o único Cabo dos Paulistas que tem entrado nessa campanha que até o dia de hoje não tem feito damno algum a moradores tanto as suas pessoas como fazendas, obrando em tudo com grande acerto. Passa tudo o referido na verdade e assim o juramento aos Santos Evangelhos”.

Destes signatários nenhum tem nome destacado nos nossos fastos nacionais. Talvez o sejam nos anais do Rio Grande do Norte.

À declaração dos moradores rubricaram auteticando-a o Sargento Mór Manuel de Abreu Frielas os capitães Teodósio da Rocha e Gonçalo de Castro Rocha e o alferes Pascoal Gomes Lima.

CAPÍTULO XXXI

A OFICIALIDADE DE MORAIS NAVARRO

PERIPÉCIAS DA LUTA ENTRE O MESTRE DE CAMPO E BERNARDO VIEIRA DE MELLO

DOCUMENTOS EM ABONO DO CABO DE TROPA

DENÚNCIA CONTRA BERNARDO VIEIRA

A propósito da organização do terço de Matias Cardoso queixava-se Pedro Taques, amargamente, de não haver podido descobrir documentação que lhe permitisse arrolar os nomes dos paulistas que se destacaram nas campanhas contra os tapuias do Nordeste.

Conseguiu Studart suprir, em parte, esta deficiência encontrando, nos arquivos portugueses, os volumosos papéis relativos a Moraes Navarro que incorporou à rica coleção Studart e depois imprimiu.

Nos autos pelos quais o mestre de campo se defendeu das acusações do Bispo de Pernambuco ocorre precioso de rol sua oficialidade sobretudo numa certidão cujos signatários atestam a veracidade dos dezesseis capítulos do provarás de seu comandante.

“Certificamos os capitães e mais officiaes do terço Lencastro, abaixo assignados, ser verdade tudo o que se contém

nestes dezesseis capítulos acima, por assim nos constar de pessoas fidedignas e pelo que o juramos, aos Santos Evangelhos e o juraremos todas as vezes que nos for perguntado.

Campanha do Assú vinte e nove de outubro de mil e seiscentos e noventa e nove annos.

Seguem-se as seguintes assinaturas:

Capitão Salvador de Amorim e Oliveira, Capitão Theodosio da Rocha, Capitão Bento Nunes de Siqueira, o Capitão Francisco de Lemos Matoso, Capitão Joseph de Moraes Navarro, Ajudante Francisco Fajardo de Barros, Ajudante Manuel Nunes de Azevedo, Alferes Antonio Simões Moreira, Alferes Pascoal Gomes de Lima, Ajudante Marcelino Leitão de Oliveira, Alferes Salvador de Sequeira Roldom, Alferes Manuel Pedroso de Moraes, Alferes Diogo Barbosa Bego, Alferes João da Costa Marinho, Sargento Marcos de Oliveira, Sargento do número Francisco Antunes Meira, Sargento do número Antonio de Mendonça, Sargento do número Antonio Pinheiro, Sargento do número Cabral de Vasconcellos, Sargento do numero Francisco Tavares Guerreiro, Sargento do número Manoel Luiz Correia, Sargento Bento Vieira Barros, Sargento Salvador Dias, Sargento Martinho Vaz de Barros, Sargento Manoel do Prado”.

Às demonstrações de seus officiaes rubricou o mestre de campo em testemunho de sua solidariedade.

Dentre eles surgem apelidos iniludivelmente do S. Paulo, Joseph de Moraes Navarro era irmão de Manuel Alvares, affiança-o Studart. Francisco Fajardo de Barros, Bento Nunes de Siqueira, Marelinho Leitão de Oliveira, Manuel Pedroso de Moraes.

Diogo Barbosa Rego, Martinho Vaz de Barros, Manuel do Prado são nomes positivamente de paulistas, outros tantos a se incorporar ao catálogo geral dos bandeirantes.

Diogo Barbosa Rego fôra juiz ordinário em S. Paulo em 1683 e oficiara à Corôa a propósito das deixas de D. Rodrigo Castel Blanco no cofre da câmara.

Comenta Studart:

“No entretanto o processo proseguia em seu curso e o Vigário João de Mattos abria larga devassa e ouvia na Igreja da Madre de Deus grande número de testemunhas”.

Diz-se que a devassa foi concluída em Natal nos próprios aposentos de Bernardo Vieira, o que a inquina de parcial e inaceitável.

Apezar dos embaraços opostos, a Pastoral foi fixada à porta da Igreja do arraial do Assú pelo próprio capelão da expedição e Licenciado Padre Pedro Fernandes.

Além desse havia no arraial os Padres Felipe Bourel e João Guinzel, Jesuítas alemães, ali chegados da Baía, a 12 de outubro e destinados a catequese e aldeamento dos Paicús. Sujeitos de conhecida virtude e letras, deles dizia D. João de Lencastro, a El Rei, em carta de 7 de janeiro de 1700.

Não duvidaram os dous jesuítas em autenticar a declaração dos moradores como o fizeram no próprio arraial do Assú, a 29 de outubro de 1699.

Neste mesmo dia escrevia o Padre Guinzel longa carta ao Governador Geral.

Depois de agradecer a honra da comissão, que este lhe confiara contava que a viagem da Baía ao arraial do Assú lhe correria cheia de perigos e notáveis trabalhos; tanto por mar como por terra.

Afinal atingira o acampamento de Navarro a 12 de outubro. E havia tido notável impressão do seu aspeto.

“Fomos recebidos do Mestre de Campo com aquelle amor, que só podíamos merecer com o título de sermos Capellães e hulmides devotos de V. S. A primeira cousa com que aqui deparei, e que me fez pasmar, foi ver a grande paciência e constância com que o Mestre de campo com todo o seu Terço de Lencastro, tinha tolerado a falta de todo o necessário, a qual chegou a tal excesso que já havia mezes não tinha apparecido nem um só grão de farinha em todo este Arraial.

E se bem a falta della, e dos mais mantimentos podera ter sido occasião de que os soldados por meios ilícitos buscassem o remédio della, sem reparar em que com isso renovariam algumas queixas antigas nos moradores, com todo o bom governo de Mestre de Campo atalhou isso, e effectuou que até agora se houvessem de tal sorte, que nem ainda os mais malevoços tenham razão de queixa neste ponto”.

Mais eloquetes elogios se não poderia fazer a disciplina e ao espírito de sacrificio daquela maltratada tropa.

A falta de farinha estorvara a viagem dos missionários que Dom João de Lencastro enviara a catequesar os Paicús. Explicava o Padre Guinzel queestavam aqueles índios notavelmente diminuídos mas ainda seriam bastantes. Reduzido o seu número, porém, mais profundos seriam os frutos da catequese.

Mostrava-se o missionário inteiramente convencido da justiça da dura necessidade que levava Navarro a fazer o que fizera.

“Eu confesso que quando tive novas do estrago que se tem feito nesta gente fiquei notavelmente desconsolado; porém como depois ouvi as razões que tinham obrigado ao mestre de campo a dar-lhe guerra não tive outro remédio de que conformar-me com a vontade de Deus; pois elle foi servido permitir que elles mesmo dessem causa desta sua ruína. Quaes fossem às ditas razões, não repito eu, por não ser comprido, especialmente, quando sei que o faz o Mestre de Campo. Só, digo, que ouvidas ellas, não poderia V.S. deixar aprovar a dita guerra como justa, por mais que a culpem como injusta os que talvez não estão informados das ditas razões”.

Instantemente pedia o jesuíta que o Governo Geral mantivesse Navarro e os seus paulistas no acampamento de Assú sob pena de se comprometer o futuro não só da Catequese com até do povoamento da região pelos brancos.

“Certo é que sem terço não se pode conservar um Gentio tão numeroso naquella sujeição que se requer para se poder fazer nelle o fructo desejado. Quanto mais que da conservação desse Terço depende todo o proveito temporal, socego desta Capitania que é o que tantos annos procura Sua Magestade e com que dará por bem empregado todo o gasto que se fizer”.

A 17 de dezembro desse ano de 1699 era o sargento mór da Capitania de Pernambuco Pedro Lelou quem de Olinda tomava a defesa ardente de Moraes Navarro e dos paulistas. Deste personagem convém que saibamos pormenores pois foi realmente uma figura notável do seiscentismo brasileiro.

Moviam-no declarava a lealdade do soldado, o amor e o zelo do real serviço o desejo da conservação das conquistas portuguesas para o aumento da Santa Fé Católica e maior glória de Deus.

E defendia a conservação daquela obra de que também fôra colaborador e tanto trabalho lhe causara.

Tremenda carga fez a Bernardo Vieira de Mello, a seu ver tipo sórdido de invejoso que para satisfazer os baixos sentimentos, não trepidara em arriscar tamanho desserviço à Real corôa portuguesa.

Odeiaava a Navarro porque o Governo Geral o nomeara quando ele pretendia o comando atribuído ao mestre de campo paulista.

Com a maior malícia e perfídia procurara reconciliar os Janduins e Paiaçús, golpe que ele Lelou durante o seu governo rebatera a custa de bastante trabalho e despesas da própria fazenda. Aconselhara a estes tapuias que se oferecesse a Navarro para, como seus aliados baterem os Icós. Uma vez em campanha procurassem degolar os paulistas pois se assim não fizessem, os de S. Paulo os exterminariam e reduziriam ao cativeiro para lhe tomar as terras. Mortos os paulistas cessaria à guerra por completo.

Chegara à falsidade de Bernardo Vieira ao ponto de fornecer dez ou doze armas de fogo aos janduins, além de farta munição!

Com sinistras intenções haviam os janduins acompanhado a Navarro e ao seu terço, ao sertão do Ceará.

O que Navarro fizera tinha sido apenas antecipar o assalto premeditado dos paiaçús atacando-os antecipadamente, ao mesmo tempo em que os lograva e continha em respeito os janduis aturdidos pela violência e a inteligência do golpe. Assim se livrara o paulista de tão grande traição.

Assim se descobrira a “tragédia” de Bernardo Vieira que, vendo-se desmarado, escrevera numerosas cartas e avisos, largamente espalhados, com ele, denunciante, lera, afirmando horrores dos paulistas e do seu chefe.

Destarte conseguira atestados e justificações de gente de sua facção e os mandara a seu tio Francisco Berenguer de Andrade, residente em Pernambuco, para que ao Governador da Capitania fizesse cerrada carga contra Navarro.

Deste Berenguer contava Lelou horrores. “Mau homem o diabólico em fazer manifestos falsos, sem temor de Deus, homem que trazia sessenta e duas demandas empatando-as todas sem pagar nem restituir o alheio. Verdadeiro perturbador da República, nella semeava mil sizanias “irmão que parecia de um letrado certo David de Albuquerque, judaisante, natural de Covilhã e descendente daqueles que seguiam os execrandos ritos da Lei Velha. Real mercê de Deus fôra tirar semelhantes sujeitos da praça para a tranquilidade dos povos”.

Consequira Berenguer que o Bispo excomungasse o Mestre de Campo o que o levava a ele, Lelou a protestar representando que o castigo dos crimes militares cabiam aos Príncipes e Generais e não aos prelados.

Era a guerra cousa tão cheia de imprevistos, e de casos impensados! Tornava-se indispensável que os cabos de tropa em campanha fossem ardilosos e soubessem defender-se com segurança e vencimento pois a obrigação primordial dos generais era a obtenção da vitória.

E desculpando o seu defendido com uma série de argumentos histórico-psicológicos fazia o nosso Lelou larga e pitoresca dissertação recheiada de períodos eruditos como anota Studart.

“Logo se por mattar o inimigo Bárbaro, e Gentio, e alguns baptisados, que se foram metter com elle, com o mesmo desígnio de degolar o Paulista é crime e pena de excomunhão devem de estar todos príncipes e cabos da Europa excomungados, onde actualmente se degolam uns aos outros, sendo baptisados; e como dizem, que a terra é sua, e não podemos tomá-la, como tomou El Rei de Castella a Portugal, que possuio tantos annos e o Reino de Nápoles, Sicilia, Milão, em Hespanha, Calença, Aragão e Navarra, e outras mais dominações que tinham legítimos herdeiros; e sua Santidade o Ducado de Urbino, sendo Príncipes Catholicos, parece me que mais aceito será a Deus extinguir esta vil canalha, e povoar as terras com creaturas que louvam e levantam templos para nelles sacrificar os Sacrifícios e holocaustos que lhe devemos”.

Abonava-se agora o sargento mór com uma série de exemplos da história americana.

“E vejam como Cristovam Colombo e o da fama Fernão Cortez obraram no de seu descobrimento desta América; e o formoso Império novo que tem El Rei de Castella adquirido com as Armas, sem embargo haverem tido suas controvérsias sobre a matança do Gentio, no anno de 1492 reinado El Rei D. Fernando, e hoje está com cidades imperiaes, como México, e Cuzco, com tanta grandeza, e magnificência e poder, que pode competir

as mais formosas da Hespanha e de França tanto por sua fortificação como se considera inexpugnável e abundância de povos.”

Além de tudo, excomungar o mestre de campo e seus paulistas era desobedecer a sua Magestade que, com tanto trabalho e despesas, os havia posto em campanha.

E afinal concluía:

“É intimidar os ânimos dos soldados, e animar o Gentio, que poderá facilmente tornar a unir-se com novo discurso, e intentar qualquer facção contra nós, em uma campanha aberta e tão dilatada como muitas vezes temos experimentado de sua inconstância e rebeliões”.

Prosseguindo na narrativa das irregularidades de Bernardo Vieira de Mello lembrava o sargento mór do abuso com que fizera seu filho, menino adolescente juiz ordinário da cidade de Natal; e para ele obtivera uma patente de alferes:

Useiro e veseiro em insultar os desafetos mostrava-se arrogantíssimo nas suas demonstrações de “poderoso na iniquidade”.

Era preciso que o Governador Geral soubesse que tão mau homem, além de tudo, era contrabandista de pau Brasil comerciando ainda, até, com estrangeiros!

Tivera como sócio um tal Afonso de Albuquerque. Haviam ambos auxiliado um capitão de navio estrangeiro a carregar forte partida de pau Brasil, mas como muito mau êxito pois este comandante vira o seu barco aprisionado pela Nau Almirante da frota real. Era tudo isto público e notório no Rio Grande do Norte.

Quase nos menos dias escrevia Joseph Barbosa Leal a Dom João de Lencastro em defesa de Moraes Navarro. Data a sua carta de Pernambuco e de 20 de dezembro de 1699.

Carga cerrada também fazia a Bernardo Vieira de Mello à sua “cavilação e despotismo” como ainda ultimamente obrava com o capitão Gonçalo da Costa, um dos principais moradores da capitania, e no entanto posto a ferros, no calabouço da Fortaleza do Reis Magos.

Resolvera ele, Barbosa Leal, fazer uma representação em favor da conservação dos terços dos paulistas na campanha do Assú e como, para tanto, angariasse assinaturas vira-se forçado a fugir para Pernambuco que se assim não procedesse Bernardo Vieira o exterminaria.

“Mui acérrimo capital inimigo deste terço e do seu Mestre de Campo, solicita por todas as vias escurecer as suas ações, a arguilas em calumnias cavilando-lhes fantásticas faltas no procedimento, não só por si mais pelos seus parentes e parciaes para que fazendo-se públicas por estes sejam ao depois acreditades os taes serviços por verdadeiros”.

A fim de alcançar, do Bispo de Pernambuco, a excomunhão do paulista inventara Bernardo as mesmas inverdades. Assim afirmava que Navarro agredira Jenipapuassú o chefe dos paiaços quando estes índios estavam em perfeita paz e até podiam missionários para se reduzir a Fé Católica! Não havia mais descarada mentira! Quem pedira missionários haviara sido às tribus da margem da lagôa do Apodi entre os rios Assú e Jaguaribe.

A gente de Jenipapassú vivia no alto sertão nem tinha nada de comum com o rancho do cacique Matías Paca a quem instruía o padre João da Costa.

Valia-se Bernardo Vieira da homonímia dentre uns e outros pois ambas estas tribus eram chamadas paiaçús.

Tal a sua cavilação que afirmara, solenemente, “estavam todos os payacús pacificados quando só os de Apody e de Jaguaribe assim viviam”.

O que o capitão mór norte-rio-grandense pretendia e almejava ardentemente, avançava Barbosa Leal peremptório, era pôr-se os índios todos contra o Mestre de Campo e o impossibilitarem de continuar com as valorosas empresas com que começara esta conquista ou que desgostoso destas contrariedades que experimentava nesta campanha se retirasse.

“Com a sua ausência tornaremos a sentir, novamente, as crueldades com que estes Tapuyas nos molestavam tirando não só as fazendas, mas as vidas, e assim permitia V. S. como Príncipe que é tão amante do serviço de Sua Magestade que Deus nos guarde, remediar tanto dano, quanto o que nos ameaça com as embrulhadas deste Capitão Mór do Rio Grande na consideração de que o dito Senhor procura o socego destes seus vassallos e a livrá-los das opressões que padecem, sem reparar na grande despesa que nisso se faz de sua real fazenda”.

Chegado a Pernambuco movimentou-se e muito o adversário de Bernardo Vieira. Encontrara à testa do Governo de capitania o primo do Governador Geral, D. Fernando Martins Mascarenhas de

Lencastro príncipe a quem adornava o real sangue de Lencastro e Mascarenhas e futuro governador do Rio de Janeiro.

Pediu-lhe garantias contra o capitão mór e obteve-as plenas, para si e os seus familiares, proibindo-se a Bernardo qual quer diligência contra o seu denunciador e a sua gente. Recitava Barbosa Leal a fúria dos beleguins por meio de quem o seu inimigo “executava as suas potencialidades”, pitorescamente alegava.

E não contente com esta carta de segurança ainda o nomeou superintendente de todas as fortificações das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com esta consagração escrevia o partidário dos paulistas:

“Não só me honra, mas segura-me das cavilosas tramoias que póde arma-me este mau homem para que viva com socego e livre das suas pontecialidades e possa, com mais desafogo, dar notícias a V. S. do que se obra nestas partes aonde não hei de faltar ao que V. S. me encommenda e sempre servi-o com as promptidões de creado mui obrigado”.

Do palácio do Governador foi Barbosa Leal ao do Bispo e com ele conversou largamente sobre os fatos do Rio Grande do Norte.

De tal entrevista nos veio muito interessante senão mesmo precioso depoimento. Mostrou-lhe o prelado a carta que acabava de receber de Bernardo Vieira, queixando-se imenso do Mestre de Campo paulista.

Ardorosamente retrucou-lhe pondo a questão em seu verdadeiro pé. De modo provinha toda esta guerra a Moraes Navarro? Do fato de não poder Bernardo Vieira comandá-lo pois o

mestre de campo se não sujeitava às suas ordens absurdas nem seguia os seus ditames ineptos que a serem tomadas em consideração “não chegaria a obrar cousa bôa”.

Ao terminar a sua terrível carga o capitão mór do Rio Grande de Norte alegava ainda que a sua interferência, nas operações de guerra, contra os tapuias, fora a mais desastrada senão nefasta.

Queria repetir as façanhas dos capitães móres, seus antecessores, cuja mesquinhês autoritária tantos entraves tinham causado à atuação dos outros mestres de campo paulista Domingos Jorge Velho e Matías Cardoso.

“Estes por se virem sujeitos às disposições dos Capitães Maiores do Rio Grande do Norte não obraram acção alguma que possa ser louvada naquella campanha, antes se retiraram desaboados e sem fazerem effeito algum”.

Havia evidente exageração do irritado Barbosa Leal que se esquecera das recomendações do provérbio; tudo quanto é exagerado se enfraquece”.

Pelo seguimento da documentação, em nossas páginas apresentadas, evidencia-se, do modo mais patente, quanto à atuação de Domingos Jorge e de Matías Cardoso preparara os triunfos atuais de Moraes Navarro, como fossem as sangretas refregas do primeiro das cabeceiras do rio das Piranhas e do segundo as margens do Jaguaribe.

Não convinha porém a Barbosa Leal recordá-lo no seu afan em derrubar do poder o capitão mór norte-rio-grandense.

CAPÍTULO XXXII

CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES SOBRE A LUTA ENTRE BERNARDO VIEIRA E OS PAULISTAS

DENÚNCIA CONTRA MORAIS NAVARRO

SUA DEFESA PELO GOVERNADOR GERAL

RELATÓRIO DO MESTRE DE CAMPO AO REI

A seu primo, o novo Governador de Pernambuco, escrevia muito longamente o Governador Geral do Brasil, a 11 de novembro de 1699, antes portanto de lhe haverem chegado as denúncias contra Bernardo Vieira de Mello.

Já porém tivera em mão a do Padre João da Costa contra Moraes Navarro e os seus comandados.

Mal impressionado se mostrava Dom João de Lencastro com a atitude do missionário. Segundo estava informado ele tinha à ilharga certos sobrinho pobres que à sombra as missões abriam currais (fazendas de criação). “Só sei que os que vêm a reduzir almas não devem estabelecer currais, ainda que seja com o pretexto de terem sobrinho pobres, por não ficar suspeito o zelo, com que dizem vão aos sertões, a servir a Deus, e a Sua

Magestade, quando não os que se servem do mesmo zelo para introdução, das suas conveniências, e aumentos”.

Os termos da carta régia de 10 de março de 1695 eram peremptórios. Sua Magestade determinara a criação do Terço de Lencastro dos paulistas, concedendo a estes todos às terras que conquistassem ao gentio e o mesmo gentio que aprisionassem quando o Governador Geral os incumbisse de tal campanha.

Ora fora esta penosíssima. Dela se haviam incumbido os mais prestigiosos cabos de guerra do Brasil, e seus mais afamados sertanistas havendo alguns, em certa ocasião, o mandado mais de setecentos homens brancos.

E quais os resultados? pouquíssimos! Enormes despesas da fazenda real, penosos sacrifícios dos povos e dos expedicionários, quasi sem compensação! O caso da Baía ali estava patente, os quarenta anos de continuo assalto dos tapuias, às vezes apenas a onze léguas da cidade d'O Salvador!

Tudo se remediara graças ao emprego dos paulistas, de uma vez para sempre. Em poucos anos frisava Dom João de Lencastro, a gente de S. Paulo única eficiente na guerra ao gentio havia deixado a capitania livre de quantas nações bárbaras a oprimiam, extinguindo-as, de maneira que, de então, até aquela data, se não sabia houvesse nos sertões conquistados gentio algum que os habitasse!

Fora isso que o levara a crear o Terço de Lencastre, e dar-lhe o regimento que Moraes Navarro cumpria.

Não admitia que outra autoridade se intromettesse a governar uma tropa que ele Governador Geral organizara. O crime de Navarro residia exclusivamente em suas vitórias:

Agastado, lembrava D. João, a seu primo, em nome da solidariedade da família, que favorecesse o mais possível o mestre de campo que tão assinalados serviços prestara e prestava à corôa portuguesa.

Assim sentia que tanto se houvesse retardado em lhe mandar o dinheiro pedido desde meses.

“V. S. facilite este negócio de maneira que possam aqueles miseráveis ser promptamente soccorridos porque do contrário se seguirá despovoar-se aquella campanha, e ficarem os moradores das capitánias circunvizinhas expostos às invasões dos Bárbaros, que hoje considero mais inimigos pela vizinhança e opposição que lhes faz este regimento”.

Não ouvisse S.S. lamúrias de indivíduos interessados nas terras do Assú. Chegara à Baía o capitão Joseph de Moraes, provavelmente irmão do mestre de campo, a queixar-se de que a Junta de Missões declarara livres os índios recém-aprisionados; isto mediante simples denúncia do padre João da Costa. Mas então assim se cumpriam às leis de Sua Magestade? que declaravam escravos todos os índios que guerreassem portugueses?

“Bem sabe V. S. que nenhuma Junta, ou Tribunal por supremo que seja, pode derrogar uma Lei viva porque isso se toca a (alçada) della como neste caso que me parece, deve V. S. mandar ver na mesma junta com mais ponderação esta matéria,

pois é de tantas consequências, e poderem resultar algumas mui danosas em desserviço de Sua Magestade”.

Mostrava-se o Governador Geral perfeitamente informado das acusações graves feitas a Bernardo Vieira de Mello, o caso escandaloso do filho menino e juiz ordinário de Natal, subrepticiamente nomeado alferes da fortaleza dos Reis Magos por meio do dolo das informações ao governo central.

E, logo depois ocorria um tópico muito ameaçador.

“E se eu tivera por certo, ter elle obrado, o que a da mesma capitania me avisaram pessoas fidedignas e desinteressadas, sobre dar armas, e avisos ao gentio, para que destruíssem o dito Terço, já o havia de ter mandado buscar preso com ferros, para nelles o remetter à Corte a dar conta a Sua Magestade de semelhante dilicto.

E só espero que chegue a Frota de Lisboa para saber a resolução que hei de tomar sobre os mesmos procedimentos do dito capitão mór: e se não fôra por cançar a V. S. com tanta leitura lhe dissera o mal com que este sujeito tem procedido, sobretudo o que toca a essa guerra dos Bárbaros, e vira V. S. quão falsas são as informações que a seu favor lhe deram”.

A 7 de janeiro de 1700 escrevia, D. João de Lencastre ao seu soberano justificando o procedimento do seu atacado mestre de campo.

Confirmava o triunfo das armas deste, já noticiado em carta de 21 de julho de 1699. Como Navarro lhe houvesse pedido missionários recorrera aos jesuítas, e obtivera do Provincial da companhia dous padres, João Guinzel e Philipe Bourel, ambos alemães e “sujeitos de conhecida virtude e letras”.

Queria deixar bem patente a Sua Magestade, quando Moraes Navarro agira em legítima defesa, matando a Janypabassú (sic!) e sua gente por se antecipar a uma traição preparadíssima.

Não havia prova mais evidente do fato de que o aviso dado ao cabo dos paulistas pelo próprio missionário.

“Diante do Capellão, os dous Capitães do mesmo Terço o dito Missionário respondeu que ardesse a lenha secca, e a mais verde, se lá (entre os payacús) estivessem alguns da sua Missão, acabassem com os outros, pois elle não os mandara lá ir”.

Tudo isso constava das certidões enviadas ao estudo do Rei. Se o próprio Padre João da Costa, agora denunciador do Chefe paulista escrevera ao capitão do terço de Lencastro, João da Rocha que não só aprovava a guerra como aplaudia o extermínio daquelle gentio, único meio de se o reduzir!

O agravo interposto por Navarro ao Arcebispo da Baía seguia o seu caminho. Pelas cartas dos dous jesuítas alemães se verificava a justificativa plena da resolução do Mestre de Campo.

Pedia o fidalgo à atenção real para o depoimento de Joseph Barbosa Leal, “sujeito de toda a supposição”.

Dele fazia alto conceito; conhecera-o quando governava Angola onde servia ao seu Rei “com grande satisfação”.

As suas palavras corroboravam as de Lelou. Terminando fazia D. João de Lencastro grande carga a Bernardo Vieira de Mello.

“Posso segurar a V. Magestade que as pessoas que vem daquellas capitánias a esta praça, condemnam todas o excesso com que os moradores de Pernambuco e do Rio Grande se uniram, para procurar a ruína deste Terço, sendo o principal autor de tudo quan-

to se obra, e tem obrado o Capitão mór Bernardo Viera de Mello, sem elle, e os mais terem outro motivo, que o de V. Magestade haver concedido aos Paulistas as terras que elles conquistassem, aos Bárbaros daquella Capitancia, vendo a felicidade com que estes em tão pouco tempo, tem feito tanto estrago nos Bárbaros que lhe resistem ou se rebellam tendo aquella conquista em tal estado, que em poucos annos ficaram os moradores da Capitania do Rio Grande logrando a paz, e socego que Vossa Magestade lhe procurou tanto a custa de sua Real Fazenda”.

Abria-se nova e auspiciosíssima era para a catequese. Já nos sertões do Assú estava aldeiados mais de mil índios. Logo que chegasse a Provincial da Companhia de Jesus ele, Governador Geral lhe pediria mais missionários para doutrinar os bárbaros que o Mestre de Campo e os seus paulistas fossem reduzindo a viver sob as armas de Sua Magestade.

“O que entendo que serão infinitos”, concluía o grande fidalgo.

Na mesma ocasião escreveu ao seu admirado cabo de tropa. Aplaudia-o calorosamente pelo bem que obrara e o zelo pelo qual servia Sua Magestade. Tudo isto seria levado a real presença do Sr. Dom Pedro II.

Agradecia-lhe o excelente acolhimento feito aos dous jesuítas, homens teólogos e doutos. Pedia depois urgente e exatíssima informações sobre os indivíduos que vendiam armas aos sanduerys (sic) e outro gentio.

Era preciso castigar exemplarmente os autores da criminosa manobra.

Ao mesmo tempo convinha que viesse uma relação dos atos de hostilidade e desobediência praticados por Bernardo Vieira de Mello, sobretudo a averiguação do que se afirmava: andar ele aliciando os índios cariris aprisionados que fugiam do Arraial do Assú.

Não era porém exata a acusação de que Bernardo Vieira violava a correspondência oficial. As cartas remetidas pelo comando dos paulistas haviam chegado intactas à Baía.

Dos dous capitães Manuel de Siqueira Rondon e Manuel da Mata de quem haviam suspeitos houvessem desertado seria necessário ter notícia exata do paradeiro.

Conviria não aceitar como verídicas as informações de qualquer fonte. Tocava-se depois no mais delicado assunto de todo este caso.

“Os índios Baptisados, e prisioneiros nessa guerra, se entreguem por ora ao Padre João da Costa, até resolução de Sua Magestade. Aos soldados a quem estavam repartidos acomodará Vm. da minha parte com o seu bom termo, que Deus lhes dará avantajados lucros em outras occasiões e seguarando-lhe que eu os hei de favorecer em tudo aquilo que puder”.

Ao Bispo de Pernambuco se escrevera pedindo o levantamento da excomunhão. Parece que dela já desistira pois não quereria, como bom vassalo, encontrar as ordens de Sua Magestade.

Ao Governador pernambucano se recomendara remetesse e com a maior rapidez possível, o armeiro e o cirurgião desejador.

Iam as patentes pedidas para o preenchimento dos postos vagos e o Governador a tal propósito mostrava-se muito satisfei-

to. E elogiava a escolha do irmão do Mestre de Campo para o de sargento mór do seu terço.

“Espero delle imitte a Vm. em todas as acções, para se fazer merecedor de maiores acrescimentos”.

Nestes documentos que analisamos denuncia-se a presença na tropa de Navarro, de mais um paulista de certo relevo em sua república piratiningana Joseph Porrate Penedo, feito capitão do terço.

Depois de se referir a uma questão de preços de apetrechamento concluía Dom João de Lencastro a longuíssima carta por meio de recomendações de cordura.

“Recomendo a Vm. muito o bom tratamento e amor para com os soldados e seus cabos, que há de ser todo emprego de Vmcê. porque é o que faz luzir e conservar com respeito e fidelidade aos que governam”.

Sentindo-se rudemente atacado dirigiu-se Manuel Alvares de Moraes Navarro directamente ao seu soberano.

Escrevia com facilidade o grande bandeirante cuja correspondência parece demonstrar haja tido maior cultura do que seus ilustres contemporâneos.

Quatro cartas escreveu em 1700 redigindo como que um memorial de sua questão.

Narrou o castigo que dera aos tapuias do rancho do Jenipabusú da nação Paiacú e os motivos que tivera para as sim proceder.

Queria agora denunciar os maus vassallos que não attendiam aos interesses do real serviço e apenas aos próprios. Viviam caluniando-lhe as acções e o procedimento dos seus soldados pera que estes desgostosos se retirassem, deixando inoperante o

terço dos paulistas do Rio Grande do Norte que de tão longe havia vindo para servir ao seu Rei, em tão áspera conquista.

Era isto, o que estes indivíduos desejavam ardentemente: aproveitar os resultados dos sacrifícios do regimento paulista! Só assim comodamente poderiam entabolar suas conveniências, usurpando terras que por nenhum título lhes pertenciam “executando”, como poderosos, nestas partes, outras potencialidades que os pobres vassallos de V. Magestade nelas vivendo toleravam pellos não irritar em maior prejuízo seu”.

Passando a acusar o Padre João da Costa “a quem não assistia o zelo de Deus e sim apenas a conveniência pessoal” contava graves cousas do missionário. Incitara ao extermínio dos Paiaçú e depois da chacina destes quizera que ele cabo de tropa lhe dessa vários dos seus cativos sob o pretexto de que eram batisados. Isto tendo em vista afazendar largamente o sobrinho.

Como lhe fizesse formal recusa coligara-se ao vigário do Ceará, João de Matos, e a Bernardo de Mello.

Tendo seguindo um lote de escravos da campanha a serem vendidos em Pernambuco fizera o bispo apreendê-los. E no entanto pertenciam como justa preza a oficiais do terço de Lencastre que viviam andrajosos porque a fazenda real não lhes pagava os soldos!

Indignara-se o prelado porque ele, Mestre de Campo, pedira missionários ao Governo Geral e não a ele. Não o fizera porque S. Ilma. ordenava, a torto e direito, clérigos ignorantes e impróprios para as missões.

Daí viera à intimação a que os paulista entregassem todos os seus cativos e a promulgação da carta excomunicatória, no Ceará.

O ódio dos clérigos, seus inimigos, era tal que haviam arrolado como testemunhas homens miseráveis. Recusavam qualquer depoimento por pouco que fosse simpático ao adversário e ameaçavam aos depoentes de os excomungarem se não atacassem o seu inimigo.

Concluira-se o inquérito na própria casa de Bernardo Vieira de Mello que hospedava o Vigário do Ceará. Dez ou doze testemunhas de antemão preparadas haviam deposto sendo escreviam da devassa um pedreiro certo Baltazar Antunes, “homem maligno e revoltoso” que cumpria pena de degreda no Ceará, bandido de Portugal por crime de rapto, em Guimarães.

Tal a valia de tais documentos que certo sacerdote, depois de haver feito carga contra ele, chefe paulista, caíra em si e, cheio de remosos, se oferecera ao próprio acusado para se desdizer. E mais ainda! pedira-lhe perdão do que lhe passara certidão!

O Governador Geral de tudo estava informado. E como, na Baía, à Junta reconhecesse a legitimidade da preza ordenara Dom João de Lencastro fossem restituídos os índios apreendidos, em Pernambuco, aos paulistas.

Assim concluía Morais Navarro a longa primeira missiva, “quando chegou à ordem, já era a maior parte (dos cativos) fugida e os que ficaram no arraial fizeram o mesmo, ficando estes pobres sem o lucro que, a custa de seu sangue, tinham grangeado, pois por causa da excomunhão os não poderem vender, e menos sustentar e pelas esterilidades da campanha não dar lugar a se remediarem a si, quanto mais aos tapuyas, com tanta demora”.

Assim, redundara a apreensão em maior somma de sacrificios e durezas impostas aos pobres índios arrancados aos seus ranchos do sertão cearense.

Passando a outra ordem de considerações, lembrava Moraes Navarro, ao Rei, em sua segunda representação, a aspereza de suas campanhas, os perigos de naufrágio, a epidemia de beixigas, a morte de muitos oficiais e soldados do seu terço, a má vontade das autoridades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará em lhe darem o auxílio ordenado pelo Governador Geral, a protelação dos pagamentos retidos dez meses em Pernambuco pelos seus inimigos e adversários, a falta de viveres, e impossibilidades de se abastecer a tropa naquelas terras estéreis.

Havia o regimento paulista imenso sofrido. Perdera ele, mestre de campo, o próprio irmão, Fr. Antonio de Jesus, franciscano, único capelão do terço, a este incorporado por ser grande língua dos índios, e conventual de Santo Antonio do Rio de Janeiro.

Pedira ao Bispo de Pernambuco outro capelão e ele não se movera.

Se os índios de Jenipapuassú, e outros, ainda, se haviam preparado para o atacar é que estavam perfeitamente informados do opposição das autoridades do Nordeste aos paulistas. Isto quando diversos chefes tapuias já submetidos haviam despachado mensageiros à Baía para pedirem missionários.

Num golpe de audácia marchara com 130 homens brancos e 200 tapuias de duvidosa fidelidade. Não quizera deixar a sua base desguarnecida, receioso do assalto dos janduins. Vendo o

chefe branco tão fracamente acompanhado atrevera-se o cacique paiaçú a vir ao seu encontro.

Repetiu Moraes Navarro, com os mesmos pormenores, tudo quanto narrara ao Governador Geral: o que ocorrera no encontro dos brancos e índios, as razões pelas quais agira perfidamente, nada mais tendo feito do que se antecipar ao bárbaro. Matara-lhe perto de 400 homens e tomara-lhe mais de 250 prisioneiros em troca da perda de dous homens, mortos, mas de muitos feridos de sua tropa.

Os janduins eram mui ardilosos e velhacos. Muitos deles, batisados, tinham longamente vivido entre os brancos. Alguns até, por estes haviam sido creados sendo no entanto os seus acérrimos inimigos.

Haviam tais traidores planejado o extermínio geral dos colonos do Rio Grande do Norte. Tinham imaginado assaltar o arraial quanto este estivesse desfalcado de uma bandeira despachada contra as tribus tapuias dos Caratiús Icós e Caratis que se recusavam “a conhecer a obediência ao Rei de Portugal”.

Contavam que a empresa fosse fácil; uma vez tomado o arraial iriam esperar a bandeira voltando do sertão para a exterminarem, fazendo depois o mesmo com as aldeias das missões.

Assim resolvera ele, Navarro, prevenir antes de ter que remediar, atacando os índios pérfidos.

Mas sua gente, reciosa de agravar a situação creada pela excomunhão recusara acompanhá-lo visto como o Bispo de Pernambuco ordenara a suspensão absoluta de hostilidades.

Tivera pois de limitar-se a prevenir o perigo que o ameaçava.

Avisara os moradores dos riscos que corriam assim como às duas aldeias de missionários. Assim haviam os tapuias encontrado a todos de prontidão rigorosa não lhes sendo possível porém efeito a “danada intenção” que os movia.

Não tinha porém desistido do sinistro intento voltando agora o alvo de seus malefícios para a aldeia da missão do padre Phillipe Bourel.

Atacaram-na mas como ela estivesse guarnecida por um destacamento do terço viram-se repelidos. Não fôra tal circunstância o certamente a destruíram.

Contra atacando os bárbaros, depois deste sucesso, tinha o terço paulista feito fugir os tapuias depois de vivos combates assinalados por “bastante estrago de uma e outra parte”.

Destas refregas haviam provindo alguns tapuias cativos, que os vencedores tinham querido “vender por troco de armas”.

Tanto acatava ele, Navarro, o rescrito do diocesano de Pernambuco que escrevera ao vigário de Natal e ao capitão-mór do Rio Grande do Norte pedindo-lhes que impedissem tal venda.

Assim era ele quem inculcava à sua gente a obediência às ordens do Prelado.

Frustrados os desígnios dos tapuias haviam vindo ao arraial alguns de seus chefes a confessar que o grande instigador da sua rebelião fôra e era o próprio Bernardo Vieira de Mello a quem assessorava seus *fidus Achates* Afonso de Albuquerque Maranhão! “seu parcial e amigo”.

Os batidos e afugentados estes andavam longinquamente embrenhados mas não perderiam por esperar!

Dizia Morais Navarro que com os denunciadores se hou-
vera com toda a prudência e dissimulação, “reprehendera-os
somente do que haviam feito até chegar o tempo conveniente em
que lhes mostraria o rigor que se executava com quem se atreve a
offender os vassallos de Sua Magestade”.

No momento corria mal a estação tão rigorosa com a força
do invenro e a cheia dos rios que não lhe dava lugar de poder
buscar os atrevidos agressores.

Mandara estabelecer missões entre os paiaçús dizimados e
soubera que os urius, “tribu muito inimiga dos brancos” incitava
os antigos vassallos de Genipapussú à rebelião convidando-os a
marcharem junto contra o próprio mestre de campo. Mas os pai-
acús entre os quais permanecia um destacamento de paulistas
havam repellido o conselho e até por conta própria atacado e
destróçado os aconselhadores.

Á vista disto planejava-se uma expedição contra outras tri-
bus atrevidas como os Icós, Grateus e Caratis. E o cabo que es-
tava entre os paiaçús puzera-se a campo perseguindo estes ín-
dios por dias e dias atravez de terrenos muito ásperos e sofrendo
“muita fome e outras impossibilidades”.

Espavoridas fugiam as tribus a quem se pretendia castigar,
e vendo-se em via de ser atingidas haviam passado para o norte
do Ceará na zona das missões estabelecidas pelo governo de
Pernambuco, sob cuja jurisdição se achavam.

Á vista de tal a bandeira paulista não as perseguira mas
escrevendo a ele, mestre de campo, que respeitariam o território
pernambucano receiosos de ofender o respectivo diocesano.

Explicava Morais Navarro:

“Resultou escrever eu ao Capitão Mór daquela capitania por saber delle se tinha concedido paz a aquelles tapuyas, e se era debaixo do pretexto de se aldearem e receber missionários ao que me respondeu que haviam três mezes lhe haviam mandado pedir a paz e que offerecendo-lhe elle se ausentaram sem a ajustar e mais os não vira. Com que suppunha que obrigados das minhas armas o faziam, e não porque tivessem vontade de sujeitar-se a observar as condições della; o que na certeza disso, conhecia ser tudo nelles fingimento.”

Fôra este documento remetido ao Governo Geral do Brasil.

Assim era o próprio governador de Pernambuco quem reconhecia o valor e a eficiência da atuação do terço paulista!

Terminando datava Morais Navarro o seu extenso relato da campanha do Assú, a 11 de maio de 1700, a lembrar ainda ao Rei quanto não estava ainda concluído a tarefa de se obter a submissão definitiva dos tapuias.

“Esta experiência mostra quanto será justo segui-los em outra ocasião, em qualquer parte que se recolherem, até com effeito os castigar e destruir, pois o medo os faz sujeitar a abraçar a nossa amizade e seguir no que é justo na obediência que devem dar a V. Magestade de cuja Real pessoa guarde Deus muitos annos”.

CAPÍTULO XXXIII

PROSECUÇÃO DO PROCESSO ECLESIASTICO MOVIDO A MORAIS NAVARRO

INESPERADA DECISÃO RÉGIA

PROTESTOS DO GOVERNADOR GERAL

PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO

Com notável rapidez, para os tempos que corriam, subiram as queixas dos inimigos de Moraes Navarro à presença real. Deu Dom Pedro II inteira razão aos denunciantes do Mestre de Campo.

A 13 de janeiro de 1700 comunicava a D. João de Lencastro que resolvera retirar ao chefe paulista, e a seu terço, do Rio Grande do Norte.

Notificando o caso ao bandeirante escreveu-lhe o Governador Geral, a 6 de abril immediato.

Mostrou-se prodigiosamente aborrecido. Era esta medida tão absurda, tão contrária aos interesses do serviço real que dela apelara para o Conselho da Fazenda a quem representara contra tão perniciosa decisão.

Continuando o seu desaforo explicava o delegado régio que certamente desconhecia Sua Magestade a benemerência dos serviços do Terço e de seu comandante.

Ele próprio iria representar a Corôa sobre o caso.

Notificando a decisão do Conselho escrevia Lencastro explicando à grande surpresa causada por tal decisão “Parecia-lhe que suppostas as notícias que havia se sustivesse a execução daquella ordem, enquanto ele faria presente ao dito senhor as informações que tinha do bom procedimento de s.m. e utilidade daquelles moradores e bom serviço que s.m. fazia a Sua Magestade, para o dito senhor ver se as notícias, e queixas, que lhe fizeram eram contrárias à verdade”.

Na frota a partir iria à representação enderaçada ao monarca calorosamente.

Queria-a muito documentada. Assim pedia ao seu correspondente lhe enviasse quantos papéis poudesse angariar em sua defesa cartas de missionários jesuítas e outros.

Ousava Dom João até suspender a execução da ordem régia dizendo ao mestre de campo que se mantivesse em campanha.

“Entretanto Vm. continuará com todo o fervor no exercício de conquistar esse gentio, que não abraçar a não exceder as ordens e regimento que lhe dei e as que vm. tem de S. Magestade na dita conquista, que eu me não descuidarei, em soccorrer a Vm. e a esse Terço, porque entendo que Vm. se emprega em servir bem ao dito Senhor”.

Além da denúncia das autoridades do Rio Grande do Norte havia subido à presença do Rei outra dos moradores da Capitania, muito desagradável aos créditos da disciplina da tropa de S. Paulo.

Um tópico da mesma carta esclarece-lhe os termos.

“Também se queixavam a Sua Magestade os moradores do Rio Grande, de que Vm. com seu Terço se alojavam junto as suas terras e usavam dellas, dizendo-lhe pertenciam na forma de seu contracto: Vm. se isto é verdade (o que não creio) se absteinha de dar a menor occasião de queixa a esses moradores, dando-me, Vm. também conta do que neste particular passa na verdade, para fazer respostas a S. Magestade”.

Terminando, recomendava Dom João o mais absoluto segredo acerca destes falsos com receio de alterações por parte da soldadesca.

E aconselhava muito ao próprio Navarro que escrevesse ao Rei, diretamente, e fizesse os missionários proceder do mesmo modo. Que se dirigesse até ao próprio padre confessor do Rei! E para maior segurança, fossem estas cartas expedidas em duas vias, por Pernambuco e pela Baía. Desta última se encarregaria ele, Governador Geral, pessoalmente.

Aos dous jesuítas na mesma data se dirigiu Dom João pedindo-lhe com a maior urgência, atestados em favor de Moraes Navarro e a opinião sobre a conveniência da continuação do terço em campanha.

A 14 de julho seguinte noticiava o provedor a Navarro que as suas cartas haviam partido para a Côrte, com todas as precauções para a sua segurança.

E retirando os seus modos de vêr de sempre expendia:

“Com os mais papéis e documentos, e com os que já tinha o assento do conselho da fazenda escrevo a Sua Magestade sobre o particular do Terço se conservar nessa capitania.

E sobre o bom procedimento do Vm. quererá Deus, que conhecendo Sua Magestade tenha que agradecer a Vm. o bem que o serve não deixando Vm. contudo, de encaminhar as suas acções ao que for melhor serviço de Deus, e de Sua Magestade, tendo vigilância sobre os soldados não fazerem a menor exactopara que se livre de haver queixas que os inimigos de Vm. possam fomentar”.

Em Lisboa fôra a denunciar ter às mãos dos conselheiros de Marinha e Ultramar. E a causa de Morais Navarro se apresentava mal parada. A 9 de novembro de 1700 denunciava o Padre Miguel de Carvalho o mestre de campo de D. Pedro II fazendo cerradíssima carga contra os paulistas.

A este sacerdote incumbira o Rei de aldear os índios Terremembés da Capitania do Ceará diz-nos Rodolpho Garcia em nota a Varnhagem (III, 299). Era ele irmão de Antonio de Carvalho Almeida que foi capitão mór do Rio Grande do Norte, esclarece Studart.

Deste documento apenas conhecemos a parte final publicada por Studart; seu intróito parece ter desaparecido.

Afirmava Carvalho que era evidentíssima a traição atroz de Navarro contra os paiaçús. Estavam em plena paz com os portugueses, desde muito longos anos. Se no tempo em que vagavam pelas

florestas não agrediam os brancos porque haveriam de o fazer agora que se achavam aldeitados e assistidos por missionários?

Se tencionassem rebelar-se o missionário que entre eles vivia de tal teria ciência advertindo logo os brancos do perigo que os ameaçava.

Quem no Brasil entre portugueses se arreceiava do contato com índios aldeitados ou submetidos ao governo de missionários?

Haviam sido os paiacús atrozmente tratados e no entanto ainda assim manifestavam os sentimentos de cordura. “Elles que com tantas applicações se occupavam em fazer casas e Igrejas, e tão sinceramente obedeciam ao seu Padre depois de um tão grande agravo e lamentável estrago que se lhes fez, fugindo, os que ficavam vivos, para o matto e levando algum gado dos moradores, buscando-se os missionários e achando-os tão queixosos como claramente se deixa entender, sendo obrigados por elle, não só largarem o gado mas em sua companhia tornaram as suas aldeias e missão”.

Sabia de sobra o Mestre de Campo que os paiacús se mantinham do modo mais pacífico nem era impossível que assim não fosse, vivendo no mesmo sertão e sendo “paulista, com experiência do trato e modos dos Índios”.

Não devia ter dado ouvidos ao janduins, ferozes inimigos dos paiacús, nem aos brancos, que desejavam o extermínio de todos os tapuias, “a cujo respeito levantaram multidões de metiras que ordinariamente andaram volantes pelos sertões com o nome de *Merandubas* de que os prudentes não faziam caso, e muito menos os Paulistas que vivem de machavelhice (sic) dellas”.

Depois de empregar o curioso derivado do nome do autor *d'O Príncipe*, forma que se não incorporou ao glossário geral do português aliás, dizia o Padre Carvalho que em todo o caso esta questão ficaria entre Deus e a consciência do chefe paulista.

O que não se podia admitir era que o Padre João da Costa houvesse induzido o mestre de campo a atacar os índios. Era “religioso dos mais elevados créditos em Pernambuco um dos primeiros sujeitos que se vencera na Santa e religiosa congregação de S. Philippe Nery”.

Como missionário creara grande obra. Tanto protestara contra o procedimento do bandeirante que fizera a pé as sessenta léguas existentes entre o local de sua missão e o arraial do Assú tentando salvar da escravidão os apriados da chacina de Jenipapuassú.

Não se receiara em meter-se nas matas procurando os dispersos do conflito. Não procederia assim os tivesse culpa, certo de que os índios dele se vingariam.

Chegado ao Assú ali se vira barbaramente descomposto.

Um dos principais argumentos alegados por Moraes Navarro era a existência de certa carta do Padre João da Costa a um dos oficiais de seu terço, o capitão Teodósio da Rocha, carta de cuja leitura se podia inferir que ele, missionário, aconselhara a destruição dos paiaçús.

Datava-se de 31 de julho de 1699 e da sua própria aldeia, cinco dias antes, portanto, do extermínio de Jenipapuassú e de sua gente. Depois de se referir ao fornecimento do gado para o

terço de Moraes Navarro terminava por uma série de frases sibilinas que se prestam a encontradas suposições.

“Peço a Vm. seja como se obra na matéria de escrúpulo em que hontem me tocou, que não tenha escrúpulo de que se obre mais de que se obre pouco, por estarem com o temor mui divididos, e como fugiram muitos, vendo se picados podem dar sobre as fazendas e fazerem alguma distruição e ficam levantados, veja-se o que se obra, que a mim me parece que só achando-se muitos juntos se póde fazer nelles alguma cousa: e ainda assim é necessário logo logo outro golpe que corte o resto e se não poem se esta Ribeira em grande perigo.

Deus Nosso Senhor lhe inspire o que melhor for e dê a vm. longos annos de vida para que eu tenha a glória de ser servo de Vm. por muitos annos”.

Não pode haver dúvida possível que este tópico se refere a uma conversa sobre operações de guerra contra índios e guerra que deveria ser conduzida com muita rapidez e violência.

Rebatendo as asserções de Navarro e dos seus, estribados neste documento declarava Miguel de Carvalho que à sua vista provara o Padre João da Costa, solenemente, ao bispo de Pernambuco, que as palavras em apreço de sua carta referiam-se aos Crateús e Icós e nunca aos Paiacús. Tivera a infelicidade da não positivar os nomes; daí a confusão de que perfidamente haviam lançado mão os seus adversários.

Terminando a denúncia reclamava Miguel de Carvalho ao Rei, para Moraes Navarro e os seus, exemplar castigo. Não só pela gravidade do delito “como pelas gravíssimas e perniciosíssi-

mas consequências dele que bem ponderadas eram as mais odiosas, e as mais opostas “à promulgação do Evangelho que o Demônio podia inventar e as mais contrárias a piedade e justiça de S. Magestade que os seus vassallos podiam obrar”.

E solicitava severa e minuciosa correição do Ouvidor da Paraíba tanto no Rio Grande do Norte como no Ceará.

Decorreu o ano de 1700 quasi sem operações de guerra para os paulistas do Assú, paralisados como se achavam com a expectativa da solução régia do caso da denúncia de seu mestre de campo.

A 8 de abril do ano seguinte escrevia o Governador Geral ao Ouvidor Geral da Paraíba. Cristovam Soares Reimão carta que bem pezaroso, certamente, assinou.

“Pela cópia da carta incluza Sua Magestade, que Deus guarde, ordena a Vm. prender ao Mestre de Campo dos Paulistas Manuel Alvares de Moraes Navarro, e prezo o remetta a cadeia de Pernambuco, ou dessa cidade da Parahyba, donde Vm. entender pode o dito Mestre de Campo estar mais seguro, sem risco de fugir e que logo tire Vm. devassa, do estrago que fez com a gente do seu Terço, nos Tapuyas da nação Payacús, que estavam cituados na Ribeira, de Jaguaribe recommendando o dito Senhor muito particularmente o effeito, e segredo desta dilligência: pelo que ordeno a Vm. que com aquelle zelo e cuidado, com que costuma empregar-se no serviço de Sua Magestade, em execução de suas reaes ordens, execute logo esta diligência, havendo-se nella de sorte que a dita prisão se consiga com effeito sem que na gente do Terço possa haver a menor alteração, proceden-

do em tudo segundo as ordens que Vm. tinha do dito Senhor sobre este particular”.

Uma vez efetuada a prisão entregaria o magistrado ao Mestre de Campo uma carta, em mãos, e outra ao seu sargento-mór, e de tudo tiraria certidões.

E não se fartava em recomendar a máxima discreção e segredo ao executar a prisão do chefe militar.

A carta a Morais Navarro é nova demonstração do enorme apreço em que Lencastro o tinha. Mostrava-se a mais confortadora e merece transcrição na íntegra.

“Sua Magestade, que Deus guarde, movido das repetidas queixas, que se lhe representaram das insolências que se diz obrar Vm., com a gente do seu Terço, nos Tapuyas da nação Payacús, manda prender a Vm. pelo ouvidor da cidade da Parahíba.

E supposta sas boas informações que sempre tive de Vm. me persuado que agora se qualificará melhor o procedimento de Vm. e do seu Terço e se verá Vm. não excedeu as ordens de Sua Magestade nem obrou cousa alguma contra seu Real serviço, em dano e prejuízo de seu moradores como repetidas vezes recomendei a Vm. nas cartas que lhe escrevi, ao que sempre me persuadi pelas várias informações que tive de muitas pessoas fidedignas dessa capitania e dos Missionários e sendo estas verdadeiras, poderá Vm. confiar em Deus, que seja tudo para maior crédito de Vm. a quem por hora só digo que Vm. neste particular se haja, como toda a prudência, e que Deus o há de livrar de seus inimigos, para que Sua Magestade conheça o bem que Vm. se tem empregado em seu serviço”.

Mais eloquente não podia ser esta missiva em tempos de tamanho respeito e acatamento às decisões régias.

Ao lugar tenente de Moraes Navarro, seu irmão Joseph de Moraes Navarro, significava ao mesmo tempo o Governador Geral às ordens do Soberano.

Abalasse com o seu terço de arraial do Assú e “fosse assistir no sertão entre o Ceará e o Rio Parahyba, para combater os rebeldes Taramambazes e mais nações bárbaras existentes naquelles sertões, de cento e dez léguas de distância índios que impediam as communicações entre os Estados do Brasil e do Maranhão.”

Se acaso não partisse passasse o comando ao capitão mais antigo do regimento. Guarda-se-ia o regimento fornecido ao Mestre de Campo.

Recomendava D. João a mais severa disciplina entre soldados e oficiais e a abstenção de toda e qualquer violência contra os moradores.

Nem uma única palavra acerca do abastecimento e apetrechamento daqueles homens que iam combater num sertão enorme! Que se arrumassem como pudessem!

Escrevendo a 30 de maio seguinte ao seu primo, o governador de Pernambuco, communicava-lhe D. João a ordem de prisão de Navarro, sob segredo, mistério este que se não conservara pois tudo soubera logo o público.

Comentando estes fatos expendia:

“Queria Deus que os que tanto trabalharam por fazer sahir o dito Terço da capitania do Rio Grande, por razões particulares senão arrependam algum dia”.

A principal determinante da atuação régia fora a denúncia violenta do bispo Dom Frei Francisco de Lima, a 29 de junho de 1700.

Ao Rei pela Junta das Missões dera conta pormenorizada de “lastimoso estrago” feito por Morais Navarro nos Paiaçús. Entre suas quatrocentas vítimas avultavam muitos batizados e catecumenos já quasi batizados.

Procedera com verdadeira atrocidade contra os míseros índios, vivendo, havia cinco anos, em perfeita paz com os portugueses. Procedera o chefe paulista “tão ímpia quanto oppostamente às leis e ordens que Sua Magestade, levado de seu tão christão piedoso zelo, mandara sobre o tratamento do gentio”.

Ordenara-se severa devassa, por parte da justiça eclesiástica, processo ora remetido ao Conselho Ultramarino.

O final da carta traz precioso tópico para o aclaramento da biografia assaz obscura de Domingos Afonso Sertão.

“Ao mesmo Conselho remetto um Sumário de testemunhas sobre mandar Domingos Affonso Certão, que vive na Bahia, por um seu sobrinho, chamado Domingos Affonso Serra impedir a erecção da Parochia do Piahuay, e derribar todos os ranchos que estavam levantados, para a fábrika da dita Igreja: estes dous homens sobre ser a sua vida escandalosa, portaram-se com tal soldura, a altrevimento como se fosse régulos: as suas maldades insolências não se podem referir sem horror e continuarão nas mesmas se as não atalhar a justiça com que S. Magestade as procura evitar”.

Tão aéreas eram, freqüentemente, as decisões régias acerca das cousas do Brasil que D. João de Lencastro, em sua carta

de 30 de maio de 1701, perguntava ao governador de Pernambuco se El Rei lhe dera instruções para a continuação do abastecimento do Terço de Lencastre. A ele nem uma única palavra dissera a tal respeito.

Cousa sumária este deslocamento da tropa paulista do Asú para o centro do Piauí em distância de 110 léguas! Ora, filosofariam os ministros de Pedro II eram paulistas! mateiros insígnies. Que se sustentassem de mel de abelhas silvestres e das raízes de paus de digestão “os seus célebres silvestres e das raízes de paus de digestão “os seus célebres *guaribás*!

Surprezo do desfecho de sua questão escrevia Moraes Navarro ao protetor e amigo expondo-lhe as queixas e este, a 21 de junho de 1701, tratava de consolar.

“Seguro-lhe que sinto muito os seus pezares, porém, como estes são ocasionados pelo ódio dos seus emulos, argüindo o falsamente contra o seu procedimento espero em Deus, que de todo há Vm., de se livrar com muita glória, pois na justiça, e clemência de S. Magestade, a Quem Deus guarde, tem Vm. o mais seguro defensor das suas acções, sendo estas tão notoriamente conhecidas em toda a parte, dos que as vem sem as névoas do ódio e da inveja.

Já escrevi a Vm. se sujeitasse com pronta obediência, a prisão que S. Magestade é serviço mandar-lhe fazer, e que ficasse governando esse Terço, o seu sargento-mór”.

Recebera os documentos de defesa do oficial e assegurava-lhe que faria toda a força para que os paulistas recebessem tudo quanto lhes era devido.

E terminando dava o Governador Geral nova demonstração da firmeza de seu apoio. “Segure-se Vm. em todo quanto estiver na minha mão, hei de obrar a seu respeito, porque sempre fui muito amigo do valor, aos soldados tão honrados e bem procedidos, com Vm. é”.

Vinham os fatos dar toda a razão ao clarividente D. João de Lencastro.

Participara-lhe D. Fernando de Mascarenhas que o terço paulista não podia sair do Assú, à vista da atitude sobremodo hostil dos índios do Rio Grande do Norte.

Também não podia socorrê-lo com dinheiro pois para tanto não tinha ordens régias especiais.

Respondendo-lhe dizia D. João de Lencastro que movidos por falsas informações aconselhavam os ministros de Sua Magestade a dissolução do terço.

E comentando tal deserviço à Corôa comentava:

“Tudo quanto me foi possível, trabalhei des que tomei posse do Governo Geral deste Estado, por deixar, não só os moradores da capitania do Rio Grande, se não também os da mais circunvizinhas livres dos estragos e hostilidades, com que os Bárbaros daquelles sertões os oprimiam e é certo que se o dito terço não tivera as contradições que experimentou estariam todos vivendo com o socego, e descanso, que eu lhes havia procurado algum dia, conhecerá Sua Magestade, a verdade do zelo com que lhe fallei sobre este particular de tantas consequências para a conservação de todas as capitanias de Pernambuco. Do que se resolver no dito começo farei aviso a V. S.”.

Para efetuar a prisão de Morais Navarro, fez-se o Ouvidor Geral paraibano Cristovam Soares Reimão acompanhar de quarenta soldados.

Fraca tropa para dominar quem governava quatrocentos sertanistas adestrados em longas campanhas.

Determinara a Ordem Régia que a tal diligência envolvesse todo o mistério acompanhando ao magistrado o seu escrivão Manuel da Rocha Lima. Mas o mestre de Campo não ofereceu à menor resistência. Deixou-se preso para Pernambuco onde o recolheram ao seguro da cadeia.

“E com tal recato, pelo menos nos primeiros tempos, contamos Studart, à vista da documentação, que, por deixá-lo andar solto algum dia, o respectivo carcereiro foi condenado à multa de vinte mil réis (para o tempo enorme) e dous annos de degredo, segundo se vê de uma carta do Ouvidor da Parahyba, em data de 10 de setembro de 1701”.

CAPÍTULO XXXIV

O ENCARCERAMENTO DE MORAIS NAVARRO

O SEU RELATIVO AFASTAMENTO DO COMANDO DO TERÇO DE LENCASTRO

PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO GERAL PARA O PAGAMENTO DOS ANOS DE SOLDOS DEVIDOS AOS PAULISTAS

Quanto tempo terá o mestre de campo permanecido encarcerado? É omissa a documentação acerca de tal prazo.

A 18 de agosto de 1702 já talvez não estivesse preso embora ainda privado de seu comando pois deste dia data uma carta de Dom Rodrigo da Costa a “Manuel Alvares de Moraes Navarro, Mestre de Campo dos Paulistas” avisando o de que mandara 33 mil cruzados (13:200\$000) dos soldos atrasados do seu terço. Este dinheiro ia para o Rio Grande do Norte, na fragata dos jesuítas, e os oficiais da fazenda real daquela capitania tinham ordens formais de efetuar o imediato pagamento.

Expressivas são estas palavras, de grande simpatia.

“Sinto que Vm. se ache ainda impedido, para não estar exercendo o seu posto, donde sei se tem Vm. havido com tanto acerto no serviço de S. Magestade, que Deus guarde como merecia a confiança que dito Senhor fez da sua Pessoa para a con-

quista dos Bárbaros daquela capitania: tudo o para que eu valer nos aumentos de Vm. farei com muito grande vontade e com a mesma me hão de achar os officiaes e soldados do seu Terço”.

Gabara Manuel Alvares ao novo Governo Geral a atitude do governador de Pernambuco e Dom Rodrigo da Costa a 14 de junho de 1703 louvava-o do critério com que queria conservar os paulistas em seu arraial “para freio das insolências com que os bárbaros molestavam e aruinavam aquelles povos”.

Autorizava Morais Navarro a entender-se com o Governo acerca de tudo quanto se relacionasse aos negócios do seu Terço.

Endereçara-lhe o sargento mor, comandante interino, uma representação de seus soldados. Pediam instantemente a mudança do local do seu acampamento pessimamente servido de água e em terra estéril para o local onde Matias Cardoso tivera tranqueira, lugar muito mais “cheio de conveniências”. Não havia prejuízo algum para as operações militares pois a distância entre os dous pontos vinha a ser pequena.

Pedia Dom Rodrigues que o Governador pernambucano examinasse bem a questão e dela lhe desse informação exata pois nada sabia a respeito.

Há na documentação uma lacuna que seria de toda a importância poder preencher-se: o relatório do sargento-mór Joseph de Morais Navarro, ao Governador Geral sobre as cousas da campanha e mais particulares do Terço, officio este que parece extraviado.

Escrevendo a Manuel Alvares de Morais Navarro no dia 15 de junho de 1703 fazia Dom Rodrigo muitas alusões a este

papel lembrando a leitura de documentos assinados pelo ilustre jesuíta Padre Estanislau de Campos.

Mostrava-se agastado por que Moraes Navarro transmitindo ao seu sargento mór ordens a serem cumpridas, providas do governo de Pernambuco, não esperava o beneplácito dele Governador Geral.

Era isto contra a disposição expressa do regimento que recebera de Dom João de Lencastro.

Rispidamente advertia-o D. Rodrigo cioso de sua autoridade: “nas matérias de jurisdição, não pôdem os súbditos obrar cousa alguma, sem que seja por ordem do Superior a quem elle toca, ainda que no seguimento a quem se permite, concorram todas as circunstâncias que eu venero, e reconheço na pessoa do dito governador”.

Nos casos que requeriam urgente remédio deveria haver conselho de guerra entre o governador pernambucano, o mestre de campo e vogais que seriam cabos de guerra experimentados nas campanhas contra o gentio. Exigia porém que pelo primeiro correio de tudo lhe mandassem pormenorizada notícia.

A 10 de março de 1703 queixava-se o sargento mór do Terço de Lencastro de graves irregularidades havidas no pagamento de soldos, seus e de sua gente, por parte do Provedor da Fazenda do Rio Grande do Norte.

Deviam-se à tropa três anos de atrasados e já corria o quarto sem que houvesse sinal algum de satisfação das obrigações da Fazenda Real.

Pagara o Provedor dous anos mas ao querer efetuar o que correspondia ao terceiro o mestre de campo, presente ao paga-

mento, se opuzera a isto dizendo-lhe devia entregar-lhe o tal dinheiro para se cobrir da despesa, realizada com a infantaria por conta desse terceiro ano.

Recusara-se o Porvedor a lhe entregar o dinheiro e suspendera o pagamento.

Respondendo ao sargento mór mostrava-se Dom Rodrigo surprezo.

Infelizmente não diz a sua carta quem seria o mestre de campo, mas a nosso ver não pode ter este sido senão o próprio Moraes Navarro cuja attitude ele Governador extranhara sobremaneira mandando pedir-lhe explicações.

Remediando a esta exquesita situação declarava o Governador Geral que mandara o Provedor da Real Fazenda pagar o terceiro ano sem discussão possível. Se houvesse falta de numerário satisfizesse primeiro o soldo das praças deixando para o fim o dos mais altos postos.

Viera depois carta de Moraes Navarro avisando que remettera numerário para a satisfação do pret do terceiro ano como ordenara subseqüentemente. Devia-se porém aos officiais.

As penas disciplinares reclamadas para alguns destes seriam estudadas e applicadas.

Mostrava-se D. João de Lencastro de longe, de além Atlântico, interessado por saber das particularidades da existência e Terço que lhe tomara o nome. Correspondia-se com o seu commando e assegurava Dom Rodrigo que as cartas do sargento mór seriam religiosamente enviadas ao ex-governador Geral do Brasil. Deviam também ser contemplados na paga os índios da al-

deia Cajurú que o seu superior armara recioso da hostilidade dos tapuias do sertão.

“Ordeno, que constando-lhe que os ditos Índios estavam em defença daquella Aldeias lhes paguem o que tiverem vencido, como também aos que morreram e se ausentaram havendo as clarezas necessárias, com que satisfazer as dúvidas que é obrigado a por o provedor e escrivão da fazenda”.

Faria o Governo Geral todo o possível para pôr em dia os atrasados e esperava logo poder mandar novo suprimento de dinheiro. Afirmasse o comando aos seus soldados a promessa e o empenho do delegado régio.

Ao sargento mór significava Dom Rodrigo, ao mesmo tempo, que queria saber de todas as providências tomadas para a campanha. E a tal propósito explicava-lhe quão pouco apreciara a atitude de Moraes Navarro em obedecer ao governador de Pernambuco antes de obter o placet da suprema autoridade do Estado do Brasil.

Para a promoção dos oficiais exigia o exato cumprimento do regimento do Terço; assim não aprovava a de um alferes, aliás, oficial de muito valor. Isto à vista de certas irregularidades.

Estava o Governador de Pernambuco autorizado a resolver a seu arbítrio o caso da mudança da sede do acampamento.

Excusando-se de haver deixado de comunicar ao Governador Geral, previamente, as ordens recebidas do governador pernambucano explicava Manuel Alvares de Moraes Navarro a Dom Rodrigues da Costa que assim procedera porque a tanto o

autorizara não só a praxe estabelecida por Dom João de Lencastro como até pelo próprio Rei.

Respingou o novo Governador Geral, rispidamente por carta de 17 de setembro de 1703.

As ordens a que devia obedecer haviam expirado com a saída de Lencastro. Assim lhe notificava que não admitia quebra da injunção feita.

“De tudo quanto se decidisse sobre o Governo dos Bárbaros queria particular conta para o ter entendido”.

Acerca da liquidação dos débitos particulares da tropa para com credores civis devia o mestre de campo providenciar para que na ocasião do saldamento do soldo passasse o dinheiro das mãos das praças às dos sargentos encarregados da liquidação de contas.

Diversas providências pedidas por Navarro foram atendidas pelo seu poderoso correspondente que ainda lhe mandou a solução para vários casos atinentes à vida do regimento.

Um destes atos versou sobre o provimento de uma das companhias do terço por certo Capitão Francisco de Lemos Mattoso seu antigo comandante. Afastado do comando, declara que dele não fizera deixação e assim agora o reclamava. Atendido fora apesar de a vaga ter sido provida por Moraes Navarro em seu próprio filho.

Para não melindrar o bandeirante prometia-lhe Dom Rodrigo da Costa que no moço deslocado do posto “acomodaria na primeira ocasião”.

Continuava Navarro afastado do seu regimento. É o que se infere dos tópicos seguintes:

“Sinto não poder conceder licença que Vm. me pede, para o dito sargento maior se ir curar a sua Pátria pelas grandes distancias em que ella está; mas porque não deixe de procurar o remédio a sua saúde lhe concedo a dita licença para o vir fazer ao Rio Grande, ou Pernambuco, depois de vm. estar no Arraial, por não ser justo que fique aquelle Terço em uma campanha sem Mestre de Campo nem sargento mór do que poderia resultar muitos inconvenientes ao serviço de Sua Magestade”.

Quem seria este sargento mór não sabemos dizê-lo. Quiçá Joseph, o irmão de Morais Navarro.

Quasi ao assinar a assaz longa missiva, lembrava dom Rodrigo, que dentro de um mês se convenceriam dous anos de soldo dos atrasados da tropa de S. Paulo: Mas estava ele atento e o dinheiro iria para o completo saldamento desta dívida de Sua Magestade para com tão bravos e fiéis vassalos.

Era homem amigo da lisura das contas o novo Governador Geral do Brasil. E da pontualidade dos pagamentos. Já algum tempo antes prevenira a Morais Navarro que o autorizaria, para pagar a sua tropa, a tomar dinheiro de particulares. Remettesse, logo, os documentos relativos a estes empréstimos, à Provedoria Real da Baía, a fim de que esta saldasse tais compromissos com a brevidade possível.

CAPÍTULO XXXV

OS ÚLTIMOS ANOS DE MORAIS NAVARRO

REPARAÇÃO RÉGIA

QUESTÕES COM A CASA DA TORRE

PERMANÊNCIA NAS MINAS GERAIS

OS CASAMENTOS DO BANDEIRANTE SUA DESCENDÊNCIA

Livre de culpa e pena voltou Manuel Alvares de Moraes Navarro ao comando do seu querido terço de Lencastre, sempre acampado no presídio do Assú.

E o Rei grato aos serviços do notável cabo de guerra deu-lhe grande recompensa: doou-lhe o ofício de Escrivão dos órfãos da cidade da Baía, rendoso como nenhum outro do Brasil em seu tempo.

“Declarava Dom Pedro II, a 30 de agosto de 1704, que tendo respeito ao facto d'elle se achar occupado em seu serviço real como mestre de campo do terço dos paulistas e assistindo no presídio do Assú, concedia-lhe faculdades para poder nomear

pessoa que servisse o officio de que era proprietário a satisfação porém do Governador Geral do Estado do Brasil”.

(Chancelaria de D. Pedro II, livro 29 p. 230).

A 19 de março de 1705 mandava o Governador Geral D. Rodrigo da Costa que se lhe expedisse carta, a propósito de grave queixa a ele endereçada por Leonor Pereira Marinho e Garcia de Avila Pereira, viúva e filho de Francisco Dias de Avila, segundo do nome e célebre sertanista, a mais notável figura do bandeirantismo baiano como se sabe.

Queixavam-se de que o mestre de campo queria espoliá-los de propriedade legitimamente suas, terras de que estavam de posse, por si, e por seus antepassados como os districtos de Pinhancó, Piranhas, Assú, Jaguaribe, e mais sertões a eles pertencentes. Á sua custa os haviam descoberto, lançando deles o Gêntio brado, com grande despesa de sua fazenda. Neles se sustentavam até o presente, sem contradição de pessoa alguma, tendo os mesmos sertões que lhes pertenciam sempre povoados.

Á vista das certidões apresentadas julgava D. Rodrigo procedente a queixa. Havia positiva invasão por parte do mestre de campo. Invocara ele o pretexto de que tais terras eram suas como legítimas pelo fato de as ter conquistado aos tapuias.

Asperamente advertia o Governador Geral “não parece justo queira Vm. violentamente, e com o poder de seu cargo, privar aos direitos Senhorios do que a Vm. nunca pode pertencer e assim, ordeno a Vm., da parte da Sua Magestade, que Deus guarde, não dê occasião a esta Senhora e a seu filho a maiores

queixas, e os deixe livremente usar de tudo o que lhes toca, na forma que até aqui tem feito”.

Qual teria sido a atitude do advertido em face de tão formal advertência? Que respeito terá consagrado à propriedade daquela senhora da Torre que se dizia dona de centenas de milhares de quilômetros quadrados? Não conhecemos documentação que deslinde o caso mas tudo faz crer que às palavras de D. Rodrigo deu Moraes Navarro a atenção a que se refere o prolóquio relativo aos sons que passam de ouvido a ouvido. Não estivesse no Brasil dos albores setecentistas!

Pedira Moraes Navarro licença ao monarca para revêr a terra natal, de qual, desde quinze anos, ausentara-se e a 4 de novembro de 1705 era o seu requerimento deferido (Ibid. p. 166).

“Tendo respeito ao que se me representou por parte do Mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro em razão de se achar ausente de sua casa e família há muitos annos, e necessitar de ir a S. Paulo donde é natural, e deixou sua mulher e filhos, assim para ajustar suas contas e pagar suas dívidas como para se refazer de alguns cabedaes e mudar sua casa e cítio em que me está servindo, pedindo-me para o poder fazer assim licença, e tendo a tudo consideração. Hei por bem conceder lhe licença por tempo de um anno para ir a sua pátria tratar do que necessita”.

Enquanto o bandeirante gastava os anos nos sertões adustos do Assú em fronteira contra os bárbaros muitos dos seus patrícios se enriqueciam minerando no território das Minas Gerais. Indo a S. Paulo, certamente, deixou-se influenciar por aquele ambiente de entusiasmo coletivo em prol da mineração. E assim

algum tempo mais tarde vemô-lo em Serro Frio, mercê de um documento descoberto por Studart. De Sabará a 6 de fevereiro de 1711 expedia Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho capitão general governador da recentíssima capitania de S. Paulo e Minas de Ouro, uma provisão a seu respeito.

Informado de que no distrito do Serro do Frio haviam socorrido várias inquietações e desordens ocasionadas a propósito de contendas de jurisdição, entre o Coronel Manuel Correa Arzão, e Geraldo Domingues de que mandava tomar conhecimento pelo Capitão Garcia Roiz Velho e achando-se naquele dito distrito, de presente, com licença de Sua Magestade quem Deus guardasse Manoel Alvares de Moraes Navarro, mestre de campo pago de um Terço de jurisdição e governo de Pernambuco entendia necessário que o distrito fosse encarregado embora provisoriamente a pessoa de suposição, e respeito que o governasse conservando os povos pacíficos e obedientes.

“Foi do dito mestre de campo o exceutará como bom Soldado concluía o Capitão General e hei por bem e por serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, encarregado do dito governo do districto do Serro do Frio, que exercitará emquanto eu não mandar o Contrário para o que lhe dou toda jurisdição necessária e ordem a todos aquelles moradores, superintendentes, cabos e officiais de guerra obedeçam, em todo, ao dito mestre de campo Manoel Alves Moraes Navarro e lhe guardem as suas ordens como devem e são obrigados; e esta minha ordem se registrará na Secretaria deste governo o superintendente do dito districto do Serro do frio”.

Quanto tempo terá Moraes Navarro, assistido em Minas, não sabemos dizê-lo. Sentia-se, porém para sempre radicado à vida do Nordeste. Assim voltou para Pernambuco e já idoso ainda combateu os índios nas mesmas campanhas do Assú onde tanto se celebrizara. Em 1732 pedia que lhe concedessem a desobriga total da responsabilidade do armamento que da Fazenda Real recebera para as suas expedições.

E nesta ocasião relatava que estivera à testa do seu terço dezessete anos.

Pitresco e curioso os textos de sua petição.

“Senhor: Diz Manoel Alves de Moraes Navarro, Mestre de Campo pago, que foi do Terço da Campanha do Assú, que encarregando lhe Vossa Magestade a guerra do Gentio Bárbaro que infestava aquelles districtos se lhe entregaram na Bahia duzentos e vinte sete armas de fogo e em Pernambuco cento e cinquenta para com ellas se armarem os soldados e Índios e fazer-se a guerra e no decurso de dezessete annos em que se continuou em a qual ficaram extinctos quasi todos os Bárbaros e restaurados aquelles Sertões em muita utilidade do Brasil se perderam dussentas das ditas armas pouco mais ou menos, umas em vários encontros do inimigo, outras em algum incêndio que houve nos Arraiaes e a maior parte as levaram os que fugiam da dita Campanha por ser muito estéril para as partes do Ceará, Maranhão e Minas que por muito distantes se não podiam colher, e de nenhuma sorte evitar o levarem as armas pois actualmente as traziam nas mãos, para se defenderem das invações dos Bárbaros por ser uma guerra viva como se experimentou no anno de 1720

quando todos os Tapuias invadiram o Arrayal de Ferreiro torto, querendo matar aos que nelle assistiam e senhorearam-se da pólvora e destruírem toda a Capitania do Rio Grande o que conseguiriam se não achassem a Infantaria com valorosa defesa tendo para isso as armas promptas que se estivessem em Armazém ou nos quartéis os Supplicantes seriam primeiro destruídos antes que dellas se valessem, e que tudo melhor consta da justificação que apresenta e por tão justos motivos deve Vossa Magestade permitir que se leve ao Supplicante está obrigado, que pouco mais ou menos serão duzentas, pois o mesmo já tem observado em outras Capitancias. Pede a V. Magestade, attendendo tão justo requerimento seja servido Mandar se desobrigue o Supplicante na Provedoria do Rio Grande as armas que faltam, consumidas na Campanha e fuga dos Soldados pois em o Serviço de Vossa Magestade e utilidade daquelles Districtos e melhor consta dos documentos que apresenta”.

Concluindo os seus preciosos apontamentos sobre o grande bandeirante escreve o Barão de Studart:

“Casou três vezes, sendo uma em S. Paulo e duas em Pernambuco, onde falleceu em edade muito avançada. A primeira vez com Maria de Oliveira, filha de Manoel de Amorim Falcão e de sua mulher Luiza de Oliveira, naturaes de S. Paulo; a segunda com Ignez Barbalho Lins, filha de Antonio Borges Uchoa e Anna Maria de Mello, filha de Leandro Pacheco Falcão e de sua mulher Maria Anna de Mello, e a terceira com Thereza de Jesus Lins, filha de Christovam Lins e de sua mulher Adriana Wanderley.

Do segundo casamento teve um filho único Manoel Alva-
res de Moraes Navarro Lins, que foi capitão de ordenanças,
commandante da freguezia de Maranguape, juiz de fóra e de
orphãos e vereador da Câmara de Olinda e do terceiro teve: An-
na Francisca Xavier, notável pelos dous do espírito, de quem
trata com louvores, Loreto Couto, a qual casou com o Doutor
em medicina João Luiz da Serra Cavalcante, filho do Capitão
Pedro Coelho Pinto, fallecido em 1776 com 96 annos e de sua
primeira mulher Romualda Cavalcante, filha de D. João Luiz da
Serra; Izabel Thereza de Moraes Lins, que casou com o Doutor
Manoel de Araujo Cavalcante procurador da Fazenda e coroa
em Pernambuco, irmão de João Luiz; Maria de Moraes Lins,
que casou com Antonio do Araujo Vasconcellos, senhor do en-
genho Massupinho do termo de Iguarassú e Adriana Wanderley,
que casou cerca de 1755 com seu parente Gonçalo José Caval-
canti de Albuquerque filho de Manuel de Barros Cavalcanti,
fidalgo da Casa Real.

Moraes Navarro era Cavalheiro da Ordem de Christo. Dos
livros da Misericórdia de Olinda consta que foi irmão Provedor
a 5 de Julho de 1731 e dos da Câmara da mesma cidade vereaa-
dor mais velho em 1736 e 1745.

A publicação recente da *Nobiliarchia Pernambucana* de
Antonio José Victoriano Borges de Fonseca, beneméríta inicia-
tiva de Rodolpho Garcia, trouxe o conhecimento de várias refe-
rências ao vencedor dos tapuyas.

Assim sabemos que Moraes Navarro teve do primeiro ma-
trimônio um filho e homonymo nascido em S. Paulo que se ca-

sou com D. Adriana de Almeida Uchoa, irmão de sua primeira madrastra D. Ignez Barbalho Lins. A elle não se refere Studart.

Passou mais tarde a ser sogro do seu irmão Manuel Alves de Moraes Navarro Lins casado com sua sobrinha e prima D. Anna Maria de Moraes Uchoa.

Não parece ter deixado de si notícia de relevo. No seu engenho de Paratybe nas vizinhanças do Recife que por sua causa ficou sendo conhecido por Engenho do Paulista envelheceu Moraes Navarro que chegou como tantos dos maiores *calções de couro* a provecta idade. Ainda vivia em 1745 provavelmente octogenário já.

Dos seus filhos deixou bella reputação de intelligência Anna Francisca Xavier, casada com o Dr. João Luiz da Serra.

Contemporânea de Dom Domingos do Loreto Couto della escreveu este chronista nos *Desaggarvor do Brasil e Glorias de Pernambuco* “fala com toda a elegância os idiomas Latino e Castelhana, tem grande Lição da História, e é célebre na promptidão com que discorre sobre qualquer matéria.

Tem composto muitos elogios latinos a diversos assumptos, dignos certamente da luz pública”.

CAPÍTULO XXXVI

ÚLTIMOS ECOS DA ASSISTÊNCIA DE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE EM TERRAS DA BAÍA E SUA MISSÃO DE FISCALIZAR OS DESCAMINHOS DO OURO

RETIRADA PARA AS TERRAS AURÍFERAS

MORTE DE JOÃO AMARO

A obra de Estevão Ribeiro Baião Parente, que na Baía faleceu em 1679, não foi definitiva, como queria fazer crêr o secretário do Conselho Ultramarino nas informações que em Lisboa prestou, a 6 de junho de 1674, escreve Pedro Calmon.

“Vinte anos depois, houve de marchar de São Paulo contra os mesmos caboclos João Amaro Maciel Parente, em aliança de esforços com o capitão Matías Cardoso “com um corpo de adestrados caçadores, sendo a maior parte índios ensinados”.

Chamara-o, como ao pai, o governador geral, justamente atemorizado com o morticínio de famílias inteiras no fitão litorâneo do sul e a repetição das audácias punidas pelos seus antecessores. Veio João Amaro com a paga de oito mil cruzados e completou o que 1673 não se concluíra abrindo sangrento caminho deste a costa meridional ao alto São Francisco, com o desbarato e a dissolução dos modelos selvagens.

De tal forma cumpriu o prometido, que se lhe deu importante donatária de 20 léguas (1698), onde levantou a *vila de João Amaro*, que vendeu a Manuel de Araujo Aragão, quando deixou o sertão da Baía”.

Quer-nos parecer que a data citada pelo brilhante historiador baiano seja a de uma confirmação de mercê anterior, pois que a 16 de maio de 1696 se registrava na Baía o “Alvará pelo qual Sua Magestade fazia a João Amaro Maciel Parente do título de Donatário da villa que seu Pae Estevam Bayão Parente começou a erigir de novo”. (of Borges de Barros, *Bandeirantes e sertanistas baianos*, 25°).

Afirma Borges de Barros, ainda, e nesta mesma obra que da documentação baiana se infere quanto João Amaro a testa de um corpo de adestrados caçadores de homens em sua maioria índios ensinados, moveu durante longos anos tremenda perseguição aos restos dos guerns que seu pai começara a exterminar.

“Percorreu a costa sul, atravessou as matas de Ilheus, os rios Pardo, Jequitinhonha, Salsa e foi ao São Francisco, matando selvagens, destruindo aldeias e abrindo estradas”.

Curioso que Capistrano nos *Caminhos do Brasil* apenas se refira incidentemente ao filho de Estevam Ribeiro Bayão Parente talvez tão notável quanto o Pai.

Quando se retirou João Amaro das terras baianas é que não sabemos dizer.

Comparticipou do grande rush aurífero mas não na primeira fase.

Ainda em fins de 1705, a 31 de outubro o Governador Geral Luiz Cesar de Menezes para ele apelava a fim de impedir que continuasse a emigração da Baía para as terras do ouro de S. Paulo.

Assim lhe escrevia:

“Por ser informado que os comboios, que vão para as minas do ouro de S. Paulo, passam pela estrada, ou pouco mais desviados dessa villa, donde Vm. assiste, e ser conveniente, assim ao serviço de Sua Magestade que Deus guarde como a utilidade pública, do bem commum, evitar se este tam grande prejuizo o que só poderei conseguir como desejo, tomando Vm. muito por sua conta prender todas as quaesquer pessoas, que por esses districtos forem com os ditos comboios, dos quaes Vm. fará hua lista, com algumas testemunhas que remetterá ao Provedro mor da fazenda com tudo o que se tomar e somente ficarão os cavallo até se mandar tomar entrega delles”.

Metade da bagagem apreendida restaria em poder do bandeirante, os presos ele os encaminharia à cadeia da Baía, com toda a segurança. Para esta diligência sabia o Governador que ele dispunha de gente e índios. Não poupasse esforços no sentido de se fazer este serviço a Sua Magestade.

E pedia-lhe ainda que o informasse sobre a existência propalada de outro caminho por onde se dava a evasão dos famélicos do ouro.

Respondeu João Amaro pondo-se à inteira disposição do governo, para esta camissão. E ministrava informações em resposta à consulta recebida.

Participava-lhe Luiz Cesar, a 19 de dezembro de 1705, que já tomara algumas providências oriundas das informações do fiel vassalo a quem fazia novos e estrondosos elogios.

“Para defender o caminho da Jacobina que Vm. me aponta, mandou logo as ordens necessárias ao Capitão mór das Entradas Damião Cosme de Faria; se eu delle tivera o conceito que formo de Vm. pelas honradas informações que se me tem dado do seu bom procedimento, ficara como seguro de que se evitasse os taes comboios e como a metade de tudo o que nelles se toma, é de quem os prizionar pode esta conveniência fazer mais suave o trabalho dos que se empregarem nesta occupação, e no que eu valer me achará Vm. com mui boa vontade, para os seus particulares”.

Parece que João Amaro desenvolveu a maior atividade em obstar a marcha dos emigrantes para as Minas, pondo-se pessoalmente a campo e despachando destacamento sob as ordens de officiais de confiança, como o seu sobrinho Damásio Coelho de Pina.

Deviaaliás este Pina ser sobrinho a fim do bandeirante. Pelo menos os seus apelidos não se enquadram de todo na onomástica paulista antiga. Era ele filho do capitão mór Marcelino Coelho Bittencout que em 1690, di-lo Capistrano nos Caminhos antigos do Brazil, combatia os índios no alto Rio das Contas e cunhado de outro sertanista valoroso, André da Rocha Pinto.

Corrige Pedro Calmon o nome deste Pina para Damaso Coelho Pinho (of. A Conquista, 52). E a seu respeito refere diversas particularidades como sejam a assistência a Antonio Veloso da Silva, em 1732, em sua campanha contra os índios do Jussiape, a

exploração dos sertões dos maracás e mais tarde a cooperação às empresas do ilustre sertanista Pedro Barbosa Leal.

Damásio Coelho de Pina, chama-lhe em todo o caso, os dous documentos do códice nº (1-4, 1, 46) da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que manuseamos “sobrinho de Vossa Mercê” escreve Luiz Cesar de Menezes a João Amaro.

Quanto a André da Rocha Pinto cunhado de Pina ou Pinho é ele figura de relevo do sertanismo da Baía.

Em 1732 batia-se entre o Pardo e o Rio de Contas com os *gongaios* e *crancaios*, auxiliando a Antonio Veloso da Silva.

Queria Barbosa Leal que ele a Pina governassem um arraial a situar-se entre o Rio de Contas e Ilhéus. Pereceu batendo-se com os botocudos do Sul da Baía, fortificados em Lagoa Dourada, quando ia socorrer a coluna do capitão mór Domingos Carneiro Baracho que aliás marchara em seu auxílio (of. Pedro Calmon: *A Conquista*. 149).

É-nos impossível explicar como Damásio Coelho de Pina possa ter sido sobrinho de João Amaro Maciel Parente.

No inventário dos documentos do Arquivo da Marinha e Ultramar feito por Eduardo de Castro de Almeida não encontramos mencionados os nomes de Damaso Coelho de Pinho nem Damásio Coelho de Pina.

Quasi não se sabe, aliás, sobre a descendencia de Estevam Ribeiro Bayão Parente. É muito pouco o que Silva Leme conseguiu descobrir a tal respeito.

Acerca de João Amaro nada refere por assim dizer. Nem sequer lhe menciona os notabilíssimos serviços. Não sabemos se

casou algum dia. Silva Leme pensa que não. Nada esclarece porém a tal respeito apenas contando que tinha uma única irmã cujos nove filhos arrola não figurando entre eles nenhum Damásio.

A 4 de fevereiro de 1706 escrevia novamente a João Amaro o Governador Geral, encentando a sua missiva laudatoriamente.

“Louvo Vm. muito o zelo com que se emprega no serviço de Sua Magestade que Deus guarde porque sempre é mais bem servido quando quem o serve é mais honrado”.

Já chegara o comboio apresado pelo capitão mor. Na Cachoeira os resultados com outro comboio haviam sido medíocres, conforme avisara ao Governo.

Havia certo sujeito que pretendia contrariar a atuação do sertanista. Denunciara o João Amaro e Luiz Cesar o avisava de que tão mau vassalo se arrependeria gravemente do atrevimento a que se abalançara.

Continuasse o prestante servidor com o mesmo zelo pelo serviço d’El Rei.

Vinham depois instruções positivas.

“O outro de que Vm. me avisa que tomou, deve remettelo ao Provedor mór onde a parte há de requerer a justiça que tiver.

E o que Vm. diz traziam alguns passageiros e lhe deixou levar por lhe mostrarem uma certidão, pudera vm. não se fiar nella, que o Papel que elles fizeram, não os obriga a nada, pelo que os mais que passarem com ouro que tenha dúvida, se vem quintado, ou não por lhe mostrarem disso algum papel, ou papéis, o mande Vm. pesar e fará disso um termo, ou conhecimento, assignado por seus donos e com testemunhas em que se de-

clare, vem fulano com tanto de ouro, ou em pó, ou em barretas, de tal peso cada uma, notificando se lhe que venham com o mesmo ouro dar entrada ao Provedor mór, sob pena de lhe ser dado, digo, tomado, Provedor mór para eu mandar que puxe pelos sujeitos que se declararem nos ditos documentos quando não venha, voluntariamente dar entrada”.

O ouro não quintado, este, fosse confiscado sem a menor formalidade, de tal se lavrando o termo.

Estava o Governador certo de que o seu correspondente se haveria com “aquella actividade zelo e resolução que pediam semelhantes descaminhos”.

Se os culpados ousassem resistir “que se lhes fizesse justiça” recomendava Menezes expressamente.

“Grande atrevimento o de impedirem V. Mcê de fazer este serviço a Sua Magestade”!

Nada mais signifiativo como latitude de atribuições do que estas simples palavras “Vossa Mercê” se defenderá de maneira que se faça o serviço do mesmo Senhor como elle lhe ordena”.

O ouro confiscado devia ser remetido ao Provedor Mór do Estado, na Baía. Entregaria este ao procurador que o bandeirante designasse a porcentagem do apresador.

Devia ter havido conflito armado sério pois João Amaro refere que um escravo do dono do comboio “ficara estrepado”, sendo preso assim como um molequinho. Dizia-lhe o Governador que os remetesse ambos à Baía e logo que fosse possível.

Acerca dos gêneros apreendidos aos descaminhadores do ouro avisava Luiz Cesar de Menezes:

“A pólvora, chumbo, escopetas, sal, e as meias caras de asucar que ficaram em poder de vm. por não poderem vir, a respeito da condução, parecendo-lhe tomar tudo para si, o poder fazer, que se descontará, na sua meação, avisando vm. da sua importância. E o que vm. quizer, venderá pello seu justo preço e remetterá o procedio ao dito Provedor mór, para depois de estar posto tudo em arracadação se dar a vm. metade da sua importância”.

E terminando a assaz longa missiva reiterava o governador os termos de seu apreço ao fiel vassalo.

“Espero da pessoa de Vm. que tudo fará com acerto, e como honrado servidor de Sua Magestade, a quem farei presente o bem a vm. obrar neste negócio, e eu não deixarei de lhe agradecer”.

Deixando as paragens ribeirinhas e torrenciais do Paraguassú, transferiu-se João Amaro Maciel Parente para as terras do ouro onde informa Diogo de Vasconcelos (História Média das Minas Gerais, 22) faleceu sem sucessão a 2 de fevereiro de 1721 em sua fazenda, próxima ao arraial de Guarpiranga, quiçá sexagenário avançado.

CAPÍTULO XXXVII

O GOVERNO DO CEARÁ AO TEMPO DA GUERRA DOS BÁRBAROS

NOMEAÇÃO DE PEDRO LELOU

SUSPEIÇÃO DESTE CAPITÃO-MÓR

NOMEAÇÃO DE FERNÃO CARRILHO

**NOTÁVEL FÉ DE OFÍCIO DESTE
GRANDE SERTANISTA**

SUA EXCELENTE ADMINISTRAÇÃO

**ASSUME LELOU O GOVERNO E É SUSPENSO
DE FUNÇÕES**

A 18 de março de 1693 advertira D. Pedro II ao governador de Pernambuco sobre cousa do Ceará. Dali recebia muito queixas continuadas.

O provincial da Companhia de Jesus, por si e por seus padres, Manuel Pedroso e Ascenso Gago, ainda ultimamente viera a real presença.

Representara sobre a conveniência dos Índios novamente descidos para o Ceará e os das Aladeias ainda sem párocos serem mandados para a parte mais distante da Fortaleza e isentos da jurisdição do capitão-mór ao menos por alguns anos.

Não deviam ser chamados a guerrear os Tapuias sem parecer e consetimento dos seus Missionários porque de outro modo se não poderiam conservar nas Aldeias. E peor era: não se poderia descer do Sertão mais de quatro mil casais já dispostos para isso e a quem intimidariam tais precedentes.

Perplexo recomendava o Rei ao Governador, e ao Bispo, que resolvessem este caso depois de ouvidos os jesuítas.

Em 1693 nomeava D. Pedro II capitão-mór do Ceará Pedro Lelou valente militar estrangeiro passado ao serviço de Portugal.

Em suas *Figuras do Ceará Colonial* ministra o douto Guilherme Studart informes preciosos a seu respeito.

Era flamengo, bruxelês, filho de Ludwig Wolf e afracesara pitorescamente o nome para Lelou. Servira nos exércitos imperiais nas Flandres, durante dous annos, e depois mais cinco contra os turcos.

Em 1660 deixando o serviço do Império acompanhara Schomberg que ia dirigir os exércitos portugueses na guerra da Restauração. Sentara então praça de soldado. Batera-se bravamente sempre, no Alentejo e Jurumenha e na batalha em frente à Extremoz.

No grande prélio do Ameixial saíra muito mal ferido de uma cutilada na cabeça e uma pelourada que lhe atravessara o braço esquerdo ficando também aleijado de um dedo.

Pois bem tratara-se à sua custa e com grandes gastos! Não pagara a fazenda real esta despesa! Pronto de novo para o serviço já promovido a alferes e tenente, figurara na retomada de Évora e de Valença de Alcantara.

Aí designado para subir à brecha recebera uma pelourada de mosquete que lhe atravessara a garganta a queima roupa. Pois escapara! e em 1665 fôra mandado a servir no Brasil de onde voltara ao Reino, assistindo à batalha decisiva de Montes Claros.

Na tomada de S. Lucas de Guadiana sofrera terceiro ferimento, agora numa perna. Voltara ao Brasil já capitão de infantaria e empregara-se na reedificação da fortaleza de Tamandaré. Servira em 1673 contra os Pamarenses com quem tivera diversos encontros, comandando inteiramente o seu terço que era do Mestre de Campo Antonio Jácome Bezerra e fora mandado à Paraíba a acomodar alterações de moradores, saindo-se perfeitamente desta comissão.

Não pode Lelou assumir o posto de capitão-mór cearense porque houve denúncias de que falsificara certos documentos a fim de proteger seu filho Luiz Lobo de Albertin. Indo a presença do Rei Provou que a acusação era falsa e o monarca mandou que lhe passassem carta patente a 14 de novembro de 1694, nomeando-o por três anos.

Para o substituir, durante o impedimento, designou D. Pedro II a Fernão Carrilho. Mas o Governador de Pernambuco representou a Sua Magestade sobre a inconveniência de tal nomeação.

Era a presença de Carrilho indispensável à campanha de Palmares. E o rei, a 11 de dezembro de 1693, acedendo ao seu

delegado deixara-lhe plena permissão para escolher outro substituto a Lelou. Mudando de opinião consentiu Melo e Castro fosse o belga governar o Ceará.

Notabilizara-se Carrilho como é geralmente sabido na campanha contra os quilombolas.

Lembra Studart em *suas Figuras do Ceará Colonial*, que fora em 1669 nomeado Capitão da gente e marchara contra os mocambos de Geremoabo. Em 1670 Capitão de ordenança e cabo das tropas servira contra os mocambos de Sergipe ainda por provimento do Governador Alexandre de Souza Freire e por Carta Régia de 28 de junho de 1673 auxiliara a D. Rodrigo de Castelo Branco no descobrimento das minas de prata de Itabaiana.

Acompanhara ao Capitão Jorge Soares de Macedo em busca das minas, que se dizia haver nas serras de Piracassa Provido em 1676 pelo governador D. Pedro de Almeida no posto de Capitão mór da guerra dos Palmares, fizera nesse ano, e no seguinte, tal destruição nos negros levantados que grangeara o nome de restaurador daquelas capitanias.

“Estando Pedro Lelou impedido de assumir o governo do Ceará, para que fora nomeado, veio Fernão Carrilho substituí-lo em 1694 por ordem do Governador de Pernambuco. Em seu governo que se estendeu por mais de um anno foram vencidos os índios Pacajús ou Payacús, que infestavam as terras do Assú e a Ribeira do Jaguaribe, os Icós e os Carateús.

Outro serviço seu foi fazer descer do sertão grande número de Anassés e situá-los em Paramirim oito léguas ao N. da Fortaleza, com situou também os Jaguaribaras, a sete legoas ao

S. da Fortaleza e construiu casa e oratório para o Padre João Leite de Aguiar, mandado para missioná-los pelo Bispo D. Mathias de Figueiredo”.

Figura notável sobremodo notável do sertanismo do século XVII esta de Fernão Carrilho cujo nome tanto se prende à história da expugnação de Palmares. Está hoje mais estudada mercê das notas de Rodolfo Garcia à História Geral de Varnhagem e das informações de Pedro Calmon n’A Conquista.

“Meio homem de guerra meio captivador de negros fugidos”, d’elle diz Calmon, severamente talvez.

Realmente começou a carreira como destruidor de mucambos.

Duas fontes principais conhecemos para o estabelecimento de sua biografia um registro de carta padrão de tença, datado de 1680 e um parecer do Conselho Ultramarino, acerca do provimento do posto de capitão mór da capitania do Ceará, datado de 1699.

Era Fernão Carrilho filho de outro de igual nome e natural de Sergipe D’El Rei.

Quando nasceu não sabemos dizê-lo. Provavelmente pelas vizinhanças de 1635, pois em 1655, a 20 de setembro, deixava-se arrastar a um ato de violência, própria dos homens de ferro do sertão e da época.

Assassinou, não sabemos como nem porque um oficial o ajudante Francisco de Aguiar Lobo, no São Francisco, motivo pelo qual teve de homisiar-se. Em 1660 vemô-lo assentar praça de soldado raso sendo depois promovido a alferes.

Em 1669 nomeou-o o Governador Geral, Alexandre de Souza Freire, capitão da gente que foi atacar os mocambos de

Goremoabo e, em 1670, teve a superintendência da extinção dos quilombos de toda a capitania de Sergipe, comissão desempenhada brilhantemente.

Em junho de 1673 foi mandado pelo Príncipe Regente acompanhar D. Rodrigo de Castel Bianco às minas de Itabaiana e depois a Jorge Soares de Macedo às da serra de Piracassa. Prosseguiu na vida aventureira de destruidor de mucambos. Tal fama angariou que D. Pedro de Almeida incumbiu-o em 1676, da guerra os Palmares.

Em 1677 encetou a sua campanha principal contra os quilombos cuja audácia crescia diariamente. Teve diversos combates com os negros rebeldes deles matou grande cópia, aprisionando muitos.

Mas tinha forças insuficientes, menos de 200 homens em vez dos 400, que pedira a D. Pedro II de Almeida. Assim, depois de brilhantes feitos darmas coroados do êxito, e reconhecendo a impossibilidade de expurgar os Palmares recolheu-se ao Recife com muitos prisioneiros, inclusive a mulher e dous dos filhos do Rei Gangazuma.

Este acovardado pedira pazes obtendo uma trégua dos brancos.

Em 1698 nova incumbência lhe deram de assaltar os Palmares a testa de uma coluna organizada pelo governador Dom João de Souza, mas, viu-se suspenso pelo delegado régio. Em 1686 voltou novamente a pelejar com os negros tendo com eles tido vários e violentos embates de que lhe resultou grande cópia de prisioneiros. O Rei em 1680 lhe outograra uma carta padrão

de tença, no valor de oitenta e oito mil réis anuais, como restaurador da paz da capitania de Pernambuco e em benefício de seu filho Feliciano Prudente.

Em 1693 sendo mandado servir no Ceará para lá partiu em campanha contra os paiaçús. Derrotou-os completamente, deles matando muitos e fazendo-lhes 126 escravos.

Como destes cativos não quizesse um só para si isto refletiu tão favoravelmente entre os índios que o chefe dos tapuias veio pedir-lhe paz. Impoz-lhe o cabo branco que guerreassem os Icós, os primeiros dentre os bárbaros que se haviam sublevado e morto os colonos brancos do Jaguaribe.

Batidos os Icós pelos paiaçús deles foram feitos muitos prisioneiros que os vencedores apresentaram aos brancos para trocá-los pela gente aprisionada.

Mais tarde bateu Carrilho outros índios perigosos os Cra-teús entre os quais também fez muitos cativos.

Promoveu com o maior empenho o aldeamento dos jaguaribaras, que eram pagãos, e batisaram-se graças ao zelo do Padre João Leite de Aguiar.

Durante o seu governo do Ceará sempre manteve a maior disciplina entre a soldadesca impedindo as violências costumeiras contra os índios.

Ao deixar o Ceará ordenou a construção de três novos fortins e voltando a Pernambuco em vez de viajar por mar veio rompendo os sertões em direção ao Rio Grande do Norte. Tal o prestígio angariado entre os índios que durante esta jornada vá-

rios caciques vieram procurá-lo, à testa de suas tribus, rendendo obediência à Sua Magestade e às armas reais.

Com o gado trazido do Ceará fundou então quatro currais em diferentes pontos para restaurar a pecuária rio-grandense, arrasada pela guerra. Tal a súmula dos serviços de Fernão Carri-lho ao deixar o governo interino do Ceará em 1695, para onde regressaria em 1699 como capitão mór efetivo da capitania.

Nada mais expressivo do seu valor do que a carta do Rei ao Governador pernambucano, a 20 de novembro de 1694.

“Os índios principais das Aldeas do Ceará Grande, por carta de 16 de Maio deste anno, me scientificam o socego em que ficavam com o governo do Capitão Fernão Carrilho e o receio que tem de que lhes deem por successor o outro capitão que os maltrate, como já tinham exprimentado, e na consideração do que estes Índios escrevem. Me parece ordenarvos recomendeis ao Capitão Mór Pedro Lelou que os trate com toda a brandura e bom modo, sem os ocupar de maneira que se não possam queixar do seu procedimento, porque de outra meneira se procederá contra elle como está disposto”.

Pelos termos desta missiva se vê que Lelou era deste que passava por aplicar em regra a recomendação feudal do *poignez vilain!*

Havendo-se justificado da carga que lhe faziam da falsificação dos papéis do filho assumiu Lelou o governo do Ceará do que não tardaria a ser suspenso de funções, acusado de atos de extrema violência e arbítrio. Enviado o seu inquerito ao Conselho Ultramarino este o anulara por lhe faltarem os requisitos legais.

Pertira o acusado para Lisboa a fim de acompanhar o seu processo. A 26 de fevereiro de 1696 achava o Conselho que eram procedentes as acusações de violência e cupidez “as grandes extorções que os moradores padeciam com a sua assistência”.

E severamente se pronunciava contra o projeto de se lhe dar o posto de Sargento Mór da Capitania de Pernambuco por “ser de exemplo de muy prejudiciaes consequências para o serviço de Vossa Magestade”, advertia a D. Pedro II.

Mas o monarca, ouvido o interessado que praticara a quem quer vai “despachou o automandando saber quanto tempo ainda restava de prazo a Lelou e se o Conselho acharia de Justiça sua reintegração”.

A 14 de março respondia o Conselho contando que Lelou apenas governara dez meses. A Relação o absolvera com efeito mas politicamente, não convinha que voltasse ao governo do Ceará. Traria o seu regresso à maior perturbação aos vassalos temerosos de suas violências. Apontava-se o perigo da vingança que um homem tão violento exerceria contra os seus denunciante e desafetos.

Procedeu ao Rei secamente nomeando Lelou Sargento-mór de Pernambuco por meio de uma patente cheia das mais honrosas expressões a ponto de nela se dizer que fora deposto do governo cearense mas tivera sentença absolutória. Concedeu-lhe licença para passar três meses em sua antiga capitania para tratar de negócios particulares mas depois de empossado de novo posto em Pernambuco.

Se Lelou procedera mal ao mesmo tempo dera novas mostras da comprovada bravura. E seu filho que traduzia novamente o nome ancestral Wolf, aportuguesando-o definitivamente, herdara a bravura paterna. A 21 de janeiro de 1699 passou Dom Pedro II patente a este Fernando Antonio Lobo de Albertim de capitão de cavalos da Ribeira e distrito de Jaguaribe.

Nela se declara que assentando praça em 1681 servira como soldado e alferes de ordenança do Ceará, marchara contra o gentio tendo com este vários encontros e fora nomeado comandante do fortim da ribeira de Jaguaribe destinado a conter os paiaçús. Obrara nesta empreza como vassalo da maior fidelidade ao seu Rei. Provido em uma companhia de leva marchara para a campanha sustentando a sua gente à própria custa.

E não só isto, dispendera na fábrica da fortaleza duzentos mil réis, indo por várias vezes com a sua companhia a carregar terra e madeiras. Passara na campanha e marchas muitos trabalhos e fomes pela esterilidade dos ásperos sertões e rios atravessados a nado com risco de vida. Em tudo provedera sempre com satisfação.

CAPÍTULO XXXVIII

AS COMUNICAÇÕES ENTRE O MARANHÃO E O SUL

GRANDES DIFICULDADES A VENCER

PALAVRAS DE ANTONIO VIEIRA

AS JORNADAS DE JOÃO VELHO DO VALE

REVOLTA DOS ÍNDIOS MARANHENSES EM 1698

SITUAÇÃO ANGUSTIOSA

DESEJO REAL DE SE ENTREGAR

**A DEBELAÇÃO DO MOVIMENTO AOS MESTRES
DE CAMPO DOS PAULISTAS**

Entende Capistrano de Abreu, com a habitual lucidez que as dificuldades da navegação a vela, impostas pela fixidez do sentido dos ventos, durante larga parte do ano, determinaram o ato administrativo, muito acertado, da corôa portuguesa criando o Estado do Maranhão, autônomo.

E a tal propósito transcreve um trecho excelente de Antonio Vieira a que servem de introito as seguintes frases:

“Na arenosa costa Nordeste do Brasil sopram os ventos, cursam as correntes em direção invariável durante certa parte do anno. Vê-se isto na forma das dunas abruptas para Este e brandamente inclinados para Oeste, nos leques dos rios, cujas bocas orientais, como as primeiras que apanham a areia, são menos profundas que as bocas ocidentais. Decorreu dahi com igual clareza a elevação do Maranhão a Estado independente logo depois da conquista, devido à impossibilidade de ligá-lo por maneira constante ao território de Este e Sueste”.

A ilha do Maranhão, tomada aos franceses em 1615, pouco se destacou como centro de comunicações e povoamento em virtude da sua pequena população.

A situação primitiva descreveu-a o missionário incansável, o jesuita glorioso que subiu às primeiras cachoeiras do Tocantins e respirou os ares da Ibiapaba.

“Uma das mais diffícultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas.

Vem esta correnteza feita desde ao cabo da Boa Esperança com todo o peso das águas do Oceano na travessia, onde ele é mais largo, que é entre as duas costas da África e América, e começando a descabeçar desde o cabo de Santo Agostinho até o Cabo do Norte, é notável a força que em todo aquelle contovello de cosa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanto parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios

céos e os ventos que em companhia das águas e como arrebatados dellas, correm perpetuamente de Leste a Oeste.

Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, de sorte que do Pará para o Maranhão de nem um modo se póde navegar por fóra e do Maranhão para o Ceará com grandíssima difficuldade, e só em certos mezes de anno que são os de maior inverno.

Navega-se nestes mezes pela madrugada com a bafagem dos terrenos, os quaes como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vezes semanas e meses inteiros, se está esperando sobre ferro na costa descoberta e sem abrigo, sendo este um trabalho e enfadamento maior do que toda a paciência dos homens; e peor de tudo é que, depois desta tão cançada pórfia, acontece muitas vezes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão”.

Cita Vieira o caso de dous jesuítas, que, indo de São Luiz ao Camocim, gastaram cincoenta dias em atingir o rio Preguiça, ao passo que, quando resolveram tornar realizaram a travessia em doze horas.

As comunicações com o Pará eram mais favoráveis graças às numerosas baías, que entre ambos medeiam quando a navegação por fóra se mostrava impraticável, a interna por canoas era sempre mais ou menos possível.

Além disto, mais de uma vez recorreu-se a caminhos terrestres para anular o segregamento.

Depois de sua grande vitória de Guaxenduba sobre os francezes de La Ravardiére mandou Jeronymo de Albuquerque

por terra portadores do Maranhão a Pernambuco. E é sabido que André Vidal de Negreiros ao deixar o governo maranhense em setembro de 1656 retirou-se também por terra Pernambuco.

Foi Antonio Vieira pelo mesmo caminho de S. Luiz à Ibiapaba. De sua penosa jornada pela costa deixou impressões curiosas sobre os perigos e trabalhos grandes do caminho como a passagem de quatorze rios muito caudalosos atravessados na foz. Neles não havia embarcação para sua transposição. Era preciso trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, “às mãos por entre o rolo e a resaca das ondas” por costa bravíssima sempre.

Alagava-se a cada passo, e atirando-a o mar de um lado para outro os que a levavam corriam muitos perigos arriscando-se o êxito da viagem que dela totalmente dependia.

Em seu inconfundível estilo diz o grande inacino?

“Muitas vezes é também necessário, arrastá-la por grande espaço de terras e montes para lançar de um mar a outro e talvez obrigam estas dificuldades a tomar a mesma canoa em peso às costas com toda gente e levá-la assim por muita léguas: de modo que para haver embarcação para passar os rios, se há de levar pelo mar, pela terra e pelo ar”.

Comentando este trecho de Vieira lembra Capistrano que destes apuros resultou o Ceará desligar-se, desde as guerras flamengas, do Maranhão. E tal circunstância se deu tão insensivelmente que ainda não se fixou a data do fato, não se conhecendo decreto ou alvará determinado tal secessão. Resultou ainda que o Pará, apesar da proximidade, persistiu intacto e segregado, de preferência estanque do vizinho, procurando a metrópole.

Destes óbices outor efeito mais perdurável e fecundo; afastados dos seus visinhos do Norte, do Sul e Este procurarem os moradores do Maranhão contorná-los. E conseguiram realizá-lo.

Em 1670 Vital Maciel Parente, filho natural do feroz Bento Maciel explorava o curso do Parnaíba. E Inácio Coelho da Silva durante o seu governo (1678-1682) guerreou ativamente os tremenbés “vedetas avançados dos carirys” no dizer de Capistrano que assolavam as praias ao sul da ilha do Maranhão por onde transitavam os brancos.

Gomes Freire terminada a representação facílisma da revolta dos Beckman tomou muito a peito abrir caminho por terra do Maranhão à Baía.

Desta empresa, nada fácil, incumbiu a João do Vale. Duas entradas realizou este. Na primeira foi a Ibiapaba onde deixou três estradas vagamente assinaladas no dizer de Capistrano.

Na segunda foi à Baía passando por Cabrobó e Geremoabo. Na cidade d'O Salvador relata Frei Domingos Teixeira a biografar Gomes Freire, “depois de dar, em larga relação, notícia exata dos sertões que penetrou assinalando, pelos grãos, a altura do pólo, mais gasto dos trabalhos que dos annos, veio a acabar João Velho do Valle em beneficio da pátria, com serviços maiores que a gratidão”.

Faleceu Vale na Baía e seu roteiro enviado a D. Pedro II foi por este remetido a Gomes Freire. “Talvez por isto não produziu logo efeito nem na Baía nem no Maranhão” observa Capistrano.

Diz o mestre *neo pluribus impar* de nossa história colonial que do Maranhão, em 5 de julho de 1694. Antonio de Albuquerque es-

crevia sobre a possibilidade do caminho entre as duas capitâneas uma carta que Antonio da Cunha Soutomaior entregou na Baía a D. João de Lencastro a 19 de abril do anno seguinte.

Dois dias depois chegava o sargento mór Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios. Tinham acabado de descobrir o caminho, e trouxeram uma carta de Antonio de Albuquerque, datada de 17 de dezembro.

Chegou Loes a seu destino em Novembro, mas teve de demorar-se até que o governador daquele estado viesse do Pará. Com resposta de 15 de março de 1696 chegou à Baía em 22 de setembro imediato.

Pedindo a D. Pedro II satisfação de seus serviços e dos de seu primo, o Padre Barbosa, que lhe pertenciam, alegava Francisco Cordeiro de Mota quanto este jesuíta, missionário, e depois visitador do Maranhão, de 1656 a 1684 fora notável jornalista da Amazonia.

E o primeiro a estabelecer comunicação terrestre entre o Estado do Maranhão e o Ceará quando fôra a Serra da Ibiapaba, antes de fazer André Vidal de Negreiros. Seria exato? Se o fez realmente, executou-o no mesmo anno que o herôe das lutas com os bárbaros.

Extraordinário explorador das terras virgens, este inacino exercera, continuava o sobrinho, o mais profieno ministério entre os tabajaras, impedira levantes de índios e prepotências de brancos.

Este caso da intercomunicação terrestre do Maranhão e do Brasil ocupou bastante a atenção dos governantes dos dous estados em fins do século XVIII depois das campanhas dos paulistas.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho ainda governador do Estado do Maranhão em 1695, pedia ao Rei que se fixassem as fronteiras entre as terras de sua jurisdição e as do Estado do Brasil.

Antonio da Cunha Souto Maior, administrador de grandes fazendas de criação de gados da jurisdição da Baía, requêrera a concessão de terras de sesmarias nas cabeceiras do rio Paranassú (hoje Parnaíba).

E o Rei o autorizara a concedê-las a 25 de janeiro de 1696. Continuava sobremodo indecisa a fronteira entre o governo de Pernambuco, a que pertencia o Ceará e o de Maranhão. Em 1699 os jesuítas pediam terras de sesmaria entre as barras dos rios Aracati Mirim e Timonha último trato do litoral cearense, hoje, porque o Timonha é divisa entre o Ceará e o Maranhão.

Deviam estas terras ter como fundo a serra da Ibiapaba. Deferindo este requerimento pedia o Rei ao seu governador do Maranhão que dêsse todo o apoio a esta fundação, recuando assim a sua jurisdição além Ibiapaba. Os padres haviam descido da serra, para a sua fundação litorânea, índios bravos e subitamente surgira João Velho do Vale à testa de um troço de índios maranhenses, arrebatando-lhes vinte e cinco casais de reduzidos.

Representando os jesuítas a Dom Pedro II sobre estas violências daí nascera à carta régia de 8 de janeiro de 1697 pela qual o monarca severamente lhe pedia contas do procedimento algo desobediente.

“João do Velho do Vale, na ocasião em que sahio desse estado por cabo de uma tropa de Índios e descer Gentio brabo na

Serra de Ibiapaba levando vinte e cinco casaes com suas famílias dos Índios que os Padres da Companhia tinham deseido para a Costa do mar vos mandei ordenar que informado da verdade e achando ser assim como se me tinha representado, o obrigasseis a repor estes Índios a custa de sua fazenda nas terras e Aldeas donde os tirara, e que procedesseis contra elle na forma de minhas Leys. E porque o dito excesso se tem verificado mais: Me pareceo ordenar vos me deis contos de cono tendes procedido nesta matéria”.

A 17 de janeiro de 1699 eram simultaneamente expedidas à mesma carta régia aos dous governadores dos Estados do Brasil e do Maranhão Dom João de Lencastro e Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Mandava que as tropas do Rio de S. Francisco fossem enviadas para o Estado do Maranhão e discorria “sobre a impossibilidade em que se achava o Paulista, que se tinha offerrecido a ir extinguir todo o gentio que infestava aquella Capitania”.

A Antonio de Albuquerque escrevia o Rei:

“Eu El-Rey havendo visto o que me escrevestes sobre a impossibilidade em que se acha o Paulista essa Capitania, por se agregarem muitos de seus soldados às guerras e tropas que andam na conquista dos Palmares em Pernambuco, o que se podia remediar indo da parte da Baía e Rio de S. Francisco aonde há muitos Índios a conquistar estes bárbaros, por não haver nesse Estado Índios e ficarem as Aldeas quasi despovoadas com as bexigas.

Me pareceu ordenar ao Governador geral do Estado do Brasil, que acabada a guerra do Rio Grande e Ceará e desocupada a gente della mande as tropas do Rio de S. Francisco para esse Estado, para se atalhar o damno que padecem seus moradores nas invasões do Gentio, com declaração que sobre os prisioneiros ou Captivos da Guerra que se fizer se guardará inviolavelmente a disposição das minhas Leis. De que vos aviso, para terdes entendido a resolução que fui tomar neste particular”.

Quem seria este paulista? O *Apuçá*, João Pires de Brito, João Raposo Bocarro? É o que infelizmente não podemos esclarecer.

Voltava à baila o caso das violências praticadas por João Velho do Vale de quem se revela, graças a este documento uma nova entrada desconhecida de Capistrano, a menos que o papel se não refira a algum filho ou homônimo do explorador.

Apura-se que Antonio de Albuquerque despachara a tropa do sertanista a serra da Ibiapaba, à caçada de índios bravos. Alegava agora que não tinha meios para sindicar do caso dos excessos pois só poderia mandar iquirir os soldados da bandeira e os índios cujos depoimentos seriam parciais.

Mandava D. Pedro II ao governador de Pernambuco que intervisse no caso abrindo sindicância pois queria a castigo do audaz perturbador dos jesuítas.

Alegava Albuquerque que Vale comboiava os descobridores da nova estrada do Maranhão para o Brasil.

Se voltara com os índios é que estes o haviam acompanhado, voluntariamente, atendendo ao chamado que ele lhes

transmitira, de parentes seus, localizados nas visinhanças de S. Luiz do Maranhão!

Santa hipocrisia!

Tomando conhecimento desta explicação impagável dava D. Pedro II uma decisão inteiramente impagável as normas do tempo e o modo de se tratarem os pobres selvícolas que no Ibiapaba tinham parentes e amigos, a 500 quilômetros de lá...

“Me pareceu mandar vos declarar que pois se mostra que foram estes Índios voluntariamente a chamado dos seus parentes para essa Capitania de São Luiz do Maranhão que se insistirem em querer ficar na parte onde se acham hoje situados os deixeis ficar; porém, que se pertenderem a restituição para as suas terras a serra de Ipuapauava de onde vieram os deixei ir livremente por não ser justo que fiquem detidos contra o seu gosto na parte aonde a sua assistência não é voluntaria encontrando-se lhes por este meio a sua liberdade, e para este effeito se vos envia com esta a lista dos Casas que das ditas Aldeas foram tiradas e vos ordeno aviseis dos Índios conteúdos na dita lista que faleceram dos que tornaram para as suas Aldeias e dos que ficaram nesse Estado”.

Seria curiosa a inspeção da lista a que se refere à carta régia para sabermos quais os pobres índios que pretenderam a restituição às suas terras ibiapabanas.

Afinal, a 17 de dezembro de 1698 avisava o Rei ao governo de Pernambuco que se liquidara o caso de Velho do Vale. Mandara Albuquerque dizer-lhe que os índios preferiam viver onde estavam! não queriam restituir-se às suas terras assim o

havam insinuado! Enviara-se à real presença a lista de seus nomes e a redação dos que já haviam falecido!

A 8 de janeiro de 1699 recomendava o Rei ao governo do Maranhão que com todo o empenho promovesse o povoamento dos vales do Parnaíba e Paraim.

O Paraim, afluente do Guergueia e confluyente do Parnaíba nasce, como se sabe, na serra de Guergueia e atravessa a lagoa de Parnaguá. Era a colonização de quatro quintos de uma arca de 250.000 quilômetros quadrados que a inconsciência geográfica régia imaginava realizar para a segurança do Estado do Maranhão.

Assim recomendava ao Capitão Mór do Ceará fizesse examinar a foz do Parnaíba e informasse “a entrada que tem e se era fortificado, e o fundo assim no mar como depois da entrada no Rio, a largura da barra, os baixos que tem assim desembertos, como os debaixo da água para se poder tomar neste particular a resolução conveniente”.

Vivia o interior do Maranhão assolado pelos tapuias cujas correrias quase atingiam a ilha de S. Luiz.

Devastavam os vale do Mearim e do Itapicurú e ultimamente haviam ameaçado aos moradores da vila de Icatú quasi no litoral, a vizinha do Rosário e Anajatuba.

Este gentio de corse cada vez mais audaz se mostrava e Antonio de Albuquerque pedia socorros à Corôa. A única salvação residia na intervenção dos paulistas naquelas companhas.

A 10 de fevereiro de 1699 procurava Dom Pedro II infundir-lhe confiança e esperança pela carta régia desta data.

“Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Amigo etc. Vendo o que me representastes sobre as contínuas hostilidades que o Gentio do corço faz nos moradores das terras firmes dessa Capitania e novamente aos da Villa do Icatú, cujo povo se achava mui atermorisado e não menos os do Meari e Itapecurú instando em desamparar as fazendas e povoações e que leis entre-tendo com a esperança de alcançarem a mercê de mandar aos Paulistas conquistar esses bárbaros.

E porque estas hostilidades de que me daes conta pedem remédio prompto; Fui servido rezolver se lhes faça guerra e que os que nella se aprisionarem sejam captivos.

E para esse effeito o mando assim declarar ao Governador geral do Esado do Brasil e lhe ordem que da gente dos terços de Pernambuco de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, ou da Bahia, de que é Mestre de Campo Manuel de Moraes Navarro mande fazer esta guerra aos Índios do Corço a esse estado com as condições seguintes:

Que levem em sua companhia alguns missionários se o houver e que queira ir com elles, que façam a guerra aos Índios do corpo das nações que actualmente a dão a esse estado, e que querendo algumas destas nações reduzir-se e aldear-se a vosso arbítrio os não possam captivar, e que succedendo passar por algumas Aldeas ou do districto de Pernambuco e Ceará ou da Bahia ou desse mesmo estado o façam da maneira que os Índios não recebam algum temor, e que peçam ao missionário que lhes assistir ou ao principal que os governar pello preço commum o que necessitarem para o seu sustento.

E com condição, também, que todos os índios que captivarem levarão a essa capitania de S. Luiz aonde se poderão vender depois de examinada a justiça do seu captiveiro na forma de minhas Ordens; e porque será conveniente que o dito terço parta logo para fazer esta guerra e que ao mesmo tempo faças o que vos for possível da vossa parte procurando encontrar-se com elle, se ordena ao dito Governador geral do Brasil que com toda brevidade o faça partir e vos avise do tempo em que poderá chegar as Serras que habita o dito Gentio do corço; em o entretanto. Me pareceo ordenarvos formeis alguma tropa com que se possa defender os moradores desse Estado das hostilidades que padecem, e a Dom João de Lencastro fareis aviso declarando quaes são os Índios que actualmente dão guerra a esse estado e para maior cautela fareis este mesmo aviso ao Cabo que da Bahia ou Pernambuco for fazer esta guerra porque sempre o encontrará no caminho quando o não acho ainda na Bahia”.

Mas nem Domingos Jorge Velho nem Moraes Navarro se empregaram em tal campanha.

A documentação que conhecemos é sob tal ponto absolutamente omissa.

Refere Borges de Barros (*Anais do Arquivo Público da Baía*, VI 87) a existência de uma carta régia de 10 de fevereiro de 1699 pela qual Dom Pedro II mandava Domingos Jorge Velho dominar os índios do Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Além dos missionários devia levar como lugares tenentes Matias Cardoso de Almeida e Antonio de Albuquerque de Camara.

Infelizmente não transcreveu este documento importante.

Afirma ainda Borges de Barros que já anteriormente, a 26 de julho de 1694, tivera Domingos Jorge Velho outra comissão régia a de reprimir os índios Calabaças, Inham uns e Cariris do Ceará. E os de Paranaguá e Paranamirim (sul do Piauí) como se lê no códice do arquivo baiano que encerra as Ordens Régias de 1694 e 1698 (Ibid 87).

Excentaria tal empresa depois de ter liquidado o caso palmarenses.

Mas não há vestígio documental de que o haja realizado.

Em seus tão conhecidos *Anais Históricos do Estado do Maranhão* silêncio Berredo completamente sobre estas questões de lutas dos bandeirantes com os indígenas.

Apenas relata a expedição de Vital Maciel Parente em 1679 contra os Taramanabazes, gentio de corso, insignes nadadores, vivendo nas praias onde faziam mil malefícios aos navegantes costeiros. Nesta jornada Vital seguindo os exemplos paternos atacou os índios por terra e por mar em Tutoia infringindo “a esta racionaes feras o mais fatal destroço sem distinção de idade nem ainda de sexo”.

Referindo-se ao ano de 1699 informa o cronista que neste milésimo apareceram no rio Monin, perto do litoral, portanto, os Caicaizes, tapuias de corso que trucidaram de modo tão pérfido quanto bárbaro de noventa brancos.

CAPÍTULO XXXIX

OS PAULISTAS NO MARANHÃO

FRANCISCO DIAS DE SIQUEIRA
JOÃO RAPOSO BOCARRO – BANDEIRAS DE PREA

RECLAMAÇÕES DOS GOVERNADORES

Não é muito o que se sabe do terrível Francisco Dias de Siqueira o célebre Apuçá (o surdo) o mais notável dos bandeirantes que atuaram no Extremo Norte do Brasil, em terras do Estado do Maranhão a prear índios, sob o pretexto de combater os tapuias e segundo comissão do Governo Geral.

Reduz-se a sua biografia quasi só ao que sobre ella escreveu Pedro Taques.

Filho de Francisco Pires de Siqueira, cidadão de S. Paulo “que ocupou os cargos da república” falecendo em 1671, era neto paterno do portuguez Francisco de Siqueira e da paulista Ana Pires de Medeiros (falecida em 1668).

Por Ana Pires subia a ascendência o *Apuçá* aos primeiros troncos vicentinos, pois era ela filha de Salvador Pires, e pessoa principal da República, homens de vida abundante em suas grandes lavouras cheias de índios católicos de sua redução e administração e da famosa matriarca Messia Fernandes, chama-

da Messiucú pelo idioma brasílico, a grande e ilustre neta de Antonio Rodrigues e de Pequeroby.

Por sua mãe Helena Dias (falecida em 1669) provinha aliás o *Apuçá* do célebre Pero Dias ex-irmão leigo jesuíta desligado de votos para se tornar um dos membros mais notados do patriarcado colonizador de S. Paulo.

Casando-se com a santista Joana Corrêa que tinha família na Baía esteve o Apuçá longos anos no sertão a prear índios acabando por conjugar a sua tropa à do sistema das outras bandeiras das campanhas do Nordeste mas procurando outra zona mais longínqua o Maranhão.

Quando nasceu? Não sabemos dizê-lo. A mais antiga referência documental a seu respeito é do último quartel do século XVII.

Desde 1677 que Francisco Dias de Siqueira se distinguira e notavelmente, nas campanhas contra os selvagens do centro baiano e em terras do Estado do Maranhão. Operou em região dos atuais Goiaz, Piaui e Maranhão, além das Serras Vermelha e dos Dous Irmãos e quasi atingindo o Pará, se é que não perlustrou também terras paraenses.

A este respeito existem preciosos documentos (ef. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, XII, p. 428).

Assim era a junta provisória dos governadores do Brasil: o Chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro e os mestres de campo Alvaro de Azevedo e Antonio Guedes de Brito, que lhe passava a patente de capitão-mór, a primeiro de fevereiro de 1677.

“O Governador do Estado do Brasil etc. Porquanto Francisco Dias de Sequeira, morador na Villa de São Paulo, tem reduzido a sua amizade, e feito pazes com os principaes das Nações Guacupê, e Ananaz, sitas no ineirim (sic) do Sertão de Rio de São Francisco nas cabeceiras do Maranhão, e Rio de Parna-guá, serviu de grandes consequências pela conveniência que por terra pode haver daquelle Estado a este descobrimento das Minas, e da Lagoa em que se diz haver pérolas, a que elle se offerece, além do beneficio de se penetrarem, e cultivarem aquellas terras, segurança que daquellas Nações podem ter os Vassallos de Sua Alteza por essa causa, e mais fácil reducção daquella gentilidade, a Fé Catholica, lhes temos concedido a administração que nos pediu das mesmas Nações, que a custa de sua fazenda, e trabalho, tem pacíficas as suas ducçam (sic).

E considerando Nós que para melhor se poderem conseguir os effeitos que se esperam de sua actividade, valor, experiência, e zello do serviço de Sua Alteza, é justo provê-lo de Capitão Mór de toda a gente branca, e Índios que tem comsigo, e das Aldeias de todas as Nações acima nomeadas, e das mais que for reconduzindo a obediência do Príncipe Nosso Senhor, e amisade do dito Francisco Dias de Sequeira; esperança delle que nas obrigações do dito posto se haverá muito conforme a confiança que fazemos de seu merecimento.

Havemos por bem de o eleger, e nomear (como em virtude da presente fazemos) Capitão-Mór de toda a gente branca que tiver, e se aggregar, e bem assim das sobreditas Nações de que

ora tem amizade, e das que adiante reduzir a ella; e com o dito posto haverá as honras que lhe tocam”.

Depois de lhe darem posse ordenavam os Governadores: “Aos officiaes Maiores, e menores de guerra, e milícia deste Estado, ordenamos outrosim o honrem, estimem e reputem por tal Capitão-Mór, e aos Officiaes brancos, e Índios, e Principaes das sobreditas Nações, façam o mesmo, e obedeçam, cumpram, o guardem todas suas ordens, de palavra, ou por escripto, tão pontual, e inteiramente como devem, e são obrigados.

Para firmeza do que lhe mandamos passar a presente sob nossos signaes, e sello das Armas Reaes, de que este Governo usa, a qual se registrará nos livros da Secretaria do Estado e nos mais a que tocar”.

Dous lugares tenentes levará o Apuçá, capitães da metade sua gente, Francisco Dias Peres e João da Costa, nomes que não conseguimos localizar no conjunto do bandeirantismo paulista.

A quatro de fevereiro lhes foram passadas patentes.

Reza à primeira:

“Porquanto convém prover-se duas Companhias de Infantaria da Ordenança de toda a gente branca que o Capitão-Mór Francisco dias de Sequeira, tem a seu cargo, e se lhe aggregar, e eleger para isso pessoa de valor, prática da disciplina militar, e experiência da guerra: tendo. Nós consideração ao bem que todas estas qualidades concorrem na de Francisco Dias Peres; esperando delle que nas obrigações que lhe tocarem, se haverá muito conforme a confiança que fazemos de seu procedimento. Havemos por bem de o eleger, e nomear (como pela presente

fazemos) Capitão de Infantaria da Ordenança, da metade do número da gente branca que o dito Capitão-Mór tiver a seu cargo, e se lhe forem aggregando, para que como tal o seja, use, e exerça com todas as honras, graças, franquezas, preeminências, privilégios, isenções, e liberdades, que lhe tocam, pódem, e devem tocar aos mais Capitães de Infantaria da Ordenança desta Capitania da Bahia”.

Eram talvez oficiais da ordenança da Baía. Vieira Siqueira à capital do Brasil para obter munições e conseguira os elementos que desejava.

No mesmo dia de 1 de fevereiro de 1677 determinava à junta: (cf. “Docs Históricos” VIII, 269).

“Porquanto Francisco Serqueira (sic) morador em São Paulo desceu do Rio de São Francisco a esta praça a representar-nos que havia feito pazes no mais interior do Sertão da outra parte do dito Rio nas cabeceiras do Maranhão por outros chamado p... aiba com os prin..... em Ge... .

.....as, outras pela grande despesa de sua fazenda e risco de vida e pelas grandes utilidades eu se podiam seguir ao serviço de Deus na reducção daquellas almas, e ao de Sua Alteza, na communicação dos Estados do Maranhão, e Brasil descobrimento de várias minas, e da lagoa das pérolas, além de se descobrirem, e povoarem todos aquelles campos para augmento da Fazenda Real e que para este effeito, e conservação das mesmas nações lhe era necessário entre outras cousas pólvora e bala: O provedor Mór da Fazenda Real lhe mande dar por conta della

três arrobas de pólvora, e oito de bala, e com recibo seu se levará em conta ao Almojarifé que a despende”.

Depois destas referencias às operações de Francisco Dias nada conhecemos a seu respeito na documentação. Reparece o seu nome mais tarde como subalterno de outro chefe bandeirante de S. Paulo.

Mas o documento de 1677 nos indica quanto era a sua atuação larga e notável nos sertões do São Francisco e do Maranhão.

Em data até agora não esclarecida encetou Siqueira as suas campanhas do final do século.

O mais minucioso documento que a seu respeito existe é a patente que Borges de Barros descobriu no Arquivo da Baía e publicou. Por ela vemos que substituíra a outro sertanista seu patrício João Raposo Bocarro, de cujo comando foi feito tenente coronel por Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, a 23 de junho de 1691.

De João Raposo Bocarro, a biografia está também muito mal esclarecida ainda, embora dele já se tenha ocupado Pedro Calmon, em seu excelente estudo *A Conquista*.

Vamos tentar colocá-lo na enorme árvore da progênie bandeirante. E se conseguimos fazê-lo é por intermédio dos estudos reconstitutivos de nossas velhas linhagens, efetuados pelo benemérito Silva Leme, que o título Raposos Bocarras de Pedro Taques, onde o sertanista devia figurar, perdeu-se.

João Raposo Bocarro, chamado *O moço*, para se distinguir de seu pai e homônimo, era neto de Antonio Raposo, natural de Lisboa, tronco da família dos Raposos Góes em São Paulo e no Brasil.

Veio de Portugal na armada de D. Diego Flores Valdez em 1583, foi armado cavaleiro em S. Paulo e em 1601 por Dom Francisco de Souza, em prêmio de relevantes serviços prestados à corôa. Casado em S. Paulo com Isabel de Góes aí faleceu em 1633.

Dos seus filhos João era o Segundo. Em 1638 obteve do capitão-mór da capitania de S. Vicente, Antonio de Aguiar Barrega, para si e seus filhos, João Raposo, o Moço, e três de suas filhas, terras de sesmaria, alegando que ajudaria sempre nas ocasiões que se haviam oferecido ao real serviço para o aumento e engrandecimento da Corôa. Era também capitão de uma companhia de ordenanças.

Vemô-lo em 1635 acudir ao rebate de um assalto de piratas a Santos, com a sua tropa, e uma outra companhia a de D. João Manuel Rendon.

Em 1641, foi dos aclamadores de D. João IV, em S. Paulo, mas na história das bandeiras seu nome não tem destaque.

Aliás Pedro Taques dele nada conta de particular, assim como do filho e homônimo acerca de quem Silva Leme nada relata nem mesmo o casamento. Pedro Calmon refere à existência de um seu bisneto alegando ao Rei os serviços do antepassado.

Deste segundo João Raposo Bocarro se sabe que foi bandeirante de destaque. Em 1663 servia na bandeira de seu primeiro Matías de Mendonça que pretendia fazer uma entrada em busca de esmeralda.

Em 1691 organizava João Raposo Bocarro uma expedição de pesquisa de prata, pedrarias e pérolas (?) (sic) “nos sertões interiores do Rio Grande, Ceará, e confins da guerra com nações bárbaras” e

pedia que o Governo Geral lhe desse como imediato o *Apuçá* cuja patente expedida a 23 de julho de 1691, pelo Governador Geral Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho merece ser lida. (cf. “Anais do Arquivo Público da Baía”, VI, 200).

“Porquanto convém prover o posto de Tenente Coronel de Joam Raposo Bocarro, que ora vae ao descobrimento das Minas de Ouro, prata, pedraria, e pérolas que há na Serra e lagoas de que tem notícia, pelos Sertões interiores do Rio Grande, Ceára e confins da guerra que se offerecer com algumas Nações Bárbaras, como para lhe succeder em algum acontecimento; e eleger para isso pessoa de muito Valor, experiência militar, e prática na língua geral: Respeitando Eu o bem que todas estas qualidades concorrem na do Capitam Mór Francisco Dias de Siqueira, e ao bem que me constou haver Servido a El-Rei meu Senhor naquellas Campanhas;

Hei por bem de o eleger e nomear (como pela presente elejo, e nomeio) Tenente do dito Coronel Joam Raposo Bocarro para que o seja use exerça com todas as honras, graças, franqueza, privilégios insenções e liberdade que lhe tocam podem e devem tocar aos Tenentes Coroneis dos Regimentos Milicianos deste Estado e Reino de Portugal, e lhe possa succeder por algum accidente de que o dito Coronel lhe dá a posse e juramento, cujo assento se fará como é estilo nas costas desta.

E ordeno ao Senhor Governador de Pernambuco o tenha assim entendido e o deixe exercer o dito posto; e a todos os Officiaes Maiores, e menores de guerra e ordenanças, e sentem por tal Tenente Coronel e o Capitam Mór daquela entrada Gaspar

dos Reis; e mais Capitães e soldados della façam o mesmo e obedeçam, cumpram, e guardem todas suas ordens que por elle lhe forem dadas com nome do dito Coronel tão pontual, e inteiramente como devem, e são obrigados”.

Esta escolha de Siqueira mostra mais uma vez quanto entre os sertanistas de S. Paulo era forte o liame do parentesco. E com efeito entre João Raposo Bocarro e seu tenente coronel existia parentesco próximo.

Filho de Ana Maria de Siqueira, por sua vez filha de Ana Pires de Medeiros, vinha João Raposo Bocarro a ser sobrinho materno do *Apuçá*.

Desapareceu depois, da documentação por nós conhecida, o nome de João Raposo Bocarro.

Diz Pedro Calmon (cf. *Conquista*, p. 103) que teve um filho Estevam Raposo Bocarro, sertanista, cujos serviços Tomaz Antonio da Costa Alcany Ferreira alegava ao Rei em 1803 para obter o officio de administrador da Alfândega da Baía (Doc. 25.723 do Arquivo da Marinha e Ultramar).

Quer-nos parecer que haja aí engano do nosso brilhante e joven confrade.

Este Alcamy não descende de João Raposo Bocarro e sim do primo deste, Estevam Raposo Bocarro, irmão dos grandes sertanistas João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu País de A-breu. Era tio portanto de nosso linhagista P. Taques.

De Estevam Raposo diz o genealogista, paulistano:

“Estevão Raposo Bocarro, passou da pátria ao sertão dos Curraes da Bahia, Rio de S. Francisco, onde se estabeleceu com

grossas fazendas de vado vaccum, e foi um dos mais potentados daquelle sertão; delle abriu estrada franca pelo sertão e do Urucuya para as minas de Villa Boa de Goyaz. Foi um dos grandes sertanistas do seu tempo, cujo valor acreditou por espaço de alguns annos, conquistando e domando o bárbaro gentio, naquella, que se lhe fez pelo governador Mathias Cardoso de Almeida”.

Sua segunda filha Rita é que se casou com Tomaz da Costa Ferreira de Alquini, natural da Vila de Viana, fidalgo da casa real, bem conhecido pela sua distincta qualidade da casa e morgado de Alquimi, irmão directo de João da Costa Ferreira, que foi mestre de campo do governador da praça de Santos, e de Antonio Ferreira de Brito fidalgo da casa real, que casou na villa de Santos na nobre casa de Sant’Anna, e de quem fazemos menção na decendência de Luiz Dias Leme. Foi filho de André da Costa fidalgo da casa real e morgado de Alcamy em Vianna”.

Coteje-se este texto com o da petição que se refere Calmon.

“Diz Thomaz Antonio da Costa Alcamy Ferreira, natural da cidade da Bahia de Todos os Santos, filho legítimo de Thomaz da Costa Alcany Ferreira e de sua mulher D. Ursula de Uzeda Ayala Araújo e Luna, que elle supplicante tem por seus avós e predecessores pela parte paterna a Thomaz da Costa Alcamy Ferreira filho legítimo de André da Costa Alcamy, fidalgo da Casa Real, que foi chamado nas últimas Côrtes que se celebraram neste Reyno, com tão bem de André da Costa Alcamy, governador que foi em Monção, e do Capitão Mór Estevão Raposo Bocarro pela parte de sua avó partena, descobridor e creador da Capitania de Goyaz e mais Minas, e do Mestre de Campo

e descobridores do grande e importante rio de S. Francisco e mais minas adjacentes, atravessando aspérrimos sertões e grandes mattas cheias de feras e de gentios tudo à sua custa. E pela parte materna neto de Domingos Martins Pereira e do Coronel Salvador Cardoso de Toledo, Domingos do Prado e Oliveira, Mestre de Campo; e por último 4 o neto do grande Amador Bueno, de quem a Real Corôa de Portugal ainda hoje attende os grandes serviços que lhe fez no Estado do Brasil e capitania de S. Paulo”, etc.

Em vez de se entregarem às pesquisas de minerais e pérolas (?) sobrinho e tio o que fizeram foi realizar a prêa dos índios em larga escala.

A 21 de junho de 1692 protestava o Governador do Estado do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho a D. Pedro II contra os processos do bandeirante.

A tal respeito escreveu Pedro Taques:

“Franciso Dias de Siqueira, capitão mór, chamado de alcunha *Apuçá*, o que quer dizer surdo. Este paulista penetrou com a sua tropa o sertão até a cidade do Maranhão, e nas aldeas dos índios catholicos daquelle Estado fez várias extorções, cujos impulsos se não atreveu a castigar o governador pelos annos de 1692 para 1693 e delles deu conta ao Sr. Rei, D. Pedro II”.

Este príncipe usando de sua paterna clemência ordenou aos officiaes da Câmara de S. Paulo em carta de 2 de novembro de 1693 que o castigassem com toda a demonstração, que ficasse servindo de exemplo para outros vassallos não imitarem os procedimentos insultosos que havia cometido.

Esta real ordem se acha registrada na secretaria do Conselho Ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro, título 1673 pág. III e é do teor seguinte:

“Tenho por notícias certas, que dessa capitania sahira por cabo de uma tropa Francisco Dias de Siqueira a penetrar os sertões do Maranhão com ordens suppostas, insinuando as levava para se fazer communicável aquelle Estado com o Brasil de que se seguira que o governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho lhe dera os mantimentos e munições necessárias, entendendo que o seu ânimo seria de se empregar no meu real serviço e extinção do gentio de corso, o que obrara tudo pelo contrário, e que fizera grandes destruições e hostilidades nas aldeias domésticas, valendo-se deste engano para obrar esta maldade; e por esta acção se fez digno de tudo o castigo; vos ordena procedaes com toda a demonstração neste caso contra este sujeito para que sirva de exemplo para os mais se não animarem a commetter estes insultos. Espero de vós como bons vassallos assim obreis etc”.

Interpelou o Rei ao Governador Geral e este por carta de 19 de julho de 1693 dava-lhe as satisfações pedidas.

Andava o *Apuçá* no alto sertão maranhense como declara o exórdio da carta:

“Por carta de Vossa Magestade de 3 de dezembro do anno passado foi Vossa Magestade servido dizer-me que o Governador do Estado do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho dera conta a Vossa Magestade por carta de 21 de junho

do mesmo anno, e como tivera por notícia que as Tropas dos Paulistas andaram visinhas aos districtos da Capitania do Pará.

Esta jornada era o efficaz remédio para se exterminarem os índios nomadas e selvagens, e de se conseguir o descobrimento do caminho para o Brasil como o verificara por uma carta que recebera do Capitão mór da Conquista Francisco Dias de Siqueira, que por ordem minha andava na mesma deligência, e que com as notícias que lhe dera o Sargento Mór das Tropas (que fizera vir a sua presença) lhe propuzera os meios para conseguirem estes intentos:

E por se presumir que os ditos Paulistas hiam às Serras de Iquapraha na costa do Ceará para levarem dellas os índios daquellas Aldeas que havia muito tempo estavam domésticos pelos Padres da Companhia”.

Assim deturpados os intentos da bandeira e ameaçada a segurança dos índios já domesticados precisara Antonio de Albuquerque mandar um Cabo com quatro soldados e alguns índios a impedir-lhes o desígnio.

Transcreve Coutinho as providências exigidas pelo monarca:

“Foi V. Mag. Servido dizer-me que de minha parte escrevo a estes Paulistas para os obrigar a esta empresa insinuando-lhes quanto convinha ao serviço de V. Magestade e bem daquella conquista conservarem-se os Índios já domesticados, naquelle lugar em que estavam situados e o bom tratamento delles, por ser a natural defença e de que pendia a sua conservação e que de nenhuma maneira os divertissem nem afastassem de suas Aldeas, e como o seu intento foi de penetrar os Certoens, o fosse

também de se empregarem no serviço de V. Magestade e que o maior que lhe pederia fazer, seria o de se empregarem na instinção dos do Curso, por serem os mais danosos aos moradores deste Estado, de cujos repentinos assaltos se tinha experimentado tantas ruynas, e que nesta guerra devião o seu maior cuidado, pois no bom successo della consistia o socego dos Vassallos de V. Magestade e que para este effeito lhe faria dar nam só os mantimentos necessários, mas as munições convenientes, segurando-lhes o muito que V. Magestade se daria por bem servido delles, por tomarem a sua conta a expedição desta guerra, para V. Magestade lhes fazer toda a mercê, quando se tratar de seus particulares; e de que muito Eu obrasse dessa conta a V. Magestade com toda a individualidade e que ao Goverandor do Maranhão mandava Vossa Magestade fazer a mesma recommendação”.

Justificando-se, expunha Camara Coutinho o que faziam os paulistas habitualmente:

“Os Paulistas sahem da sua terra, e deitam várias tropas por todo o Sertão e nenhum outro intento levam mais que captivarem o gentio de linguagem geral que sam os que estão já domesticados e se não occupam do gentio do Corso porque lhes não serve para nada”.

Queixava-se o Governador Geral amargamente dos bandeirantes a quem movia apenas o interesse pessoal. “Assim que o interesse destes homens nam é o serviço de Deus, nem o de V. Magestade e com pretextos falsos, passam de uns governos para outros, e se lhes não mostrar as ordens que levam enganam aos Governadores”.

Tal era o deste cabo de tropa.

“Como este Capitão mór da Conquista, Francisco Dias de Siqueira, faz ao Governador do Maranhão, dizendo-lhe que ia a descobrir aquelle Sertão por minha ordem (que tal não houve nem tal homem conheço) e com este engano pedem mantimentos, armas, socorros, e depois com ellas vão conquistar o gentio manso das Aldeas, e o gado dos curraes dos moradores. Com que estes homens são uns ladrões destes Sertões e é impossível o remédio de os castigar, porque se os colherem merece fazer-lhes uma tal demonstração que servisse por exemplo para se não atreverem a fazer os desmandos que fazem”.

Inutil, se tornava pretender persuadi-los, a estes vassallos indomáveis.

“Eis porque me parece inútil persuadi-los a que façam serviço a V. Magestade porque são incapazes e vassallos que Vossa Magestade. Contudo porei nesta matéria tudo o que moradores como no sertão, donde vivem o mais tempo; e nenhuma ordem do Governo Geral guarda nem as leis de Vossa Magestade. Contudo porei nesta matéria tudo o que puder para que Vossa Magestade fique bem servido”.

Assim a 19 de julho de 1693 declarava o Governador Geral do Brasil que jamais expedira ordem alguma a Francisco Dias de Siqueira, homem que nem conhecia.

Desmemoriamto ou má fé? A sua Magestade ousaria mentir tão completamente quando dous anos antes, a 23 de julho de 1691 lhe passara Patente de Tenente Coronel das Minas!

O fato é mais que pitoresco.

Subitamente se faz não páginas da documentação até hoje divulgada completo silêncio sobre o Apuçá. Teria ele morrido logo depois de 1693? É o que não podemos deslindar. Sua viúva voltou a morar em terra paulista referem os nossos genealogistas.

Curioso é que nos tão meticolosos *Anais* de Berredo nada se diga das proezas do *Apuçá* em terras do Estado do Maranhão.

Sobre elas apenas havia as referências minguadas de Pedro Taques. Hoje graças ao desvendamento da documentação sabemos que a atuação deste bandeirante, tão notável, no alto sertão baiano, na zona de Parnaguá, além Parnaíba, dão-lhe posição de alto relevo no conjunto dos grandes cabos de tropa do bandeirantismo de S. Paulo.



Casa antiga de Santo Amaro
Óleo do pintor paulista F. MUGNAINI

Homenagem a

**AFONSO
DE
ESCRAGNOLLE
TAUNAY**

**CENTENÁRIO
DE SEU
NASCIMENTO**



1876

1976

PREÂMBULO

Os Monges Beneditinos do Mosteiro de São Bento de São Paulo, levados pela amizade que sempre as os uniu ao grande historiador Afonso D'Escragnolle Taunat, propuseram-se a comemorar condignamente o 1º centenário de seu nascimento.

Para maior brilhantismo dessa solenidade, organizaram o seguinte programa comemorativo, realizado no dia 10 de julho último:

17:00 horas – Visita ao túmulo de Tarmay, no Cemitério da Consolação.

20:00 horas – Missa na Basílica de São Bento, celebrada pelo Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith, O.S.B.

20:45 horas – Sessão solene no Salão nobre do Colégio de São Bento, onde se fizeram ouvir, com discurso alusivos, os seguintes professores da Universidade de São Paulo:

- Dr. Alexandre Corrêa – sobre Taunay, o colaborador de D. Miguel Kruse, na fundação da Faculdade de Filosofia de São Bento.
- Dr. Luis Cintra do Prado – sobre Taunay, o professor da Escola Politécnica.
- Dr. Antonio da Rocha Penteado – sobre Taunay, o Diretor do Museu Paulista.
- Dr. José Pedro Galvão de Souza – sobre Taunay o professor do Ginásio de São Bento.

A fim de dar cumprimento ao programa foi constituída a seguinte Comissão Promotora:

Dom Joaquim de Arruda Zamith, O.S.B. – Presidente.

Dr. Goffredo T. da Silva Telles – Vice-Presidente.

Engenheiros: Alberto Prado Guimarães

Álvaro da Veiga Coimbra

Eduardo da Souza Quiroz – Assessores.

AGRADECIMENTOS:

Os membros da Comissão Promotora agradecem às pessoas amigas, admiradoras e parentes do homenageado, a colaboração que prestaram para o pleno êxito das realizações, bem como às entidades e firmas que contribuíram generosamente para o programa, a saber:

Escola Politécnica de São Paulo – Clube Atlético Paulistano –
Sociedade Rural Brasileira – Companhia Melhoramentos de São
Paulo, Indústria de Papel e Gráfica Sangirard.

Outrossim, tem grande satisfação em destacar a solicitude com que os oradores e historiadores acederam em participar do programa, aliás, efetuando de forma brilhante.

Last but not least, é de se assinalar o primor artístico dos retratos a bico de pena executados pelo Prof. Arquiteto José Maria da Silva Neves, ex-aluno de Taunay na Politécnica, os quais ilustram este opúsculo comemorativo.

Também é de se lembrar a grande ajuda que foi dada à Comissão pelo Monge Dom Martinho Johnson, O.S.B.

São Paulo, 12 de Agosto de 1976

Pela Comissão Promotora:

(a) Alberto Prado Guimarães

Álvaro da Veiga Coimbra

Eduardo de Souza Queiroz

RETRATO DE TAUNAY

Por seu filho, DR. AUGUSTO D'ESCRAGNOLLÉ TAUNAY

Em resposta às perguntas formuladas pelos prezado amigo, cumpro o honrado dever de lhe transmitir algumas impressões pessoais da vida de meu pai.

Compunha-se sua biblioteca de obras versando quase exclusivamente sobre História, particularmente brasileira, no total de 2.000 volumes. Seus livros não eram catalogados nem fichados. Após seu passamento, fizemos o catálogo de sua biblioteca, e terei o prazer de o enviar a Vossa Excelência se assim o desejar. Particularidade sua a de não autenticar os livros de sua propriedade, que não traziam sua assinatura nem seu ex-libris. Apesar de se acharem seus livros dispostos de maneira aparentemente desordenada, conhecia perfeitamente a localização de cada um deles. No último período de sua vida, impossibilitado de ir à biblioteca, indicava com precisão onde se encontrava tal ou qual volume sem que nunca se enganasse e isto numa época em que sua memória principiava a claudicar.

Lia, estudava infatigavelmente, desde as primeiras horas da manhã, ainda mesmo nos domingos e feriados e até o fim de seus dias, como se fosse por dever.

Sua mesa de trabalho, sempre repleta de manuscritos e cartas, apresentava a maior desordem; sabia, entretanto, o lugar de cada papel e mantinha constante vigilância para que aí ninguém tentasse pôr ordem.

No seu trabalho, não se utilizava de fichário; possuía uma pasta com anotações que vez por outra consultava. Em geral, quase não consultava enquanto escrevia: servia-se de sua invejável memória. Sua capacidade para reter nomes, datas e fatos, era verdadeiramente prodigiosa; reproduzia-os muitos anos depois com exatidão perfeita. Era capaz de repetir passagens e indicar personagens de livros que lera quando criança.

Escrevia de manhã, à tarde e à noite, como que tanguido por espécie de imposição orgânica e sem o concurso de qualquer estimulante, nem mesmo café. Não fumava nem bebia: ultimamente tomava uísque por prescrição médica, mas às colheres. Para escrever, não necessitava de ordem e silêncio em torno de si: enquanto redigia ou atendia sua correspondência, era capaz de contar histórias para os netos ou mesmo auxiliar os maiores nas suas tarefas escolares, e isto tranqüilamente, sem perder o fio do assunto principal de sua atenção.

Não escrevia à máquina: sempre do próprio punho e com letra pouco legível. A ortografia era simplificada mais algo *sul-generis*. Na composição dos seus livros, fazia questão de rever meticulosamente todas as provas tipográficas.

Para poder estudar e escrever, alhejava-se ao máximo de todos os encargos domésticos, cuja GESTÃO TACTAMENTE E COM SATISFAÇÃO CONFERIA À MINHA MÃE: por esse modo, evitava afastar-se do mundo inteiro em que vivia mergulhado.

Os inúmeros artigos que escreveu na imprensa, colecionou-os todos e estão conservados em sessenta alentados volumes.

Tirante seus livros de estudos e consulta, não tinha apêgo aos demais; pelo contrário, distribuía generosamente os volumes seus, os muitos que recebia e também os que foram de seu pai.

Do seu gosto literário tenho a impressão que propendia para a literatura francesa, que conhecia das leituras da mocidade. Ultimamente, limitava-se a um ou outro romance e à leitura das obras de Labiche, precisamente o autor que tinha nas mãos ao ser acometido pelo insulto que momentos depois o vitimaria.

Não era grande amante da poesia: a um filho a quem um amigo vaticinara a inclinação poética prometeu valente surra se o apanhasse a fazer versos. Apreciava, entretanto alguns de nossos poetas, particularmente Olegário Mariano (o último bilhete que escreveu era a ele dirigido). Compunha quadrinhas jocosas, geralmente dirigidas a seus parceiros de gamão.

Afora o trabalho, tinha três distrações; palestras, tocar piano e jogar gamão uma vez por semana. (Causeur) infatigável e – na opinião de muitos – encantador, palestrava horas a fio e com qualquer pessoa (qualquer que fosse sua situação intelectual) como que pra dar vasão à sua invulgar capacidade de narrar fatos, de citar nomes e datas.

Genealogista diletante, distraia-se com levantar a história de cada família, fosse de conhecidos ou estranhos: muitas vezes – ao ser apresentado a alguém – acontecia referir fatos sobre a origem do apresentado, nomes, datas e a cidade de onde provinham os ascendentes, com pasmante riqueza de dados.

Tinha grande amor pela música e diariamente, após o jantar, tocava ao piano trechos de várias peças, principalmente algumas de seu Pai e uma de sua autoria.

Era muito simples de trato, de temperamento brando e perenemente jovial, exageradamente modesto, cioso ao extremo no respeitar o próximo e incapaz de melindrar quem quer que fosse. Posso afirmar – sem qualquer exagero – que jamais falou mal de qualquer pessoa (com uma só exceção mas se tratava de alguém que o feria injustamente pela imprensa).

Trajava com simplicidade e constantemente se fazia acompanhar de um velho guarda-chuva, muito conhecido dos seus conhecidos.

Certa feita admoestou severamente o pintor que o retratou porque o representara com uma pérola sobre a gravata, alegando que nunca usava jóias; o quadro teve de ser retocado. Andava de bonde; quando diretor do Museu Paulista recusou o carro que o Governo lhe oferecia, observando que a verba correspondente poderia ser melhor aproveitada em benfeitorias para o mesmo Museu. Tinha grande apego aos objetos de seu uso. Apesar disso, não tinha inclinação para colecionar; quadros, manuscritos, medalhas, cartas históricas, tudo preferia presentear aos seus ou aos amigos colecionadores.

Recusava sistematicamente cargos públicos de projeção ou políticos.

Era espírito profundamente religioso, católico convicto e praticante e, não obstante, perfeitamente tolerante para com os estra-

nhos que o não fossem ou que não seguissem as normas morais que timbrava em pautar à risca. Intransigente em questões de honra.

Presava muito os amigos. Apesar de sua exagerada modéstia, deixava transparecer, o orgulho de sua filiação, não por ter sido o Pai titular do Império, mas pela soma de suas qualidades cívicas e morais. Grande admiração votava ainda a seu avô materno, Barão de Vassouras e ao bisavô paterno Nicolau Antônio Taunay.

De índole muito simples, não presava honrarias ou título honoríficos: censurava mesmo os que se vangloriavam de descendentes do Império.

Conquanto votasse grande admiração a D. Pedro II e aos grandes homens do nosso Império, não tinha idéias monárquicas. Completamente avesso a negócios e assuntos de dinheiro.

De suas obras, o que mais presava e considerava com superior a tudo quanto realizara no domínio da História eram as investigações sobre Bartolomeu de Gusmão. Aos seus outros trabalhos, concedia muito menor importância.

Resume-se sua vida pública ao magistério que exerceu na Escola Politécnica e, mais tarde, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo; principalmente, à direção do Museu Paulista, que exerceu até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. Verdadeiramente, o Museu Paulista foi a sua grande paixão, tendo abandonado a cátedra superior para não deixar sua direção, quando da vigência da lei que impedia as acumulações. Estimava sobremaneira, o Museu Histórico de Itú, por ele organizado.

Estas, as principais impressões que me ocorrem transmitir ao presado amigo. Não sei se consegui perfeitamente reproduzir a imagem de um homem – repito – extraordinariamente modesto, estudioso e trabalhador incansável, jovial e incorregível narrador de histórias, cuja característica intelectual a mais marcante talvez tenha sido a invejável memória de que era servido.

Ateciosamente subscrevo-me, amigo e parente, obrigado.

(a) DR. AUGUSTO DE E. TAUNAY.

O CASAL AFONSO TAUNAY D. SARA E OS SEUS 9 NETOS EM 1955

Ao fundo retrato do Visconde de Taunay, em uniforme da Guerra do Paraguai. (Quadro do pintor francês Moreau, requisitado pelo governo federal e exposto atualmente no Museu Imperial de Petrópolis). O casal teve 4 filhos, a saber: ANA, casada com o advogado Dr. FRANCISCO PEDRO BERRETINI; PAULO (médico falecido) que foi casado com CATARINA THIES; CLARISSE, casada com o Eng. PEDRO DE ALCANTARA TAQUES HORTA; e AUGUSTO (médico) casado com ANGELINA ULHÔA CINTRA.



Em pé, da esquerda para a direita; CECÍLIA (filha de AUGUSTO, casada com o Eng. NELSON FERREIRA Fº); HELOÍSA (f. de CLARISSE); LUIS CARLOS (casado com GLÓRIA MONTEIRO MORAES) e MARCOS (casado com ELISABETH CINTRA DO FRADO) ambos filhos de ANA. NA 2 FILA: MARIA BEATRIZ (filha de CLARISSE), casada com o Dr. SÉRGIO SANTOS RUTOWITSCH; ALICE e AFONSO (filhos de PAULO), ela casada com o Dr. RENALDI PERES FILHO. SENTADOS NO CHÃO; LUIS ANTONIO (casado com VERA FRAGOSO, filho de AUGUSTO) e MARIA HELENA, filha do CLARISSE.

MISSA NA BASÍLICA DE SÃO BENTO E ALOCUÇÃO DO ABADE

DOM JOAQUIM DE ARRUDA ZAMITH

Realizou-se em 10 de julho p.p., conforme o programa estabelecido pelo Mosteiro de São Bento, a Missa celebrada em memória do grande amigo do Mosteiro – Dr. Afonso D’Escragnolle Taunay.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, excusando-se, enviou elogioso telegrama e o Eminentíssimo Cardeal Arcebispo se fez representar, bem como outras personalidades.

A cerimônia, que contou com a presença de numerosos amigos, antigos alunos e membros da família do homenageado, foi iniciada com o canto gregoriano da Missa da Solenidade de São Bento, pela comunidade dos monges. No princípio e no final da cerimônia, fez-se ouvir, no grande órgão da Basílica, uma suave e bela composição, de autoria do próprio Afonso Taunay. Após o Evangelho, o Abade do Mosteiro, Dom Joaquim de Arruda Zamith, O.S.B. revestido de paramentos pontificiais e ostentando a mitra abacial, proferiu a seguinte alocução:

Por uma feliz coincidência de datas, inicialmente não logo percebia, esta missa celebrada em memória do grande e saudoso amigo deste Mosteiro, e de tantos aqui presentes, o Dr. Afonso d’Escragnolle Taunay, coincidiu com o início da 2ª festividade com que, nós beneditinos, comemoramos anualmente o Pai do monaquismo do Ocidente, o nosso Padroeiro São Bento.

Se este fato é causa de satisfação para nós, monges, que podemos assim unir à nossa alegria, a memória daquele que, por tantos anos, foi o

amigo dedicado verdadeiro e fiel desta casa, certamente, seria ele também o primeiro a se alegrar (se isso ainda lhe fosse possível), por se ver incluído, mais uma vez, na celebração festiva do Patriarca São Bento, cujas festas marcam, quase exatamente, o seu dia de nascimento (11 de julho) e o dia de sua morte (20 de março).

É realmente consolador ver-se que a lembrança deste grande homem de São Paulo e do Brasil não está sendo esquecida pelos seus conterrâneos. Às comemorações que vêm sendo feitas pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pela Academia Paulista de Letras, não poderia faltar aquela, bem especial, promovida pelos monges beneditinos do Mosteiro de São Bento de São Paulo. Trata-se não somente de um ato de justiça à memória deste grande homem, cristão dedicado, historiador e humanista eminente, mas ainda, um gesto de gratidão, pois que Afonso Taunay bem mereceu o nome de amigo verdadeiro e benfeitor deste nosso Mosteiro de São Paulo.

É verdade que a amizade foi sempre recíproca. Ele também, desde o tempo de sua juventude, se considerou beneficiado, de muitas maneiras, pela solicitude e amizade de diversos monges beneditinos. Mas, este é o segredo da verdadeira amizade. Ela se origina e se edifica nos corações que sabem reconhecer e manifestar, com gestos de generosidade, o dom que receberam da generosidade de outros corações. E, no final, não se poderá saber quem mais deu ou recebeu tanta é a solicitude espontânea do antecipar-se mútuo da caridade.

Ainda bem jovem Afonso de Taunay foi hóspede, durante três anos, do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, e aí conheceu monges da antiga Congregação Beneditina Brasileira, homens de altíssimas virtudes e bela ilustração, como ele mesmo afirmou.

No ano de 1900, já o encontramos em São Paulo, acompanhando, como ele dirá mais tarde, a ação beneditina, honrado com o apreço constante dos dignos religiosos e a amizade hoje, quase trintenária, do seu Prelado, o Sr. Dom Miguel Kruse (Prefácio à História antiga da Abadia de São Paulo, pág. IX). Esta ação beneditina, a que se refere Taunay, tomou forma nas diversas e importantes iniciativas empreendidas pelo Abade de São Bento: a fundação do Ginásio de São Bento em 1903, da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Bento em 1907, a da Paróquia alemã e da Escola Santo Adalberto, e ainda, já no ano de 1900, a publicação do hebdomadário denominado (O Estandarte Católico), fundado em Olinda, em 1899. Em todos esses empreendimentos, de tantas e tão profundas conseqüências para a igreja e para a sociedade paulista daqueles anos, Taunay foi o constante e dedicado auxiliar do Abade Krusse. Foi um dos Professores fundadores do Ginásio do São Bento e durante quase 30 anos lecionou diversas disciplinas com a dedicação, cuidado e responsabilidade que foram sempre notas bem características de sua personalidade. Participou, igualmente, da fundação da Faculdade de Filosofia, tendo ministrado a aula inaugural, e durante vários anos foi lente de História. Onde, porém, sua ação se revestiu de particular importância, embora exercida de maneira velada, foi na orientação prestada a Dom Miguel, para os artigos e editoriais do (Estandarte Católico), que em várias ocasiões defendeu corajosamente os princípios cristãos.

Como um gesto bem significativo de sua dedicação e amizade a este Mosteiro de São Bento, a pedido do Abade D. Miguel Kruse, aceitou Taunay escrever a história da Abadia de São Paulo. Este trabalho, fruto de um longo e estafante esforço de pesquisas

em nosso arquivo, foi finalmente publicado em 1927, e até hoje é a melhor obra de referência ao nosso passado.

Em todos os seus trabalhos, quer como professor, quer como historiador, Taunay revelava sempre a mesma atitude de respeito pela verdade e, por isso mesmo, uma cuidadosa e até meticulosa atenção para com os fatos, detalhes e circunstâncias, que caracterizam e distinguem o verdadeiro homem de ciência e, sobretudo, o sábio. Não é sem razão, como nota José Honório Rodrigues, em seu artigo: (Afonso Taunay e o Revisionismo Histórico, *Revista de História*, vol. 17 “1958”, pág. 97-105), que famosos cientistas e renomadas entidades científicas estrangeiras souberam reconhecer o grande valor da obra de Taunay. Assim, por exemplo, o eminente prof. V. J. Ernolaev, da Academia de Ciências de Moscou, numa de suas cartas declarava que conhecia bem, ao lado da obra de Gilberto Freire, toda a obra de Taunay. De outro lado, a American Historical Association de Chicago, e elegeu membro honorário, em dezembro de 1944.

Relembrando, neste momento, com sincera e profunda gratidão, a memória deste nosso grande amigo e pesquisador de nossa história, gostaríamos de nos referir ainda a um importante e significativo detalhe de sua obra, que bem pode ser considerado como sinal desses dois aspectos de sua vida: sua dedicação apaixonada à verdade histórica e sua grande amizade aos monges beneditinos. Trata-se de suas pesquisas e estudos sobre o grande historiador beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus (no século, Gaspar Teixeira de Azevedo). Homem de grande cultura, mestre em Teologia, monge exemplar, merecendo ser eleito Abade do Mosteiro de São Paulo (o que não aceitou), Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro

(1763 a 1765) e, logo em seguida, Abade Geral da Província do Brasil (1766 a 1768), Frei Gaspar da Madre de Deus escreveu, ao voltar para o recolhimento do seu Mosteiro de Santos, um importante e cuidadoso trabalho intitulado: (Memórias para a História da Capitania de São Vicente). Essa obra foi publicada em 1797 pela Academia Real de Ciências. Historiadores mais recentes, de mão pequena estatura científica, tais como Cândido Mendes de Almeida em 1876, Moreira de Azevedo em 1887, e outros ainda, levados talvez não tanto por preconceitos, como por insuficiente exame das fontes históricas, vinham sistematicamente desmentindo afirmações daquele douto historiador beneditino, chegando até mesmo a acusá-lo de improbidade e autor de invencionices, especialmente em relação ao episódio de Amador Bueno.

Foi o nosso grande amigo Afonso Taunay, que teve o mérito, e por que não a honra, de revelar a verdade, a autenticidade dos documentos citados por Frei Gaspar e de reabilitá-lo definitivamente, para que pudesse ocupar o lugar que de fato merecia, o de um dos maiores, se não o maior dos nossos historiadores. “*Monachus pius, abbas generosus, scriptor clarus*” – glória de nossas letras históricas nacionais – é como Taunay o denomina, na Introdução à 3ª edição de sua obra. E nós podemos afirmar, com convicção, que o mesmo título de honra poderá ser atribuído a Taunay: “*homo pius, magister generosus, scriptor clarissimus*” – glória de nossas letras históricas nacionais.

Que o Senhor, do qual procedem todos os dons, e conhece todos os corações, recompense com a Paz e a Felicidade eternas este seu servo bom e fiel, que durante toda sua vida soube realmente tirar, do tesouro da nossa história e tradição, a sabedoria das

cousas novas e velhas – “nova e velhas” “*nova et vetera*”. A este grande homem, que dignificou a história de São Paulo e do Brasil e que tanta amizade dedicou aos monges deste Mosteiro, como aquele outro que jaz aqui tão perto de nós, o (Governador das Esmeraldas, seja sempre patente e manifesta a gratidão beneditina. E que São Paulo inteiro, ao ouvir os sons harmoniosos e graves dos sinos de São Bento, de um dos quais Taunay foi o padrinho, saiba reconhecer, na variedade harmoniosa desses sons, aquela voz que expressará, para sempre, a amizade e reconhecimento e a gratidão dos monges de São Bento a todos os seus dedicados, verdadeiro e grandes amigos.

O CENTENÁRIO DE AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

DISCURSO DO PROF. DR. ALEXANDRE CORREIA

Com sumo prazer me acho aqui presente, neste salão nobre do Mosteiro de São Bento em São Paulo, para tomar parte na comemoração do centenário de um dos melhores amigos que tive em toda a minha vida – AFONSO d'ESCRAGNOLLE TAUNAY. Aqui venho pra uma festa da minha amizade e do meu coração. O fato de ter sido aluno da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de S. Bento, a qual em breve nos referiremos, me pôs em contato, lá pelos meus 24 anos com Taunay, numa amizade com que ele me distinguiu e que se fortaleceu pelos anos afora. Andava ele empenhado nessa época, em dar uma edição definitiva da imortal obra de PISO, HISTÓRIA NATURALIS BRASILIAE, escrita em latim.

Pedi-me então o eminente Mestre a minha colaboração traduzindo-a para o português, ao que eu alegremente accedi. Persuadi-lhe então que não se limitasse a publicar a tradução, mas que fizesse acompanhada do texto latino, raro, de difícilíssima aquisição e por preço, como se pode imaginar, ao alcance de muito poucas bolsas. Concordamos nesse ponto e pondo logo mãos à obra em algumas semanas estava terminada a tradução. Achando-a interessantíssima, propus-lhe me confiasse também à redação de uns comentários, ao que ele de bom grado accedeu. Depois de alguns meses de intenso trabalho entreguei-lhe os co-

mentários. O grande historiador e eminente Mestre, satisfeitíssimo com o meu trabalho, escreveu-me uns elogios, que a amizade exagerava, e que ainda hoje, cada vez que os leio, a intensa saudade desse grande amigo da minha mocidade me faz aflorarem as lágrimas aos olhos. Voltou ainda o saudoso Amigo a recorrer aos meus parcos conhecimentos latinos pedindo-me-lhe traduzisse uma pequena brochura sobre o café, a respeito do qual deixou uma obra monumental; e também passasse para a nossa língua uns dados latinos concernentes à vida de um antepassado meu, Frei Galvão – que se acha sepultado no convento da Luz.

Como professor de história na Faculdade de Filosofia fui seu aluno, e dou testemunho de quanto coadjuvou D. Miguel Kruss O. S. B. o grande Abade de São Bento, na obra ingente da criação da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Bento, gloriosa escola que tanto bem fez à mocidade católica, a primeira escola superior desse gênero que se fundou no Brasil, o que muitas vezes se cala quando em meios universitários se trata desse assunto, e que eu queria aqui agora, nesta comemoração centenária de Taunay, vivamente realçar.

Fundada em 1907 por D. Miguel Kruse que enviou nesse ano seu confrade beneditino Dom Amaro van Emelen, beiga de origem, a Lovaina na Bélgica, a busca de algum professor em disponibilidade, nessa vetusta e multi-celebrada universidade, que se dispusesse vir ao Brasil e ser a pedra fundamental de tão importante empreendimento cultural. Já em 1908 funcionava, sob a alta direção intelectual do jovem e já celebrado universitário Charles Sentroul, logo depois agraciado com as honras de Monsenhor.

O nome de Sentroul era já celebrado nos meios intelectuais louvanistas, pois em 1904 a famosa sociedade filosófica berlimense – a KANTGESELLESCHAFT – havia posto em concurso a seguinte tese: um estudo comparativo entre (o objeto da metafísica segundo Kant e Aristóteles). A dissertação de Sentroul foi premiada apesar de ser obra de um sacerdote católico e de e tendência francamente aristotélica e anti-kantista. Esse trabalho, notável pela beleza da forma e pela profundidade às vezes genial do pensamento, deu-lhe o supremo título universitário louvaniense de AGREGÊ. Mas não estando então em exercício na regência de nenhuma cadeira, aceitou o convite que D. Amaro lhe fez em nome de D. Miguel e veio ensinar filosofia na recém-fundada escola paulista, começando a lecionar no princípio do ano de 1908. Em 1911 colava grau em sessão solene da Faculdade a primeira turma de bacharéis de que fazia parte o modesto escritor destas linhas.

Em 1913 coroava-se a segunda turma, da qual foi Taunay o paraninfo, cujo belo discurso de paraninfo se acha publicado na revista da Faculdade número desse ano. Nova turma em 1915. Mas em 1917, uma catástrofe. Nesse ano, as consequências da guerra de 1914 fizeram-se sentir na vida até então plácida e gloriosa da Faculdade. Pois, estando a Bélgica, pátria de Monsenhor Sentroul, dominada, ou melhor, esmagada pela grande Alemanha (é conhecido o verdadeiro martírio a que o vencedor submeteu a gloriosa Universidade de Lovaina): e sendo, por outro lado, o Abade Dom Miguel alemão e alemã a quase totalidade dos monges beneditinos, Dom Miguel e Mons.

Sentroul se desentenderam e o resultado nefasto do desentendimento desses dois homens tão superiormente inteligentes, foi o encerramento da Faculdade e a volta de Mons. Sentroul para a Europa em outubro de 1917. Punha-se assim ponto final na pujante vida de mais de um decênio da Faculdade de Filosofia. Mas essa obra do Abade D. Miguel Krusse coadjuvado por Tournay não morrerá na lembrança dos inúmeros jovens que lá estudaram; pelas suas obras na criação da Faculdade ficam imortais, pois como lá cantou o épico lusitano, (por suas obras imortais se vão da lei da morte libertando). D. Miguel não desanimou com o fracasso da primeira fase da vida da Faculdade; mandou de novo o mesmo monge, Dom Amaro van Emelen, a Lovaina na busca de um novo professor que viesse continuar a obra encetada em 1907. Veio então o Prof. Dr. Leonardo van Acker, recém-laureado pela vetusta universidade belga, e já em 1930 começavam a funcionar os novos cursos, com a colaboração do modesto escritor destas linhas. E perdura a existência da faculdade até o presente, entrando a fazer parte da Universidade Católica.

A obra benemérita iniciada por D. Miguel Kruse produziu frutos ótimos. Eu, por mim, o pouco que constitui a minha filosofia, a essa instituição do grande Abade beneditino e a toda a comunidade beneditina o devo.

Fique com estas palavras exarado o meu imperecível agradecimento à gloriosa Abadia beneditina de São Paulo.

TAUNAY, O PROFESSOR DO GINÁSIO DE SÃO PAULO

PROF. JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUZA

(Homens de mil). Assim Oliveira Vianna designou os componentes da elite política brasileira dos tempos da monarquia, entre os quais avultavam os ocupantes vitalícios da câmara alta do Parlamento, a cujo respeito Affonso de Taunay publicou o seu último livro (O Senado do Império. A expressão era tirada do livro de Êxodo, onde lemos que Deus disse a Moisés para escolher homens capazes e tementes a Deus, homens de verdade e que aborrecessem a avareza, a fim de reger o seu povo, constituindo-se por maiores no governo de mil, e por maiores de cem, e por maiores de cinquenta, e por maiores de dez.

O ilustre sociólogo fluminense, que na Academia Brasileira de Letras foi recebido por Affonso de Taunay, referia-se dessa forma aos homens de carisma imperial, cuja prudência governativa, coadjuvando a poderosa ação catalisadora da Coroa, tanto contribuiu para dar ao Brasil o lastro de estabilidade política que faltou às repúblicas implantadas nos povos vizinhos e irmãos, sujeitos por isso a agitações e crises intermináveis desde a primeira hora da independência.

Affonso d'Escragolle Taunay foi digno continuador de um desses homens de mil. Perpetuou o nome e reproduziu as virtudes de seu pai, Senador do Império, o Visconde de Taunay, cuja famosa (Retirada da Laguna), escrita originalmente em francês, passou para

o vernáculo, e as (Memórias) postumamente publicadas, prefaciou. Exponente, pois, da aristocracia de sangue, soube ser também um aristocrata da cultura, do trabalho, do mérito. Fidalgo nas maneiras, na lhanura do trato, na afabilidade cordial. Nobre pelos sentimentos e pela superioridade com que encarava os acontecimentos, mesmo adversos, e se referia às misérias humanas com ironia compassiva mas sem vilipendiar os homens.

(Homens bons) era a denominação dada ao corpo de eleitores e vereadores dos municípios brasileiros, organizados segundo o modelo dos conselhos portugueses e que constituíram objeto de aturados estudos de Taunay, historiador das bandeiras e da cidade de São Paulo, onde o Senado da Câmara tanto prestígio alcançou.

Numa significação mais e na plena acepção da palavra, Affonso de Taunay foi um homem bom. (Boníssimo Taunay), assim o chamavam. E Antonio Baptista Pereira – como ele, professor fundador do Ginásio de São Bento – em interessante crônica sobre São Bento antigo, disse que era (bom como o pão e puro como a água da fonte).

Além de nobre e bondoso, Taunay foi um homem sábio. Não dessa falsa e fátua sapiência que se manifesta pela jactância e encobre a vaidade, mas daquela sabedoria socrática e mais ainda cristã, pela qual quanto mais se sabe mais se sente o pouco que se sabe. Sabedoria fundada na humildade, que é a verdade.

Memória prodigiosa permitia-lhe acumular os mais variados conhecimentos. Por um privilégio de sua mente, podia dedicar ao mesmo tempo a coisas distintas, por exemplo, escrevendo uma carta

enquanto dava uma aula. Historiador e cientista, era também amante das belas artes, tendo sido autor de belas composições musicais.

De Pandiá Calógeras – o civil que foi um dos nossos maiores ministros da Guerra – se disse que podia ocupar com segurança qualquer pasta ministerial. Também de Taunay – e ambos foram historiadores eminentes – podemos dizer que, no curso de humanidades, podia lecionar proficientemente qualquer disciplina.

No Ginásio de São Bento ensinou física e química, aritmética, álgebra, geografia, corografia, história universal e história do Brasil. A um de seus netos havia dado uma aula de latim poucas horas antes de ser surpreendido pela morte. E de seus conhecimentos de gramática e filologia, nem é preciso dizer. Basta compulsar os livros que escreveu sobre léxicos de nossa língua, incluindo-se entre estes os “Reparos” ao “Novo Dicionário” de Cândido de Figueiredo e o pequeno e substancioso volume intitulado “Insuficiente e deficiência dos grandes dicionários portugueses”, aberto com a seguinte dedicatória: “A Anna, Paulo, Augusto e Clarisse, lembrança muito grata à afeição de filhos ótimos”. Que fatura de noções sobre crustáceos e moluscos, sobre a nomenclatura ornitológica ou a dos mamíferos, sobre grupos zoológicos, ecológicos, química orgânica, etc, etc.

Logo ao prefácio do citado volume conta-nos o autor um fato curioso. Em face de suas críticas aos dicionários portugueses nos quais dizia haver muita omissão de brasileirismos e neologismos consagrados pelo uso, foi ele desafiado por um cético a descobrir três lacunas nas edições de três grandes jornais brasileiros publicados na mesma data. Pois Taunay não se limitou a

três. Mostrou em dois grandes jornais paulistas e um carioca de 17 de fevereiro de 1924 nada menos 106 palavras ausentes do “Novo Dicionário de Cândido de Figueiredo”.

Anteriormente já havia apontado – em três livros de lexicologia de termos técnicos e científicos que escreveu – vinte mil lacunas daquele dicionário. Agora vinha afirmar que não figuravam nele cem mil palavras vulgares correntes no Brasil!

De sua erudição a precisão de conhecimento dá-nos testemunho um discípulo e amigo, o escritor Antonio Contijo de Carvalho em conferência proferida na Associação dos Antigos Alunos do Ginásio de São Bento e inserta no livro de sua autoria “Ensaio Biográficos”: “Era Taunay tão preciso nas datas e minúcias, nas descrições genealógicas, que a um dos discípulos – por sinal dos mais brilhantes, que se distinguia em Heráldica e possuía nas estantes, sem contínuo manuseio, a obra completa de Onken – parecia que o historiador pedia meças ao romancista, ou melhor, a fantasia substituíra a narrativa fiel dos acontecimentos. Quis, certa vez, experimentá-lo. Chamado à lição, expôs fatos sem a mínima importância, alterando datas e dando arras à imaginação: Não há necessidade de saber tantas minúcias. Há necessidade de saber com exatidão”. Corrigiu, em seguida, os erros com espanto de todos nós, coniventes na cilada, e atordoamento do jovem que tivera o ousio daquele gesto. Não houve episódio da vida estudantil que me impressionasse tanto como essa prova de saber galhardamente vencida pelo extraordinário cultor da História, tal digno do nosso respeito.

Quantas lições nos dá Affonso de Taunay! Lições válidas para os dias de hoje mais do que nunca. Pelo seu caráter adamantino, pela sua probidade científica, pelo seu amor ao estudo. Apaixonado da história, a (mestra da vida) do dizer de Cícero, quanto sofreria hoje vendo o desleixo que atingiu o ensino da história universal e da história do Brasil no curso secundário, minimizado nos chamados (estudos sociais) e diluído em (estórias) de quadrinhos! Grande compulsador de léxicos, dá-nos um exemplo de como deve estudar-se o idioma pátrio, acerca de quais tenhamos dúvida, mas também para enriquecer o próprio vocabulário, assim habituando-nos a ler os dicionários.

Manteve durante toda a vida arraigadas convicções católicas, e soube pôr em prática os conselhos paternos, daquela carta que, ao completar o filho 18 anos, lhe escreveu o Visconde de Taunay, recomendando que não deixasse de fazer diariamente suas orações, pois sem Deus nada valem.

Nesse sentido cumpre um artigo escrito na sua juventude e publicado em “O Estandarte Católico” de 19 de abril de 1902, considerando a variabilidade das hipóteses científicas e verberando as pretenções do cientificismo irreligioso. O título era bem expressivo: “Os chamados dogmas da ciência”. É assim concluía: “Dentro de cem anos as bases da ciência, estarão tão longe das atuais como estas das que se achavam estabelecidas no ano de 1600, talvez. As verdades divinas, porém, como no-las ensina nossa Santa Religião, serão as mesmas porque são eternas”.

Vinculadíssimo ao Ginásio de São Bento, tendo integrado a pléiade de mestres de alta categoria reunidos em torno do aba-

de D. Miguel Kruse, aí lecionou por mais de trinta anos. Aposentado na Escola Politécnica, continuou a dar aulas no colégio dos Beneditinos, a que foi sempre tão afeiçoado.

De um seu antigo aluno – que depois de engenheiro se fez monge, foi professor no mesmo Ginásio e hoje está recolhido no longínquo mosteiro trapista do Gethsemani, em Kentucky, – recebi o seguinte depoimento: “Fui aluno dele durante dois anos, em 1923 e 1924, no 5º e no 6º do Ginásio, em que ele lecionava Física, Química e História Universal. No meu longo período de discente, nunca tive um professor cercado de tanta consideração. Não se ouvia contra ele uma piada ou uma anedota impiedosa, costume generalizado de todos os alunos, de todos os tempos, nem mesmo, o que acho extraordinário, omitia-se o título de Doutor cada vez que seu nome era mencionado. Comentários a respeito dele eram sempre acerca de sua extraordinária sabedoria, especialmente em português, história e ciências”.

O termo “beneditino”, designando de origem os filhos do Patriarca do Ocidente na Ordem que fundou, estendeu-se com o tempo para significar um “sábio muitíssimo laborioso”, significado este que os dicionários mencionaram. Por ter sido tal um traço característico dos beneméritos do lema de São Bento – laborosidade paciente no trabalho, em cumprimento do lema ora et labora –, tornou-se proverbial a paciência beneditina.

Affonso d’Escragnolle Taunay foi professor fundador do Ginásio de São Bento e da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Bento, devida à iniciativa de D. Miguel Kruse, a primeira do Brasil e que começou sendo agregada à Universidade de Lo-

vaina. Foi também historiador da Ordem Beneditina, tendo escrito a “História antiga da Abadia de São Paulo”, além de breve retrospecto do Ginásio, ao completar este cinquenta anos.

E foi um beneditino da história e das letras. Comprovam-no sobejamente essas momumentais “História geral das Bandeiras Paulistas” e “História do Café”. Beneditino pelo zelo no trabalho, pela paciência na pesquisa, pela exatidão no ensinar e no escrever e pela simplicidade do sábio, homem de ciência certa e de fé inabalável.

AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, PROFESSOR NA ESCOLA POLITÉCNICA

PROF. LUIZ CINTRA DO PRADO

Primeiras etapas

Entre os grandes vultos que honram a galeria dos antigos professores da Escola Politécnica, cabe lugar proeminente a Afonso d'Escragnolle Taunay, pelo seu desempenho exemplar no magistério e pela afirmação de sua extraordinária personalidade durante 18 anos de vivência naquela casa de ensino.

Ali foi dar suas primeiras aulas em meados de janeiro de 1899, quando contava 22 anos e ainda não terminara, na homônima Escola do Rio de Janeiro, o curso de engenheiro em que se diplomou com a turma de 1900. A Politécnica de São Paulo, instalada àquela data no ângulo da avenida Tiradentes com a rua Três Rio, havia completado, de pouco, um quinquênio de existência. Assim, Afonso d'Escragnolle Taunay figura como o mais jovem dentre os primeiros valores a lecionarem na novel Faculdade de Engenharia.

As tarefas que de começo couberam a Taunay extendiam-se pelo campo da Química. Participava do ensino como colaborador de um dos professores. Catedrático de Química, que também há poucos meses se achava no respectivo cargo: Dr. Augusto Carlos da Silva Telles. Este homem empreendedor, competente e bem avisado, muito cedo entrevira no talentoso sobrinho

alguém que deveria ser encaminhado, como ele propiciou por um convite, para as lides do magistério superior. Esse chamado, para vir trabalhar em São Paulo, constituiu o fato providencial que induziu Taunay a fixar-se em terras paulistas, onde as pesquisas históricas, sobre grandes episódios de São Paulo e do Brasil, haviam de tornar-se alguns anos depois, o objeto preferido de seus estudos e de sua obra monumental.

As disciplinas ou cadeiras, na Politécnica, eram regidas por lentes catedráticas, usando-se, na época, a antiga terminologia da Universidade de Coimbra, transplantada para o nosso País: eram os professores titulares, na linguagem de nossos dias. Conforme estrutura que perdurou até 1931, as disciplinas ficavam agrupadas em dez “Secções”, cada uma destas abrangendo um conjunto de estudos mais ou menos afins. Em toda Secção, além dos catedráticos, havia um ou mais lentes substitutos, encarregados das aulas complementares das várias disciplinas – aulas em que eram feitos exercícios de aplicação ou trabalhos práticos, bem como revisão de assuntos mais intrincados dos programas. Havia também os preparados, que organizavam equipamentos e materiais a utilizar nas lições práticas de laboratório ou de campo, pelas quais eram eles os responsáveis, e também cuidavam das experiências demonstrativas que ilustravam as preleções.

Afonso de Taunay, sendo ainda estudante, engenheirando aliás, principiou nas funções de preparador e, por mérito, galgou a seguir os degraus superiores na carreira em que bem cedo se lançara. De início, pertenceu Taunay à Secção denominada (Ciências Químicas Aplicadas), a qual incluía quatro disciplinas, da

4° a 5° séries dos cursos de engenheiros industriais e agrônomos. (Eis os nomes das categorias: Química Analítica Geral e Aplicada; Química Industrial; Mineralogia e Geologia; Química Agrícola). Contava a dita Secção com três docentes: Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, catedrático de duas disciplinas (as primeiras acima citadas); Dr. Antonio de Barros Barreto, catedrático das duas outras; Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, preparador dos laboratórios.

O jovem docente possuía excelente formação básica, tanto a científica como a literária e humanística; trazia a sólida bagagem técnico-científica do curso de engenharia, feito na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já era grande sua cultura geral, estendendo-se inclusive pelos domínios das artes plásticas e da música. Também sabia fluentemente vários idiomas. Inteligência prodigiosa e bem formada, novos estudos, treinamento específico, em pouco tempo Taunay dominava com segurança os setores da Química em que dava lições, e ficou senhor das técnicas de laboratórios que formavam o cerne de suas responsabilidades iniciais. Nun de seus escritos, publicado em data posterior (Anuário da própria Escola para 1908, p. 6569), ele relata e comenta o avultado número de trabalhos práticos que chegaram a constituir os programas que tinha de realizar com os alunos, em particular nos campos da Química Mineral e da Química Orgânica. As experiências iam desde a preparação e estudo dos principais corpos simples e de seus mais notáveis compostos, até requintadas técnicas para as substâncias orgânicas, percorrendo *pari passu* ensaios de análise química, e processos industriais.

O zelo, que animava Taunay, pela qualidade do ensino transpareceu numa passagem do citado relatório, atestando outrossim sua satisfação em buscar e obter sempre melhor desempenho. Eis o trecho a merecer registro:

“A falta de quem pudesse acompanhar as operações durante períodos relativamente longos, impediu, nos anos transactos, que se procedessem a manipulações que demandam certa vigi-lância durante um dado número de horas, além do prazo de expediente da Escola – tais como as ebulições prolongadas, de 24, 48 e mais horas, que determinadas misturas exigem. Tal estado de coisas impedia-nos a obtenção de diversos corpos, dos mais importantes; basta lembrar um único: o glicol. Graças à obsequiosidade deo Sr. Dr. Roberto Hottinger, digno lente de Zootecnia e Veterinária, que constantemente se encontra em situação idêntica à nossa, podemos hoje sanar essa falta, transportando para o seu laboratório, onde existe um empregado de plantão, a sede dos trabalhos cuja natureza exige longas manipulações”.

Química e Física

Após três anos, por força da competência demonstrada no tirocínio escolar e em provas de concurso, Taunay foi promovido à lente substituto, o segundo escalão da carreira, passando assim a ter assento na Congregação de Professores da Politécnica. Continuou colaborando no ensino da Química, já agora em tarefas de mais responsabilidades em relação aos alunos.

Posteriormente, com a reorganização dos Cursos em 1907, Taunay transferiu-se para a Secção denominada “Ciências Físicas e Químicas”, com anuência e aprovação do dr. Silva Telles, perdendo este o excelente companheiro de vários anos, que foi juntar-se ao grupo de outros catedráticos responsáveis pelo ensino de Física Experimental, dr. Constantino Rondelli; da Física Industrial, dr. Francisco Ferreira Ramos; da Química Mineral e Química Orgânica, dr. Carlos Nunes Rabello.

Assim, decorridos poucos anos, ao ficarem vagas as cadeiras de Física Experimental, pelo falecimento do dr. Constantino Rondell, chegou a vez de Taunay assumir a posição de lente catedrático, com aprovação unânime da Congregação que, ao votar, reconheceu não somente o direito adquirido, mas sobretudo a bem provada competência para aceder à plenitude do magistério.

O decreto de nomeação, assinado em 15 de março de 1911, deu motivo a que, logo no dia imediato, ao chegar à notícia, os alunos da Politécnica realizassem uma vibrante manifestação de simpatia, em que discursou, pelos colegas, o estudante Luiz Sucupira.

Importa notar: datam dessa época entre 1900 e 1912 – um duodecênio em torno dos seus 30 anos de idade – os primeiros de atividade intelectual.

Com efeito, publicava artigos sobre variados assuntos no “Estandarte Católico”, jornal editado pelos monges beneditinos, sob a orientação de D. Miguel Kruse, então abade do Mosteiro em São Paulo. Ora pequenos sueltos, ora artigos de maior extensão, tratavam de curiosidade científica, comentários sobre li-

vros, dissertações sobre temas cristãos, e também – vocação que já se vai revelando – notas históricas, e ensaios, biográficos sobre algumas personalidades por exemplo: “John Francis Bentley, arquiteto da catedral de Westminster em Londres, Celestino Godofredo Chicard, missionário na Birmânia; e outros”. No gênero biográfico, escrevia também para as colunas do “Diário Popular”. “O Estado de São Paulo e outros jornais”.

Em 1909, o Anuário da Politécnica “nono volume” traz o seu substancioso Léxico de Termos Técnicos e Científicos ainda não apontados nos Dicionários da Língua Portuguesa. Trabalho de envergadura, trata de mais de 10.000 verbetes. A oportunidade dessa tarefa tornou-se-lhe evidente ao estudar e lecionar, na Politécnica, capítulos de Física e de Química, bem como de Ciências Naturais, pois algumas partes destas últimas figuravam como adendos aos programas daquelas duas outras matérias. O novo léxico foi um impressionante testemunho da sua erudição no cultivo de nosso idioma. Foi continuado, em anos subsequentes, por novas coletâneas de omissões e falhas nos dicionários da época, o que deu motivo a celebre polêmica com o mestre Cândido de Figueiredo.

Em 1910 surgiu a primeira edição do seu romance histórico “Crônico dos Tempos dos Felipes” (sob o pseudônimo Sebastião Corte Real). O título do livro Taunay mudou para “Leonor D’Ávilla” nas edições ulteriores.

Outro exemplo do pluralismo de suas atividades paralelas. Taunay desde 1903, sem prejuízo das tarefas na Politécnica, passou a lecionar também no Ginásio São Bento, a princípio

Aritmética e Álgebra: depois, com alternância, Geografia Geral, Corografia do Brasil, História Universal e História do Brasil. A partir de 1914 ensinou Física e Química, além das disciplinas históricas, até 1927. Voltou em 1930, para dar lições de História do Brasil por mais cinco anos.

Ainda no mesmo período, em 1922, Taunay foi autor de notável laudo pericial, sobre assunto de ciência aplicada, a propósito de um incêndio em fardos de algodão que eram transportados pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Esse trabalho, objetivo e interessante, foi publicado.

Justapondo os informes do Ginásio São Bento aos dados de sua carreira na Escola Politécnica verifica-se que Taunay trabalhou como docente e cultor das ciências físicas durante quase 30 anos, de 1899 a 1927. E foi antes de encerrar-se este período, que ele produziu a primeira vintena de volumes de seus grandes livros históricos, que ao depois ultrapassaram centena e meia.

Poderia parecer a alguns que ele tivesse entrado para o domínio da História, consagrando-se ao mesmo tempo escritor, porque talvez houvesse perdido o gosto pelas ciências físicas, experimentais, a que se dedicara a princípio. Não é exato.

O afastamento voluntário da Escola Politécnica, à qual dedicava muito do seu tempo – pois Taunay sempre trimbau em trabalhar cuidadosamente as lições, aperfeiçoando-se de um ano para outro – aquele afastamento, em 1917, foi uma almejada pausa temporária para que pudesse medir, comparativamente, a força do atrativo pelas investigações históricas, que percebera

crescer em seu espírito. Somente seis anos mais tarde decidiu ele renunciar ao cargo de professor na Politécnica.

Amiudadas vezes relembramos Afonso d'Escragnolle Taunay rebuscando arquivos, reconstituindo fatos ignorados ou esquecidos, escrevendo novos capítulos da nossa História, glorificando homens e acontecimentos do passado. Mas podemos e devemos lembrá-lo também ensinando ciências físicas à mocidade, não só nos anfiteatros da aula, como por igual nos laboratórios, prazenteiramente ajustando bicos de Bunsen, manejando burretas e retortas, perfazendo pesagens, provocando variados fenômenos, lendo instrumentos de observação, conferindo resultados numéricos, e assim por diante. Sem falar das longas horas de reciclagem nos estudos, compulsando livros e periódicos científicos.

Podemos e devemos evocar a figura de Taunay esclarecendo questões de ciências aos seus alunos, nos corredores da Escola Politécnica: e encontrando-se com os outros Professores da casa para discutir as aplicações e os progressos das ciências e tecnologias em geral.

Impressões de convívio

Inumeráveis depoimentos, orais e escritos, antigos e recentes, testemunham o elevado conceito em que sempre foi tido Afonso de Taunay, como professor de muitas gerações de estudantes.

Em particular, na Escola Politécnica e por igual na Faculdade Livre de Filosofia e Letras, foi ele observado e avaliado por moços de discernimento mais maduro do que os adolescen-

tes do Ginásio São Bento. Souberam todos apreciar suas extraordinárias qualidades.

Aulas bem preparadas, interessantes; explicações desenvolvidas com segurança, fazendo entrever uma erudição muito além do explicado; apresentação dos assuntos com visitas às suas aplicações e com oportuno enfoque de ligações com outros conhecimentos de variados campos. Em todas as circunstâncias, os alunos eram fascinados pelo trilha de sua inteligência, pela sua cultura imensa e multiforme, pela sua prodigiosa memória da qual se têm contado tantos casos fora do comum, mas absolutamente verídicos.

Seu relacionamento com os estudantes eram marcados por aquela autêntica distinção de quem era fidalgo desde o berço. Enérgico, impávido, mas sempre cortês na manunção da disciplina; em muitas ocasiões, diante de faltas leves, sabia até mostrar-se espiituoso.

Evidentemente, nem poderia ser de outro modo, sempre teve em torno de si a estima, o respeito, a admiração, em unânime consenso, de seus companheiros de magistério na Escola Politécnica. As vésperas de ser efetivado no cargo de Diretor do Museu Paulista, em fevereiro de 1923, Taunay oficiou à Diretoria daquela Escola apresentando despedidas, extensivas aos membros da Congregação e demais docentes. O dr. João Pereira Ferrás, então Vice-Diretor em exercício, no afastamento temporário do Diretor Francisco de Paula Ramos de Azevedo, respondeu-lhe por um ofício que contém os seguintes tópicos:

“Ao ler a carta que tivestes a genteliza de enviar, apresentando despedidas, por ter de deixar de vez o cargo de professor desta Escola, que tanto honrastes, sinto-me sinceramente penalizado não só por ver afastar-se do nosso grêmio tão amável quão bondoso companheiro, como também por ver o nosso ensino privado de sua brilhante e inteligente colaboração.”

“E foi sob essa impressão que li à Congregação o vosso delicado ofício, por meio do qual dela vos despedis.”

“A Congregação, agradecendo a sinceridade com que a ela vos referistes, determinou que em Ata fosse lançado um voto de grande sentimento por ficar a nossa Escola destituída de vossa colaboração, já tão eficazmente demonstrada durante o tempo em que dignificastes os cargos que nela exercestes”.

Compositor

Diariamente, mais de uma vez Taunay sentava-se ao piano, para repousar o espírito na sua recreação, e então divagava com muita arte, executando peças do seu variado repertório. Ou improvisava e compunha livremente ao sabor da inspiração do momento.

A propósito, podemos relembrar que um de seus dotes notáveis, era manter em forma a agilidade dos dedos repetindo exercícios ou tocando verdadeiras peças, enquanto percorria

colunas dos jornais ou corrigia provas, ou simplesmente tomava parte na prosa de seus familiares.

Grande número de composições musicais há de ter Taunay produzido, pois para tanto possuía aptidões inatas, herdadas do Visconde de Taunay, seu pai, e por ele próprio cultivadas e desenvolvidas ao longo dos anos. Muitas peças do Visconde de Taunay ficaram conservadas por escrito, para satisfação dos amadores da boa música. Do filho, entretanto, até agora não é muito o que se achou. A explicação do fato é que Afonso d'Escragnolle Taunay, sempre relutou em escrever o que inventava ao piano, pois muitas vezes parafraseando trechos de músicas que brotavam de sua memória e que haviam de ser de outros autores, já consagrados. Certa ocasião disse que era para se atribuir a Franz Liszt o fundo inspirador de algumas das composições dele, Afonso de Taunay.

Este receio de plagiar acentua, antes de tudo, um traço nobilíssimo de sua personalidade, pois, em seus escritos e conferências, indefectivamente mencionava com agradecimentos as pessoas ou autores de outros trabalhos que por ventura houvessem prestado auxílio nas pesquisas por ele relatadas, e fazia as citações com todo o rigor exigível para identificar as origens.

Pena é que Taunay tenha julgado, com demasiado escrúpulo (e excessiva severidade em causa própria!) numerosas – talvez a maior parte – dentre as suas composições musicais que não chegou a registrar por escrito. Não estaria ele equivocado nesse julgamento? Quantas delas não terão sido de sua criação original e agora estão perdidas? Ele não se gabava do extraordi-

nário poder retentivo de sua mente; mas por certo tinha consciência de possuir esse dom. Chegamos assim à conclusão de que, no caso das suas composições. Taunay se deixou trair pelo próprio destino, todas as vezes que atribuiu à sua memória aquilo que realmente era fruto da sua imaginação criadora.

Homem integral

Afonso d'Escragnolle Taunay exerceu grande influência nos meios universitários e culturais de nosso País. Seu nome projetou-se no Exterior. Por amor à nossa terra e à nossa gente declinou honrosos convites para ir lecionar e conduzir pesquisas em Universidades estrangeiras, em Portugal, na Sorbonne, em Filadélfia, e outros centros de altos estudos que, no momento, não sei referir com exatidão. Era no Brasil que ele gostava de trabalhar e de viajar.

Possuidor dos melhores predicados intelectuais, soube aproveitá-los plenamente a serviço do ensino e da cultura. Obteve triunfos que não buscou, pois eles vieram ao seu encontro. Modelo de tenacidade no trabalho, que sabia realizar com lucidez e bom emprego do tempo, parece não haver jamais esbanjado uma hora sequer de sua longa vida, que ficou repartida entre períodos de atividade e intervalos de merecido repouso do espírito e do corpo. E foram em árduas muitas das tarefas que empreendeu e levou a termo. Na véspera do falecimento, esteve trabalhando até alta noite.

Exemplar chefe de família, manteve nela uma vivência repassada de afeto, companheirismo e solidariedade, que continua a existir até hoje e que os amigos podem presenciar, ficando envolvidos, por privilégios, na atmosfera daqueles aprimorados sentimentos.

A estatura moral de Taunay é admirável, tanto ou mais ainda do que sua estatura intelectual. Um verdadeiro justo. Aqueles que tiveram a fortuna de conhecê-lo em pessoa, invariavelmente ressaltam sua encantadora bondade, genuína e atuante – testemunho que vale pela mais alta das consagrações, pois é perfeito quem chega a ser bom, integralmente bom.

Albert Einstein, livre-pensador, considerado com justiça um dos maiores cientistas de todos os tempos, disse que somente uma religião pode dar resposta plena à indagação do que significa a vida humana (*The word as I see it*, Londres, Watts & Co., 1940, p. 1). Taunay deu plenitude à sua vida, porque desde moço permaneceu atento e fiel ao verdadeiro sentido da existência que ele havia encontrado efetivamente. Era um homem de fé. Por atos e atitudes, que faziam eco ao Sermão da Montanha, ele se foi alteando sempre, dia após dia, durante 82 anos.

Seu nome tem lugar de honra entre os grandes vultos da Escola Politécnica; mas esse lugar não é tudo o que ele, por merecimento, conquistou. Afonso d'Escagnolle Taunay é apontado, por todos, como uma das grandes figuras que o Brasil tem tido. Nós, brasileiros, podemos nos orgulhar dele, e muito, porque o seu lugar é entre os grandes homens do mundo inteiro.

AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY, E O MUSEU PAULISTA

PROF. ANTONIO DA ROCHA PENTEADO

Considerando que o Sr. Afonso de Escragnolle Taunay exerce funções públicas há mais de quarenta e sete anos, como lente da Escola Politécnica de São Paulo e nos últimos vinte e nove anos como Diretor do Museu Paulista e seu anexo, o Museu Republicano Convenção de Itú;

Considerando que o referido funcionário, além de prestar ao Estado, por tão longo tempo, bons serviços no exercício de suas funções, é credor da sociedade em geral por trabalhos como homem de letras e cultor da História Pátria;

Considerando que dedicou grande parte de sua vida a pesquisas dos fatos da história de São Paulo e dos paulistas, e a do Brasil;

Considerando mais que, como resultado de tais pesquisas, publicou vasta obra de literatura histórica em variadas modalidades, obra essa que veio enriquecer o nosso patrimônio cultural;

Considerando ainda que, entre esses trabalhos, se incluem alguns da maior relevância, tais como as contribuições para os Anais e a Revista do Museu Paulista, História do Café do Brasil, Biografia de Bartolomeu de Gusmão. História da Vida e da Ci-

dade de São Paulo e, sobretudo a notabilíssima obra História Geral das Bandeiras Paulistas;

Considerando que, além disso, a sua atividade criadora se exerceu também no campo da literatura geral, valendo-lhe tudo isso as honrosas distinções de membro das Academias de Letras Brasileiras e Paulistas, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

Considerando finalmente que, por tudo isso faz jus ao reconhecimento da sociedade a que serviu como um dos expoentes de sua cultura, e do Estado, de que foi dedicado e excepcional servidor.

Decreta:

Art. 1º – Fica Fixado no padrão S o vencimento do cargo de Diretor padrão N, da Tabela I, da Parte Suplementar do Quadro Geral a que se refere o Decreto-Lei nº 14.138, de agosto de 1944, lotado no Museu Paulista.

Art. 2º – Fica aposentado nesse cargo, nos termos do artigo 194 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Decreto-Lei nº 12.273, de 28 de outubro de 1941), o seu atual ocupante, o eminente cidadão e notável homem de letras, Afonso de Escragnoille Taunay, cujos proventos ficam fixados em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, sem prejuízos das

vantagens em cujo gozo se encontre, e que, por lei, se considerem incorporados ao vencimento, para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único – O Departamento do Serviço Público expedirá ao interessado o título correspondente à aposentadoria que lhe é concedida por este Decreto-Lei.

Art. 3º – Ao funcionário de que trata este Decreto-Lei e a que é concedido o título de Servidor Emérito, fica assegurado o direito de continuar, no Museu Paulista, os trabalhos de sua especialidade, com as prerrogativas concedidas aos demais funcionários técnicos daquela instituição, facilitando-se-lhe os meios de ação necessários e resevando-se-lhe, para esse fim, acomodações e instalações condignas.

Art. 4º – As despesas decorrentes da execução deste Decreto-Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 1 de dezembro de 1945. José Carlos de Macedo Soares; Francisco Morato; Cássio Vidigal; A. Almeida Júnior; Pedro A. de Oliveira Ribeiro Sobrinho; Chistiano Altenfelder Silva; Antonio Cintra Gordinho; Edgard Baptista Pereira.

Terminava assim a passagem de uma vida por uma instituição, que dela se serviu por 29 anos, já que Taunay fora empossado no cargo de Diretor do Museu Paulista aos 26/02/1917.

Saia Taunay, de acordo com o art. 3º do Decreto-Lei nº 15.243, de 01/12/1945, com o título de Servidor Emérito, com o direito de continuar a realizar os trabalhos de sua especialidade com as prerrogativas concedidas aos demais funcionários da

Instituição, acrescidas de facilidades inúmeras tais como acomodações e instalações condignas.

Não foi tarefa fácil apresentar, ainda que palidamente, os traços essenciais que marcaram sua passagem pelo Museu Paulista; talvez fosse mesmo mais acertado dizer que ele marcou tão profundamente sua ação, quer como Diretor, quer como Historiador, que ainda permanecem muito vivas as marcas desses vinte e nove anos.

A estatura do homenageado não encontrará semelhança, tão cedo, entre os estudiosos de nosso país e de fora dele. Bastaria, se nada mais tivesse feito nesse interregno destacar que na sua Administração foram publicados 13 números da (Revista do Museu Paulista, do Volume X ao XXIII, abrangendo, aproximadamente, 12.885 páginas; nelas, de sua autoria se encontram 27 trabalhos, isto é, mais de 2 por número, abrangendo relatórios, contribuições à ciência natural e comentários biográficos escritos “*in memoriam*”, como se se nota pela relação seguinte:

ARTIGOS DE AFONSO DE ESCRAGNOLLE TAUNAY PUBLICADOS NA “REVISTA DO MUSEU PAULISTA”

- 1 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1916, vol. X, páginas, 17 a 28, 1918.
- 2 – O primeiro naturalista de S. Paulo, vol. X, páginas, 831 e 874, 1918.
- 3 – Orville Adalberto Derby “neocrológio”, vol. X, páginas, 209 a 928, 1918.
- 4 – Ricardo Krone “neorológio”, vol. X, páginas, 931 a 938, 1918.
- 5 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1917, vol. X páginas, 975 a 1.000, 1918.
- 6 – Uma grande jornada científica: a viagem de Neiva e Pennas, Vol. XI páginas, 495 a 530, 1919.
- 7 – Dr. João Florêncio Gomes “neocrológio”, vol. XI, páginas, 563 a 573, 1919.
- 8 – Dr. Joaquim Cândido da Costa Senna, vol. XI, páginas, 579 a 596, 1919.
- 9 – Dr. Charles Rochester Eastman, vol. XI, páginas, 599 a 603, 1919.
- 10 – Bibliografia da Revista do Museu Paulista (1913-1919), vol. XI. Páginas, 607 a 629; 667 a 771; 784 a 804; 806 a 808; 810 a 818; 826 a 837; 839 a 841 e 842; 843; 845; 851 a 861, 1919.
- 11 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1918, vol. XI, páginas, 893 a 920, 1919.

- 12 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1919, vol. XII, segunda parte, páginas, 453 a 464, 1920.
- 13 – Resposta à consulta do Governo do Estado de São Paulo sobre um projeto de alargamento do Museu, atendendo às próximas comemorações centenárias, vol. XII, segunda parte, páginas, 485 a 490, 1920.
- 14 – Frei Mansucto Barcatta de Val Florianiana “necrológico”, vol. XIII, páginas. 1.289 a 1.292, 1922.
- 15 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1920, vol. XIII, páginas. 1.295 a 1.313, 1922.
- 16 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1921, vol. XIV, páginas 685 a 707, 1926.
- 17 – Ernesto Garbe “necrológico”, vol. XIV, páginas, 677 a 681, 1926.
- 18 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1922, vol. XIV, páginas, 727 a 758, 1926.
- 19 – Relatório do Museu Paulista referente ao ano de 1923, vol. XIV, páginas, 769 a 790, 1926.
- 20 – Achegas para a bibliografia das Ciências Naturais (1917-1921), vol. XV, segunda parte, páginas, 75 a 79; 81 a 82; 85 a 86; 93 a 94; 96 a 97; 98 a 100; 106 a 108; 108 a 109; 111; 115; 119; 136 a 137; 145; 151 a 154; 156; 162 a 163; 167 a 170; 174 a 175; 181; 183 a 184; 185; 189 a 196; 193 a 195; 211 a 218, 1927.
- 21 – A terminologia zoológica e científica em geral e a deficiência dos grandes dicionários portugueses, vol. XV, segunda parte, páginas, 277 a 383, 1927.

- 22 – D. Isabel Sampaio Ferraz de Almeida, vol. XV, segunda parte, páginas, 443 a 445, 1927.
- 23 – Inóvia científica e vocabular dos grandes dicionários portugueses, vol. XVII, páginas, 513 a 688, segunda parte, 1932.
- 24 – In Memoriam: Hermann Luederwaldt, vol. XXI, páginas, 31 a 48, 1937.
- 25 – Monstros e monstrenhos do Brasil, vol. XXI páginas, 911 a 1.048, 1937.
- 26 – Um amigo do Museu Paulista: Dr. Alberto Penteado (1872-1934), vol. XXI, páginas, 1.049 a 1.056, 1937.
- 27 – João Leonardo de Lima, naturalista do Museu Paulista (1874-1935), vol. XXI, páginas, 1.057 a 1.062, 1937.

Mas somente esta contribuição não bastava ao seu espírito e energia catalítica; lançou-se à criação de uma publicação devotada à História de São Paulo e do Brasil: os “Anais do Museu Paulista” conseguiu editar na sua Administração 12 números do tomo I ao XII, totalizando aproximadamente 7.991 páginas; nelas, esteve presente em 33 trabalhos, versando sobre assuntos históricos, principalmente paulistas, conforme segue:

**ARTIGO DE AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
PUBLICADOS NOS (ANAIIS DO MUSEU PAULISTA).**

- 1 – Pedro Taques e seu tempo, tomo I, páginas, 5 a 288, 1922.
- 2 – Sob El Rey Nosso Senhor, tomo I, páginas, 289 a 421, 1922.
- 3 – Um grande bandeirante: Bartolomeu Paes de Abreu, tomo I, páginas, 422 a 530, 1922.
- 4 – Escritores Coloniais – subsídios para a história da literatura brasileira, tomo II, páginas, 1 a 293, 1925.
- 5 – In memoriam – J. Capistrano de Abreu, tomo III, páginas, VII a XXXIX, 1927.
- 6 – Do Reino ao Império, tomo III, páginas, 1 a 189, 1927.
- 7 – Estudos de História Paulista, tomo III, páginas, 191 a 317, 1927.
- 8 – Antigos aspectos paulistas, tomo III, páginas, 319 a 431, 1927.
- 9 – A grande vida de Fernão Dias Paes, tomo IV, páginas, 1 a 200, 1931.
- 10 – Santa Catarina nos anos primevos, tomo IV, páginas, 201 a 324, 1931.
- 11 – Terra Bandeirante, tomo IV, páginas, 325 a 428, 1931.
- 12 – História da vila de São Paulo no século XVIII, tomo V, páginas, 1 a 288, 1931.
- 13 – História da cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720), tomo V, páginas, 289 a 620, 1931.
- 14 – História da cidade de São Paulo no século XVIII – segundo tomo, tomo VI, páginas, 1 a 416, 1933.

- 15 – História da cidade de São Paulo – terceiro tomo, tomo VII, páginas, 1 a 248, 1936.
- 16 – No Brasil de 1840, tomo VII, páginas, 249 a 416, 1936.
- 17 – De Brasiline rebus pluribus, tomo VII, páginas, 418 a 567, 1936.
- 18 – Em Santa Catarina colonial, tomo VII, págs. 568 a 748, 1936.
- 19 – A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, tomo VIII, páginas, 1 a 530, 1938.
- 20 – Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática, tomo IX páginas, 1 a 550, 1938.
- 21 – Ensaios de História Paulistana, tomo X, páginas, 1 a 223, 1941.
- 22 – Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil; tomo X, páginas, 225 a 311, 1941.
- 23 – Um grande amigo do Museu Paulista: Júlio Conceição (1864-1938), tomo X, páginas, 1 a 13, 1941.
- 24 – Silva Leme e o povoamento do Brasil Central pelos paulistas, tomo X, páginas, 1 a 13, 1941.
- 25 – Adendo à Genealogia Paulistana de Silva Leme, tomo X, páginas, 43 a 58, 1941.
- 26 – Amador Bueno e outros ensaios, tomo XI, primeira parte, páginas, 1 a 217, 1943.
- 27 – No Rio de Janeiro dos Vice-Reis, tomo XI, segunda parte, páginas, 1 a 143, 1943.
- 28 – Achegas à biografia de Bartolomeu de Gusmão, tomo XI, terceira parte, páginas, 1 a 103, 1943.

- 29 – Assuntos de três séculos coloniais, tomo XII, páginas, 1 a 191, 1945.
- 30 – Viagens na capital das Minas Gerais (1811-1821), tomo XII, páginas, 1 a 293, 1945.
- 31 – Um paulista eminente e benemérito: Augusto Carlos da Silva Telles (1823-1851), tomo XII, páginas, 1 a 53, 1945.
- 32 – Comemoração do cinquentenário da solene instituição do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga, tomo XII, páginas, 1 a 51, 1945.
- 33 – Um Cimélio do Museu Paulista, tomo XII, páginas, 1 a 23, 1945.

Se juntarmos essas publicações de fama nacional e internacional, à sua Direção vieram à luz 20.876 páginas impressas, sob os mais variados assuntos e se mais não publicou, se deve tão somente aos imprevistos a que está sujeita qualquer Administração. Mesmo assim, seu esforço constitui um apreciável recorde de florescimento cultural, científico e literário.

É bem verdade que Taunay teve o apoio de homens públicos do quilate de Altino Arantes, de Júlio Prestes, de Washington Luiz, de Armando Salles e de José Carlos de Macedo Soares, entre outros Governadores de São Paulo, como também de figuras esplêndidas que pontificavam nos Secretariados do Estado e no que se denomina, hoje, 2º escalão.

Mas não foi só dos poderes públicos que recebeu apoio; foi também e é preciso salientar, da sociedade de São Paulo, cujas principais famílias foram doadoras de inúmeras objetos,

quadros e coleções bibliográficas que enriqueceram sobremaneira o acervo do Museu Paulista.

É possível dizer, sem exageros, que Taunay recebeu, ao tomar posse do cargo de Diretor do Museu Paulista em 26 de fevereiro de 1917, uma Instituição carente de quase tudo e se dedicou a prepará-la para as comemorações do Centenário da independência e a fazer com que o Museu pudesse justificar o nome que ostentava; adotou, pois, como escreveu, “uma diretriz nacionalista”, abrindo as duas primeiras salas consagradas à tradição paulista, criando um ambiente histórico, colocando estátuas dos bandeirantes, fazendo reviver, enfim, os lances mais profundos de nossa história, ligados à presença de São Paulo na Federação Brasileira.

Desdobrou-se em mil e uma atividades, o que para a sua personalidade não deve ter sido difícil; desenvolveu-se com muito gosto e acerto. E ainda teve tempo para escrever e publicar entre outras obras, a História do Café e a História Geral das Bandeiras Paulistas. Soube também desenvolver o Museu, reformá-lo e reestruturá-lo, passando em 1927 à Seção de Botânica para o Instituto Biológico e em 1939 à de Zoologia para o Departamento de Zoologia do Estado.

Mas não ficou nisso; aos 18 de abril de 1923 inaugurava o Museu Republicano “Convenção de Itu”, graças ao apoio da comunidade paulista, liderada por Washington Luiz; nele deixou também profundas marcas de sua austera administração, feita de acordo com os meios e técnicas de que dispunha nos anos que o dirigia.

O exame, ainda que superficial da atuação de Taunay frente aos destinos do Museu que dirijo, demonstra claramente que ele era “the right man in the right place”. Nasceu talhado para isso. Talvez fosse possível aplicar a Taunay o que ele mesmo escreveu sobre o grande pintor que foi Benedito Calixto:

“Viveu embevecido com as coisas de sua Fé, de sua Arte e de sua Terra”.

Realmente Taunay, como Diretor do Museu Paulista, em todas as suas ações administrativas deixava transparecer sua inquebrantável Fé em Deus; como Historiador, demonstrava sua Arte, sabendo como ninguém manusear documentos, estudar, redigir e publicar uma riquíssima coleção de estudos e ensaios; como dívida de gratidão a São Paulo, amou profundamente a terra que o adotou.

MESTRE TAUNAY E BARTOLOMEU DE GUSMÃO

NICOLAU DUARTE SILVA

A rememoração do assunto se impunha. Não somente porque representa valioso subsídio para o perfeito conhecimento da História da Ciência – dado que Bartolomeu Lourenço de Gusmão conquistou, indiscutivelmente o título e primeiro inventor americano – mas, sobretudo porque, pelo tempo aplicado nas pesquisas e pela acurada profundidade com que as levou a bem termo, constituiu-se em um dos melhores, senão o melhor trabalho do venerado professor do São Bento e da Politécnica, do saudoso diretor do Museu Paulista e do sempre lembrado presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Operoso e infatigável, Afonso de Escragnoille Taunay (1876-1958) dedicou à matéria boa parte de sua longa e prestimosa existência. Nem é possível pensar nos outros labores de sua pena, de índole variada. Basta considerar que a distinta bibliografa Sra. D. Rosemarie Érika Horch, interessada m seu levantamento, já alinhoun para mais de 1.500 títulos, segundo comentário que ouvimos do operoso e bem informado livreiro e bibliofilo Sr. Olyntho de Moura, que, diga-se de passagem, foi o feliz comprador da biblioteca deixada pelo nosso homenageado de hoje.

Ao iniciar seus escritos acerca do “Voador”, em 1932, na edição literária hebdomadária, dominical, do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, de que foi brilhante e assíduo cola-

borador, jamais imaginou – são palavras suas – que esse trabalho se pudesse avolumar tão notavelmente e o viesse a ocupar por mais de dez anos. Somam – acentuava: “nada menos de 76 longos artigos, outros tantos capítulos de minha obra, dos quais 9 em 1932, 29 em 1933, 19 em 1934, 7 em 1935, etc”.

Mas, já então pertencia ao grupo dos gusmanólogos, a revelar que não era jejuno no assunto, como a reedição comentada de “Bartolomeu de Gusmão: Obras completas”, edição da Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Em 1934, imprimia o primeiro dos seus dois volumes do trabalho capital, propriamente dito, com o título “A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão, que ocupou 218 páginas do “Anuário da Escola Politécnica de São Paulo”, do mesmo ano.

Em 1935, ainda no “Anuário da Escola Politécnica de São Paulo”, aparecia à segunda parte, em 293 páginas, intitulada “Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática”. De ambas houve separatas. Como requinte de sua dedicação, cumpre registrar que o volume terminava “com o resumo da biografia do inventor e documentos traduzidos para o francês, inglês e alemão”.

Esgotando-se essas edições, foram lançados, em 1938, dois volumes nos “Anais” do Museu Paulista, tomos VIII e IX, também como separatas. Eram mais de mil páginas de matéria atualizada, não somente ampliando o que fora divulgado como corrigindo senões das primeiras tiragens.

A esta altura, não nos furtamos ao prazer de transferir a palavra para o próprio mestre, que, melhor do que ninguém, poderá discorrer acerca do assunto.

“O meu principal trabalho – declara – foi reunir como maior cuidado o enorme material publicado sobre Gusmão e sua obra, sobretudo em Portugal e no Brasil”.

E acrescenta: “Tive então o auxílio generoso e desinteressado de numerosos eruditos de alto valor. Entre eles, citarei no primeiro plano o Marquês de Faria, de tão saudosa memória, a mim sobremodo grata, pois o auxílio recebido deste amigo generoso, a quem nunca vi, foi o mais considerável.

“Entre os brasileiros – prossegue – citarei o douto Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os eminentes escritos Embaixador Luiz Guimarães Filho, Alberto Rangel e Ministro Caio de Melo Franco que a meu pedido pesquisaram, frutuosamente, nos arquivos do Vaticano, franceses e holandeses.

“Entre os portugueses – continua – os prestigiosos eruditos e autores Carlos Alberto Ferreira, arquivista da Torre do Tombo; Coronel Gustavo T. Correia Neves, Professor Joaquim de Carvalho, Drs. Artur de Magalhães Basto, A. Lopes da Silva, A. G. da Rocha Madahil. Na Inglaterra auxiliou-me Lord S. Gaselle, do Foreign Office; na Alemanha o Conde de Klinckowstroem; na Itália o douto P. Galileu Venturini, o Diretor Vichi, da Biblioteca Nacional de Roma, diretor Zanella, de Florença; Buraggi, de Turim; em França, Alberto Rangel, etc”.

“Timbrei sempre em todas as páginas de meu trabalho – pondera – de praticar com o maior rigor o *suum cuique* agradecendo sempre as generosas e preciosas contribuições, recebidas de colaboradores graciosos do Brasil e da Europa”.

Em contrapartida, foi com profunda amargura que veio a ter conhecimento de que, passando-se por notável pesquisador, um professor da Escola Normal de Montpelier, na França, de nome Julies Duhem, que com ele mantivera correspondência, acabara plagiando parte de sua obra. Isto se passou em 1936, merecendo de mestre Taunay um capítulo denominado “Um caso de improbidade científica”. Vide “Achegas à biografia de Bartolomeu Lourenço de Gusmão”, imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1943.

Com o objetivo de alcançar o grande público, que, certamente não o teria acesso aos tomos VIII e IX dos “Anais do Museu Paulista”, resolve versar o assunto em um livro. Ele apareceu em 1942, com prefácio datado de 20 de maio do mesmo ano, num lançamento das Edições Leia, bem apresentado, com 355 páginas e nada menos de 85 gravuras. Representou como que o coroamento de quanto o ilustre historiador e pesquisador produzira, relativamente a Bartolomeu de Gusmão. A edição foi a 2.200 exemplares, dos quais 25 fora do comércio.

Admite-se que a História é a mestra da vida...

Mas, infelizmente, mestre Taunay não conseguiu fazer muitos discípulos, nem mesmo entre os que dele mais perto estiveram. Assim, em 1966 decorridos oito anos de seu falecimento, com grande pompa se anunciava a transladação das cinzas de Bartolomeu de Gusmão e de seu irmão Alexandre para São Paulo, recolhidas na Espanha e em Portugal, respectivamente. A sua advertência caíra em terreno sáfaro. Coube-nos a ingrata tarefa de verberar tão ridículo atrevimento, em uma série de artigos

divulgados em “O Estado de S. Paulo” e “A Tribuna”, de Santos, a partir de 13 de novembro de 1966, pois jamais haviam sido localizadas as sepulturas de qualquer um deles. Escrevíamos, naquela ocasião. “Admitindo à impossibilidade de concretizar-se a real trasladação dos despojos do tindo a impossibilidade de concretizar-se a real traslação dos despojos do “Voador” para o Brasil, o grande historiador concordava com a coleta de um punhado de terra do solo do cemitério onde se supunha estivesse ele sepultado, para um ato simbólico. Mas, opunha-se, terminantemente, a idéia de trazer-se para cá “um osso, qualquer” do cemitério da igreja e Toledo, porque então seria prestar homenagem ao “osso desconhecido” e não aos despojos de Bartolomeu Lourenço de Gusmão”.

Já naquele momento alimentávamos sérias dúvidas acerca do falecimento de Bartolomeu Lourenço de Gusmão em Toledo, a 19 de novembro de 1724, durante a sua rocambolesca fuga de Lisboa, para juntar-se aos rigores da Inquisição. E tais dúvidas se avolumaram, com o correr dos anos, em faze de nova documentação – que mestre Taunay não chegou a conhecer – levando-me à conclusão de que tudo não passara de uma farsa, engendrada sob os olhares complacentes do próprio rei D. João V. de Portugal (1689-1750), de quem o santista era íntimo colaborador. Essa “morte” era necessária, como medida de salvação. Portanto, ficava plenamente justificado o motivo de jamais ter sido encontrado a sepultura do grande inventor na Igreja de San Román, de Toledo, onde fôra procurada, reiteradamente, por várias pessoas, durante muitos anos.

Todavia, encerrando esta homenagem ao querido mestre, não é demais declarar, solenemente, a bem da verdade histórica, que o que fica dito não invalida nem emplidece, em suas linhas gerais, as profundas pesquisas e o labor de Afonso de Escragnolle Taunay, cuja obra ainda pode e deve ser considerada como a mais atualizada a respeito de Bartolomeu de Gusmão. Constitue mesmo o ponto de partida para futuros estudos. É que em História nunca podemos alimentar a ilusão de dizer a última palavra, sempre a depender do aparecimento de novos documentos, capazes de lançar outras luzes sobre determinado fato.

TAUNAY, O GRANDE HISTORIADOR, NA INTIMIDADE

ENG. ALBERTO FRADO GUIMARÃES

Na impossibilidade de sintetizar a obra grandiosa de Taunay, perto de 120 polpudos volumes, em um simples rodapé, ou sequer fazer rápida exegese desse monumental trabalho que o colocou em certa conferência internacional entre os dez maiores historiadores do mundo, – propuzemo-nos a enfileirar em pot-pourri, variadas passagens anedóticas que possam dar uma viva impressão do valor intelectual e moral do grande escritor, ora homenageado.

Desejamos, assim, embora em pálido reflexo, apresentar o homem e o professor, através de pequenos episódios de sua vida, ricamente fértil de escritor, eximinando-nos de pretender competir canhestramente com mais de 50 professores e notáveis pesquisadores de sua alentada bibliografia, eruditamente abordada nesta hora por tantos e tantos estudiosos de história em nosso meio.

Senão vejamos?

– Fugindo da febre amarela que grassava no Rio de Janeiro, os Taunay refugiaram-se em Petrópolis, onde Affonso passou a meninice, cursando, então, o colégio de Mons. Moreira, e tendo, entre outros professores – Capistrano de Abreu.

Mons. Moreira que educou, no seu colégio, radiosa mocidade, veio terminar os seus dias como capelão da Igreja de Monte-Serrate, em Santos. Aí, apesar de sua idade avançada, o velhinho de barbas brancas galgava todas as manhãs o morro para

celebrar a missa do alto. Era de aspecto franzino, mas forte devido a só se alimentar de frutas. Santa energia que antes aplicara no colégio onde Taunay se educou. Capistrano de Abreu, o cearense, era tido como Mestre entre os mestres, Rio Branco, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães, Rui, Calogeras, Eduardo Prado, Taunay e outros. Desordenado aparentemente, dormindo em rede, trocando o dia pela noite, era a desoras, varando a madrugada em discussões de alta cultura que recebia a elite de nossa intelectualidade. Certa vez, saindo nós de teatro, encontramos com Taunay que ia em visita ao seu velho professor e grande Amigo para uma proveitosa tertúlia sobre pontos obscuros de nossa História.

– Oferecendo-se comodidade a ele, Taunay, nos últimos anos de seu curso na Politécnica, morou no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, quando se tornou muito amigo dos padres e as aproveitou de ótima biblioteca.

– Do Rio, terminando o curso de engenharia, Taunay veio ter à São Paulo, onde viveu como filho de Augusto Carlos da Silva Telles, seu tio, fundador da Escola Politécnica, iniciando-se aí no magistério superior.

– Também no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, fez amizade com o grande Abade D. Miguel Kruse, de onde resultou a fundação do Ginásio de São Bento, até hoje modelo de Escola Secundária. Graças à interferência de Taunay contou o Ginásio, em seu corpo docente com diversos catedráticos da Politécnica, tais como Rogério Fajardo, Henrique Magalhães Gomes, Alfredo Porchat e o próprio Taunay, este nas disciplinas de História Universal e do Brasil.

– Contribuiu também Taunay para que D. Migue Kruse tivesse a iniciativa da fundação da Faculdade de Filosofia e Letras, sob a direção de Mons. Sentroul, o discípulo querido de Cardeal Mercier na célebre Escola de Louvain, em que o Tomismo, com o amparo do sábio Arcebispo de Malines e a colaboração do então nuncio apostólico na Bélgica, e mais tarde o papa da Rerum Novarum – Leão XIII – tomou grande impulso, sendo até hoje Louvain a guardiã da filosofia Escolástica em todo o mundo. Taunay ocupou na Escola de Sentroul, a cadeira de História.

Desinteressado dos bens materiais, apaixonado pelos altos estudos, renunciou Taunay ao prêmio que lhe dava o Abade pela História do Mosteiro de São Bento, publicado na época e recheiada de pesquisas originais.

– Nessa altura, ganhou de D. Miguel a chave da clausura, pois era tanta a sua identificação com as nobres tarefas dos beneditinos, as quais, como diria em conferência Pandiá Calogeras, pela reconstituição de incunábulos e palimpsestos em Monte Cassino, granjearam o renome universal de Paciência Beneditina.

– Estabelecendo-se definitivamente em São Paulo, aqui Taunay se consorciou com a prendada e linda senhora da família Souza Queiroz, da mais legítima cepa da fidalguia paulista – Dona Sara – a exemplar esposa que tanto o incentivou na vida de estudioso e de católico praticante.

– Na família teve em D. Vitalina Pompeu, sua sogra, também intelectual e de antiga estirpe bandeirante, estímulo para as suas lucubrações em torno da heróica façanha das Bandeiras Paulistas.

– Na intimidade sempre se mostrou o homem bem humorado que também o fazia querido dos alunos. A despeito de sua bondade, foi sempre intransigente no que tangia à moralidade, profligando muita vez com veemência a incorreção dos trêfegos e os desmandos dos poderosos. É de se registrar a sua maneira de corrigir as peraltagens dos filhos que, no caso, tinham de obedecer à inalterável ordem do Pai bondoso; “Vá ao Lompes”. Tratava-se, como nos contava cadeira que o ditador paraguaio se utilizava em campanha, hoje em poder da família Taunay.

– É de se notar o verdadeiro dom da ubiqüidade que demonstrava Taunay possuir, pois nas aulas ao mesmo tempo em que relatava fatos históricos com rara precisão de datas e nomes, escrevia artigos para revistas e jornais. Na família era usual ler os jornais como se fossem partituras da música que dedilhava ao piano simultaneamente.

– Desprovido de vaidade, vestia-se simplesmente, trazendo consigo um inseparável guarda-chuva na mão esquerda, enquanto na direita levava sempre um jornal enrolado.

– Nutria imensa adminração pelo Pai – o Visconde de Taunay – também escritor fecundo e dos mais lidos, não só na língua portuguesa, como nas traduções em muitas línguas estrangeiras.

– Tendo escrito perto de 120 obras, compreende-se que Taunay aproveitasse todos os lazeres para ler e servir-se de sua prodigiosa memória em suas inúmeras citações, todas comprovadas na exatidão das datas, dos números e nomes. Não se afastava dos livros. Lia sempre, entrando pela noite a dentro e lendo

até nos bondes. O importante é que gravava tudo o que lhe passava pela vista.

– Curioso que só se servia em seus escritos, de simples pontas de lápis, ageitados os dedos em volta de modo a quase cobrir o grafite. De quando em quando, à procura de um papel ou documento, descansava o lápis, atravessando entre os dentes.

– Era-lhe inseparável um pequeno caderno de bolso, onde tomava algumas notas, a fim de lhe servirem de aneilas em seus trabalhos.

– No escrever, a sua letra, a princípio simples e clara, ia, por força da pressa em redigir, se tornando ilegível, a não ser para a sua assídua secretaria e colaboradora de sempre, sua filha Ana de Taunay Berrettini.

– Contou-nos Ana, que já nos últimos tempos, mostrou-se certa vez entristecido porque lhe faltara um trecho de Walter Scott que lera em moço. Po-se por dias concentrados, até que, enfim, soltou na íntegra o tópico em apreço, com grande gáudio para toda a família, que o pensava doente.

– Compreende-se que, em se tratando de rara inteligência e gigantesca memória, fosse um eterno curioso: procurava tudo saber e com minúcias, daí o excesso de perguntas que jogava sobre o interlocutor, fosse qual fosse à categoria e sobre assuntos às vezes sem maior interesse para o vulgo, mas para Taunay de grande valia, quer no referente a parentescos, quer a fatos sociais havidos e não de todo elucidados.

– Por tudo quanto vimos, surgindo a possibilidade de ser aproveitada a sua competência em algo que lhe falava bem às

suas predileções, abandonou o Magistério e dedicou-se inteiramente à direção do Museu Ipiranga.

– Ainda que minguadas as verbas, a sua gestão deu aspecto novo ao Museu. Em visita ao Ipiranga, ouvimos de Taunay o seguinte: “Este é o Museu mais pobre do mundo, mais o mais rico em ornitologias”. Realmente, ele conseguira verba para manter em permanente função na Amazônia, três hábeis caçadores que lhe mandavam espécimes raros de pássaros que lhe formaram linda coleção de animais empalhados, ultimamente entregues ao Departamento de História Natural da USP.

– Longe de exigir ajuda de custas para o seu caso particular, renunciou à condução especial a ele oferecida, dizendo que empregaria melhor a verba, destinando-a a manutenção do Museu.

– A este propósito, cabe relatar aqui um fato bastante anedótico, Taunay, certa vez cedeu o seu lugar na beirada do bonde a um cidadão rústico. Não tendo luz para ler, pediu ao vizinho para trocar de lugar, ao que este desabusadamente respondeu: “Porque trocar de lugar, se eu também gosto da beirada?” Pouco, além entretanto, um caminhãocom os seus burros desembestados, investiu com a lança do temão contra o corpo do passageiro malcriado, esmigalhado-lhes algumas costelas. Circunstâncias exclamaram: “Por um triz teria morrido!” Ao que Taunay, observando não ser de todo grave o estado do ferido, ironicamente completou: “Teria morrido de macriação”.

– Nas palestras esquecia-se das horas. Mantinha-as tanto com os doutos como com os simples. Conversando com ele, calhou que viéssemos a referir algo sobre o Theatre des dix heu-

res, de Montmart, Taunay com esse tema, poz-se a desfiar números “couplets” e “blagues” lá despejados pelo espírito gaulês.

– E, por fim, um fato que mostra a sua modéstia que a todos encantava. Na capital e no Interior, procurava-se levantar uma herma ao Historiador do Café. A idéia, bem recebida em toda a parte, ganhava consistência pecuniária, quando o presidente da Rural foi procurado por D. Sara que pedia insistentemente não se prosseguisse na justa homenagem, visto como o fato tinha provocado nervosismo no marido. Sustado o intento, só pelo falecimento de Taunay veio a ser realizado.

– Eis, por que cabem, nesta hora, as homenagens devidas pelas virtudes peregrinas e trabalhos inestimáveis prestados ao Brasil por Afonso d’Escragnolle Taunay, grande entre os grandes de nossa Pátria.

BREVE BIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA DE TAUNAY

ENG. ALVARO DA VEIGA COIMBRA

O nome de Afonso d'Escragnolle Taunay é uma glória legítima da historiografia brasileira como o vulto sem par de uma centena de trabalhos publicados em volume ou insertos em nossos jornais e revistas científicas; bastaria para assegurar-lhe a imortalidade literária a existência desses dois incomparáveis repositórios de saber que são a “História de Café no Brasil”, e a “História Geral das Bandeiras Paulistas”.

Afonso d'Escragnolle Taunay paira nas altas esferas do saber em que se encontram Varnhagem, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e poucos mais que excepcionalmente levaram a bibliografia nacional ao mais invejável nível científico. Memória prodigiosa, saber enciclopédico, apoiado em documentos que manuseou e perqueriu pacientemente nas bibliotecas e nos arquivos através de muitas décadas de ininterrupta dedicação ao estudo, Taunay tornou-se o historiador insigne das Bandeiras, a epopéia máxima da história nacional.

A História era sua verdadeira vocação. Tornou-se o mestre da historiografia brasileira. Em 1953, no mesmo ano em que recebeu o Grande Prêmio Nacional Capistrano de Abreu, a Associação Americana de Historiadores, com sede em Chicago, classificava-o como o maior, entre os dez mais importantes historiadores do mundo.

Para nós, particularmente paulistas, Afonso d'Escragnolle Taunay, embora não tenha nascido em São Paulo, foi o mais amoroso e extremoso dos paulistas, o mais esforçado historiador de nossa região, de nossa gente, de nossos fatos, de nossas glórias, conhecedor profundo da história de São Paulo.

Nascido em Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, quando seu pai, o Visconde de Taunay, era presidente da então Província de Santa Catarina, a 11 de julho de 1876, veio para o Rio, formando-se em engenharia civil pela Escola Politécnica e quatro anos depois, em 1904, já era professor da Escola Politécnica de São Paulo e catedrático em 1910. Foi diretor do Museu Paulista que se transformou sob sua direção, num admirável documentário de nossa história, valioso patrimônio cultural da Nação. Foi membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Academias de Letras Brasileiras e da Paulista, da Academia Portuguesa de História, presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e de muitos outros Institutos e Academias.

Aos 15 fevereiro de 1903, sob o nome de Ginásio de São Bento, fundava-se em São Paulo o grande educandário que teve como um dos seus fundadores o professor Afonso d'Escragnolle Taunay. Aí conheci o grande mestre. Fui seu aluno e depois no Museu Paulista, quando me foi entregue um cargo técnico. Desde então, uma sólida e leal amizade prendeu o aluno ao mestre, que só terminaria a 20 de março de 1958, quando faleceu.

Apresessam-se as instituições culturais do País, principalmente as paulistas, para comemorar condignamente o centenário

de nascimento do grande historiador que engrandeceu a cultura nacional, deixando uma obra que constitui grandioso monumento ao saber da qual numa homenagem à memória do saudoso mestre, aqui publicados a bibliografia.

Seu velho quis estar presente com este pequeno e humilde trabalho que traduz uma saudade, uma grande saudade de seu querido amigo e mestre, um testemunho vivo de imensa gratidão.

BIBLIOGRAFIA

**(Extraída da coleção das obras de
Taunay existentes no I.H.G.S.P.)**

- ALGUMAS NOTAS SOBRE ROQUE LUIS DE MACEDO PAES LEME DA CAMARA – In. Rev. do Inst. H.G.S.P. Vol. 32 pág. 5.
- AMADOR BUENO E OUTROS ENSAIOS S. PAULO, 1943 – 217 p. 23 cm.
- BARTOLOMEU DE GUSMÃO (Em homens de S. Paulo, 1955, p. 41-87) 1876-1958.
- HISTÓRIA DA CIDADE DE S. PAULO NO SÉC. XVIII. (Volume da Coleção Departamento de Cultura, Publicado pela Divisão do Arquivo Histórico) S. Paulo – Imprensa Oficial. 1931, 7 vols.
- NO BRASIL IMPERIAL, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. p. 236-363, 24 cm. Separata da Rev. do Inst. e Geog. Brasileiro, vol. 141.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS SOB O IMPÉRIO, S. Paulo. Imp. Oficial. 1950 – 252 pág.
- GRANDES VULTOS DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA. Publicação Comemorativa do primeiro Centenário da Independência Nacional – 1922 – Companhia Melhor, S. Paulo. 230 pág.
- CINCO PEÇAS DA VELHA ICONOGRAFIA CATARI-NENSE. Florianópolis, Imp. Oficial, 1950 – 23 pág. Ilust. In Coleção de Santa Catarina, nº 4 pág. 65.

- TERRA BANDEIRANTE. S. PAULO. Tip. do Diário Oficial, 1931 – 101 pág. Separata do Tomo IV do Annaes do Museu Paulista.
- CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL – estudo biográfico de André José Antonil.
- DE BRASILIAE REBUS PLURIBUS. São Paulo, s/3, 1933 – 150 págs.
- DOIS DISCURSOS. Festa Comemorativa da Restauração de Portugal no Clube Português de São Paulo. Companhia Melhoramento de S. Paulo, S. Paulo, 1931. 24 págs. Foto.
- ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS – 2ª ed. 1951, S. Paulo. Ed, 1951, S. Paulo. Ed. Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
- ENSAIOS DA HISTÓRIA PAULISTA. (S. PAULO). Imp. Oficial, 1940 – 220 págs.
- ESTUDOS DA HISTÓRIA PAULISTA (S. Paulo, Tip. Do Diário Oficial, 1927) – 315 págs. Separata dos Annaes do Museu Paulista.
- ESTUDO DA HISTÓRIA PAULISTA – 1926. S. Paulo – “Diário Oficial” – 315, págs.
- CONFERÊNCIAS A PROPÓSITO DO IV CENT. DE S. VICENTE – 1532-1932. Ilust. de J. Wash Rodrigues S. Paulo. Ed. Ltda. Impresso 1935, 151 págs.
- GUERRAS DOS EMBOADAS, A. S. Paulo, Imp. Oficial, 1948 – 198 págs.
- GUERRA DOS BÁRBAROS, A. S. Paulo, Separata da Rev. Arq. Municipal, nº 22, 1936. – 331 págs.

- NA ERA DAS BANDEIRAS. São Paulo, Melhoramento, 1922, 195 págs. Bibliografia. Brasil – História – Bandeiras e Bandeirantes, séc. 17 e 18.
- GUIA DA SECÇÃO HISTÓRICA DO MUSEU PAULISTA. S. Paulo. Imprensa do Estado, 1937, 122 págs.
- UM GRANDE BANDEIRANTE – Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1788)... S. Paulo, “Diário Oficial”, 1923 /419/ – 52 págs. Separata do tomo dos “Anaes do Museu Paulista”, /419/ – 528 págs”. Biografia – Abreu. Bartolomeu Paes de, 1674-1738.
- GUIA DO MUSEU REPUBLICANO “CONVENÇÃO DE ITÚ”, S. Paulo, Siqueira /prof. 1946/ 73 págs. lâms, – Bibliografia.
- ÍNDIOS, OURO, PEDRAS... S. Paulo, Melhoramento, 1926 – 106 págs. lâms, Brasil – História – Bandeira e Bandeirantes, séc. 17 e 18.
- JOÃO RAMALHO E SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO, S. Paulo (Revista dos Tribunais) 1953 – 322 págs. lâms – Bibliografia.
- HISTÓRIA ANTIGA DA ABBADIA DE S. PAULO, escrita à vista de avultada documentação Inédita (1598-1772) S. Paulo, Tip. Ideal, 1927, 26 págs. Ilust.
- HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS. 2ª ed. S. Paulo. Melhoramentos. 1961, 3 v. ilustr.
- HISTÓRIA DA CIDADE DE S. PAULO NO SÉC. XVIII, S. Paulo. 7 vols.
- HISTÓRIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS: escrita à vista de Avultada documentação inédita dos arquivos bra-

- sileiros, espanhóis e portugueses, 1950. Imprensa Oficial do Estado, S. Paulo – 11 vols. 1924, Tip. Ideal – Heitor Canton.
- HISTÓRIA SEISCENTISTA DA VILLA DE S. PAULO: escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros e estrangeiros. 1926-1929. Tip Ideal – Heitor Canton, S. Paulo. 4 vol.
 - LEONOR DE ÁVILA; Romance Brasileiro Seiscentista. 2ª S. Paulo Ed. Feiraz., 1926 – 206 págs.
 - MARTIN FRANCISCO III – In Rev. I.H.G.S.P. Vol. 31, pág. 3.
 - MISSÃO ARTÍSTICA DE 1816 – Rio, Min. Educ. e Cult. 1956, Publ. Patrimônio Histórico e Art. Nacional. 18 – 351 págs. Ilustr.
 - MONSTROS E MONSTRENGOS DO BRASIL (Ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séc. XVII e XVIII) 1937 – impresso oficial do Estado de S. Paulo. 134 págs. Ilustr.
 - NON DUCOR, DUCO: Notícias de S. Paulo, 1565-1820, S. Paulo, Tip. Ideal, 1924, 186 págs. Bibliografia.
 - OBRAS DIVERSAS DE BARTHOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO, com estudo crítico por Afonso d'E. Tauna. S. Paulo, Melhoramento, 1962 – 223 págs. lâms. Gusmão, Bartholomeu Lourenço de 1635?-1724 – Crítica e interpretação.
 - PEQUENA HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL, Rio de Janeiro, 1945, 558 pág. Ed. do Departamento do Café – 1945.
 - PEDRO TAQUES E SUA OBRA (Em Ilme P.T.A.P. Informações sobre as Minas de S. Paulo s.d. p./2/-64).
 - PIRATININGA – aspectos Sociais de S. Paulo Seiscentista. S. Paulo, Tip. Ideal, 1923.

- O PRIMEIRO NATURALISTA DE S. PAULO – (S. Paulo, Diário Oficial, 1918), 36 págs. Biografia – Ordonhes, Diego de Toledo Lara e, 1752-1826.
- PRIMEIROS ANOS DE GOIÁS (Os) (1722-1748) – 313 págs.
- A PROPAGAÇÃO DA CULTURA CAFEEIRA, S. Paulo. Departamento Nacional do Café, 1934.
- RELATOS MONÇOEIROS, Biblioteca Histórica Paulista, vol. IX. Comissão do 4 Centenário da Cidade de S. Paulo. 273, págs.
- RELATOS MONÇOEIROS. Introdução, Coletânea e Notas de Afonso de E. Taunay – Biblioteca Histórica Paulista – (Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo) S. Paulo, Liv. Martins Ed. S/A., composto e impresso nas Oficinas da Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, Ltda., 1953, Exemplar numerado, 273 págs. Ilust.
- RELATOS SERTANISTAS, Biblioteca Histórica Paulista, vol. VII. Comissão do 4 Centenário da Cidade de S. Paulo, págs. ilust.
- RELATÓRIO SERTANISTA, Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay – Biblioteca Histórica Paulista – (Publicação comemorativa sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo – S. P. Livraria Martins Ed. S. A. composto e impresso nas Oficinas da Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda., 1953. Exemplar 234 págs. Ilust.
- NO RIO DE JANEIRO DE D. PEDRO II, Rio, Liv. Agir. 1947, 272 págs.

- SANTA CATARINA COLONIAL, Em (Capítulo da História do povoamento) S. Paulo, Imp. Oficial, 1936 – 178 págs. In Coleção Santa Catarina, nº 3, pág. 1.
- SÃO PAULO NO SÉCULO XVI. História da Vila de Piratininga – Tours, E Arrauí & Cia. 1921.
- O SENADO DO IMPÉRIO. S. Paulo Liv, Martins, 1942, 261 pág. Ilust.
- SEGUNDA VIAGEM A S. PAULO E QUADRO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DE S. PAULO de Augusto de Saint-Hilaire, vol. VI. ed. luxo Coleção. Biblioteca Histórica Paulista.
- SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO TRÁFICO AFRICANO NO BRASIL. São Paulo. Imprensa Oficial, 1941, 311 págs.
- TRIGAES PAULISTANOS DOS SÉCULOS XVI E XVII; S. Paulo – Typ. Brasil – 1929, 19 págs. (6 lâms.) (S. Paulo Estado) Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Publicidade. Capítulo tirado da “História Seiscentista da Vila de S. Paulo” Trigo.
- VELHO SÃO PAULO. Vol. II. S. Paulo Melhoramento, 1954.
- VELHO SÃO PAULO, primeira contribuição da Companhia Melhoramentos de S. Paulo para as comemorações quadricentenárias de 25 de janeiro de 1954. (S. Paulo) Ed. Melhoramento s. d. v. ilustr. Mapas. Contendo VI primeiras plantas – Colégio – Sé – Paço.
- A VIDA GLORIOSA E TRÁGICA DE BARTOLOMEU DE GUSMÃO. (S. Paulo, imprensa Oficial, 1928) 524 págs. Biografia – Gusmão, Bartolomeu Lourenço de, 1685? 1924.
- SÃO PAULO NOS PRIMEIROS ANOS. Edição de 1919.
- A GLÓRIA DOS IRMÃOS ANDRADES, publicado em 1920.

- COLETÂNIA DE MAPAS DA CARTOGRAFIA PAULISTA ANTIGA. (Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922. Comemoração do 1 centenário de Independência do Brasil).
- ANTIGOS ASPECTOS PAULISTAS, Tomo 3º dos Anais do Museu Paulista, 1927.
- TERRA BANDEIRANTE. Tomo 4º dos Anais do Museu Paulista, 1931.
- HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 1949.
- CURSO DE BANDEIROLOGIA. Série de conferências proferidas por uma plêiade de cultores do magno assunto da História de São Paulo.
- A GRANDE VIDA DE FERNÃO DIAS PAIS, Edição da Livraria José Olympio, 1955.
- DO REINO AO IMPÉRIO. Imprensa Oficial do Estado, 1927.
- HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL. Em 15 volumes, 1928-1942. É a mais extensa e completa narrativa sobre o café, abrangendo a origem lendária ou positiva, os pródromos de sua entrada no Brasil, o seu cultivo, as suas crises e os seus notáveis reflexos na economia do país. Trabalho concluído em 1942.
- VISITANTES DO BRASIL COLONIAL, 1932.
- IMPRESSÕES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Trabalhos elaborados em épocas diferentes.
- EM SANTA CATARINA. Capítulo da História do Povoamento, Imprensa Oficial, 1936.

AGRADECIMENTO DOS FILHOS DE TAUNAY

“Que de tal pai filho se esperava” (Lus. III, - 28)

Discurso do Dr. Paulo d’Escragnolle Taunay, por ocasião da outorga post-mortem da cidadania paulistana ao historiador

Da vez primeira que ocupei esta tribuna, na solenidade comemorativa do centenário de Meu Avô, o Visconde de Taunay, senti-me orgulhoso em extremo, pela honra de poder falar em tão douto ambiente e também como representante de meu Pai, que fora assistir às comemorações no Rio de Janeiro.

Bem diferente se me afiguram as condições atuais, pois, como o coração em luto, cumpro o amargo dever de não mais fazer-lhe às vezes, mas sim, como simples depositário, receber o galardão que tanto o iria desvanecer; a cidadania paulistana.

Extremamente sensibilizado, ouvi as palavras dos eruditos oradores, que tão bem realçaram a vida e a obra de meu Pai.

Contrariando a índole do homenageado, que, subestimando o seu valor, sempre achava excessivas as homenagens, muito me apraz verificar que foi reconhecido o seu esforço hercúleo, no desbravamento da floresta agreste dos documentos comprobatórios dos feitos dos homens vestidos de couro, que, pela coragem indômita, empurraram em direção aos Andes a linha das Tordesilhas, o que consagra a paráfrase de meu Pai: “Gesta Brasiliae per Paulistanas”.

O Instinto de historiador nato de meu Pai fê-lo dirigir-se a São Paulo, ainda muito jovem, vislumbrando a terra cheia de humo, quase virgem dos arquivos. A oportunidade de lançar a semente de um centro de estudos históricos foi-lhe proporcionado quando assumiu a direção do Museu Paulista, em 1917. Textualmente diz, no “Guia da Seção Histórica do Museu Paulista: “Durante quase um quarto de século permaneceu a chamada coleção história do Museu Paulista no ‘statu quo’ de 1895”.

Embora com prazo curto, pode ainda transformar parcialmente a Instituição, de mostra zoológica que era, em repositório de coisas e documentos interessantes, para serem vistos nas comemorações do Centenário de nossa Independência.

O enorme esqueleto de baleia que afeiava o suntuoso peristilo foi substituído pelas esplêndidas estátuas da lavra da suntuosa escadaria, em movimento ascendente, com consequência dos feitos dos bandeirantes citados.

Tive a grata oportunidade de assistir à chegada do grande garrafão que continha a água do rio Negro. Impressionou-me a transfiguração fisionômica de meu Pai, verdadeiramente em êxtase, ao sentir nos dedos a carícia, daquele liquido que representava a unidade nacional. Senti naquele momento não ter a faculdade de ler os seus pensamentos, que por certo estavam visualizando fatos históricos das grandes caminhadas dos seus heróis bandeirantes.

Com a pertinácia dos que sabem lutar e à custa de ingentes esforços, conseguiu boas verbas, principalmente sob a presidência de seu particular amigo Dr. Washington Luiz Pereira de

Souza, podendo então franquear, a 7 de Setembro de 1922, à visita pública, nada menos de 8 salas novas.

Graças ao seu entusiasmo pelas coisas do Brasil e principalmente pela empolgante história dos paulistas, o Museu do Ipiranga foi a atração máxima dos solenes festejos de 1922.

Em 1925, foi a seção de Botânica transferida para o Instituto Biológico, o que desafogou sobremaneira a carência de espaço. Em 1936, rejubilou-se o homenageado com a mensagem presidencial do Dr. Armando de Salles Oliveira, que dizia; “a significação do culminante fato histórico em cuja honra foi erguido e a própria orientação científica moderna impõem a necessidade de se dar ao estabelecimento do Ipiranga a sua verdadeira, como Museu de História e Etnografia. A parte que constitui o Museu de Ciências Naturais, assim que seja possível, será transferida para perto dos respectivos cursos, etc., etc.”.

A saída da seção de Zoologia para prédio mais apropriado à faculdade de ampliar ainda mais as exposições, que deram ao Museu o cunho verdadeiramente histórico que merecia.

Com o advento da ditadura, principalmente depois da revolução de 32, tornou-se crítica a aquisição de novo acervo histórico. Ouvia-o então, à miúdo queixar-se da exigüidade das verbas. Assim mesmo, sempre que podia, orientava composições a óleo e fazia copiar desenhos e quadros de assuntos relacionados à vida de São Paulo. Isto valeu-lhe críticas pela imprensa, dizendo-me certa ocasião à guisa de justificativa, que o valor pictórico era menos importante do que o documental, razão pela qual achava melhor assim agir do que nada fazer, uma vez que a boa vontade era quase sempre a paga

total das obras, que talvez futuramente servissem de inspiração a quadros de maior fôlego.

Como historiador, e portanto habituado a analisar o tempo, plasmou toda a vida na constância do trabalho e, por isto, diuturnamente vinha com todo o carinho aparelhando o seu querido Museu para figurar com honra e destaque nos festejos do 4º Centenário de São Paulo, como o fizera às pressas para o Centenário da Independência, embora soubesse que não mais poderia estar à testa da Instituição, pela data fatal aponsentadoria compulsória.

Grande desgosto lhe estava reservado. Sem razão plausível, o Museu Paulista, uma das glórias do historiador dos paulistas, foi simplesmente fechado e desmontadas as suas salas de exposição, sendo destarte banido, como traste sem interesse, na data da cidade, essencial e especialmente histórica.

Esta desilusão abalou-o profundamente, tanto assim que evitava falar do Museu e não mais quis lá voltar, apesar das prerrogativas que lhe davam o maravilhoso ato governamental, ditado pelo nosso ilustre Embaixador José Carlos de Macedo Soares, então Interventor Federal, em reconhecimento oficial aos bons serviços prestados à cultura brasileira.

Graças às freqüentes viagens para organização e direção do Museu Republicano, Convenção de Itú, agariou uma plêiade de sinceros amigos que o honraram com a distinção da cidadania de Itú, qe lhe foi conferida em vida. A concessão da cidadania paulistana, embora postumamente tributada, era por meu Pai conhecida, o que evidentemente realça a qualidade do título que em seu nome recebo e agradeço.

Passou a última fase da vida cumulada de homenagem por parte de seus bons amigos e admiradores aos quais dispensava muita atenção, e ainda achava tempo para escrever, trabalhar e ler.

A morte para um guerreiro é altamente digna, quando em campo de batalha e empunhando as armas. A alma jovem do velho historiador partiu para a eternidade, deixando na terra o invólucro mortal, com um livro nas mãos.

Aos seus queridos companheiros de cenáculo, que tanto o dignificaram e honraram, apresento em nome da minha família e no meu, um muito e muto obrigado.

ORAÇÃO do Dr. Augusto d'Escragnolle Taunay na sessão de 10 de julho de 1976

A lembrança do Engenheiro Alberto Prado Guimarães de promover uma homenagem comemorativa do centenário do nascimento de Afonso de E. Taunay no Colégio de São Bento que, desde logo contou com o irrestrito apóio do Reverendíssimo Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith, é certamente das mais gratas onde se cultuou duas das virtudes de particular agrado de meu Pai: a gratidão e a amizade.

O fato de ter residido no Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro em época difícil de sua vida, quando terminava seus estudos na Escola Politécnica, fez com que meu Pai viesse a devotar particular gratidão aos Monges Beneditinos.

Transferindo sua residência para São Paulo, já então diplomado em Engenharia Civil, volta a manter contato com seus amigos Beneditinos e desde logo se torna grande amigo e profundo admirador de Dom Miguel Kruse, em sua opinião, o primeiro Abade da fase de recuperação da Abadia Beneditina de São Paulo.

A convinte de Dom Miguel, passou a fazer parte do corpo docente do recém-fundado Ginásio de São Bento, do qual foi um dos primeiros professores, cargo que deixou de exercer somente quando meu irmão Paulo e eu deveríamos tornamo-nos seus alunos. Vários anos amis terde contudo, volta a lecionar no Ginásio de São Bento sem contar que o passar dos anos já lhe aconselhava a necessidade de se poupar.

Manifestações públicas e particulares da amizade de meu Pai por Dom Miguel Kruse várias vezes se deram, e permitam que lembre algumas. A primeira se encontra no agradecimento que fez na homenagem que lhe prestavam amigos por motivo de sua eleição para Membro Titular da Academia Brasileira de Letras, onde lemos: “Recebo o conforto de excelentes amigos e companheiros de trabalho, dos bons e dinstintos antigos e recentes discípulos, os da escola superior e os dessa grande casa educadora de tamanho brasileiro que é a fundação de um amigo inesquecível: o grande abade Dom Miguel Kruse.

Ainda recentemente em seus arquivos encontramos a cópia de uma sua carta datada de 1927, que passo a ler:

“Amigo Sr. Dom Abade, mais uma prova de sua grande generosidade me é oferecida mas permita que a ela não me conforme. Acho excessiva a remuneração que me quer dar pela confecção do volume da História Antigada Abadia de São Paulo. Assim permita-me que dos cinco contos de réis deposite a metade em sua conta corrente do Banco Brasileiro Alemão. Estivesse eu em outro pé de vida e nada quereria que V.R. me desse; a questão é que como V.R. sabe, meus recursos são medíocres e a família grande, a vida cara de hoje me obriga a grandes despesas. Aceito porém uma transformação desta remuneração por parte do Mosteiro, peço que V.R. determine que celebrem cinco missas por minha alma e cinco pelos meus Pais e Avós (depois do meu falecimento).

E mais uma vez me cabe agradecer a V.R. tão elevada e bondosa prova de seu apreço e de amizade que há anos me honra.

Seu mto. af.ami, e cri. – A. E.T.

Também em seu arquivo, encontramos um lembrete datado de setembro de 1920 no qual Dom Miguel Kruser recordava a meus pais que de deveriam comparecer às 14 horas do dia 29 de setembro de 1920 para a cerimônia de batismo do sino São José, terminando assim; “Aproveito o ensejo para renovar a expressão de minha gratidão pela honra que V. Excia. distingue este Mosteiro e Comunidade.

Em toda minha vida sempre ouvi de meu Pai palavras de reconhecimento e amizade para com toda a comunidade beneditina, que hoje tão carinhosamente homenageia a memória do amigo desaparecido. Permita-me, Senhor Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith que lhe testemunhe em nome dos descendentes de Afonso E. Taunay, os nossos melhores agradecimentos nesta oportunidade em que V.R. soube tão bem interpretar os sentimentos da comunidade Beneditina.

A Goffredo T. da Silva, que sempre esteve ligado a meu Pai por vínculo de Fraternidade indissolúvel, o nosso reconhecimento.

Ao Engenheiro Alberto Prado Guimarães, seu ex-aluno e posteriormente seu dileto amigo, hoje responsável por esta bela homenagem, também o nosso reconhecimento sincero.

Ao Professor Alexandre Correia, seu caro e leal amigo, a quem meu Pai considerava um dos maiores humanistas brasileiros, nosso especial agradecimento por esta prova impar de amizade.

Ao professor Luiz Cintra do Prado, autor de uma bela monografia sobre “Afonso de Taunay e a Escola Politécnica”, hoje ligado ao seu biografado por laços de família, o nosso agradecimento e em especial os dos seus netos Alexandre e Daniel.

Ao Dr. Antonio da Rocha Penteado, nosso agradecimento pelas generosas palavras que retratam vivamente a passagem de meu pai na direção do Museu Paulista.

A José Pedro Galvão de Souza, velho companheiro san-bentista de quem a vida nos distanciou mas de quem perdura as boas lembranças, obrigado pelas belas palavras.

Ao Dr. Álvaro da Veiga Coimbra, e a meu caro primo Eduardo Souza Queiroz, o nosso reconhecimento por mais esta prova de amizade que sempre demonstraram ao companheiro de trabalho e ao padrinho.

A todos os presentes, o nosso obrigado.

ÍNDICE

Comentário a esta edição (Emanuel Pereira Braz).....	03
Prefácio	06
Preâmbulo	08

CAPÍTULO I

Pródromos da “Guerra dos Bárbaros”	20
--	----

CAPÍTULO II

O aparecimento dos bandeirantes de S. Paulo nos sertões do Nordeste.....	25
--	----

CAPÍTULO III

Primórdios da Guerra dos Bárbaros. A confederação de Cariris. Revolta geral dos índios do Sertão do Rio Grande do Norte. Campanhas de Albuquerque Camara e Abreu Soares. Recorre o Governo Geral à Câmara de S. Paulo. Apelo aos dous mestres de Campo Domingos Jorge Velho e Matías Cardoso	32
--	----

CAPÍTULO IV

Anúncios da vinda do socorro de S. Paulo. A entrada em campanha e triunfos de Domingos Jorge Velho. Chegada de Matías Cardoso. Primeiras Providências do Arcebispo Governador Geral interino.....	40
---	----

CAPÍTULO V

Recomendações do Arcebispo aos Mestres de Campo. Pedidos de clemência. Providências diversas	51
--	----

CAPÍTULO VI

Carta consulta do Arcebispo Governador Geral à Câmara de São Paulo57

CAPÍTULO VII

Notícia biografica de Matias Cardoso de Almeida. Informes de Pedro Taques e Silva Leme. A organização do terço do mestre de Campo65

CAPÍTULO VIII

Fornecimento de armas. Vantagens parciais. Grandes esperanças depositadas nos paulistas. Discórdia entre os chefes. Violências contra índios aldeados74

CAPÍTULO IX

Severa verberação ao Capitão mór Andrade. Injustiça clamorosa feita aos índios fiéis. Reclamações de dinheiro e penúria de erário real. Ecos da grande vitória de Domingos Jorge Velho sobre os Tapuias.....82

CAPÍTULO X

Comando único conferido a Matias Cardoso de Almeida. Pormenores biográficos sobre este notável cabo de tropa. Manuel Alvares de Moraes Navarro. Seus serviços de guerra. Chegada deste célebre sertanista à Baía. João Amaro Maciel Parente e sua atuação91

CAPÍTULO XI

Manuel Álvares de Moraes Navarro. Nota e notavel figura bandeirante Antonio Cubas, irmão de Domingos Jorge Velho, sertanista de relevo, também. Informes sobre João Amaro Maciel Parente.....101

CAPÍTULO XII

Ainda a vitória notável de Cristovam de Mendonça sobre os janduins. Venda dos índios aprisionados. Protestos das autoridades. Dificuldades financeiras	110
--	-----

CAPÍTULO XIII

Erros a corrigir relativos a João Amaro e a Domingos Jorge Velho. Desharmonia entre os mestres de campo. Operações de Matías Cardoso.....	115
---	-----

CAPÍTULO XIV

Projetos contrariados de Matías Cardoso. Empenho do Mestre de Campo em combater os palmarenses. Recusa do Arcebispo. Matías Cardoso em terras cearenses. Nova vitória no Rio Grande do Norte. Aprisionamento do rei dos Janduins	123
--	-----

CAPÍTULO XV

Documentação em contra-prova de origem nordestina. Peripécias da luta contra os tapuias. Inépcia do capitão-mór Pascoal Gonçalves e capacidade de seu sucessor, Agostinho César de Andrade. Conjugação de esforços com os paulistas	132
---	-----

CAPÍTULO XVI

Correspondência entre Camara Coutinho e Matías Cardoso. Péssima situação militar. Penúria de armas e munições. Tropa andrajosa e não paga. Dissídio entre os chefes. Pretende Matías Cardoso abandonar a campanha. Novas promessas. Reconciliação dos chefes bandeirantes	146
---	-----

CAPÍTULO XVII

Aplausos do Rei, aos chefes índios fiéis. As pazes com os janduins.
Curiosa circunstância. A atuação de João Pais Florião 151

CAPÍTULO XVIII

Proposta de paz pelos indígenas. Resposta real. Dificuldades de pagamento dos paulistas. D. João de Lencastro assume o Governo Geral. Carta deferente a Matías Cardoso. Projetos de criação de novas aldeias..... 156

CAPÍTULO XIX

Primeiras providências do novo Governo Geral ao Rio Grande do Norte. Instruções a Matías Cardoso. Notável documento. A carta relatório de Morais Navarro 165

CAPÍTULO XX

Renovação da Guerra dos Bárbaros. Um relatório precioso de Morais Navarro..... 169

CAPÍTULO XXI

Esforço dos missionários para a civilização dos tapuias. Jesuítas e oratorianos. Súplicas do socorro ao Rei. O Governador Sebastião Pimentel e o segundo prazo de Agostinho César de Andrade. A atuação militar deste capitão mór 180

CAPÍTULO XXII

Ainda a expedição de Matías Cardoso ao Ceará. Lacunas supridas por um documento preciosíssimo. O relato de Morais Navarro a Dom Pedro II. Os últimos anos de Matías Cardoso 193

CAPÍTULO XXIII

Representação de João Amaro Maciel Parente ao Rei pedindo prêmio de serviços. Pormenores inéditos e importantes206

CAPÍTULO XXIV

Prosseguimento das operações de guerra. A penúria dos povos. Queixas dos paulistas. Finta para a manutenção da Colônia do Sacramento. Recomendações a Bernardo Vieira de Mello. Uma representação sobremodo notável de Domingos Jorge Velho214

CAPÍTULO XXV

Notificação da morte do zumbi. Recrudescência das hostilidades em princípios de 1696. Recomendações aos mestres de campo e aos capitães mores. Protestos contra o cativoiro de índios mansos. Cartas do Governo Geral a Domingos Jorge Velho220

CAPÍTULO XXVI

Circular do Governador Geral às Câmaras de S. Paulo sobre o levantamento do terço de Moraes Navarro. A partida do regimento e sua chegada à Baía. Atitude singular de Matias Cardoso228

CAPÍTULO XXVII

Bernardo Vieira de Mello notável personalidade colonial. Sua atuação como capitão-mór do Rio Grande do Norte238

CAPÍTULO XXVIII

Providências do Governo Geral para o suprimento do terço dos paulistas. Recomendações sobre a campanha. Má vontade de Bernardo Vieira de Mello contra Moraes Navarro e os paulistas. Partida da Baía, da tropa de S. Paulo. Viagem atribulada e chegada a Natal 248

CAPÍTULO XXIX

A expedição de Morais Navarro no Ceará. Combate de 4 de agosto de 1699. Morticínio dos paiaçús. Morte, do cacique Genipapuassú. Dissídio grave entre Morais Navarro e Bernardo Vieira de Mello..... 266

CAPÍTULO XXX

Protestos dos missionários contra Morais Navarro e sua tropa, perante o Bispo de Pernambuco. Ameaça de excomunhão. Recurso interposto pelo Mestre de Campo e seus oficiais.....275

CAPÍTULO XXXI

A oficialidade de Morais Navarro. Peripécias da luta travada entre o mestre de campo e Bernardo Vieira de Mello. Documentos em abono do Cabo de Tropa. Denúncia contra Bernardo Vieira286

CAPÍTULO XXXII

Correspondência dos governadores sobre a luta entre Bernardo Vieira e os paulistas. Denúncia contra Morais Navarro. Sua defesa pelo Governador Geral. Relatório do Mestre de Campo ao Rei.....299

CAPÍTULO XXXIII

Prossecução do processo eclesiástico movido a Morais Navarro. Inesperada decisão régia. Protestos do Governador geral. Parecer do Conselho Ultramarino314

CAPÍTULO XXXIV

O encarceramento de Morais Navarro. O seu relativo afastamento do comando do Terço de Lencastro. Providências do Governo Geral para o pagamento dos anos de soldo devidos aos paulistas.....328

CAPÍTULO XXXV

Os últimos anos de Morais Navarro. Reparação régia. Questões com a Casa da Torre. Permanência nas Minas Gerais. Os casamentos do bandeirante – Sua descendência335

CAPÍTULO XXXVI

Últimos ecos da assistência de João Amaro Maciel Parente em terras da Baía e sua missão de fiscalizar os descaminhos do ouro. Retirada para as terras auríferas. Morte de João Amaro343

CAPÍTULO XXXVII

O Governo do Ceará ao tempo da Guerra dos Bárbaros. Nomeação de Pedro Lelou. Suspeição deste Capitão-Mór. Nomeação de Fernão Carrilho. Notável Fé de Ofício deste grande sertanista. Sua excelente administração. Assume Lelou o governo e é suspenso de funções351

CAPÍTULO XXXVIII

As comunicações entre o Maranhão e o Sul. Grandes dificuldades a vencer. Palavras de Antonio Vieira. As jornadas de João Velho do Vale. Revolta dos índios maranhenses em 1698. Situação angustiada. Desejo real de se entregar. A debelação do movimento aos mestres de campo dos paulistas361

CAPÍTULO XXXIX

Os paulistas no maranhão. Francisco Dias de Siqueira. João Raposo Bocarro – Bandeiras de Prea. Reclamações dos Governadores375

Homenagem a Afonso d'Estragnolle Taynay393